

Douglas Orestes Franzen

Ajustando as peças do tabuleiro: a cooperação da Misereor em comunidades agrícolas do Sul do Brasil (1959-1979)

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História sob orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2017

Para Karoline e Larah.

AGRADECIMENTOS

A minha família e amigos, a vida se constrói com vínculos e afetuosidade.

Agradecimento ao professor Dr. João Carlos Tedesco, exímio apaixonado pela ciência, pela escrita, pelas pessoas e pela vida. Grato pela longa caminhada acadêmica que se transformou numa verdadeira amizade.

Ao PPG em História da UPF e seu Corpo Docente/Técnico pela oportunidade de desenvolver meu crescimento acadêmico, intelectual e pessoal. Aos colegas de caminhada acadêmica, pelos momentos de convivência tão intensos.

Aos professores componentes da banca examinadora: Dr. Rogério Luiz de Souza (UFSC), Dr. José Carlos Radin (UFFS), Dra Rosane Neumann (UPF), Dra Gizele Zanotto (UPF).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (Capes) pelo auxílio financeiro que possibilitou o doutoramento e a experiência do Doutorado Sanduíche através do PDSE/Capes/2016.

Ao *Deutsche Akademischer Austauschdienst* (DAAD) pelo auxílio de pesquisa concedido para a pesquisa na Alemanha. Ao arquivo da Misereor em Aachen nas pessoas de Valentin Moser e Annette Roensch. Ao professor Dr. Bernward Schmidt da Universidade RWTH Aachen pela acolhida no Departamento de História.

Ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Chile, pela acolhida no Doutorado Sanduíche, em especial ao professor Dr. Javier Puente pela abertura acadêmica no Chile. Ao professor Dr. Marcos Fernandez (UAH) e a Profa. Carla Aravena (USACH).

Ao Governo do Estado de Santa Catarina pela licença concedida para a escrita da Tese de Doutorado. A FAI Faculdades de Itapiranga pela licença para as atividades de pesquisa.

Aos diversos arquivos históricos e bibliotecas de instituições da Região Sul consultadas ao longo da pesquisa.

Pela memória dos personagens da história, protagonistas e anônimos, que vivenciaram no cotidiano o intenso movimento de modernização da agricultura.

RESUMO

A tese busca compreender projetos de cooperação para o desenvolvimento da instituição episcopal alemã Misereor na Região Sul do Brasil entre os anos de 1959 e 1979. A Misereor foi fundada no ano de 1959 na Alemanha Ocidental num contexto de ressignificação da geopolítica mundial pós Segunda Guerra Mundial e mais especificamente num contexto de abertura à modernidade por parte da Igreja Católica no cenário do Concílio Vaticano II e de sua Doutrina Social. Sustenta-se a tese de que a Misereor se fortaleceu no cenário da cooperação internacional com uma proposta de desenvolvimento e disseminação dos ideais católico-cristãos de sociedade moderna, como elementos que convergiram na proposta da Igreja Católica para a constituição de um mundo de paz e equilíbrio baseado numa profilaxia e na integração dos países vistos como subdesenvolvidos na dinâmica do capitalismo ocidental. Para tanto, as hipóteses consideradas são 1) O princípio da subsidiariedade representou uma ferramenta de ação social do catolicismo baseado no princípio do indivíduo diante da sua condição social, do bem comum e da solidariedade; 2) a cooperação foi assumida como elemento convergente com a geopolítica do capitalismo ocidental; 3) o desenvolvimento foi institucionalizado pela Igreja Católica visando manter um padrão e uma profilaxia de vínculos e intencionalidades; 4) nesse contexto, a agricultura recebeu um olhar singular da cooperação católica; 5) no caso específico da Misereor, houve uma aproximação com a política externa da Alemanha Ocidental, que buscava construir uma nova imagem mundial e se inserir na dinâmica geopolítica pela via da cooperação para o desenvolvimento. Para a análise considera-se a metodologia da História Política como uma proposta que considera as relações de cooperação para o desenvolvimento compostas por variadas relações de poder e de intencionalidades, compondo uma teia de acontecimentos históricos constituída por sujeitos e instituições inseridas num contexto social e político diverso, vislumbrando essa realidade como um jogo de escalas, onde a região se reconfigura a partir do foco de análise. Para a análise, consideram-se os projetos de cooperação desenvolvidos em áreas agrícolas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná num cenário de modernização da agricultura e da formação de um cenário político no espaço rural. A análise parte de duas perspectivas: a) a produção de alimentos e a geração de renda; e b) a formação/instrução do produtor rural. Conclui-se com essa análise que o ideal de desenvolvimento representou um esforço de integração dos povos subdesenvolvidos na dinâmica do capitalismo ocidental com base em princípios de indivíduo e de sociedade defendidos pela Igreja Católica como elementos de uma justiça e de uma paz mundial.

Palavras-chave: Misereor, Catolicismo, desenvolvimento, cooperação, agricultura.

ABSTRACT

This thesis seeks to understand cooperation projects for the development of the German Episcopal Institution Misereor in the Southern Region of Brazil between 1959 and 1979. Misereor was founded in 1959 in West Germany in a context of re-signification of the world geopolitics after the Second World War and, more specifically, in a context of openness to modernity on the part of the Catholic Church in the context of the Second Vatican Council and its Social Doctrine. The thesis that Misereor was strengthened in the scenario of international cooperation with a proposal for the development and dissemination of the Catholic-Christian ideals of modern society, as elements that converged in the proposal of the Catholic Church for the constitution of a world of peace and equilibrium based on the prophylaxis and the integration of countries seen as underdeveloped in the dynamics of Western capitalism. In order to do so, the hypotheses considered are: 1) The principle of subsidiarity represented a tool of social action of the Catholicism based on the principle of the individual facing its social condition, the common good and solidarity; 2) the cooperation was assumed as a convergent element with the geopolitics of the Western capitalism; 3) the development was institutionalized by the Catholic Church to keep a standard and prophylaxis of links and intentionalities; 4) in this context, agriculture received a singular look at Catholic cooperation; 5) in the specific case of Misereor, there was an approximation with the foreign policy of West Germany, which sought to build a new world image and to enter into the geopolitical dynamics through cooperation to the development. For the analysis it is considered the methodology of Political History as a proposal that considers the relations of cooperation for the development composed by different power relations and intentionalities, composing a web of historical events constituted by subjects and institutions inserted in a diversified social and political context, seeing this reality as a game of scales, where the region reconfigures itself from the focus of analysis. For the analysis, we consider the cooperation projects developed in agricultural areas in the States of Rio Grande do Sul, Santa Catarina and Paraná in a scenario of modernization of agriculture and the formation of a political scenario in rural space. The analysis is based on two perspectives: a) food production and income generation; and (b) the training / instruction of the rural producer. We conclude with this analysis that the ideal of development represented an effort to integrate the underdeveloped peoples into the dynamics of Western capitalism based on the principles of individual and society defended by the Catholic Church as elements of justice and world peace.

Keywords: Misereor, Catholicism, development, cooperation, agriculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Foto 01: Cardeal Josef Frings, um dos idealizadores da ação Misereor	100
Imagem 01: Organograma demonstrativo da Misereor	103
Foto 02: <i>Fastenaktion</i> de 1959.....	106
Foto 03: Walter Scheel, em visita a Misereor em 1966	110
Quadro 01: Temas do Colóquio da Misereor em 1969	120
Quadro 02: Quadro da urbanização na Região Sul	162
Quadro 03: Projetos executados na América Latina e Caribe (1959-1980)	187
Quadro 04: Projetos executados no Brasil (1959-1980).....	189
Quadro 05: Projetos executados no Sul do Brasil (1959-1980).....	193
Quadro 06: Relação dos projetos apoiados na área da agricultura (1959-1979)	295

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição dos recursos por continente/região em 1960.....	131
Tabela 02: Distribuição dos recursos por continente/região em 1966.....	132
Tabela 03: Distribuição por país, dos recursos e projetos desenvolvidos na América Latina em milhões de Euros (1959-1978).....	133
Tabela 04: Total de projetos desenvolvidos pela Misereor no mundo (1959-1979)...	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Áreas e quantidade de projetos desenvolvidos (1970-1980)	186
Gráfico 02: Distribuição dos projetos por subárea na América Latina (1959-1980) ..	191
Gráfico 03: Distribuição dos projetos por subárea no Brasil (1959-1980)	192

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Disposição dos 51 projetos desenvolvidos pela Misereor na Região Sul do Brasil (1959-1979).....	195
Mapa 02: Mapa de Santa Catarina com destaque para o município de Itapiranga.....	200
Mapa 03: Santa Catarina com destaque para o município de Águas Mornas	217
Mapa 04: Estado do Paraná com destaque para o município de Cândido Abreu	221
Mapa 05: Rio Grande do Sul com destaque para a região de Benjamin Constant	224
Mapa 06: Mapa do Paraná com destaque para o município de Apucarana	229
Mapa 07: Mapa de Santa Catarina com destaque para a região de Anitápolis	237
Mapa 08: Mapa do Paraná com destaque para o município de Francisco Beltrão.....	254
Mapa 09: Rio Grande do Sul com destaque para a região de Frederico Westphalen..	263
Mapa 10: Rio Grande do Sul com destaque para o município de Encantado	266
Mapa 11: Rio Grande do Sul com destaque para o município de Bom Princípio	268

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

CIDSE - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

COOTRAPA – Cooperativa de Trabalho de Apucarana

DBK – Deutsche Bischofskonferenz

DESAL - Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina

DESCO - Centro de Estudos e Desenvolvimento

FAG – Frente Agrária Gaúcha

FAO – Organização das Unidas para Alimentação e Agricultura

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IDESAC - Instituto para o Desenvolvimento Social e Econômico para a América Central

INEDES – Instituto de Economia e Desenvolvimento do Equador

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAN – Operação Anchieta

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.0 O CONCÍLIO VATICANO II E A ABERTURA DA IGREJA À MODERNIDADE	24
1.1 A Doutrina Social da Igreja e os ideais de justiça e dignidade humana.....	26
1.2 Dimensões da doutrina social no século XX	32
1.3 A abertura à modernidade.....	35
1.4 <i>Il Aggiornamento</i> e o Concílio Vaticano II: a postura da Igreja diante dos problemas do mundo (1959-1965)	41
1.4.1 A participação dos bispos, cardeais e leigos brasileiros	45
1.5 <i>Gaudium et Spes</i> : ação social da Igreja Católica	50
1.6 Encíclica <i>Populorum Progressio</i>	58
1.7 O princípio da subsidiariedade: <i>Beihilfe zum Selbsthilfe</i>	61
1.8 Uma breve reflexão do campo intelectual católico.....	68
1.8.1 Jacques Maritain: a democracia e o fermento cristão	69
1.8.2 Louis Joseph Lebret e o desenvolvimento como baluarte da paz	71
1.8.3 Roger Vekemans e a Teoria da Marginalidade	75
1.9 O texto no contexto.....	81
2.0 GÊNESE E LEGITIMAÇÃO DA MISEREOR	84
2.1 Uma análise do cenário da Alemanha no pós-guerra	86
2.2 Síntese do cenário geopolítico: a postura da Igreja	92
2.3 A fundação da Ação Misereor na Alemanha.....	96
2.3.1 O discurso do Cardeal Josef Frings	100
2.4 <i>Fastenaktion</i> : simbolismo e sensibilização através da imagem.....	107
2.5 O gerenciamento dos recursos financeiros: uma rede de influências.....	109
2.6 A concepção de desenvolvimento da Misereor	117
2.7 <i>Fastenaktion</i> e Campanha da Fraternidade	126
2.8 O projeto da Misereor para a América Latina.....	131
2.9 O texto no contexto.....	143

3.0 A IGREJA CATÓLICA E A URGÊNCIA DA CAUSA SOCIAL NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO.....	145
3.1 O apelo a um plano de emergência para a Igreja Católica do Brasil	147
3.2 Conclusões de Medellín e a causa social	154
3.3 O espaço rural e o catolicismo	161
3.3.1 A causa social e o espaço rural.....	167
3.4 O texto no contexto.....	174
4.0 OS PROJETOS DE COOPERAÇÃO: UM ESBOÇO ESTATÍSTICO	176
4.1 A organização do arquivo da Misereor	176
4.2 A cooperação em números: uma análise estatística	185
4.3 O texto no contexto.....	196
5.0 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E GERAÇÃO DE RENDA	198
5.1 Um projeto de desenvolvimento para Itapiranga (SC).....	200
5.1.1 Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico	202
5.1.2 Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga	204
5.1.3 A Cooperativa de Leite Itapiranga.....	213
5.2 Moinho e gerador de energia na comunidade de <i>Loeffelscheidt</i> (SC)	216
5.3 Ajuda para uma aldeia indígena de Guarapuava (PR)	220
5.4 Produção de alimentos na reserva Votouro (RS).....	223
5.5 Projeto de colonização para camponeses Sem Terra em Apucarana (PR)	228
5.6 O texto no contexto.....	232
6.0 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO	234
6.1 Sede para uma cooperativa de agricultores de Anitápolis(SC)	236
6.2 Escola de formação agrícola em Itapiranga (SC)	240
6.3 Formação agrícola na Assesoar de Francisco Beltrão (PR).....	254
6.4 Institutos de Educação Rural no Rio Grande do Sul.....	259
6.5 O texto no contexto.....	269
CONCLUSÃO	271
REFERÊNCIAS.....	278

Referências Bibliográficas	278
Textos de Website	288
Jornais e Periódicos	289
Instituições de Memória, Arquivos e Bibliotecas.....	289
ANEXOS	291

INTRODUÇÃO

A geopolítica contemporânea apresenta um cenário de enrijecimento das fronteiras nacionais, fortalecimento das ideologias conservadoras, cenários divergentes de imigração, formação de guetos de refugiados, de compartimentações da compreensão cosmopolita de mundo, de cristalização de fronteiras sociais e de mercado. Nesse contexto, a Alemanha vem se posicionando de maneira a resguardar padrões humanitários, seja dando abrigo a refugiados, estimulando políticas de integração cultural, ou batalhando para manter coeso o bloco da União Europeia, antigo sonho de unificação continental. Ela, a Alemanha, sustenta um posicionamento histórico em conservar um discurso politicamente correto em consonância com o *establishment* posto no cenário mundial dos últimos setenta anos. Essa postura é originária da história daquele país, que na nova ordem mundial pós Segunda Guerra colaborou na formação de um ideal universal de paz, cooperação e desenvolvimento. Naquele cenário das décadas de 1950 e 1960, a Alemanha se aliou a diversas iniciativas governamentais e civis para formatar uma proposta geopolítica do desenvolvimento global. Uma dessas iniciativas se cristalizou na fundação da Misereor, representada como uma aliança entre a sociedade civil, o governo e o catolicismo para cooperar com a formação da ordem mundial de então.

Em Agosto de 1958, o Cardeal Josef Frings discursou na cidade de Fulda na Alemanha no Congresso da Confederação dos Bispos Alemães (DBK) sobre a decisão de criar um organismo de combate à miséria e à fome no mundo, como “uma ajuda católica contra a fome e a lepra”¹. Era o prenúncio da criação em 1959 da Misereor, que se consolidaria a partir de então como uma instituição engajada em promover projetos de desenvolvimento em países considerados subdesenvolvidos. Essa era uma preocupação recorrente entre os católicos europeus e se fortaleceu com o engajamento dos católicos dos países subdesenvolvidos. Da mesma forma, na Conferência Geral da ONU de 1960, o Papa João XXIII, na companhia dos delegados da FAO, lançou um apelo sobre a questão da consciência, da responsabilidade e da solidariedade em detrimento do desinteresse das nações desenvolvidas sobre a questão da miséria e da fome no mundo.

Essas manifestações refletiam um engajamento dos católicos pela causa social e da postura da Igreja no seu tempo, aspecto que teve como uma das manifestações a

¹ FRINGS, Josef. *Abenteuer im Heiligen Geist*. Fulda, Agosto de 1958. Disponível no site <<http://www.misereor.de/ueber-uns/misereor-geschichte.html>>, Acesso em 10/10/2014.

realização do Concílio Vaticano II. Esse movimento conciliar levou o catolicismo a discutir seu papel no mundo contemporâneo, o que resultaria numa abertura da instituição à modernidade, legitimando a postura de cooperação da Misereor e elevando a influência da ala progressista no cenário católico. A Misereor passaria a partir de então, mais precisamente e de forma permanente a partir de 1967 com a Encíclica *Populorum Progressio*, a ser um instrumental da Igreja Católica diante dos desafios temporais num cenário geopolítico complexo e num contexto socioeconômico divergente.

Já foi mencionado que a Misereor foi fundada no ano de 1959 na Alemanha Ocidental, sustentada inicialmente por recursos financeiros provindos de doações de católicos e a partir de 1962 também com recursos do Estado através do Ministério para Cooperação Econômica. Assim, ela se caracterizou como uma instituição disposta a cooperar com projetos de desenvolvimento em países considerados “subdesenvolvidos” da América Latina, África e Ásia, inserindo-se na discussão da Doutrina Social da Igreja e da política da cooperação internacional pós Segunda Guerra Mundial.

Dito isso, sustenta-se a tese de que a Misereor se fortaleceu no cenário da cooperação internacional com uma proposta de desenvolvimento e disseminação dos ideais católico-cristãos de sociedade moderna, como elementos que convergiram na proposta da Igreja Católica para a constituição de um mundo de paz e equilíbrio baseado numa profilaxia e na integração dos países vistos como subdesenvolvidos na dinâmica do capitalismo ocidental. Diante de um contexto do Concílio Vaticano II, a proposta de cooperação para o desenvolvimento se fortaleceu como um elemento de convergência, fomentando uma política de bem estar social diante do conceito da marginalidade e da constituição dos ideais de modernidade, idealizando um ajustamento sob os princípios da democracia, da liberdade e da dignidade humana. Nesse contexto, a Igreja Católica se sentiu comprometida com os desafios do seu tempo e ofereceu sua proposta de desenvolvimento para o mundo diante de um cenário geopolítico conturbado².

Para dar suporte a essa proposta, consideraremos cinco hipóteses: 1) O princípio da subsidiariedade representou uma ferramenta de ação social do catolicismo baseado no princípio do indivíduo diante da sua condição social, do bem comum e da solidariedade; 2) a cooperação foi assumida como elemento convergente com a geopolítica do capitalismo ocidental; 3) o desenvolvimento foi institucionalizado pela

² CHAOUCH, Malik Tahar. La teología de la liberación en América Latina: una relectura sociológica. In: *Revista Mexicana de Sociología*, p. 427-456, n° 3, Julio-Septiembre, 2007.

Igreja Católica visando manter um padrão e uma profilaxia de vínculos e intencionalidades; 4) nesse contexto, a agricultura recebeu um olhar singular da cooperação católica; 5) no caso específico da Misereor, houve uma aproximação com a política externa da Alemanha Ocidental, que buscava construir uma nova imagem mundial e se inserir na dinâmica geopolítica pela via da cooperação para o desenvolvimento.

A Misereor somou-se a inúmeras outras instituições engajadas com a cooperação internacional formando um bloco nem tão coeso, mas com um fim determinado: a cooperação e o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, podemos destacar a CIDSE - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade, entidade representativa que englobava as instituições de caridade e cooperação de cunho católico europeias, norte-americanas e canadenses; bem como instituições como a Fundação Konrad Adenauer da Alemanha, e iniciativas americanas como a ICA-Punto Cuatro – *International Cooperation Administration*, vinculada ao governo norte americano e iniciativas privadas como a Fundação Peter Grace, a Comissão Fulbright, Fundação Ford, a Fundação Rockefeller e o Corpo de Paz. Esse movimento foi muito abrangente e complexo e dá suporte a nossa tese de que houve uma intencionalidade orquestrada pelo bloco ocidental-capitalista no contexto geopolítico da Guerra Fria, onde a rivalidade Leste-Oeste era tão simbólica quanto o desequilíbrio Norte-Sul.

No entanto, o estudo compreende a Misereor numa lógica singular, numa compreensão cristã e humanizada de desenvolvimento. Para tanto, a análise centra-se na postura do catolicismo na formatação desse cenário e a relação que a Misereor teve nesse processo. Nesse sentido, compreendemos que a causa social do catolicismo foi legitimada diante do Concílio Vaticano II, entendendo o movimento conciliar como uma abertura do catolicismo à modernidade. Mas não se compreende essa abertura como uma ruptura, uma guinada ou uma mudança de postura. O estudo entende o Concílio Vaticano II, em consonância com Souza³, muito menos como uma renovação/abertura/expressão dessas novas orientações do que o represamento dogmático daquilo que já estava se constituindo há muito tempo. A Misereor seria o olhar vigilante e tutelador da Igreja de forma mais próxima das pessoas e das realidades sociais locais, numa perspectiva de subsidiariedade, de compreender o personalismo e o papel do indivíduo e das iniciativas locais num mundo que se concebia como

³ SOUZA, Rogério Luiz de. *A ética Católica e o capitalismo de bem estar social*. Lisboa, Portugal: Esfera do Caos, 2015.

desajustado e desequilibrado. Ela pode ser considerada uma consequência de um processo histórico de formação de ideal de Doutrina Social da Igreja sob a égide da liberdade, da solidariedade, do indivíduo e sua responsabilidade com o bem comum.

Era preciso ajustar as peças do tabuleiro, numa metáfora ao jogo de xadrez, onde os soldados estavam à deriva e desguarnecidos diante da complexidade geopolítica e da manifestação de um mundo subdesenvolvido carente, desestruturado e destituído dos padrões de consumo e produção mundial. No jogo de xadrez é preciso manter as peças coesas e bem alinhadas, mas acima de tudo, é preciso manter as peças no tabuleiro e evitar que o adversário as saque do jogo. Alinhada ao bloco capitalista – numa manifestação clara da postura do catolicismo no período – a Misereor idealizou uma tática de integração das peças desajustadas e para tanto fez uso da Teoria da Marginalidade de Roger Vekemans, conceito de desenvolvimento e integração dos marginalizados da América Latina, de caráter essencialmente funcionalista. A partir da perspectiva da promoção popular de Vekemans, os indígenas, os camponeses, os operários, enfim, os concebidos como marginais no modelo de desenvolvimento então vigente, poderiam cumprir sua função de agentes de mudança através das organizações de base concebidas como expressões fundamentais da solidariedade e unidades celulares dos corpos intermédios, “formada por los diretamente afectados y determinadas por los contactos inmediatos entre los integrantes y sus libres iniciativas (centros comunales, asociaciones de pequenos propietarios agrícolas, ligas campesinas, cooperativas, sindicatos, etc.)”⁴

Portanto, a causa social passou a ser uma chancela, uma compreensão de continuidade, uma oficialização e uma atualização da postura social do catolicismo que faz parte de um movimento histórico lento e cadenciado. Para tanto, sustenta-se que a Misereor foi um instrumento do catolicismo para chegar mais perto do povo, da miséria social, da fome, da injustiça, um braço mais efetivo do catolicismo para o mundo subdesenvolvido, entendendo assim que ela representou uma ajuda para o desenvolvimento dos povos, no sentido de um desenvolvimento pacífico, equilibrado e ordenado, de um corpo social ajustado e coeso, fomentando as bases sociais do catolicismo cristão, dos princípios de liberdade, dignidade e democracia. Nesse sentido, o movimento conciliar através da legitimação da Misereor fortalece a compreensão do

⁴ VEKEMANS, Roger. *Hacia la superacion de la marginalidad: algunas sugerencias*. Tomo III. Cuadernos de la Desal: Santiago, 1968, p. 173.

que Souza⁵ denominou de uma ética católica alicerçada num capitalismo de bem estar social, aliando democracia cristã e o princípio da subsidiariedade diante de cenários divergentes e problemáticos.

A perspectiva da subsidiariedade foi elemento convergente das ações do catolicismo diante da causa social e das perspectivas da liberdade, da solidariedade e do bem comum. Esse elemento é reflexo de um processo histórico de fortalecimento da compreensão do indivíduo na sociedade ocidental, que no século XX mobilizou os intelectuais católicos na sua compreensão de mundo, colocando a personalidade e a pessoa humana como um centro de reflexão e ação diante dos desafios temporais. A subsidiariedade seria a materialização, a carta branca da instauração e assimilação dos ideais de modernidade numa visão da Igreja. A ideia do cooperativismo seria a instrumentalização ideal do conceito de subsidiariedade fomentado pela Misereor.

Esse movimento pode ser inserido na compreensão moderna de mundo por parte do catolicismo, uma consciência das falácias do progresso científico, das responsabilidades sociais, das ideologias profanas, da questão da dignidade humana, da solidariedade, da noção de bem comum e do acesso às riquezas produzidas pelo progresso moderno, da compreensão do indivíduo e de seu papel na constituição de uma sociedade mais justa e equilibrada. O problema que se coloca é em que medida essa compreensão de modernidade representou uma nova compreensão de mundo diante da causa social? Não seria essa compreensão da modernidade uma reafirmação dos princípios do catolicismo cristão? Não seria a abertura um ajustamento onde a concepção de cooperação para o desenvolvimento reafirmou a ideia de uma unidade cosmopolita cristã? Diante de uma compreensão de secularização e desencantamento do mundo, não seria esse movimento uma reafirmação das tradições cristãs alimentando a utopia de uma terceira via diante do capitalismo liberal e do comunismo ateu?

No contexto conciliar, a Misereor representou uma moeda de troca da ala progressista da Igreja liderada pelos bispos alemães num movimento que Wiltgen⁶ compreendeu como o Reno se lançando sobre o Tibre. Não há como não compreender a Misereor como uma oferta de ajuda ao mundo por parte do catolicismo progressista em detrimento dos católicos conservadores. Através de suas ações, de seus recursos financeiros, de sua compreensão moderna do mundo, a instituição alemã desempenhou

⁵ SOUZA, 2015, op. cit.

⁶ WILTGEN, Ralph. *O Reno se lança no Tibre: o Concílio desconhecido*. Tradução de Jair Britto de Souza. Niterói, RJ: Permanência, 2007.

papel decisivo no cenário complexo de abertura do catolicismo à modernidade nas décadas de 1960 e 1970.

Para tanto, têm-se como tema central da análise os projetos de cooperação da Misereor desenvolvidos em comunidade agrícolas na Região Sul do Brasil entre os anos de 1959 a 1979. Mas a qual a gênese e a lógica dos projetos de cooperação da Misereor ao longo desse período? De que forma esses processos transcorreram e se transnacionalizaram numa perspectiva entre Brasil e Alemanha? Sob quais aspectos esses processos ocorreram em regiões agrícolas como espaço político simbólico e problemático? Não seria o espaço rural um campo político e ideológico de interesse da Igreja?

Os objetivos da análise remetem a um olhar local diante de uma ação macroestrutural inerente à política de cooperação do catolicismo nas décadas de 1960 e 1970. É sob esse olhar dos vilarejos, da noção cristã de comunidade, das práticas localizadas em regiões agrícolas do Sul do Brasil que se pretende elucidar a postura da Igreja Católica diante dos problemas do mundo de então, como um campo político problemático e inerente a uma série de contextos e realidades. A ideia de compreender os projetos de cooperação da Misereor no Sul do Brasil parte de um olhar localizado, territorialmente delimitado, mas que precisa de uma perspectiva macroestrutural, de uma Igreja Católica cosmopolita, de um catolicismo alemão que aliado aos católicos brasileiros buscou construir um padrão de mundo mais justo e solidário, onde o termo desenvolvimento representou um baluarte da paz diante das moléstias e da memória de um passado de sofrimento. Nesse sentido, a ação de cooperação torna-se para além de uma política externa da Alemanha Ocidental e da Igreja Católica, uma prática conjunta, uma ação que tem no viés da duplicidade de intencionalidades dos sujeitos e das instituições locais para com conjecturas mais abrangentes e geopoliticamente complexas.

A relevância de um estudo nessas proporções contempla uma análise de transnacionalização de práticas, de uma história que se constitui em redes de influências, que vão desde as relações de hierarquia e de influência do catolicismo, da política de inserção social e de um projeto de desenvolvimento baseado na ideia da Igreja Católica de uma justiça e de uma paz social alicerçada nos princípios do cristianismo. Admite-se que esse movimento esteve longe de ser homogêneo e uníssono, mas esteve envolto em intencionalidades que se convergiram.

A tese contempla a ideia norteadora de que o desenvolvimento dos povos foi a bandeira para a construção de um padrão de sociedade, onde a cooperação seria um fator canalizador das práticas conjuntas, de um mundo mais consciente de seus problemas, mais justo, mais solidário, mais integrado e coeso. O tema central da pesquisa gira em torno da política de cooperação promovida pela Misereor, mas não na perspectiva de que essa prática tenha sido unidirecional, de um povo para outro, mas que essa prática cooperativa aconteceu de forma conjunta, entre os mais variados polos e segmentos envolvidos. Se a finalidade da cooperação eram as comunidades carentes de áreas agrícolas do Sul do Brasil, os mais variados agentes participantes desse processo exerciam um papel político influente. Ou seja, entende-se que a cooperação não ocorria de forma verticalizada, mas sim, esteve atrelada a ações conjuntas que se complementavam, tanto na esfera institucional do catolicismo alemão e brasileiro, quanto das comunidades eclesiais de base, da sociedade civil ou das ações governamentais num cenário de cooperação que se transnacionalizou.

O objetivo da análise é compreender as relações de cooperação que se formaram nas mais variadas esferas envolvidas nos projetos desenvolvidos pela Misereor em comunidades agrícolas do Sul do Brasil. Entendendo o território agrícola como um setor essencial diante de questões como a fome e a miséria, a cooperação da Misereor refletiu as intencionalidades de esferas governamentais, eclesiais e sociais acerca dos problemas do mundo. No espaço agrícola se teciam relações de produção, de conjecturas políticas e sociais divergentes que formavam uma teia social complexa em que era necessário atuar de forma incisiva diante de um cenário que se desencadeou nas décadas de 1960 e 1970. Sindicalização, assistencialismo, tutelamento, modernização agrícola, relações comunitárias, identidades e catolicismo eram temas recorrentes da preocupação da Igreja em relação ao espaço agrícola.

Nesse sentido, serão levados em consideração diversos segmentos na expectativa de entender quais eram a gênese e a lógica da cooperação da Misereor em regiões agrícolas do Sul do Brasil entre os anos de 1959 e 1979. O recorte territorial e temporal fundamenta-se por duas questões pontuais. A primeira, na perspectiva territorial da Região Sul, pelo contexto histórico da formação da agricultura e da característica de padrões de colonização ali adotados, alicerçados não unicamente, mas substancialmente, pela formação de uma estrutura agrária baseada na pequena e média propriedade agrícola o que caracteriza um padrão de relações de produção genuíno, onde

coexistiram minifúndio, latifúndio, propriedade da terra e todas as problemáticas daí decorrentes.

A segunda, na perspectiva temporal, remete aos projetos desenvolvidos pela Misereor entre os anos de 1959 e 1979, refletindo os primeiros 20 anos de cooperação da instituição, bem como, de um período fértil e ímpar do catolicismo, sendo atuante na causa social e preocupado com os problemas do mundo. Sua responsabilidade em difundir os princípios cristãos de um mundo de paz e desenvolvimento era legitimada como uma prática que se pretendeu universal nesse contexto. Nesses vinte anos, o catolicismo constituiu variadas compreensões sobre a questão social. A delimitação temporal se refere a um período concebido como o período da modernização conservadora no Brasil, que Martine⁷ delimita entre os anos de 1965 e 1979, momento em que a agricultura teria passado por um processo bastante conservador de integração ao sistema produtivo internacional, caracterizado segundo o autor, pela consolidação do parque industrial, pela instauração de um estilo de desenvolvimento visando à "modernização conservadora", pela fase ascendente do ciclo econômico conhecido como o "milagre econômico", pela ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, pela internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, e pela melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas.

Além do mais, na década de 1980 novas conjunturas se formatam numa composição do contexto mundial e brasileiro. Numa perspectiva de sociedade, manifestaram-se as consequências do movimento cultural de 68 na Europa e que refletiu na América Latina, do fortalecimento da cultura jovem, da influência da cultura oriental sobre o ocidente, dos avanços científicos e tecnológicos, da globalização. Numa perspectiva de economia internacional, a década de 1970 marca de maneira geral o declínio da concepção política de *welfare-state*, baseada na concepção de bem estar social de Keynes que predominou nas primeiras décadas do pós-guerra. A partir da década de 1980 se formatou uma nova concepção neoliberal de economia e de cooperação internacional, afetando também a concepção de desenvolvimento bem como a descrystalização das bases geopolíticas da Guerra Fria, do papel da União Soviética, do "perigo" comunista, da reunificação da Alemanha Ocidental e Oriental. Numa perspectiva de Igreja Católica, reformas instauradas pelo papado de João Paulo II e das conclusões da Celam de Puebla em 1979 formataram novos padrões de catolicismo em

⁷ MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Revista Lua Nova*, p. 7-36, n° 23, 1991.

relação à causa social. No Brasil se instaura o processo de redemocratização e abertura política, crescem as religiões neopentecostais e se instaura um padrão econômico neoliberal que acentua as discrepâncias sociais e solidifica o processo de modernização da agricultura, reconfigura-se os sistemas educacionais, de direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana. A concepção de desenvolvimento se ressignifica adentrando em outros debates para além da condição social e de produção, mas para questões de sustentabilidade, de recursos naturais, de condição humana, da relação entre o urbano e o rural.

A metodologia do estudo compreende uma perspectiva política, de História Política mais precisamente, com a compreensão de que o movimento de cooperação que se estruturou em torno da Misereor, apesar de ter a apologia religiosa e teológica, constituiu-se como um movimento essencialmente geopolítico. Compreende-se aqui que a cooperação engendrada pelos países desenvolvidos para com os países subdesenvolvidos se constitui num cenário onde as fronteiras do capitalismo ocidental e do comunismo soviético estavam bem latentes. Compreender esse movimento envolve conceber as relações políticas como estruturas problemáticas, complexas e que se engendraram de variadas formas e por variadas esferas sociais e institucionais, compreendendo assim a cooperação ocidental como um jogo de forças, uma perspectiva simbólica de poder e de influência.

Para a abordagem do tema, a História Regional auxilia nas dimensões simbólicas espaço-temporais, entendendo que o recorte regional não limita as ações e as conjecturas em si, mas remete a análises estruturais, das relações históricas tecidas no que Lepetit chamou de “jogo de escalas”. Nesse sentido, a escala seria a relação entre um comprimento medido num mapa e a medida real no local. Por trás de uma análise regional, figura uma realidade conjectural abrangente. A dificuldade do manejo da escala provém dessa dualidade: dependendo da escala, muda-se também a ótica e o nível de informação. Escolher uma escala consiste então em selecionar um nível de informação que seja pertinente com o nível de organização a ser estudado. Mais que uma relação de similitude com o real, a escala designa uma redução dele. Para Lepetit, “ela exprime uma intenção deliberada de visar a um objeto e indica o campo de referência no qual o objeto é pensado. A adoção de uma escala é antes de mais nada, a escolha de um ponto de vista de conhecimento.”⁸

⁸ Lepetit, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jaques (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 77-102, p. 94.

As fontes de pesquisa bibliográficas e documentais foram consultadas em variados espaços, o que reflete a amplitude do tema. Primeiramente foram consultados arquivos regionais de dioceses, arquivos documentais e bibliográficos de universidades e de instituições de memória da Região Sul do Brasil. Num segundo momento, foi realizada pesquisa no arquivo da Misereor na cidade de Aachen, Alemanha, através de uma bolsa de pesquisa da DAAD - *Deutscher Akademischer Austauschdienst*, através do Departamento de História da Igreja da Universidade RWTH Aachen. Num terceiro momento, através da Bolsa Doutorado Sanduíche PDSE/Capes foi realizado um estágio de pesquisa na Pontifícia Universidade Católica do Chile. No Chile foram consultados arquivos documentais e fontes bibliográficas de diversas instituições visando compreender a relação da Misereor com a América Latina e a concepção de desenvolvimento dos católicos latino americanos. Essas oportunidades de pesquisa refletem a amplitude da ação Misereor e colaboraram na formatação da tese ora apresentada.

Para a compreensão da concepção de desenvolvimento da Misereor, foram utilizadas fontes da instituição e de publicações da Desal, entidade sediada em Santiago no Chile, financiada pela Misereor e que se dedicou a compreender a condição social e econômica da América Latina na perspectiva da Teoria da Marginalidade. Obviamente que essa não é a única compreensão de desenvolvimento defendida pelos católicos, mas é uma das posturas defendidas oficialmente pela Misereor no período, principalmente numa perspectiva de América Latina. Para a análise específica da Região Sul, foram analisados projetos desenvolvidos nos três estados na área da agricultura, sendo necessária uma seleção dos projetos diante da ampla amostragem disponível. Essa seleção aconteceu por critérios de qualidade, integridade e conservação dos dossiês no arquivo da Misereor, além de vislumbrar áreas consideradas chave nesse processo: produção agrícola, geração de renda, educação e formação do homem do campo, cooperativismo, sindicalismo e associativismo.

No primeiro Capítulo, o objetivo é contextualizar a postura da Igreja Católica Apostólica Romana diante dos problemas do mundo. A década de 1960 foi um período fértil e ímpar na construção do ideal de cooperação e desenvolvimento com uma postura de protagonismo do catolicismo. Através da realização do Concílio Vaticano II, a Igreja se mobilizou nas mais variadas instâncias, desde as bases até o alto clero. Diante dos problemas do mundo, das situações de vulnerabilidade e de discrepância social, a Igreja almejou dar uma resposta ao mundo, onde a cooperação para o desenvolvimento dos

povos foi concebida como um baluarte para a paz. Os católicos alemães pretendiam fazer frente a esse cenário e assumir um protagonismo do processo, sendo a criação e a expansão da Misereor uma demonstração dessa intencionalidade. Nesse momento, a contextualização vem ao encontro da tese de que o movimento do catolicismo no pós Segunda Guerra representou uma abertura à modernidade, mas essa abertura ocorreu num formato bem peculiar, representando mais uma manifestação da tradição ressignificada, uma continuidade, do que uma ruptura ou uma guinada.

No Capítulo 2, serão conjecturados os contextos em que surge a instituição de cooperação Misereor, num cenário de Alemanha Ocidental, do ideal de reconstrução de uma nação comprometida em construir uma nova imagem diante dos horrores das guerras passadas. O catolicismo alemão assumiu o protagonismo no fomento à formação de uma mentalidade de consciência histórica, quando a caridade e a responsabilidade diante dos problemas do mundo vieram ao encontro do que o estado alemão, sob as coordenadas da democracia cristã, idealizou como uma nova forma de fazer política externa. A construção da imagem de uma nova Alemanha foi o fio condutor do processo que transcorreu diante de um cenário geopolítico da Guerra Fria.

Reduzindo a escala de análise, no terceiro capítulo a proposta é de entender qual a postura da Igreja Católica no Brasil diante dos problemas sociais, principalmente do espaço rural. Assim, percebe-se que nas décadas de 1960 e 1970 as intencionalidades do catolicismo brasileiro refletiam as demandas sociais abrangentes e a busca pela ajuda da Misereor para promover projetos de emergência social demonstram o desejo das esferas comprometidas com esse trabalho em angariar apoio internacional diante da negligência e ineficiência do estado brasileiro. Da mesma forma, busca-se compreender como se estrutura a compreensão das condições social, econômica e política da América Latina e de que forma o catolicismo se manifestou diante dessas realidades.

Na sequência, a proposta é de conjecturar os dados estatísticos das ações de cooperação da Misereor, diante das fontes adquiridas junto à pesquisa desenvolvida no arquivo da Misereor em Aachen na Alemanha. A proposta desse Capítulo é de fazer uma leitura e correlação dos dados estatísticos de projetos desenvolvidos entre os anos de 1959 e 1979, numa proposta de escalas de abrangência, que partem de uma perspectiva de América Latina, de Brasil até o recorte espacial dos três estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Com base na análise estatística, a partir do Capítulo 5, analisam-se alguns projetos desenvolvidos pela Misereor nos três estados do Sul do Brasil. Diante do amplo

acervo documental, optou-se por dividir a análise por temáticas vinculadas ao espaço rural, levando em consideração realidades locais, ações conjuntas, intencionalidades e discursos presentes na lógica de inserção e cooperação da Igreja para o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento em comunidades agrícolas. Assim, o Capítulo 5 analisa projetos desenvolvidos no campo da produção e geração de renda com base nas questões de produção de alimentos, de infraestrutura, equipamentos e modernização das técnicas agrícolas; enquanto que o Capítulo 6 aborda o tema das iniciativas coletivas, numa referência ao princípio cristão de comunidade, através da construção de escolas de formação agrícola, cooperativismo, associativismo e sindicalismo.

A proposta busca levar em consideração diversos elementos que, entrelaçados e conjecturados, dão suporte a uma análise da transnacionalização da política de cooperação da Misereor. Como se sustenta a ideia de que essa ação era conjunta e não unilateral, esse ponto de vista deve remeter a uma intencionalidade de entender o catolicismo como uma prática que se pretendeu cosmopolita. Num cenário geopolítico de instabilidades sociais e políticas do período, um recorte espacial regionalizado, numa perspectiva de escalas, tem o objetivo de direcionar o olhar aos diversos sujeitos e instituições que participaram dos processos de cooperação. Ajustar as peças do tabuleiro não deve ser compreendido na perspectiva de uma intencionalidade que parte de um contexto para com outro. As ações se complementaram e se transnacionalizaram e o recorte espacial e temporal da proposta de tese remete a uma análise das causas e consequências da política de cooperação da Misereor.

1.0 O CONCÍLIO VATICANO II E A ABERTURA DA IGREJA À MODERNIDADE

Esta emergencia, en su doble aspecto psico-social y física, constituye un fenómeno irreversible: [...] nos encontramos frente a un verdadero estado de emergencia cuya profundidad está dada por la globalidad y la radicalidad de la marginalidad.
Roger Vekemans⁹

“O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento, é seguido com atenção pela Igreja.”
Carta Encíclica *Populorum Progressio*¹⁰

Los años posteriores al Concilio han significado una época de crisis para la Iglesia. [...] pero una de las explicaciones más plausibles es que la crisis es el resultado inevitable de la tentativa de la Iglesia de asimilar en muy pocos años las enormes fuerzas intelectuales y sociales dominantes en la sociedad occidental desde la Ilustración en siglo XXVIII hasta nuestros días.
Enrique Bernal¹¹

Analisar o desenvolvimento da instituição Misereor nos remete a entender sob que contexto ela surge na Alemanha na década de 1950. No entanto, apesar de estar atrelada a uma conjectura peculiar daquele país e da pretensão de fomentar novos padrões de sociedade alemã após os conflitos da primeira metade do século XX, a ideia de um organismo de combate à miséria e à fome como amparo ao desenvolvimento esteve atrelado a uma conjuntura mais ampla.

Essa conjuntura esteve alicerçada principalmente nos princípios da Igreja Católica Apostólica Romana, nas bases eclesíásticas da instituição e nos seus princípios de doutrina social. Mais incisivamente a partir da década de 1950, a Igreja Católica passou por um momento de reestruturação que influenciou toda uma geração de religiosos e de leigos vinculados ao trabalho pastoral e à causa social. Essa demanda se tornou necessária visando reavaliar e reafirmar o compromisso social da instituição diante das novas conjecturas presentes após a Segunda Guerra Mundial. O Capítulo

⁹ VEKEMANS, Roger. *La marginalidad en América Latina: un ensayo de conceptualización*. Cuadernos da Desal: Santiago, 1969, p. 72.

¹⁰ CARTA ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO. *Sobre o desenvolvimento dos povos*. Vaticano, 1967. Retirado do site: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html>, Acesso em 06/06/2015.

¹¹ BERNAL, Enrique Cantolla. *La cruz de nuestra modernidad*. Santiago: Emérida, 1993, p. 260.

defende assim a ideia de que o Concílio Vaticano II representou uma abertura à modernidade, mas numa perspectiva de continuidade de um movimento que se formatou num longo e cadenciado processo.

A postura social, ou a Doutrina Social da Igreja (DSI), não era nenhuma novidade temporal para o catolicismo de então. Esses princípios já faziam parte da política, dos princípios e da filosofia católica-cristã secularizada pela instituição e pelos seus variados segmentos sociais, pastorais e intelectuais. Ela resume-se à base evangelizadora da própria Igreja. Desde as bases neotomistas, das encíclicas e dos documentos papais do final do século XIX e início do século XX, a preocupação com a condição econômica, política e social da sociedade perpassava e se fortalecia pelos mais variados segmentos do catolicismo ou de ideias e intelectuais que lhe influenciaram.

O objetivo inicial é de propor uma discussão na perspectiva de que essa postura do catolicismo exigiu e demandou novas atitudes a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o cenário geopolítico e da perspectiva de universalização de ideais de cooperação e de desenvolvimento tornaram-se bandeiras mais concretas e perceptíveis. Entende-se que o novo aqui compreendido representa uma nova temporalidade, não necessariamente uma nova postura.

A instituição Misereor deve ser compreendida nesse cenário de reconstrução e integração mundial, ideal característico da geração pós Segunda Guerra, como um período histórico conturbado de reconstrução e ressignificação de alguns valores na perspectiva de uma geopolítica de zonas de influência, movimento que se inseriu no que se denominou de Guerra Fria. Essa conjuntura foi determinante para a reestruturação da ação social da Igreja Católica, que num movimento de universalização pretendeu oferecer ao mundo o que se imaginava precocemente como uma terceira via para o mundo, para um desenvolvimento mais humanitário sob os alicerces do cristianismo. Essa perspectiva logo teve de ser repensada diante dos contextos internacionais, o que exigiu e legitimou a convocação do Concílio Vaticano II.

Nesse sentido, o olhar se voltou mais incisivamente para os pobres e para os países considerados “subdesenvolvidos” ou de “terceiro mundo”. Essa perspectiva se formatou num projeto de cooperação internacional, alinhando-se a uma geopolítica fomentada por organismos internacionais estruturando-se em um processo de ação conjunta visando fazer frente a sistemas governamentais considerados nocivos e ideologias de caráter social que não vinham de acordo com os dogmas da democracia cristã idealizada pelo catolicismo.

Dessa forma, a discussão inicia com base em conceitos que legitimaram e fortaleceram a causa social cristã no século XX. Princípios básicos do cristianismo como subsidiariedade, solidariedade, liberdade, democracia e bem comum se tornaram temas recorrentes nesse contexto e serviram de inspiração para a constituição de um esforço amplo que se legitimou pelos ideais cristãos de um mundo mais justo, mas que se manifestou num enquadramento dos povos sob a égide capitalista da democracia cristã que se pretendeu cosmopolita.

1.1 A Doutrina Social da Igreja e os ideais de justiça e dignidade humana

Os princípios da Doutrina Social da Igreja se fundamentam na origem do cristianismo. Não pretendemos fazer uma discussão profunda sobre os fundamentos teológicos, dogmáticos e evangélicos de tais princípios, mas considera-se importante elaborar uma síntese histórica de como essa postura se formatou e se fortaleceu ao longo da história numa perspectiva eclesiológica. Basicamente, a Doutrina Social da Igreja se resume ao interesse, ou até mesmo a forma como a Igreja vê o ser humano e sua condição mundana e temporal diante da imagem divina.

Houve momentos na história em que a Doutrina Social da Igreja esteve mais latente. Sinteticamente, esses momentos podem ser resumidos a contextos históricos e sociais em que a Igreja teve de dar respostas à sociedade, ou se esperava isso dela, sobre as condições de sofrimento, de angústia e de vulnerabilidade da condição humana. Para fins de tese, interessam as manifestações papais como documentos oficiais e de potencial hierárquico em que esse princípio foi fortalecido e da forma como elas atingiram as variadas esferas sociais e intelectuais do catolicismo.

Nessa perspectiva, a modernidade exigiu da Igreja Católica uma afirmação de sua postura diante de novas conjecturas temporais que se fortaleceram ao longo dos séculos XIX e XX. Esse momento histórico caracterizou-se pela resignificação de ideais de sociedade, em decorrência do fortalecimento da noção de indivíduo onde a noção de tradição e de instituições cristalizadas perdeu paulatinamente seu significado histórico. Na visão de Sena, “as sociedades modernas, nascidas num longo processo de dissolução da imagem antiga do mundo, elaboram seu projeto de emancipação, visando ao advento de uma sociedade e de uma história construída pelos indivíduos que nelas se

reconhecem.”¹² Na perspectiva religiosa, esse processo ficou mais claro na perspectiva da secularização e laicização, ficando a religião relegada basicamente à vida privada. Nesse sentido, o catolicismo teve de rever suas posturas sociais para não perder terreno e influência na sociedade.

Um dos momentos históricos em que a causa social foi oficialmente fomentada foi através da promulgação da Encíclica *Rerum Novarum* em 1891. Ela se inseriu num contexto de revoluções liberais, de Revolução Industrial e de difusão dos ideais marxistas entre as classes trabalhadoras da Europa. O contexto de miséria e de desestruturação das relações sociais e obviamente, do afastamento cada vez maior dos fiéis da Igreja, exigiu uma postura de inserção social do catolicismo.

Para tanto, a Encíclica trata das questões da propriedade e da condição natural do homem, na qual todo indivíduo deveria aceitar com paciência a sua condição social e política. A intenção era de constituir um corpo social ajustado, evitando assim lutas de classe e violências sociais advindas das condições adversas da sociedade, principalmente nas relações de trabalho. Há clara evidência na *Rerum Novarum* de uma ordem natural das coisas e de que o equilíbrio e a justiça se façam na relação harmoniosa entre as esferas sociais.

Na *Rerum Novarum* há um pedido de uma justiça social a partir de um equilíbrio social no qual as riquezas, depois de satisfeitos os desejos e as necessidades pessoais, deviam ser repassadas às camadas sociais mais necessitadas. Dessa forma a caridade cristã é elevada como princípio da doutrina social que deveria ser valorizada por todos os seres humanos. “Tal é a economia dos direitos e dos deveres que ensina a filosofia cristã. Não se veria em breve prazo estabelecer-se a pacificação, se estes ensinamentos pudessem vir a prevalecer na sociedade?”¹³ O sumo pontífice Leão XIII afirmou na Encíclica que a única instituição capaz de atingir o coração humano e levar os homens a obedecer as imposições do dever seria a Igreja. Assim, a instituição se firmou num papel de protagonismo da causa social cristã.

No entanto, a Encíclica faz referência à importância do Estado como instituição legitimamente reconhecida por administrar as riquezas e prezar pelo reconhecimento do indivíduo, das relações produtivas e da propriedade privada. Nesse sentido, o bem

¹² SENA, Edmar Avelar de. Modernidade e pluralismo: o processo de secularização da sociedade. In: *Revista Vox*, nº 1, v; 1, p. 15-34. Jan/Jul 2015, p. 17.

¹³ CARTA ENCÍCLICA RERUM NOVARUM, Sobre a condição dos operários do Papa Leão XIII, p. 11, 1891. Retirada do Site do Vaticano. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em 07/10/2016.

comum seria necessariamente um bem moral. Além disso, Leão XIII reconhece a importância das associações e corporações como entidades coletivas imbuídas de um sentimento de fraternidade comum. Todas essas instituições foram legitimadas pelo sentimento de restauração dos costumes cristãos, onde o sentimento de caridade seria a solução definitiva diante da condição temporal.

Em 1931, o Papa Pio XI utilizou-se da data comemorativa em relação à *Rerum Novarum* publicando a Encíclica *Quadragesimo Anno*. Nela defende-se a doutrina social e econômica e busca-se “apontar a raiz do mal estar da sociedade contemporânea e mostrar-lhe ao mesmo tempo a única via de uma restauração salutar, que é a reforma cristã dos costumes.”¹⁴ Na Carta, infere-se de que a autoridade da Igreja posta por Deus sobre questões morais seria legítima, subordinando ao seu juízo a ordem social e a questão econômica.

A afirmação de Pio XI sobre a legitimidade da propriedade privada demonstra uma preocupação antiga da Igreja, principalmente com a questão da ordem social e econômica, mas afirma-se a postura de negação do domínio através do princípio da propriedade, sendo esta a base para uma vida digna e o reconhecimento da personalidade. Nesse sentido, reafirma-se a obrigação do Estado e das entidades civis em prezar pela autoridade moral da Igreja e dos princípios da dignidade humana. Nesse sentido, a Encíclica reafirma sua postura de crítica ao comunismo e ao liberalismo. A intencionalidade de um capitalismo ordenado, democrata e cristão é perceptível. A clara opção por um sistema capitalista e democrático torna-se uma via obviamente longe de ser a adequada, mas a possível.

A *Quadragesimo Anno* afirma a necessidade de uma distribuição equitativa das riquezas visando uma equiparação das condições de vida. “É necessário que as riquezas, em contínuo incremento com o progresso da economia social, sejam repartidas pelos indivíduos ou pelas classes populares de tal maneira, que se salve sempre a utilidade comum.”¹⁵ Assim, a divisão dos lucros advindos das relações econômicas e produtivas devem satisfazer às necessidades de todos, o que demonstra uma postura de afirmação de um sistema capitalista mais humanizado.

A intencionalidade se referia à formação de uma sociedade ordenada e disciplinada na perspectiva de uma estrutura social equilibrada:

¹⁴ CARTA ENCÍCLICA QUADRAGESIMO ANNO, Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social, do Papa Pio XI, 1931. Retirado do Site: < https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.pdf>. Acesso em 07/10/2016.

¹⁵ CARTA ENCÍCLICA QUADRAGESIMO ANNO, op. cit, p. 14.

Se a sociedade não forma realmente um corpo organizado, se a ordem social e jurídica não protege o exercício da atividade, se as várias artes, dependentes como são entre si, não trabalham de concerto e não se ajudam mutuamente, se enfim e mais ainda, não se associam e colaboram juntos a inteligência, o capital e o trabalho, não pode a atividade humana produzir fruto: logo não pode ela com justiça ser avaliada nem equitativamente remunerada, se não se tem em conta a sua natureza social e individual.¹⁶

Nesse sentido, a Encíclica esclarece serem necessárias duas medidas emergenciais: a reforma das instituições e a emenda dos costumes. A primeira diz respeito ao Estado e ao valor do individualismo nele impregnado. A harmonia entre as esferas sociais deveria ser uma política de Estado, na perspectiva de um ordenamento e de um sentimento de paz, democracia e justiça social, como um vínculo comum: a condição humana e a sua compreensão transcendental.

As mensagens papais de caráter social se tornaram cada vez mais presentes ao longo da primeira metade do século XX. É uma postura que encontrou eco nas mais variadas esferas católicas, da sociedade civil e de representantes governamentais. O discurso da democracia cristã, das ideias de ajuda aos pobres e aos miseráveis, aos excluídos da sociedade tornou-se uma bandeira de intelectuais, políticos e personalidades engajadas com a causa social. Esse esforço coletivo se tornava mais intenso na medida em que se percebia de que os modelos experimentados nas primeiras décadas do século XX não davam conta da causa social. Somam-se a isso os conflitos mundiais que ocasionaram danos catastróficos à causa humana e à tomada do poder em diversos países de governos autoritários e também excludentes. Além do mais, muitos países ainda viviam sob a égide do colonialismo, principalmente do continente africano. Os debates sobre a personalidade, o indivíduo, a condição humana terrena e transcendental acaloravam os debates nos círculos intelectuais católicos.

A Carta Encíclica *Mater et Magistra*, publicada em 1961 no limiar do Concílio Vaticano II, tratava da evolução da questão social à luz da doutrina cristã. Ela fortalece a ideia de que a Igreja representa a coluna e o fundamento da verdade, manifestando preocupação com as questões materiais dos povos e principalmente com a condição da dignidade humana. É importante destacar que a Carta também esboça uma preocupação com questões produtivas, principalmente com a condição dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, apela-se para um desenvolvimento gradual e harmonioso das nações. Para tal, “requer-se uma política econômica hábil no campo agrícola no que se refere ao

¹⁶ CARTA ENCÍCLICA QUADRAGESIMO ANNO, 1931, op. cit, p. 18.

regime fiscal, ao crédito, à previdência social, à defesa dos preços, ao fomento de indústrias complementares e à modernização dos estabelecimentos.”¹⁷

Nesse sentido, a Carta está ciente dos desafios dos novos tempos no cenário agrícola, reforçando questões como modernização das técnicas produtivas, utilização correta do solo bem como aperfeiçoamento de relações cooperativas. O ideal de nivelamento econômico da Encíclica *Mater et Magistra* faz referência à inserção das áreas menos desenvolvidas do mundo no cenário produtivo e econômico internacional, na intenção da constituição de um equilíbrio socioeconômico mundial. A Carta reconhece os novos desafios da era moderna no sentido das relações entre as nações economicamente desenvolvidas e as menos desenvolvidas. Nesse sentido, reforça o princípio da solidariedade como o bem comum de todos e que os une numa só família.

A Igreja, por direito divino, é universal. E também o é de fato, por estar presente, ou tender a estar presente, a todos os povos. O fato da Igreja ser estabelecida no meio de um povo tem sempre consequências positivas no campo econômico e social, como o provam a história e a experiência. Os homens, fazendo-se cristãos, não podem deixar de sentir a obrigação de melhorar as estruturas e as condições da ordem temporal, por respeito à dignidade humana, e para se eliminarem ou reduzirem os obstáculos à difusão do bem e aumentarem os incentivos e os convites que levam a ele.¹⁸

A questão é ter presente o fato de que essas ideias que o Vaticano propunha tinham a aspiração de se tornarem universais diante da própria intencionalidade cosmopolita que postulava. Isso se torna um grande problema se formos analisar a perspectiva da constituição de um discurso alicerçado num conceito de verdade. Essa situação gera três situações contraditórias.

A primeira se trata da questão da circulação internacional desses discursos católicos. Nessa perspectiva, temos a contribuição de Bordieu, no sentido de que a transnacionalização e a circulação de textos e ideias está sujeita a um mau entendimento das mesmas, principalmente pelo fato de que esses textos circulam fora de seu contexto. Segundo Bordieu, o fato dos textos circularem sem seu contexto, “de não importarem consigo o campo de produção dos quais são o produto e dos receptores, eles próprios inseridos em um campo de produção diferente, reinterpretarem-nos em função da

¹⁷ CARTA ENCÍCLICA MATER ET MAGISTRA, sobre a recente questão social à luz da doutrina cristã, do Papa João XXIII, 1961. Retirado do site <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html> Acesso em 13/10/2016.

¹⁸ Idem, p. 35.

estrutura do campo de recepção é gerador de mal entendidos colossais.”¹⁹ Nesse sentido, as Encíclicas papais produzidas no final do século XIX e início do século XX eram redigidas numa noção ofuscada, não muito clara e abrangente do mundo como um todo.

A segunda se trata da questão da produção do discurso da verdade. A verdade é uma perspectiva subjetiva, vinculada a valores e noções de mundo que se formatam com base na visão que se tem dos processos. Caracteriza-se como um discurso atrelado a uma intencionalidade de poder, que na perspectiva de Foucault²⁰ seria uma produção de um discurso visando constituir um padrão ou modelo a ser idolatrado, seguido, obedecido e reverenciado. Então, se a Igreja pretendia ser referência e mensagem de um modelo de sociedade, a produção de seus discursos esteve atrelado a uma lógica de poder, consequentemente política.

A terceira é a amplitude da comunidade católica-cristã. Mesmo que a Igreja Católica fundamente-se na ideia de uma comunidade unívoca e homogênea, alicerçada na perspectiva de uma hierarquia em muitas vezes ela foi motivo de discussão no catolicismo. A Igreja e suas variadas realidades que vão desde a Cúria Romana, as Igrejas nacionais, dioceses, paróquias, ordens religiosas ou congregações, intelectuais e até mesmo a postura de desconfiança dos próprios fiéis, foi se tornando um problema de unidade na medida que a Igreja ia avançando fronteiras e ampliando seu campo de atuação. Essa questão é discutida por Silva e Seidl²¹ no sentido de que as interpretações sobre o papel da Igreja no seu tempo, os ensinamentos, as doutrinas, a postura social, os dogmas foram motivo de variadas interpretações mesmo diante de uma hierarquia e de uma verdade unilateral baseada nos princípios cristãos.

A questão é que os discursos cristãos de caridade, de justiça e de dignidade humana encontravam campo profícuo para se proliferarem e influenciarem um ideal de sociedade. Estudar a postura e o discurso social da Igreja remete a um contexto abrangente e complexo, visto que as compreensões de mundo do cristianismo e a amplitude evangelizadora estendiam-se para a maioria dos países do mundo, influenciando políticas de governo, modelos econômicos e padrões socioculturais.

O campo intelectual acerca da postura social da Igreja, dos desafios e possibilidades dessa postura se tornou bastante amplo ao longo do século XX. Esses

¹⁹ BORDIEU, Pierre. As condições sociais da circulação internacional de ideias. In: Revista Enfoques. Vol. 1, nº 1, p. 04-15, 2002, p. 6.

²⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

²¹ SILVA, Wheriston; SEIDL, Ernesto. Uma Igreja distante de Roma: circulação internacional e gerações de missionários no Maranhão. In: *Estudos Históricos*, vol. 28, nº 55, p. 129-149, Jan-Jun 2015.

debates atravessaram os ambientes acadêmicos, da própria cúria romana, de representantes de entidade civil e política. A ampla aceitação desse tema refletia a urgência do catolicismo em propor um modelo social e político para o mundo diante de instabilidades e vulnerabilidades sociais, ideologias consideradas nocivas, governos autoritários, conflitos bélicos. Para a Igreja Católica interessava no século XX constituir um campo social harmonizado, onde a relação entre os países fosse equilibrada e cooperativa, onde as instabilidades, as revoltas populares e as ingerências sociopolíticas fossem abafadas por um modelo econômico e político harmonioso e pacífico.

1.2 Dimensões da doutrina social no século XX

A Doutrina Social da Igreja teve muita aceitação nas esferas políticas e intelectuais. Obviamente não podemos afirmar que somente ela influenciou um movimento baseado nos princípios do humanismo no século XX. A causa social do catolicismo influenciou, bem como foi influenciada pelo contexto sociopolítico e do campo das ideias. O complexo contexto do século XX, o sentimento de insegurança e fragilidade, a inserção dos povos periféricos no debate da riqueza e da dignidade humana, a descolonização, as instabilidades políticas, formaram um amplo movimento instaurando na sociedade ocidental o sentimento de constituição de alternativas frente a essas realidades. Essas manifestações se alastraram por partidos políticos, debates sobre economia e humanismo, questões de solidariedade, de cooperação, de dignidade humana. Como um dos exemplos, podemos citar a fundação da Organização das Nações Unidas em 1946 surgida para defender a ideia da paz como base para a cooperação internacional. Lideranças políticas vinculadas aos princípios cristãos também foram influentes na formatação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Na política podemos destacar a constituição da democracia cristã que fundou e fortaleceu diversos partidos políticos que empunhavam a bandeira da ética católica. Conforme Coelho, após a Segunda Guerra Mundial, a democracia cristã se concebeu como distinta dos modelos até então vigentes e essa postura conquistou espaço e adeptos em diversos países, principalmente na Europa e na América Latina. “Os democratas cristãos apresentavam-se e entendiam-se como diferentes das demais agremiações políticas por formularem uma pretensa terceira opção entre a democracia

liberal capitalista norte-americana e a doutrina revolucionária socialista.”²² Importante destacar que a abrangência dos partidos cristãos variava em cada país, abrangendo por exemplo cristãos protestantes, mas em sua maioria os correligionários da democracia cristã eram católicos.

Na Europa, os partidos cristãos se proliferaram após a Segunda Guerra Mundial: na Itália, o *Partido Democrazia Cristiana*, após a queda do fascismo, se tornou o partido dominante do cenário político; na Alemanha, o *Christlich Demokratische Union Deutschlands* (CDU), com sua postura de centro se tornou muito influente através do Chanceler Konrad Adenauer após a Segunda Guerra; na Bélgica, o *Centre Démocrate Humaniste*, sucessor do Partido Democrata Cristão, foi influente no cenário político e da escola belga de economia e humanismo. Na América Latina, os partidos cristãos também se proliferaram no Brasil, no Chile, na Argentina, na Nicarágua, na Venezuela, no Paraguai. Enfim, as bases éticas do catolicismo influenciaram o cenário político e passaram a fazer parte das bandeiras e dos discursos de governos e atividades políticas nas variadas esferas.

A base fundamental dos partidos cristãos era a ideia da democracia, mas isso não significa que não tenham se aliado em alguns momentos da história a governos autoritários. Eles fizeram uso das bases da doutrina cristã, mas não necessariamente submissos à Igreja, considerando a instituição como um bem válido relativo para a sociedade. De uma maneira geral, os partidos cristãos defendiam valores morais de tendência conservadora, bases sociais como a família e o associativismo/cooperativismo, bases econômicas alicerçadas no princípio do humanismo.

Na compreensão de Doustdar²³, a democracia cristã se opunha as ideologias liberalistas e socialistas, propondo-se como uma terceira via para a economia e para a política e sua relação com a causa social, partindo da ideia de uma economia social de mercado na qual se conjugassem a liberdade de iniciativa e a propriedade privada, com ampla preocupação social. A preocupação se centraria na ideia de um bem comum, baseado na solidariedade, na prática da subsidiariedade e da paz. Os elementos da democracia cristã se cristalizaram na causa social do catolicismo, mas tiveram grande

²² COELHO, Sandro Anselmo. Democracia cristã e populismo: um marco histórico comparativo entre o Brasil e o Chile. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 15, p. 67-82, Nov. 2000, p. 68.

²³ DOUSTDAR, Neda Mohtadi. *O paranismo atualizado: a democracia cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga*. 330 p. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFPR, 2010.

aceitação no campo político, influenciando a criação de partidos que conquistaram espaços em governos de diversos países a partir da década de 1950. No entanto, essa compreensão acerca de uma terceira via polarizou o entendimento sobre o modelo a ser adotado para o mundo, no sentido de que diante da bipolaridade da Guerra Fria, o alinhamento do catolicismo se ajustou entre a compreensão capitalista de desenvolvimento e a corrente socialista/comunista de esquerda.

Ao longo da tese, serão abordadas as peculiaridades inerentes aos partidos cristãos e sua relação com os projetos de cooperação da Misereor na Alemanha e na América Latina. O que cabe destacar nesse momento é que as bases da democracia cristã influenciaram órgãos internacionais, como veremos em Jacques Maritain, e também concepções de desenvolvimento e economia, como veremos em Louis Lebret e Roger Vekemans. É importante perceber os valores cristãos como uma base para a formatação de um modelo de sociedade e de uma ordem internacional transformada em prática política e social por entidades, organizações e membros da sociedade civil engajados com a causa social. Esse padrão tornou-se mais forte a partir da década de 1950 e se intensificou na década de 1960.

Fato a destacar é que depois da Segunda Guerra Mundial ficaram mais evidentes movimentos que pregavam princípios de solidariedade, cooperação, dignidade humana. Esse contexto se tornou claro no sentido de se constituir uma política internacional de paz visando a constituição de um equilíbrio entre as nações e seus povos. Da mesma forma, instauram-se políticas socioeconômicas direcionadas para realidades locais, de vilas, de comunidades, áreas rurais, ou seja, espaço que antes não eram vistos como espaços de atenção de governos e entidades de ação social. A compreensão de que o desenvolvimento deveria ser levado a espaços anteriormente negligenciados era latente. Nesse sentido, a Doutrina Social da Igreja vem de encontro a esse projeto e o catolicismo se abre à modernidade com essa condição, da formatação de um projeto que aliasse desenvolvimento a valores humanos e cristãos. Para tanto, a Igreja Católica teve de ressignificar suas bases teológicas através de um movimento conciliar nos anos 1960, mas que muito mais do que uma nova postura, representou uma continuidade do que já se constituía há bastante tempo.

1.3 A abertura à modernidade

A tentativa de compreensão de um processo histórico transcorrido no século XX torna-se uma atividade demasiado complexa, visto a relevância e as problemáticas transcorridas nesse século. De qualquer forma, a iniciativa de uma leitura historiográfica parte sempre de um ponto de partida e de um olhar. O historiador realiza suas análises à base de referências e contextos que se sintetizam numa interpretação. Hobsbawm esboça a compreensão de que aquilo que o historiador investiga é algo real, onde o ponto do qual os historiadores devem partir “é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são.”²⁴

O século XX representou um período intenso da história da humanidade, seja pelos conflitos bélicos, pelo movimento de fortalecimento e esfacelamento das fronteiras nacionais, pela crise das instituições e a urgência de sua ressignificação política, seja pela compreensão de uma condição humana ameaçada e vulnerável. Podemos afirmar que o sentimento de crise marcou o cenário do século, o que não era obviamente nenhuma novidade tendo em vista as revoluções liberais e religiosas ocorridas anteriormente, mas representou uma ampliação do campo da crise. Na nossa perspectiva, buscaremos compreender essa perspectiva de crise no campo da Igreja Católica, tendo em vista um conceito utilizado por Bonato, de crise permanente.²⁵

Nesse sentido, a ideia de crise permanente nos remete a uma perspectiva temporal ampliada, de um movimento que se estendeu durante muito tempo e que o estudo pretende compreender a partir do olhar do século XX. Assim, buscamos inserir o contexto do catolicismo no século XX no longo movimento de abertura para a modernidade.

Interessa também para o estudo a perspectiva de que a ideia de uma crise permanente do catolicismo está associada à ideia da secularização, que em síntese pode ser caracterizada pela libertação do homem moderno da tutela da Igreja. Assim, fazemos uso do estudo de Berger, entendendo que quando falamos sobre a história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das Igrejas cristãs das áreas que antes

²⁴ HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 8.

²⁵ BONATO, Massimo. *Igreja Católica e modernização social: a crise do catolicismo a partir da experiência missionária de um grupo de jovens italianos em Belo Horizonte nos anos 1960*. 346 p. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia da USP, 2014. O autor trabalha o conceito de crise fazendo uso das discussões de Jürgen Habermas e Reinhart Koselleck.

estavam sob seu controle ou influência: separação da Igreja do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico, por exemplo. Assim,

Quando falamos em cultura e símbolos, todavia, afirmamos implicitamente que a secularização é mais que um processo socioestrutural. Ela afeta a totalidade de vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na essência da ciência, como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular do mundo. Mas ainda, subentende-se aqui que a secularização tenha um lado subjetivo. Isso significa, simplificando, que o Ocidente moderno tem produzido um número crescente de indivíduos que encaram o mundo e suas próprias vidas sem o recurso às interpretações religiosas.²⁶

Outro elemento a considerar é o conceito de desencantamento do mundo, que tem ampla discussão conceitual baseada nas ideias de Max Weber através da formação da modernidade. Nesse sentido, fazemos uso do estudo de Assunção²⁷, que analisa as obras de Weber para contextualizar a abertura do catolicismo frente à modernidade. Assim, a compreensão de um desencantamento do mundo seria a concepção da vida distante de uma visão mística ou mágica, através da análise racional do mundo e de suas manifestações com um olhar teórico e científico. Assim a religiosidade seria relegada a segundo plano, pois o homem tende a explicar a sua condição através de uma leitura racional típica da modernidade. A própria religião adquire caráter de ciência ao compreender sua cosmovisão através de uma leitura intelectualizada e racional, desprovida da magia típica da sociedade feudal. Esse desencantamento do mundo que fragmenta tanto o mundo natural quanto a condição existencial humana, enaltecendo de objetividade a realidade, torna-a vazia de sentido. Assim, a humanidade avançaria continuamente no conhecimento e na experiência estando repleto de coisas, mas apropriando-se muito pouco da realidade. Como consequência direta, a sociedade moderna estaria iludida da vida e não plenamente realizada com ela.

Ainda é pertinente vislumbrar a análise temporal de Charles Taylor²⁸ na perspectiva de compreender o processo da secularização religiosa. Ele entende que se pode fazer uma periodização de longa temporalidade, dividida em três fases, para

²⁶ BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 120.

²⁷ ASSUNÇÃO, Rudy Albino de. *O "espírito" da modernidade na visão de Joseph Ratzinger-Bento XVI*. 219 p. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da UFSC, 2016.

²⁸ TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. São Leopoldo: Unisinos, 2010; apud Bonato, op. cit., 2014.

entender a postura dos indivíduos diante do fenômeno religioso. A primeira se alicerça na ideia do *Ancien Regime* (época em que havia um entrelaçamento entre Igreja e Estado; um imaginário social em que Deus estava em toda parte; um mundo paroquial; a presença da magia). A segunda seria a *Era da mobilização* que se fortalece após a Revolução Francesa e vai até os anos pós Segunda Guerra Mundial (quando os indivíduos são impelidos a se mobilizar por meio de instituições como governos, igrejas, partidos; há o papel forte das ideologias e identidades políticas). A terceira fase seria a da *Era da autenticidade*, presente a partir dos anos 1960 (individualismo expressivo; revolução individualizadora; adesão dos indivíduos às novas culturas de consumo; imperativo da liberdade de escolha; emergência da cultura jovem; centralidade das questões sociais).

A era da autenticidade reflete essencialmente o contexto do período temporal que o estudo pretende abordar. Ou seja, de um período em que as instituições precisavam se ressignificar diante de um individualismo crescente e de uma secularização religiosa consistente. Essa pode ser sinteticamente a compreensão da postura da Igreja no contexto dos anos 1950 e 1960, ou seja, de uma compreensão de uma abertura à modernidade, que obviamente já vinha ocorrendo substancialmente desde o século XIX, mas que se tornou mais urgente no século XX. Assim, o olhar se fortalece sobre a ideia do indivíduo como portador e construtor de história.

Tendo em vista o foco de análise, é importante compreender essa dialética da crise do catolicismo, da ideia da secularização e da conseqüente abertura à modernidade da Igreja Católica através do abrangente movimento conciliar da década de 1960. Para tanto, o esforço de compreensão do Concílio Vaticano II e sua dimensão social é uma tentativa de relacionar a atuação da Misereor num contexto de ressignificação das bases católicas no século XX. Entende-se de que os projetos de cooperação da Misereor estão diretamente ligados a um movimento de modernização das perspectivas de ação social do catolicismo no período, vinculado a um contexto de discussão progressista das bases teológicas e evangelizadoras da Igreja no seu tempo.

Visando essa compreensão, torna-se interessante a análise de Rodrigo Caldeira na perspectiva da importância do Concílio Vaticano II no contexto do século XX. Caldeira é uma das referências no Brasil que se debruça sobre o estudo da amplitude historiográfica desse momento para a história da Igreja. Na visão do pesquisador, estudar o Concílio Vaticano II é um exercício de julgamento, sendo que a questão da consciência eclesial do catolicismo contemporâneo “esteve marcada pela questão de

como a Igreja deveria se inserir no mundo, como ela deveria se organizar para responder às perguntas do homem moderno, ou seja, como se constituir pastoralmente.”²⁹

Caldeira trabalha com dois conceitos inerentes à compreensão historiográfica do Concílio Vaticano II e que têm motivado as discussões nas mais variadas ciências acerca do tema: a hermenêutica da continuidade e da descontinuidade. Nesse sentido, seria possível fazer duas interpretações acerca desse momento ímpar da história da Igreja que irá condicionar a sua postura de ação social diante de seu tempo.

A primeira refere-se à perspectiva da hermenêutica da continuidade que busca relacionar a longa história da Igreja e de suas variadas posturas ao longo dos tempos. Nessa perspectiva, o Concílio Vaticano II teria sido mais uma postura de reafirmação e reordenação dos princípios de ação com base na sua tradição. Nesse sentido, o evento conciliar se enquadra mais numa perspectiva de resposta da Igreja diante das novas demandas do seu tempo. Na verdade, caracteriza-se pela postura moderna do catolicismo no cenário dos anos 1950 e 1960. Nesse sentido, devemos entender esse contexto numa perspectiva de temporalidade, de novas exigências da religião diante de novas demandas refletindo o que historicamente a Igreja Católica já fazia em suas posturas sociais. Se o contexto social se reconfigurou com o passar dos tempos, torna-se necessário que a postura social da Igreja também se reconfigurasse, numa perspectiva de continuidade.

A segunda refere-se à hermenêutica da descontinuidade, ou seja, de que o Concílio Vaticano II “mais do que um ponto de chegada, teria sido um ponto de partida que a Igreja deveria assumir de si mesmo.”³⁰ Nessa perspectiva, o autor contextualiza a questão de que o movimento conciliar, numa perspectiva descontínua, não pode ser resumida meramente aos seus textos finais, mas sim, no abstrato espírito que o teria marcado, como que um legado para as gerações futuras.

Como síntese, Caldeira entende que é preciso estar atento ao aspecto inovador do Concílio Vaticano II em relação ao passado secular da instituição, principalmente no sentido de (re)conciliar a Igreja e a modernidade.

Por outro lado, agora pensando metodologicamente o evento conciliar, não podemos nos desviar do fato de que o próprio concílio Vaticano II faz parte da história secular da Igreja católica e do cristianismo e deve ser inserida na dinâmica antimodernidade-modernidade que marcou as

²⁹ CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Reflexões acerca da continuidade e descontinuidade no Vaticano II: possibilidades de análise. In: *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, v. 3, p. 1-13, 2008, p. 2.

³⁰ Idem, p. 5.

lutas em torno dos significados do ser cristão nestes dois séculos passados. Assim, devemos abordar o Vaticano II não como um evento isolado e descolado da história da Igreja, mas sim inserido na complexidade que a marcou profundamente nesse ínterim, ou seja, uma Igreja que não consegue decidir se mostra sua face de mãe misericordiosa ou de sombria madrasta.³¹

Dessa forma, a interpretação da hermenêutica da continuidade nos é mais plausível. Entende-se que a ação Misereor foi uma tentativa de enquadrar a Doutrina Social da Igreja diante dos novos tempos. O movimento conciliar não pode ser visto numa perspectiva de ruptura, ele representa as bases de evangelização do próprio catolicismo que se manifestava, mesmo que timidamente, com muita antecedência. Essa nova postura, longe de ser um marco inicial, é uma continuidade ressignificada pela ala progressista da Igreja que tinha como grandes influentes os padres conciliares alemães, de onde se originou a instituição Misereor.

No campo intelectual há diversas compreensões acerca da relevância do Concílio Vaticano II para a história da Igreja. Algumas posturas apontam para o caráter de ineditismo e de mudança que ele gerou na postura da Igreja para com o mundo. Julgar se o movimento conciliar foi um avanço, um retrocesso ou uma estagnação da Igreja depende de quais pontos se leva em consideração para a análise, se são aspectos teológicos, eclesiológicos, doutrinários, de hierarquia, de infalibilidade, de ação social. O pesquisador italiano Alberigo³² é defensor da ideia de que o Concílio foi uma virada no penoso itinerário rumo à unidade cristã. Ele entende que o evento foi uma mudança na postura da Igreja em diversos aspectos, incitando o catolicismo a se renovar – o que se concebe de *aggiornamento* – num confronto sincero com o Evangelho conduzido pela luz da fé e pelos sinais dos tempos.

A nossa tese parte da ideia de que o movimento conciliar representou uma postura necessária da Igreja diante dos novos tempos que se configuraram após a Segunda Guerra Mundial, uma abertura à modernidade, principalmente no que tange à questão da doutrina social. Entretanto, diferentemente do que pensa Alberigo, defende-se a ideia de que representou um evento resultante de uma processualidade histórica, um contingenciamento, uma organização e padronização dos diversos movimentos e angústias que se refletiam nas paróquias, nas dioceses e arquidioceses mundo afora.

³¹ CALDEIRA, 2008, op. cit. p. 9.

³² ALBERIGO, Giuseppe. *Breve história do Concílio Vaticano II (1959-1965)*. Tradução de Clóvis Bovo. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2006.

Numa perspectiva de historiografia, é interessante vislumbrar o Concílio Vaticano II na ideia de tempos da história de Fernand Braudel. Caldeira entende que Braudel estabeleceu três ritmos na história, que seriam as durações do tempo e dos ciclos contextuais. Seriam eles:

o estrutural (fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômicos, políticos, culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante muito tempo ou que evoluem de forma quase imperceptível); o conjuntural (flutuações de amplitudes diversas e que se manifestam nesse quadro estrutural); e o do evento/acontecimental (seria o caso da revolução, ou seja, a desestruturação de uma estrutura e a criação de outra).³³

Nessa perspectiva, o movimento conciliar insere-se na perspectiva estrutural de longa duração. Arraigado nessa perspectiva estrutural, o Concílio se enquadra numa dinâmica conjuntural da Igreja Católica, de tempo lento e cadenciado em relação ao contexto histórico do mundo ocidental, “transformando-se e reconstruindo-se de maneira quase imperceptível.”³⁴

Segundo Fernand Braudel,

Entre os diferentes tempos da história, a longa duração se apresenta assim como um personagem embaraçante, complicado, amiúde e inédito. [...] Em todo caso, é em relação a essas extensões da história lenta que a totalidade da história pode se repensar, como a partir de uma infraestrutura. Todas as faixas, todas as milhares de faixas, todos os milhares de estouros do tempo da história se compreendem a partir dessa profundidade, dessa semi-imobilidade; tudo gravita em torno dela.³⁵

Braudel entende que a história de longa duração se caracteriza como o recitativo do ciclo e da conjuntura, do interciclo, que propõe uma dezena de anos, um quarto de século. A questão da estrutura, que comanda os problemas de longa duração, seja na perspectiva de uma articulação, uma arquitetura, uma realidade que o tempo utiliza mal e vincula muito longamente. Assim, percebe-se o Vaticano II não como uma ruptura, um momento ocorrencial, mas sim um longo ciclo de ressignificação do catolicismo, que denota mais uma continuidade ou reenquadramento de sua postura, do que um momento novo e ímpar na história da Igreja.

³³ CALDEIRA, 2008, op. cit, p. 62.

³⁴ Idem, p. 62.

³⁵ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre história*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 52-53.

Já a contribuição de Berger é importante na relação existente entre o conceito de plausibilidade e de cristianismo. Ou seja, Berger defende a ideia de que a instituição cristã, no nosso caso o catolicismo, precisa referendar diante da sociedade aspectos plausíveis para fortalecer as estruturas sociais nas quais sucessivas gerações possam vislumbrar a dialética cristã como algo real. Berger entende que “quando essa estrutura de plausibilidade perde a sua integridade ou a sua continuidade, o mundo cristão começa a vacilar e sua realidade deixa de se impor como verdade evidente.”³⁶ Ou seja, não há como imaginar uma ruptura nas bases ideológicas do catolicismo, pois perde-se de vista a ideia da legitimidade de uma instituição secular que se mantêm e se fortalece na tradição e que fora utilizada em vários momentos da história para manter a ideia de uma estrutura social coesa, uniforme, ajustada, segura e acolhedora.

Entende-se, em consonância com Berger, que as instituições possuem caráter de objetividade e as suas legitimações devem constantemente se revestir desta objetividade. Confere-se assim um caráter de inevitabilidade às instituições religiosas. Empiricamente, as instituições estão sempre mudando à medida que mudam as exigências da atividade humana sobre as quais elas se baseiam. “As instituições estão sempre ameaçadas não só pelos estragos do tempo, como também pelos conflitos e discrepâncias entre os grupos cujas atividades elas pretendem regular.”³⁷ Assim, entendemos o momento histórico do Concílio Vaticano II um processo de abertura à modernidade diante das novas exigências temporais, mas uma abertura tutelada, moderada e cadenciada, um *aggiornamento*.

1.4 II *Aggiornamento* e o Concílio Vaticano II: a postura da Igreja diante dos problemas do mundo (1959-1965)

No ano de 1959, o Papa João XIII anunciou o Concílio Ecumênico para dirimir sobre os desafios da Igreja de então. O Concílio Ecumênico foi um evento organizado pela Igreja Católica Apostólica Romana, convocado pelo Sumo Pontífice para discutir temas contemporâneos e os desafios da Igreja sobre questões de fé e fortalecer ou reformar a organização da Igreja. As decisões tomadas em um Concílio representaram a postura cosmopolita da Igreja.

³⁶ BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 60.

³⁷ *Idem*, p. 49.

A necessidade da convocação de um Concílio Ecumênico deu-se em razão de diversos fatores, tais como, questões doutrinárias e teológicas, bem como, ações da Igreja Católica para fazer frente às questões políticas, econômicas e sociais do mundo. O objetivo era atualizar as linhas de ação da instituição frente aos desafios postos num cenário de instabilidades de mais variados nuances. Esse aspecto nos interessa, pois é a partir desse evento que surgem as posturas contemporâneas da Igreja Católica sobre questões socioeconômicas, que irão refletir em ações de caridade e cooperação.³⁸

O Concílio Vaticano II surge em decorrência da discussão já presente na Igreja sobre o papel e a postura da entidade com relação a questões pontuais do mundo. A cooperação humanitária para fazer frente aos problemas de desigualdade, miséria, fome, renda, trabalho, exploração em questões de gênero e infância, institucionaliza-se através desse evento.

Conforme Beozzo.

O Concílio, por outro lado, quebrou a ingênua visão de um monolitismo de posições dentro da igreja católica, mergulhando todo o episcopado num amplo debate, revisão e aprofundamento das estruturas internas da igreja católica, das suas relações com outras igrejas e comunidades cristãs, com as outras religiões, com os não crentes, a cultura e a sociedade modernas e o mundo em geral.³⁹

Nesse contexto, coexistiram visões modernas e anti-modernas, correntes progressistas e conservadoras acerca da postura e da legitimidade da Igreja Católica no contexto temporal. A pergunta central era de que forma o catolicismo deveria se prostrar diante dos novos tempos? Se pudéssemos sintetizar a gênese do Concílio Vaticano II seria na perspectiva elucidada por Caldeira, “de que a consciência eclesial, portanto, esteve marcada pela questão de como a Igreja deveria se inserir no mundo, como ela deveria se organizar para responder às perguntas do homem moderno, ou seja, como se constituir pastoralmente”.⁴⁰ Enquanto uma parte dos padres, bispos e intelectuais católicos acreditava que a Igreja deveria se abrir às novas necessidades e demandas, outros acreditavam que a Igreja deveria se posicionar contrariamente às influências da modernidade. Para Caldeira, o Concílio demonstrou-se como um campo de lutas

³⁸ GUTSCHERA, Herbert; MAIER, Joachim; THIERFELDER, Jörg. *Geschichte der Kirchen: ein ökumenisches Sachbuch*. Freiburg: Herder, 2006.

³⁹ BEOZZO, Oscar José. *Padres Conciliares brasileiros no Concílio Vaticano II: participação e prosopografia 1959-1965*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001, p. 34.

⁴⁰ CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II*. 335 p. Tese de doutoramento do Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009, p. 59.

simbólico-normativas no qual se encamparam na defesa de suas concepções e ideais os herdeiros dos primeiros combates oitocentistas e da primeira metade do século XX, principalmente da espinhosa crise modernista.⁴¹

Fato a destacar para o estudo é o embate travado no Concílio pela formação da ala dos conservadores e dos progressistas. Para a tese interessa mais a ala dos progressistas, visto que ela é liderada pelo Cardeal alemão Josef Frings, que na companhia da maioria dos Bispos e Arcebispos da França, da Bélgica, da Alemanha, da Áustria, Suíça e dos Países Baixos, formaram o bloco conhecido como Aliança Europeia. Esse grupo se manteve relativamente coeso para conquistar votos nas principais votações do Concílio e impor suas visões sobre os desafios da Igreja. Através da união desse grupo, a ala progressista conquistou considerável maioria nas principais comissões conciliares. Juntaram-se à Aliança Europeia, como forma de reconhecimento, religiosos provindos principalmente da América Latina, África e Ásia, principalmente aqueles que vinham sendo contemplados com recursos financeiros da Misereor e da Adveniat, duas entidades alemãs destinadas à cooperação e à ajuda para o desenvolvimento de populações carentes dos países subdesenvolvidos e que estavam sob a tutela do Cardeal Josef Frings. Segundo Wiltgen⁴², iniciou assim o despejo das águas do Rio Reno sobre o Tibre, numa referência à influência das congregações religiosas adeptas a Aliança Europeia ao longo do movimento conciliar.

No entanto, é importante vislumbrar a influência da ala conservadora, entre eles o francês Marcel Lefebvre (1905-1991) e os brasileiros Antônio de Castro Mayer (1904-1991) e Geraldo de Proença Sigaud (1909-1999). Esse grupo relativamente amplo e coeso ao longo do Concílio defendia a tradição como base do catolicismo e em diversos momentos estabeleceu um contrassenso ao movimento progressista. Além de religiosos, no Concílio houve a participação de muitos leigos de tendência conservadora, como por exemplo, o brasileiro Plínio Corrêa de Oliveira, fundador do movimento Tradição, Família e Propriedade. Plínio exerceu muita influência no catolicismo na defesa da tradição e na crítica ao comunismo.⁴³

Participaram do Concílio Vaticano, 2.850 padres conciliares, bispos, patriarcas, superiores de ordens e comunidades religiosas, provindos de 116 países, onde 64% deles não eram europeus, enquanto no Concílio Vaticano I, realizado no século XIX,

⁴¹ CALDEIRA, op. cit. p. 58.

⁴² WILTGEN, Ralph. O Reno se lança no Tibre: o Concílio desconhecido. Tradução de Jaior Britto de Souza. Niterói, RJ: Permanência, 2007.

⁴³ Ver teses de Caldeira, 2009; Zanotto, 2007.

40% dos bispos eram italianos. Muitos episcopados não puderam participar por terem ficado presos em seus países por regimes governamentais comunistas, como na China, no Vietnã, na Coreia do Norte e na União Soviética. Muitos outros atores participaram de perto ou de longe do Concílio, como 487 peritos teólogos foram assim nomeados pelo Papa para aconselhar os bispos. A estes se devem acrescentar cerca de 100 observadores de outras igrejas e 42 leigos ouvintes, incluindo sete mulheres que puderam acompanhar os debates.⁴⁴

O Concílio Ecumênico II pode ser dividido em duas fases. A primeira, que trata do período do anúncio e preparação vai de 1959 a 1962. É um período de formação necessária diante de um evento dessa proporção, presidido em sua maioria pelo Papa João XXIII. A segunda, que comporta efetivamente a realização do Concílio, transcorre entre os anos de 1962 e 1965, coordenada principalmente pelo Papa Paulo VI. Trata-se justamente do período de formação e expansão da *Misereor*, denotando daí a importância de entendermos a amplitude das decisões tomadas no Concílio Vaticano II, pois, a *Misereor*, através da interferência dos bispos alemães, passou a ter influência mais incisiva a partir de então.

A primeira fase, entre 1959 e 1962, foi um período em que foram levantados os temas que seriam discutidos no Concílio. Os bispos do mundo foram convocados a redigir os *vota*, ou seja, um memorando em que cada bispo expunha as realidades religiosas e socioeconômicas da sua região de abrangência e os desafios da Igreja naquele local. Os *vota* representam uma fonte rica de leituras e pesquisa dos Arcebispos e Bispos sobre as condições vivenciadas pela população naquele período.

Para Beozzo, que estudou os *vota* dos bispos brasileiros, há uma ideia central que norteia a concepção da grande maioria dos posicionamentos dos bispos, a de que a justiça social fosse praticada primeiramente dentro da Igreja.

A propósito das questões sociais, chamo a atenção que o sofrimento e a miséria do povo encontram eco constante nos *vota* dos bispos, mas chegam associados, quase sempre ao perigo ou a ameaça comunista. Alguns deixam-se mover mais pela compaixão ou pela sede de justiça e veem o comunismo como uma decorrência da insensibilidade dos ricos e da inércia do Estado em enfrentar as carências do povo e em responder às suas necessidades. Outros, porém, são obcecados por um anti-comunismo que enxerga o inimigo por todo o lado, mesmo nas

⁴⁴ DESJOYAUX. Laurence. Vaticano II, um concílio ecumênico. *Retirado do site Instituto Humanitas Unisinos*, do endereço <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506998-vaticano-ii-um-concilio-ecumenico>>, acesso em 11 de Novembro de 2014.

denúncias de injustiças, no empenho social ou em opções políticas mais à esquerda.⁴⁵

No estudo de Beozzo, são elencados e analisados diversos *vota* de várias regiões do Brasil, mas destacamos o posicionamento de Dom Hélder Câmara, então Secretário Geral da CNBB e Arcebispo do Rio de Janeiro:

A coisa é conhecida. Muito se fala do conflito entre as nações poderosíssimas do leste e oeste (oriente e ocidente). Mas deve-se prestar maior atenção ao fato de que 2/3 do gênero humano, para além das facções em luta, trabalha em míseras condições. Por qual dos dois lados será atraída essa outra parte, de longe a maior de todas? Fora de dúvida, ou pela Cristandade ou pelo Comunismo.⁴⁶

Percebe-se no posicionamento de Dom Hélder Câmara, que a Igreja Católica deveria se preocupar, para além de questões doutrinárias e dogmáticas, com fatos políticos e socioeconômicos. Reside aí nosso interesse ao analisarmos a importância do Concílio Vaticano II para a ação social da Igreja a partir da década de 1960. Quando colocados em contraponto o Cristianismo e o Comunismo, há o posicionamento quanto à necessidade de a Igreja focar também sua linha de ação na perspectiva de uma postura política presente numa condição geopolítica mundial.⁴⁷

A segunda fase do Concílio Vaticano II representou o momento dos debates e estudos diante dos temas levantados na primeira. Essa fase estendeu-se de 1962 a 1965, quando, entre os meses de setembro e dezembro de cada ano os participantes do Concílio reuniam-se em Roma para deliberar sobre questões contemporâneas da Igreja e do mundo.

1.4.1 A participação dos bispos, cardeais e leigos brasileiros

Grande parte dos bispos brasileiros participou do Concílio Vaticano II, seja pela elaboração dos *vota* ou nas discussões em Roma. Através da participação nesse importante evento, os bispos brasileiros puderam ter contato com a realidade e contextos de diversas partes do mundo. Puderam também participar de forma efetiva da

⁴⁵ BEOZZO, 2001, op. cit., p. 87.

⁴⁶ CÂMARA, Dom Helder. *apud*. BEOZZO, 2001, op. cit, p. 87.

⁴⁷ No estudo de Beozzo não há referência aos *vota* dos bispos da Região Sul, visto que esse, a meu ver, é um potencial estudo necessário para a historiografia diante da riqueza dessas fontes.

proposição de debates, expondo a realidade da sociedade brasileira e os anseios e conjecturas da Igreja Católica no Brasil.

Oscar Beozzo sustenta a tese de que os bispos brasileiros que participaram do Concílio Vaticano II englobaram uma geração de lideranças religiosas que marcou a história da Igreja no Brasil. Segundo o pesquisador, a oportunidade dessa geração de participar de um evento desse porte e de tamanha importância fez com que partilhassem um processo de formação e amadurecimento dos princípios de ação social da Igreja Católica, que colaborou na formação de uma Igreja engajada em causas sociais, acarretando profundas mudanças na estrutura e nas linhas de ação a partir de então.

É importante também ter presente que muitos dos participantes brasileiros que foram atuantes ao longo do movimento conciliar eram de tendência conservadora e anti-modernista, ou no mínimo, uma postura de defensiva diante dos pretenciosos progressistas. Esse grupo de bispos e arcebispos conservadores brasileiros, que se somavam a colegas de diversos países, representavam uma corrente forte e atuante dentro do Concílio, amparados principalmente por intelectuais conservadores e membros do laicato e de posturas contrárias a uma abertura da Igreja aos novos tempos, pautando seu discurso sobre a tradição e a negação da modernidade.⁴⁸

Sobre o término do período de atividade desses Bispos, na maioria dos casos por volta da década de 1980, Beozzo destaca que,

...encerrou-se, na prática, a atividade do governo dessa geração conciliar do episcopado brasileiro e que este é o momento propício para recolher e avaliar sua herança, tanto mais que outras gerações de bispos no passado ou a atual geração não puderam fazer experiência sinodal semelhante, tornando historicamente única a trajetória desta geração de bispos brasileiros que esteve no Vaticano II.⁴⁹

Esse grupo de episcopal brasileiro teve atuação efetiva nos debates e na elaboração dos documentos oficiais do Concílio Vaticano II. Fato que temos de destacar é a formação de um grupo de discussão chamado Igreja dos Pobres, formado principalmente por bispos de regiões subdesenvolvidas do mundo, como América Latina e África, com apoio também de outros bispos de tendência progressista e social, principalmente belgas, franceses e alemães. Esse grupo teve participação importante na

⁴⁸ Nesse sentido, ver as teses de Caldeira (2009) e Zanotto (2007).

⁴⁹ BEOZZO, 2001, Op. cit., p. 31.

elaboração de pautas com questões sociais e na aproximação da Igreja com as causas que atingiam as populações vulneráveis do mundo.

A partir do ano de 1962, os bispos participantes do grupo Igreja dos Pobres, formado ao longo do Concílio para discutir aspectos e propostas de ação diante das condições de pobreza do mundo e liderado, principalmente por religiosos da América Latina e da África, elaboraram um manifesto que elencava temas com os quais a Igreja deveria se preocupar. Escrita em italiano, a carta dizia que,

Questi problemi (do mundo) di acutíssima gravità stanno da sempre al cuore dela Chiesa. Perciò, essa li ha fatti oggetto di studio attento, ed il Concílio Ecumenico potrà offrire, con chiaro linguaggio, soluzioni, che son postulate dalla dignità dell'uomo e della vocazione Cristiana.⁵⁰

A carta abrangeu temas que deveriam ser princípios da Igreja, atentando para aspectos dos problemas relacionados à dignidade humana e da vocação cristã. Esse manifesto elencou temas transversais que relevam a preocupação dos bispos sobre temas recorrentes da sociedade, quais sejam:

- o exercício da justiça e da caridade, tanto pessoal como social, de modo especial, em relação aos povos em vias de desenvolvimento;
- a paz e a fraterna união de todos os povos que formam a grande família humana;
- a evangelização dos pobres e daqueles que se encontram afastados;
- a exigência da renovação evangélica nos pastores e fiéis da Igreja

Destaca-se o fato de que a referida geração de bispos teve a oportunidade de, ao longo dos anos de realização do Concílio Vaticano, enriquecer sua visão de mundo através dos debates engendrados. É importante destacar o fato de que os bispos brasileiros, mais precisamente os do Sul, tiveram contato direto com os da Alemanha Ocidental, oportunidade em que lhes fora apresentada a instituição Misereor. Foi justamente no período do Concílio Vaticano II que a Misereor se firmou e se expandiu como entidade promotora de cooperação para o desenvolvimento e da promoção dos direitos humanos. Nesse sentido, os bispos da região Sul, muitos deles de ascendência ítalo-germânica, passaram a ter contato direto com a direção da entidade, o que criou um canal de comunicação positivo da Misereor para com o Sul do Brasil.

⁵⁰ Carta do Grupo Igreja dos Pobres, *apud*, Beozzo, 2001, op. cit., p. 188.

Essa conjuntura esteve alicerçada no amplo debate do papel da Igreja frente às situações de vulnerabilidade social detectadas no mundo subdesenvolvido. Através de ações conjuntas, como a fundação da Misereor e a realização do Concílio Vaticano II, principalmente através da atuação do grupo da Igreja dos Pobres, nossa tese sustenta-se no posicionamento da Igreja Católica como tuteladora da cooperação transnacional. É uma postura de dianteira e de protagonismo que a Igreja pretendia assumir.⁵¹

Após a 3ª sessão do Concílio Vaticano II, os Bispos do Brasil emitiram nota sobre o andamento das discussões e o amadurecimento de aspectos de interesse social:

Agora a Igreja em Concílio sente toda a expectativa do mundo, ao qual Ela quer responder com o mais sincero de sua solicitude. São os grandes problemas da liberdade, da dignidade humana, da justiça, da cultura, da vida econômica e social, da pobreza e da fome, da família e da educação, da paz e da comunidade das nações. A Igreja não promete uma fórmula misteriosa que possa resolver num momento todos esses graves problemas. Porém, à Luz do Evangelho, que é destinado a todos os homens e a todos os tempos, ela redobra sua solicitude e encoraja todos os legítimos esforços que levam a encontrar novas soluções.⁵²

Percebe-se uma visão de ação social e uma profunda preocupação quanto às condições de vida das populações vulneráveis. Ao reconhecer a pobreza do mundo, a Igreja Católica apontou para um caminho que irá direcionar suas ações ao longo dos anos subsequentes. Na América Latina, principalmente no Brasil, esse posicionamento gerou uma nova filosofia e uma postura da Igreja diante das causas sociais que teve reflexos, como veremos mais adiante, na Convenção dos Bispos da América Latina em Medellín (1968) e Puebla (1979). Ainda no Concílio Vaticano II, o grupo da Igreja dos Pobres teve papel fundamental na formulação da *Gaudium et Spes*, documento final do Concílio que tratava das questões pertinentes à postura social da Igreja e que nos interessa compreender com mais detalhes.

Sobre o Concílio Vaticano II, Mattos constata que se discutiu e se refletiu muito sobre a Igreja e a pobreza, sobre a Igreja dos Pobres, sobre uma evangelização dos pobres, sobre a relação que poderia haver entre os pobres e o mistério de Cristo e a Igreja. “No final do Concílio, o Papa Paulo VI teria convidado o episcopado do terceiro

⁵¹ O grupo da Igreja dos Pobres surge no Concílio amparado do evangelho, como Jo 1,14; Heb 2,17; 4,15; Rom 8,3; Filip 2,6-8; Cor 8,9. Os conciliares questionam o fato de a Igreja não ter assumido até aquele momento a postura oficial em defesa e ao lado dos pobres, como princípios de instituição e linhas de ação social. A questão social até então, era vista como uma linha de ação de assistência social, não como uma prática pastoral.

⁵² Mensagem dos bispos do Brasil após o Concílio, 3ª Sessão, *apud* Beozzo, op. cit, 2001, p. 231.

mundo a assumir problemas do subdesenvolvimento e a levantar a voz, assim como reestruturar a pastoral para responder à realidade.”⁵³

Paul Gauthier, bispo francês que participou do Concílio e que atuou como membro da Igreja dos Pobres, reuniu em um livro os debates dos bispos ao longo do período conciliar. Em fragmento relata que,

Entre os Padres do Concílio, encontra-se um bom número como pastores e apóstolos em situações tais que o maior problema que enfrentam é o da vida natural do povo, cujo encargo receberam. Como fazer ler a Escritura Santa a homens que não sabem ler? Como ensinar as verdades da fé a seres cuja consciência psicológica ainda não despertou, à falta do mínimo de humanidade corporal? Como anunciar o Evangelho a almas que morrem de fome? Na outra extremidade, como transmitir a lição aos irmãos do rico da parábola para que não suceda virem também eles para este de lugar de tormentos? E, de início, qual é a situação econômica e social da Igreja, enquanto sociedade no confronto com estes povos e com sua sociedade? Enfim, com que pode ela contribuir para seu desenvolvimento humano?⁵⁴

A discussão quanto às condições de vida da sociedade preocupava as lideranças católicas e essa preocupação é uma das tônicas dos debates ao longo do Concílio Vaticano II. A questão das condições de vida da humanidade foi uma forte tendência nos círculos religiosos e afligia lideranças de diversas partes do mundo. Qual postura a Igreja Católica deveria tomar diante desse cenário? Esse debate tomou corpo e tornou os debates acirrados no cenário conciliar, como percebemos na concepção de Poulat:

Contrariamente ao que usualmente se crê, o Vaticano II não remiu na causa nem modificou substancialmente este modelo [isto é, aquele estruturado em torno da centralização romana]. Ele, antes, processou equilíbrios, introduzindo aquisições, eliminando os galhos secos, cujos efeitos os padres conciliares não eram capazes de suportar. E, além disso, ele libertou energias, suscitou novas esperanças, tal como em 1891, a encíclica *Rerum Novarum*. Bem mais, por seu apelo à abertura, à renovação, pareceu legitimar e encorajar diretivas que tinham sido sempre consideradas suspeitas, se não condenáveis. Um período de turbulência e de confusão deveria seguir-se, dando a impressão de que tudo estava mudado, isto é, permitido, ou desvalorizado, ou possível.⁵⁵

⁵³ MATTOS, Luiz Augusto de. *A Igreja Católica no Brasil e a sua opção pelos pobres: do Concílio Ecumênico II à Conferência de Puebla*. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Conceição, São Paulo, 2008. P. 72.

⁵⁴ GAUTHIER, Paul. *O Concílio e a Igreja dos Pobres*. Tradução de Luiz Carlos Lima. Petrópolis: 1967, p. 111.

⁵⁵ POULAT, Émile. apud, Caldeira, 2009, op. cit., p. 63.

Afirma-se assim a tese de que o Concílio foi uma postura modernista da Igreja, mas não no sentido de ruptura e descontinuidade, mas sim, no sentido de uma continuidade da doutrina social da Igreja, para se adequar aos desafios dos novos tempos que iam além do campo evangelizador e da fé. As questões da dignidade humana, da condição de vida dos cristãos, da conjuntura econômica e política passaram a ser uma redefinição da ação do catolicismo. Ser moderno e progressista não significa ser revolucionário e inovador, como muito se imagina. Há aspectos muito distintos em se promover uma abertura à modernidade de uma instituição secular em relação a se constituir um ambiente totalmente novo e distinto do tradicionalmente posto.

Nesse sentido, dois documentos refletem a postura oficial adotada no contexto do Concílio. Entendemos que esses documentos representam a postura de adequação dos ideais modernos no cenário do catolicismo, representando uma vitória da ala progressista da Igreja. O primeiro é representado pela Carta Encíclica *Mater et Magistra*, a qual já contextualizamos anteriormente. A segunda é a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.

1.5 *Gaudium et Spes*: ação social da Igreja Católica

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* foi aprovada no Concílio Vaticano II no ano de 1965. Trata-se de uma das mais importantes constituições conciliares, pois representa o papel da Igreja Católica diante das condições do mundo. Conforme Manzatto, seria importante entender o quanto a *Gaudium et Spes* influenciou a perspectiva da Igreja. Essa influência se percebeu no plano pastoral, mas também no teológico. Conforme o autor, “muito do que temos na riqueza da reflexão teológica de hoje se deve à *Gaudium et Spes* e sua proposta de reencontrar o mundo contemporâneo, não para dominá-lo, mas para anunciar-lhe a boa-nova de Jesus Cristo, evangelizando-o.”⁵⁶

A denominação da constituição: *Gaudium et Spes*, sobre a igreja no mundo, refletiu a pretensão da Igreja Católica em inserir-se em questões pontuais que afetavam o cotidiano das pessoas. *Gaudium et Spes*, que em latim significa alegria e esperança, buscava dirimir sobre as tristezas e as angústias dos homens, sobretudo dos pobres e de

⁵⁶ MANZATTO, Antônio, Fundamentos teológicos da *Gaudium et Spes*. In: *Revista de Cultura Teológica*, v. 17, nº 68, p. 75-92, Jul/Dez 2008, p. 78.

todos aqueles que sofrem, sendo estes aspectos também os desafios dos discípulos do cristianismo diante das condições de injustiça no mundo.⁵⁷

Nesse contexto, a Igreja Católica como instituição cosmopolita buscou engajar-se em questões como a fome, a miséria, a vulnerabilidade social, a restrição da liberdade, a geração de renda. Conforme a Constituição Pastoral, trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana. “Por isso, o homem será o fulcro de toda a nossa exposição: o homem na sua unidade e integridade: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade.” A *Gaudium et Spes* trouxe para o centro da discussão a questão da cooperação da Igreja, a fim de instaurar a fraternidade universal.⁵⁸

Ao introduzir a Constituição Pastoral através de uma leitura de mundo, a *Gaudium et Spes* salientava que nunca na história a humanidade teria ao seu dispor tamanha abundância de riquezas e possibilidades de poderio econômico, no entanto, parte da parcela humana estaria atormentada pela fome e pela miséria. Nesse sentido, alerta para as mudanças que estavam em curso nas comunidades tradicionais pelo mundo, transformando os modos de vida e estimulando a industrialização, a valorização da urbanização e a fragmentação dos valores de vida do campo. Assim, a Igreja Católica legitima a sua preocupação com as condições de vida no meio rural e parte de seu olhar passou a ser direcionado às comunidades agrícolas. Essa preocupação vinha de encontro aos anseios de uma harmonia social e um equilíbrio econômico. A grande questão era como instrumentalizar e colocar essa ideia em prática?

Em outro trecho da Constituição Conciliar, percebe-se uma preocupação quanto ao abandono da religiosidade em decorrência do progresso econômico e científico, bem como das condições de vulnerabilidade social:

Por fim, as novas circunstâncias afectam a própria vida religiosa. Por um lado, um sentido crítico mais apurado purifica-a de uma concepção mágica do mundo e de certas sobrevivências supersticiosas, e exige cada dia mais a adesão a uma fé pessoal e operante; desta maneira, muitos chegam a um mais vivo sentido de Deus. Mas, por outro lado, grandes massas afastam-se praticamente da religião. Ao contrário do que sucedia em tempos passados, negar Deus ou a religião, ou prescindir deles já não é um facto individual e insólito: hoje, com efeito, isso é muitas vezes apresentado como exigência do progresso

⁵⁷ GAUDIUM ET SPES: sobre a Igreja no Mundo atual. Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II, 1965. Retirado do site do Vaticano: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html> Acesso em 29/10/2014.

⁵⁸ Idem.

científico ou dum novo tipo de humanismo. Em muitas regiões, tudo isto não é apenas afirmado no meio filosófico, mas invade em larga escala a literatura, a arte, a interpretação das ciências do homem e da história e até as próprias leis civis; o que provoca a desorientação de muitos.⁵⁹

Nesse fragmento, vemos que a Igreja Católica buscou inserir-se nas causas sociais na expectativa de fazer frente ao abandono das tradições religiosas seculares defendidas pela religião. A cooperação humanitária torna-se então uma tentativa de resguardar um papel histórico de reger e tutelar as relações humanas baseadas no cristianismo. O progresso destituído dos princípios religiosos cristãos traria, na visão dos conciliares, o abandono da fé e da concepção cristã e humanitária. É uma tentativa da Igreja Católica em dar respostas às condições humanas vivenciadas na segunda metade do século XX. Isso reforça a ideia de um olhar vigilante e tutelado para com os povos, principalmente com os considerados subdesenvolvidos. As consequências desse processo ocasionariam desestruturas sociais e familiares, formatando o que se denominou de “discrepâncias”.⁶⁰

Nesse sentido, a Constituição aferia o fato de que as populações oprimidas e em situações de vulnerabilidade buscavam, na luta cotidiana, a superação dessas adversidades. Segundo ela, as nações em vias de desenvolvimento queriam participar dos bens da civilização no campo econômico e político:

Os povos oprimidos pela fome interpelam os povos mais ricos. As mulheres reivindicam, onde ainda a não alcançaram, a paridade de direito e de facto com os homens. Os operários e os camponeses querem não apenas ganhar o necessário para viver, mas desenvolver, graças ao trabalho, as próprias qualidades; mais ainda, querem participar na organização da vida económica, social, política e cultural. Pela primeira vez na história dos homens, todos os povos têm já a convicção de que os bens da cultura podem e devem estender-se efectivamente a todos.⁶¹

Assim, a Igreja Católica sentiu a necessidade de protagonizar um desenvolvimento cooperativo tutelado sob os princípios por ela defendidos, pois a história da humanidade revelava que, quando deixado esse papel somente ao Estado e aos detentores do poder político econômico, as consequências seriam uma realidade de disparidades e discrepâncias. A cooperação transnacional da Misereor passa a ganhar papel importante nesse contexto, visto que a própria *Gaudium et Spes* salienta que Jesus

⁵⁹ GAUDIUM ET SPES, 1965, op. cit.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem.

Cristo seria uma resposta e solução da problemática humana “para iluminar o mistério do homem e cooperar na solução das principais questões do nosso tempo”⁶². O tutelamento da cooperação para o desenvolvimento e do fomento aos direitos humanos, apesar de não assumidos pela instituição, ganham corpo e dimensões cristãs. O discurso reflete uma postura política da Igreja, numa perspectiva de não deixar a coisa novamente desandar como fora no passado. Se o projeto modernizador não estava claro e preciso até então, ele se instrumentaliza a partir dessas ideias.

Aspecto também abordado no documento conciliar tratava da questão do ateísmo, apontando para fatores que causariam tal abandono da tradição religiosa mística, aspecto no qual se alicerça o mistério e o sacramento do evangelho do catolicismo. Segundo a *Gaudium et Spes*, o desenvolvimento tecnológico e da ciência teria gerado na humanidade um sentimento de independência, com o aspecto da individualidade exacerbadamente valorizado, sendo o homem o próprio fim, em detrimento da coletividade, principalmente, a existência de um poder supremo extraterreno. Isso demonstra que a visão de modernidade estava ainda rechaçada por um forte embrião conservador católico.

Nesse sentido, os bispos da Alemanha Ocidental, quando do início do Concílio Vaticano em 1962, publicaram em nota sua preocupação quanto ao abandono da população alemã da tradição religiosa decorrente do desenvolvimento econômico e científico. Dizia a nota:

Nestas horas decisivas para a Igreja, individual e coletivamente, sigamos este apelo à penitência e digamos do fundo do coração: *Confiteor e Mea Culpa*. Desde o último Concílio, ou seja, a quase um século, a industrialização de nosso país avançou a passo de gigante. Concomitantemente a população se aglomerava em cidades que alcançavam um prodigioso desenvolvimento. Infelizmente, nesta transformação dos modos de vida e de trabalho, muitos cristãos perderam o contato com a Igreja e abandonaram a prática religiosa. Um deserto espiritual invadiu largamente nosso país. Não devemos contentar-nos em assinalar o fato, mas, enquanto membros do Corpo místico de Cristo, devemos sentir corresponsáveis de que tantos de nossos irmãos e irmãs se tenham **afastado do bom caminho** e dizer com contrição nosso *Confiteor e Mea Culpa* por todos aqueles que esquecemos e negligenciamos, de modo a atrair ou a recuperar estes cristãos para Cristo e sua Igreja [grifo nosso].⁶³

⁶² GAUDIUM ET SPES, 1965, op. cit.

⁶³ MENSAGEM DA CONFEDERAÇÃO DOS BISPOS DA ALEMANHA OCIDENTAL, apud GAUTHIER, Op. cit., 1967, p. 171.

Percebe-se a preocupação dos bispos da Alemanha Ocidental com o momento histórico em que vivia a população alemã. Quando o texto faz referência ao termo *Confiteor*, que significa agradecimento e *Mea Culpa*, que expressa o sentimento de culpa, os bispos pretendiam que a população alemã agradecesse o momento histórico de prosperidade, mas também assumisse a postura de culpa frente às injustiças, às desigualdades, e ao desprendimento da população da tradição religiosa secular. Era um apelo ou uma convocação a reacender a chama da religiosidade e da divindade. Uma mensagem que pretendia colocar o catolicismo e o cristianismo na dianteira de construção de um padrão de sociedade alicerçada na solidariedade, na misericórdia e na cooperação entre os povos para a erradicação das condições de miséria e sofrimento.

A *Gaudium et Spes*, no momento em que trata da condição humana, aborda aspectos que nos são importantes na compreensão da linha de ação social. Segundo ela, a ordem social e seu progresso deveriam reverter sempre ao bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não ao contrário.

O projeto modernizador da Igreja esteve legitimado pela questão primordial da dignidade humana, ela não podia perder isso de vista. Para tanto, objetivou-se dar uma guinada nas relações sociais e políticas entre as nações, entre os governos e seu povo. O projeto, num primeiro plano, se tornava claro: o de consolidar uma sociedade harmonizada que prezasse pela paz e pela integridade da pessoa humana. Num segundo plano refletia uma postura clara na perspectiva de assumir uma postura política frente a regimes de governo subversivos e modelos econômicos excludentes.

O Concílio Vaticano II apontou linhas de ação das lideranças religiosas para combater tais situações e assumir o protagonismo perante elas. Apesar da *Gaudium et Spes* ter sido publicada apenas em 1965, a problemática da vulnerabilidade e do sofrimento humanos vinham sendo pauta de discussões da Igreja Católica, tanto é que, a instituição Misereor, que havia sido fundada já em 1959, surgiu na perspectiva de combater tais situações. O Concílio Vaticano II apenas ratificou e deu carta branca para que os bispos fomentassem em suas regiões de ação essa prática de cooperação para o desenvolvimento mais justo e de valorização dos direitos humanos, principalmente sob a ótica do evangelho e do cristianismo.

A *Gaudium et Spes*, que em seu capítulo IV trata da função da Igreja no mundo, proclama o que seriam os direitos do homem demonstrando apreço ao dinamismo do seu tempo, mas alertando para a ideia de uma falsa autonomia, “pois estamos sujeitos à tentação de julgar que os nossos direitos pessoais só são plenamente assegurados quando nos

libertamos de toda a norma da lei divina. Enquanto que, por este caminho, a dignidade da pessoa humana, em vez de se salvar, perde-se.”⁶⁴

A ideia da falsa autonomia remete a uma preocupação acerca dos princípios de liberalismo e individualismo, aspecto temido pela Igreja desde as revoluções liberais do século XVIII. A preocupação manifesta aqui demonstra uma intencionalidade de tutelamento das causas sociais também na perspectiva de acompanhar e direcionar as populações de países subdesenvolvidos, visto que muitos países acabavam de sair do sistema colonial. Assim, a *Gaudium et Spes* entende que a dignidade da pessoa humana, em vez de se salvar, perde-se. Dessa forma, a Igreja Católica coloca a serviço do mundo sua estrutura para fazer frente às condições de desigualdades decorrentes das conjunturas econômicas, sociais e políticas, consideradas excludentes, degradantes, injustas e opulentas.

Na mesma perspectiva, a preocupação se volta para o mundo rural, como um espaço de produção de alimentos e de condições de desigualdade e exploração da condição humana e de trabalho:

Para satisfazer às exigências da justiça e da equidade, é necessário esforçar-se enérgicamente para que, respeitando os direitos das pessoas e a índole própria de cada povo, se eliminem o mais depressa possível as grandes e por vezes crescentes desigualdades económicas actualmente existentes, acompanhadas da discriminação individual e social. De igual modo, tendo em conta as especiais dificuldades da agricultura em muitas regiões, quer na produção quer na comercialização dos produtos, é preciso **ajudar** os agricultores no aumento e venda da produção, na introdução das necessárias transformações e inovações e na obtenção dum justo rendimento; para que não continuem a ser, como muitas vezes acontece, cidadãos de segunda categoria. Quanto aos agricultores, sobretudo os jovens, dediquem-se com empenho a desenvolver a própria competência profissional, sem a qual é impossível o progresso da agricultura. [grifo nosso]⁶⁵

Esse aspecto, do olhar para o mundo rural, é importante porque a partir desse pensamento, a instituição Misereor, em parceria com os bispos da região Sul, investiu em projetos de cooperação para o campo e as condições de vida da população, na perspectiva de geração de renda, produção, formação pessoal e qualidade de vida dos habitantes do espaço agrícola. Sabe-se que os três estados enfrentavam graves problemas agrários na segunda metade do século XX e um dos aspectos que abordaremos no estudo se volta a essa conjuntura. Sendo uma das linhas de ação da

⁶⁴ GAUDIUM ET SPES, 1965, op. cit.

⁶⁵ Idem

cooperação transnacional, o combate à miséria e à fome, a compreensão da área agrícola e a sua estrutura socioeconômica no período em questão, como espaço de produção de alimentos e de potencial gerador de qualidade de vida, nos é deveras importante compreender.

Conforme Souza⁶⁶, a Igreja entendia que o crescimento econômico das nações dependeria, antes de tudo, da organização do trabalho rural. O homem do campo representava o tipo ideal do cristão autêntico que não visava desenfreadamente o lucro, mas que necessitava urgentemente ser orientado nas novas técnicas de produção e na racionalização do trabalho capitalista, a fim de dar à humanidade condições de se desenvolver e de garantir o bem-estar social.

Nesse sentido, a *Gaudium et Spes* apontou como um dos problemas do mundo rural a existência do latifúndio, a realidade do direito à propriedade da terra e às condições de trabalho:

Desprovidos de qualquer segurança, vivem num tal regime de dependência pessoal que perdem quase por completo a capacidade de iniciativa e responsabilidade e lhes está vedada toda e qualquer promoção cultural ou participação na vida social e política. Impõem-se, portanto, reformas necessárias, segundo os vários casos: para aumentar os rendimentos, corrigir as condições de trabalho, reforçar a segurança do emprego, estimular a iniciativa e, mesmo, para distribuir terras não suficientemente cultivadas àqueles que as possam tornar produtivas. Neste último caso, devem assegurar-se os bens e meios necessários, sobretudo de **educação** e possibilidades duma adequada organização **cooperativa**. [grifo nosso]⁶⁷

Grande parte dos projetos desenvolvidos pela Misereor foi voltada basicamente para o espaço rural e as suas realidades, que abrangiam questões de ordem fundiária, bem como, de geração de renda, sindicalização e formação técnica. É importante compreender esse cenário, pois ele insere-se numa lógica estrutural de modernização da agricultura detectada a partir da década de 1950, quando o espaço agrícola passou a ser estimulado por uma nova realidade produtiva. Nesse sentido, a Igreja Católica buscou assumir um papel de protagonismo para com essa realidade, inserindo-se no ideal de desenvolvimento visando legitimar sua postura social. O desenvolvimento já era visto como um baluarte para a paz.

Sobre a cooperação internacional, a *Gaudium et Spes* encerra apontando que ela seria:

⁶⁶ SOUZA, 2008. op. cit.

⁶⁷ GAUDIUM ET SPES, 1965, op. cit.

especialmente necessária no caso, atualmente bastante frequente, daqueles povos que, além de muitas outras dificuldades, sofrem especialmente da que deriva dum rápido aumento da população. É urgentemente necessário que, por meio duma plena e intensa cooperação de todos, e sobretudo das nações mais ricas, se investigue o modo de tornar possível preparar e fazer chegar a toda a humanidade o que é preciso para a subsistência e conveniente educação dos homens. Mas alguns povos poderiam melhorar muito as suas condições de vida se, devidamente instruídos, passassem dos métodos arcaicos de exploração agrícola para as técnicas modernas, aplicando-as com a devida prudência à própria situação, instaurando, além disso, uma melhor ordem social e procedendo a uma distribuição mais justa da propriedade das terras.⁶⁸

A compreensão do que era concebido como conveniente e a ideia de fazer chegar a todas as nações mais pobres num patamar de desenvolvimento remete a uma intencionalidade de condicionar um crescimento ou ajustamento das condições sociais e econômicas. A manifestação de que muitos povos praticavam métodos arcaicos de exploração agrícola se refere a um parâmetro ou uma referência. Como se mede o arcaísmo? Nesse sentido, cria-se um discurso sobre a modernização agrícola, através de técnicas mais apuradas e racionalizadas, numa clara referência ao modelo modernizante que estava em voga nas regiões agrícolas no período. Uma melhor ordem social iria ser construída com essa possibilidade de integração do homem rural ao mundo moderno.

Com a promulgação da *Gaudium et Spes*, a cooperação para o desenvolvimento assumiu caráter institucional. Nesse sentido, os bispos da Alemanha Ocidental, detentores de alto poder político e de apurado papel de influência desempenhado no Concílio Vaticano II, conduziram a entidade Misereor a se tornar referência no financiamento de projetos de cooperação transnacional. Com a publicação da Carta Encíclica *Populorum Progressio* no ano de 1967, a instituição é legitimada como referência internacional para a cooperação humanitária e ajuda ao desenvolvimento. A partir de então, a Misereor se instaura como organismo permanente no desenvolvimento de projetos cooperativos.⁶⁹

⁶⁸ GAUDIUM ET SPES, 1965, op. cit.

⁶⁹ É tema recorrente para análise, a influência que os bispos da Alemanha tiveram nesse processo da Igreja Católica na segunda metade do século XX. Percebe-se uma correlação entre a estruturação da Misereor com a criação de uma rede de influência com bispos do mundo, o que, segundo entendemos – hipótese a analisar – a culminar com o processo de nomeação de um papa alemão. Inclusive, Josef Ratzinger, que mais tarde seria nomeado Papa Bento XVI, participou ativamente de todo esse processo desde a década de 1960.

1.6 Encíclica *Populorum Progressio*

Após a realização do Vaticano II a doutrina social da Igreja Católica recebeu forte estímulo, passando uma política de ação efetiva da instituição. Na Carta Encíclica *Populorum Progressio* de 1967, elaborada pelo Papa Paulo VI, a Igreja entendia e ratificava que a questão do desenvolvimento representava preocupação e uma urgência que devia ser tutelada e que a questão social abrangia o mundo inteiro, conseqüentemente, a Igreja se colocava a serviço dos homens na formação da consciência de uma ação solidária no que então era visto como um momento decisivo da história da humanidade. A abertura à modernidade por parte da Igreja que veio em decorrência do processo do Concílio Vaticano II é reflexo dessa intencionalidade, de colocar a Igreja à serviço dos povos, não somente para cumprir sua missão teológica, evangelizadora ou missionária, mas para frente aos novos desafios do século XX que exigiam uma postura política mais incisiva no mundo.

A Encíclica representou um marco na postura social da Igreja e reconheceu as deficiências de um desenvolvimento desordenado e desequilibrado, gerador de condições de pobreza, miséria e fome. Na concepção de Souza⁷⁰, havia o interesse em fomentar um corpo social ajustado.

O texto faz um alerta diante das conseqüências desastrosas dos modelos econômicos até então vigentes, que resultaram em disparidades e desigualdades entre as nações ricas e as pobres. Em decorrência dessa realidade, propagavam-se conflitos e violências resultantes de políticas excludentes, dando destaque a Carta às condições de miséria e exclusão social das populações agrárias das regiões mais pobres do mundo. Neste sentido, a Santa Sé demonstrava preocupação quanto a uma possível tentação a messianismos fascinantes, mas construtores de ilusões. “Quem não vê os perigos, que daí resultam, de reações populares violentas, de agitações revolucionárias, e de um resvalar para ideologias totalitárias? Tais são os dados do problema, cuja gravidade a ninguém passa despercebida.”⁷¹

Diante dessas constatações e vendo que iniciativas locais e isoladas, até então praticadas principalmente por missionários da Igreja, não respondiam às necessidades do momento, o Vaticano entendeu que era necessária uma política conjunta e mais

⁷⁰ SOUZA, 2008, op. cit.

⁷¹ CARTA ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO. *Sobre o desenvolvimento dos povos*. Vaticano, 1967, Retirado do Site: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html>. Acesso em 31 de Março de 2015

ampla em prol de um pleno desenvolvimento, propondo o que possuía como próprio: uma visão global do homem e da humanidade. Segundo a Encíclica o desenvolvimento não se reduziria a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deveria ser integral, promovendo todos os homens e o homem todo. O desenvolvimento deveria ser aspirado numa perspectiva pessoal, uma espécie de humanismo transcendente, bem como, numa perspectiva comunitária, a obrigação para com todos, sendo a solidariedade não somente um fato e um benefício, mas um dever.

Conforme Souza,

Esta ética religiosa católica – combate ao socialismo e ao liberalismo – pretendia reconduzir o regime econômico capitalista a uma ética do solidarismo e do desenvolvimentismo internacional. A estrutura que se queria constituir deveria possibilitar o aparecimento de uma nova realidade significativa e de novos paradigmas explicativos para a nova base funcional.⁷²

O ideal, através da atividade cooperativa proposta pela Igreja, seria vislumbrar aos que viviam em condições menos humanas, primeiramente os privados do mínimo vital pelas carências materiais ou que por carências morais estariam sendo mutilados pelo egoísmo. Há uma olhar também aos que eram oprimidos por estruturas opressivas, querem provenham dos abusos da posse ou do poder, da exploração dos trabalhadores ou da injustiça das transações. A construção de prerrogativas mais humanas dar-se-ia com a passagem da miséria à posse do necessário, a vitória sobre os flagelos sociais, o alargamento dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Seriam condições mais humanas também: a consideração crescente da dignidade dos outros, a orientação para o espírito de pobreza, a cooperação no bem comum, a vontade da paz.

A Carta Encíclica enseja a perspectiva de que seria necessário um desenvolvimento mais solidário da humanidade. Para tanto, sugere a busca de meios de organização e de cooperação, concretos e práticos, para pôr em comum, os recursos disponíveis e realizar, assim, uma “verdadeira” comunhão entre todas as nações. A fraternidade e a solidariedade entre os povos, principalmente dos mais ricos para com os mais pobres, é um dos valores estimulados pelo Papa Paulo VI, estipulando que os deveres dos povos mais ricos deveriam ser a solidariedade, a justiça social e a caridade universal.

⁷² SOUZA, Rogério Luiz de. *A ética Católica e o capitalismo de bem estar social*. Lisboa, Portugal: Esfera do Caos, 2015, p. 24.

Percebe-se que o apelo da Carta Encíclica em relação à questão da fome e das iniciativas necessárias para combatê-la nos remete aos princípios em que surgiram as campanhas de coleta de recursos financeiros da Misereor. Nessa perspectiva, entendemos que a Carta Encíclica de 1967 cumpriu papel decisivo na legitimação da Misereor como entidade de cooperação humanitária. Através do discurso do Vaticano, a prática da caridade e da política de combate à fome e à miséria da Misereor esteve legitimada pela Igreja.

A Carta Encíclica também fez referência a dois aspectos levantados pelo Cardeal Josef Frings, em 1959, quando de seu discurso de fundação da Misereor: a questão da solidariedade e do supérfluo. O primeiro, como dever de justiça e responsabilidade como todos os povos do planeta; o segundo, como valor crescente na Alemanha da década de 1950, diante do crescimento econômico, quando o aumento do poder de consumo da população representava uma ameaça ao distanciamento dos ensinamentos e princípios cristãos.

Outro aspecto legitimado pela Carta Encíclica de 1967 em relação à Misereor é a necessidade de uma organização dos esforços de cooperação:

Para atingirem a sua plena eficácia, estes esforços não podem ficar dispersos e isolados e, menos ainda, opostos por razões de prestígio ou de poder: a situação atual exige programas bem organizados. Um programa é, efetivamente, mais e melhor que um auxílio ocasional, deixado à benevolência de cada um. Supõe, estudos aprofundados, fixação de objetivos, determinação de meios e conjugação de esforços, para que possa responder às necessidades presentes e às exigências previsíveis. Mais ainda, ultrapassa as perspectivas do crescimento econômico e do progresso social: dá sentido e valor à obra que se pretende realizar. Ordenando o mundo, valoriza o homem.⁷³

Novamente a Igreja manifesta seu desejo de ordenamento do mundo. De fato, essa postura reflete uma consciência universal, uma compreensão de que era necessário construir uma nova via de desenvolvimento, mas que esse desenvolvimento fosse tutelado, harmonioso e gradual.

Como instituição organizada e solidificada, a Misereor atendia a esses requisitos e se habilitava como capaz de realizar os esforços necessários à política de solidariedade e cooperação almejada pelo Vaticano. A cooperação bilateral de governos e de instituições públicas e privadas representava um grande esforço na formação de uma sociedade universal mais justa. Nesse sentido, a Encíclica *Populorum Progressio* entende que é de suma importância a formação de autoridades universais, representadas

⁷³ CARTA ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO, 1967, op. cit.

pelas mais diversas instituições de cooperação que preparem, coordenem e rejam a humanidade até o reconhecimento de uma ordem jurídica universalmente reconhecida.

Exemplo disso está registrado na Revista Pastoral de Conjunto⁷⁴ da Arquidiocese de Florianópolis:

Como desenvolvimento é o novo nome da paz e como só é autêntico o desenvolvimento integral, estimular o desenvolvimento e a integração do Brasil como contribuição para o desenvolvimento e a integração da América Latina, passo importante para a concretização de uma civilização harmônica e solidária.⁷⁵

O fragmento acima registra que desenvolvimento representa uma nova simbologia para a paz universal, de integração dos povos, na expectativa da construção de uma civilização harmônica e solidária. Percebemos o apelo quanto à necessidade de formar uma sociedade universal mais consciente de seus problemas, alicerçada no padrão de uma harmonia social diante das desigualdades e situações de vulnerabilidade estruturada no que, certamente, se idealizou como uma solidariedade sustentada nos princípios cristãos. Esse aspecto fortalece a nossa tese de que o Concílio Vaticano II tem como gênese a criação de um mundo harmonizado e ordenado, com uma preocupação e uma postura moderna, mas moderada e vigilante, sem romper com o sistema econômico vigente.

1.7 O princípio da subsidiariedade: *Beihilfe zum Selbsthilfe*

É necessário consentir que os dogmas e os valores cristãos tiveram grande influência na formação da mentalidade ocidental. Esse processo obviamente está alicerçado no ideal cosmopolita do cristianismo e do catolicismo, que promoveu ao longo da história uma expansão de seus princípios influenciando políticas de Estado, padrões constitucionais e normativos, acordos internacionais, políticas pacificadoras, sistemas educacionais, processos culturais, intelectuais e simbólicos que adentraram nas mais variadas esferas sociais. Assim, a influência do cristianismo pode ser percebida em

⁷⁴ A Revista Pastoral de Conjunto é uma produção da Arquidiocese de Florianópolis, que teve sua primeira edição em 1965, digitada e montada pela Secretaria da Arquidiocese e que era distribuída nas paróquias de sua abrangência. Estes livros encontram-se arquivados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis e representam rica fonte de pesquisa que contém falas e depoimentos de bispos e religiosos, como também relatórios de ações dos diversos movimentos de cunho social da Arquidiocese.

⁷⁵ Revista Pastoral de Conjunto. Nossas responsabilidades em face da Populorum Progressio. Arquidiocese de Florianópolis, ano 3, nº 6, 1967, p. 33.

códigos de leis, acordos e sistemas internacionais, filosofias educacionais, costumes e valores morais da sociedade.

Conforme Wildfeuer,

O reconhecimento da dignidade pessoal do ser humano e sua fundamentação última na semelhança de sua imagem à de Deus é a herança cristã decisiva, cuja fecundidade deve ser repetidamente resgatada para a configuração do mundo e da sociedade. A compreensão cristã do ser humano, da sua personalidade e dignidade tem consequências necessárias ao ordenamento e à configuração do convívio dos homens.⁷⁶

Essa é sem dúvida a pedra angular das discussões acerca da Doutrina Social da Igreja, ou seja, da amplitude e da relevância de sua matriz filosófica para o mundo, principalmente para a cultura ocidental. Entender essa visão cosmopolita de unidade humana, alicerçada em conceitos de dignidade e de bem comum, nos é muito importante para compreender a política de ação social e o modelo de sociedade que se buscou constituir com todo o movimento conciliar do século XX e da história da Igreja numa longa perspectiva.

A Doutrina Social da Igreja baseia-se na ideia do personalismo que aufere uma valorização da pessoa no equilíbrio entre o indivíduo e a sociedade. A Igreja historicamente defendeu a ideia de uma relação orgânica entre os elementos que compõem a sociedade, sem um valor exagerado ao liberalismo nem mesmo ao coletivismo. Conciliar a liberdade individual com a ideia de uma justiça social passou a ser uma postura mais incisiva a partir do século XIX diante das novas realidades que se constituíram. Wildfeuer⁷⁷ também entende que três elementos constituem sinteticamente essa influência do cristianismo para a cultura universal: o princípio do bem comum, o princípio da solidariedade e o princípio da subsidiariedade. Esses elementos seriam estruturantes de um padrão de sociedade.

Da mesma forma, a ideia de igualdade é um dos elementos mais antigos e profundos do cristianismo, e segundo Bernal, junto com a liberdade, formam parte da ética ocidental e das doutrinas do direito natural. Diante da sua relevância para a sociedade moderna, a ideia de igualdade dos cristãos “ha sido herdado por el

⁷⁶ WILDFEUER, Ursula Nothelle. Die sozialen prinzipien der Katholische soziallehre. In: Rauscher, Anton. (Org.) *Handbuch der Katholischen Soziallehre*. Berlim: Duncker & Humblot, 2008, pp. 143-163, p. 143.

⁷⁷ Idem.

liberalismo, el socialismo, la doctrina social de la Iglesia católica y prácticamente todos los movimientos políticos modernos.”⁷⁸

Os três elementos constituem importante instrumental para a compreensão do nosso tema e refletem a postura social da Igreja no século XX principalmente no período pós conciliar. No entanto, entendemos que o elemento que mais justifica e legitima a política de cooperação da Misereor está inserido no conceito de subsidiariedade. Essa questão está alicerçada na ideia da influência do princípio da personalidade humana e sua relevância para a Doutrina Social da Igreja.

O princípio da subsidiariedade é baseado na ideia de que o que pode ser realizado em uma sociedade pela entidade mais próxima ao indivíduo não deve ser transferido a uma autoridade mais distante, “a não ser que a ação da primeira não seja suficiente para promover os fins desejados e a intervenção da segunda seja mais eficaz.”⁷⁹ Assim a preocupação se centraria nas bases da sociedade e da comunidade, cabendo ao Estado e as outras organizações hierarquicamente superiores o papel de subsidiar ou de influenciar caso não fosse possível uma solução pelas próprias instâncias inferiores.

Na visão de Bezerra, a ideia de subsidiariedade faz referência a uma tríade semântica:

refere-se àquilo que está em reserva e que só se manifesta quando, e se, apresentam-se as circunstâncias que reclamam sua atuação; contribui com uma ideia de reforço, de colaboração, de cooperação; e, ainda, supõe o sentido de ajuda, socorro, assistência, acolhidas em francês como *subside (subsidiarité)*, em inglês como *subsidy (subsidiarity)*, em espanhol como *subsídio (subsidiariedad)* e em italiano como *sussidio (sussidiarietà)*. Em alemão, como *Beihilfe*.⁸⁰

Segundo Paulo Souza⁸¹, a ideia da subsidiariedade estaria baseada em quatro fundamentos:

1º) de que a organização social compõe-se de coletividades que se expandem progressivamente, em uma formação que tem na base o ser humano, desenvolve-se por sociedades intermédias e chega ao Estado;

⁷⁸ BERNAL, Enrique Cantolla. *La cruz de nuestra modernidad*. Santiago: Emérida, 1993, p. 232.

⁷⁹ BEZERRA, Helga Maria Saboia. Subsidiariedade: da noção aristotélica ao princípio da União Europeia e seu reflexo na ordem econômica brasileira. In: *Revista Direitos Fundamentais e Justiça*. Ano 5, nº 17, p. 142-177, 2011, p. 142.

⁸⁰ Idem, p. 144.

⁸¹ SOUZA, Paulo Fernando Mohn. *A subsidiariedade como princípio de organização de Estado e sua aplicação no federalismo*. Brasília: Senado Federal, 2010, P. 34.

2º) de que deve haver uma primazia da pessoa e das coletividades menores em relação às coletividades maiores;

3º) de que deve-se respeitar a autonomia da menor unidade (pessoa ou coletividade), que merece dispor da liberdade de atuar até o limite de sua capacidade;

4º) de que a intervenção da unidade maior justifica-se em face das incapacidades da menor unidade e em proveito do bem comum.

Entende-se que a ideia de subsidiariedade tem como cerne de sua filosofia o conceito de personalidade e de ser humano, numa perspectiva de ações de justiça social e dignidade da pessoa humana. As entidades representativas complementares, como as organizações sociais e o Estado, seriam corresponsáveis pela constituição desse ideal, não tendo eles a incumbência de normatizar arbitrariamente ou inferir sobre a vida das pessoas de forma injusta. Nesse sentido, a preocupação estaria centrada no bem estar da pessoa e da comunidade, representantes das menores unidades sociopolíticas.⁸²

Segundo Bezerra⁸³, o conceito de subsidiariedade tem suas bases conceituais em diversos momentos da história. Suas bases remontam a obra *A Política*, de Aristóteles (384-322 a.C.), no sentido de que o melhor é que toda a cidade fosse o mais unitária possível. Ao longo da história, a noção de subsidiariedade teria sido reincorporada por São Tomás de Aquino (1225-1274), com os conceitos relativos de liberdade e personalidade. A ideia também perpassa pelo conceito de federalismo subsidiarista de Althusius (1557-1638)

No entanto, a perspectiva que nos interessa da subsidiariedade é a compreensão que a Igreja Católica faz do conceito na perspectiva da Doutrina Social da Igreja. Nesse sentido, obviamente que as maiores influências do catolicismo vão ser as ideias de São Tomás de Aquino, que no final do século XIX e início do século XX foram ressignificadas fundando o movimento conhecido como Neotomismo. O movimento neotomista teve grande aceitação no meio católico, influenciando religiosos e intelectuais, como Jacques Maritain, por exemplo.

Conforme Souza e Fabrício⁸⁴, os princípios tomistas foram colocados como fundamentos necessários para o cristianismo no final do século XIX, estando suas ideias presentes em encíclicas papais como fora a *Aeternis Patris* (1879) de Leão XIII. A

⁸² Para compreender a perspectiva do personalismo ver a influência de Emmanuel Mounier para o catolicismo no século XX.

⁸³ BEZERRA, op. cit. 2011.

⁸⁴ SOUZA, Rogério Luiz; FABRÍCIO, Edison Lucas. Neotomismo e política: Leonel Franca e o debate sobre modernidade e totalitarismo. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano IX, nº 25, p. 39-61, 2016.

intenção do catolicismo através da valorização dos princípios tomistas era “fazer frente às filosofias oriundas do século XVI, cultoras da dúvida, sem respeito algum à fé e movido pelo amor à novidade”⁸⁵.

Um dos elementos mais importantes do pensamento tomista é a ideia de justiça e como ela se concretiza nas relações sociais, na perspectiva da personalidade em relação à comunidade. Assim sendo, todas as pessoas estariam condicionadas para uma ideia de justiça para a comunidade e reciprocamente, da relação da comunidade para com cada pessoa, numa perspectiva de um bem comum.

Na visão de Souza e Fabrício,

A noção de autonomia, no pensamento de São Tomás de Aquino, não se relaciona à escolha pessoal de fins últimos, mas se vincula ao princípio da totalidade. A interferência de uma autoridade ou instância superior justifica-se, então, em caso de insuficiência ou incapacidade da pessoa ou coletividade para cumprir sua função, pois o fim particular dela integra-se à finalidade do corpo social. Essa vinculação resolve, para o tomismo, o paradoxo entre a preservação da autonomia e a busca do bem comum, ao mesmo tempo em que garante a dignidade da pessoa e promove a solidariedade.⁸⁶

Considera-se que a filosofia neotomista foi referendada pelo catolicismo para legitimar e fundamentar a Doutrina Social da Igreja. Dando relevância para um ideal de justiça voltada para cada indivíduo e na relação deste para com uma comunidade, a ideia da subsidiariedade se fortaleceu nos debates cristãos. “Na noção de subsidiariedade, a intervenção deve servir, antes de tudo, para suplementar as incapacidades e suprir as carências das pessoas e comunidades, livres e responsáveis por seu destino, mas insuficientes para atingir, sozinhas, o pleno desenvolvimento.”⁸⁷

A ideia da subsidiariedade se cristaliza nos documentos oficiais do catolicismo e se torna um princípio de ação social. Essa postura se justifica pela necessidade da Igreja em constituir um padrão de ordenamento social que fizesse frente aos modelos considerados por ela subversivos e desumanizados, como comunismo, o liberalismo, e também para condenar governos autoritários que não atendiam aos princípios cristãos de justiça e liberdade individual.

O ideal de subsidiariedade pode ser encontrado em várias manifestações do catolicismo a partir do final do século XIX. Mesmo não estando explícito esse princípio

⁸⁵ SOUZA; R.; FABRÍCIO, E. 2016, op. cit., p. 43.

⁸⁶ SOUZA, 2010, op. cit., p. 39.

⁸⁷ Idem, p. 46

pode ser encontrado na *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII, mas está mais consistente na *Quadragesimo Anno* (1931) e na *Mater et Magistra* (1961);

A *Rerum Novarum* faz menção à questão da propriedade privada e condena o desejo socialista de remeter ao Estado a responsabilidade única de reger a sociedade. Entende que a autoridade do Estado deva ser limitada visando à constituição de um ideal de justiça e que as políticas devam favorecer principalmente os mais necessitados, pois eles estariam destituídos de bens materiais capazes de garantir uma vida digna. Faz um esforço em priorizar a personalidade, a propriedade privada e a base da família como princípio do núcleo social.

Na encíclica papal *Quadragesimo Anno*, o conceito de subsidiariedade está mais perceptível, esboçando-se que somente as “grandes” sociedades podem levar a efeito o que antes poderia ser feito pelas “pequenas”, que seria de conceder um papel de responsabilidade perante todos os indivíduos. Essa perspectiva de que somente algumas sociedades poderiam dar um papel de relevância ao indivíduo e a sua capacidade de iniciativa própria, seria uma injustiça e um grande dano e perturbação da “boa ordem social”, sendo que o fim natural da sociedade e da sua ação seria de coadjuvar os seus membros, não destruí-los nem absorvê-los.

A ideia de uma boa ordem social nos dá indícios de que havia já uma intencionalidade do catolicismo em influenciar na constituição de um modelo de sociedade ordenada, onde os princípios de justiça, de liberdade individual e de democracia cristã fossem prevalecer. O projeto da Igreja era de influenciar o mundo na constituição de um padrão de organização social e essa ideia faz parte de um longo processo de ressignificação dos princípios do catolicismo diante das novas realidades que se constituíam desde o século XIX. Todo esse movimento iria desencadear o Concílio Vaticano II, o que reforça a tese de que o movimento conciliar não foi uma ruptura, mas sim uma continuidade, um reajustamento da Doutrina Social da Igreja. Esse processo caracteriza-se pela abertura do catolicismo à modernidade, processo que foi cadenciado, lento, orgânico e sistemático.

Na encíclica pré-conciliar *Mater et Magistra* há também uma referência ao princípio de subsidiariedade como um valor necessário para a constituição do padrão social idealizado pela Igreja. Ali há um apelo para que as nações desenvolvidas devam ajudar as nações menos favorecidas pela economia internacional, subsidiando uma ajuda para um ajustamento da geopolítica global. “Mais ainda, os poderes públicos, em virtude do princípio de subsidiariedade, devem favorecer e ajudar a iniciativa privada,

tornando-lhe, onde e logo que seja possível de maneira eficiente, a continuação do desenvolvimento econômico”.⁸⁸

Para fins de relação com a tese, de que os projetos de cooperação da Misereor serviram com instrumental do catolicismo para a constituição de uma sociedade mais justa e equilibrada, mas ordenada e pacificada, a noção de subsidiariedade deve ser compreendida na perspectiva de que a ajuda deva fortalecer os vínculos cooperativos internacionais, de uma sociedade mais consciente do seu tempo e dos desafios que o futuro reservava. O princípio de subsidiar para a auto-ajuda – *Beihilfe zum Selbsthilfe* – foi valorizado pela Misereor não no sentido de proclamar a auto-independência das sociedades mais pobres e dos seus indivíduos, mas sim, de inseri-los numa dinâmica internacional de bem-estar social, de base capitalista e de democracia cristã, consequentemente inserindo as comunidades mais pobres do mundo na ordem mundial almejada no pós-guerra. Essa leitura vinha de encontro às críticas de longa data do catolicismo para com governos autoritários, regimes subversivos, relações sociais de violência e subjugação, condições econômicas e políticas instáveis.

Conforme Wildfeuer⁸⁹, o princípio de subsidiariedade permitiu ao pensamento católico acolher a ideia moderna do indivíduo enquanto titular pré-estatal de direitos, isto é, de posicionar-se num lugar decisivo no pensamento da modernidade. Assim, o catolicismo entendia que inserindo as pessoas numa ideia de unidade universal, fortalecer-se-ia o sentimento de uma responsabilidade comum, na ideia do bem comum. A partir dessa abordagem, surge a possibilidade de inserir o princípio de subsidiariedade, oriundo da Filosofia Social, na discussão em torno da política econômica e social, “na qual por um lado se formula claramente a necessidade da política social por parte do Estado, mas, em conformidade com o princípio de subsidiariedade, é concedida a primazia à autoajuda e à assunção de responsabilidade própria”.⁹⁰

A influência do princípio da subsidiariedade foi considerável no cenário do século XX. Além de ser um dos pilares da ação social do catolicismo, a subsidiariedade passou a ser um dos princípios de Estado, influenciando a formulação de constituições e sistemas legislativos e do âmbito jurídico, políticas de governo, além de ser uma das

⁸⁸ CARTA ENCÍCLICA MATER ET MAGISTRA, op. cit, p. 19

⁸⁹ WILDFEUER, 2008. Op. cit.

⁹⁰ WILDFEUER, 2008. Op. cit.

bases do princípio da União Europeia, aspecto que fortalece a influência do cristianismo na formação do século XX.

1.8 Uma breve reflexão do campo intelectual católico

É tarefa demasiado complexa proceder a uma análise do campo intelectual do catolicismo, primeiro pela vasta produção conceitual e filosófica, segundo pelas orientações ideológicas, seja de esquerda ou de direita, ou progressista e conservadora. Para o estudo obviamente que se devem considerar as colaborações de São Tomás de Aquino (1225-1274) e sua filosofia escolástica que reconfigurou a compreensão católica-cristã de mundo ou até mesmo o personalismo de Emmanouel Mounier (1905-1950) que influenciou a democracia cristã.

Mas interessa no momento realizar uma breve reflexão do campo intelectual que o presente estudo considera ter colaborado, ou que entendemos terem sido influentes de forma mais direta, na compreensão da Igreja acerca do ideal de desenvolvimento do catolicismo cristão no século XX, principalmente para a geração pós-guerra. Para tanto, analisamos as contribuições de Jacques Maritain para o campo da democracia cristã, Louis Joseph Lebret para o campo do desenvolvimento e humanismo e de Roger Vekemans para o campo da Teoria da Marginalidade numa relação mais direta com a proposta da Misereor.

É preciso destacar que no século XX houve uma influência de universidades católicas europeias na formação de religiosos e leigos vinculados à área de Ciências Sociais e de formação teológica, como a Universidade de Louvain na Bélgica, o Instituto Gregoriano de Roma e o Instituto Católico de Paris. Através desses e outros inúmeros centros de formação, houve uma geração de intelectuais preocupados com a condição social e política dos países subdesenvolvidos, elevando as Ciências Sociais a um status de compreensão e solução dessa condição. Elemento a considerar é que esse campo intelectual se debruçou sobre a conceituação da causa social e teve forte influência dos textos de Karl Marx.

Da mesma forma, formaram-se centros e institutos de estudos e reflexões acerca de temas sociais e da responsabilidade da Igreja nas causas temporais. Nesses espaços, a noção de desenvolvimento e cooperação do catolicismo se fortaleceu, principalmente a partir da década de 1950. Nesse sentido, podemos citar a fundação da Federação Internacional de Institutos de Investigação Social e Sócio Religiosas, com sede na

cidade Fribourg na Suíça, que englobava grande parte dessas instituições católicas, principalmente as vinculadas à Sociedade dos Jesuítas.

1.8.1 Jacques Maritain: a democracia e o fermento cristão

Jacques Maritain (1882-1973) certamente foi uma das grandes influências intelectuais do catolicismo, principalmente na primeira metade do século XX. Nascido na França e formado em Filosofia pela Sorbonne, converteu-se ao catolicismo já adulto. Foi professor em diversas universidades do Canadá, dos Estados Unidos e da França. Teve atuação importante na formulação e promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, em 1948. Sua contribuição para os debates cristãos do início do século XX se deve à valorização dos conceitos e princípios neotomistas característicos de sua época.

A contribuição de Maritain é densa e ampla, mas a relevância para a nossa análise reside nos fundamentos da importância da liberdade do indivíduo, da noção de direitos humanos e nas discussões que ele promoveu acerca da importância da democracia cristã na perspectiva de um mundo mais justo e digno. Sua contribuição é consistente para a formação do pensamento do século XX, principalmente nos meios católico-cristãos, nas bases da democracia cristã contribuindo no sentido de pensar o mundo moderno a partir da filosofia tomista. Esse aspecto nos é muito importante, visto que na Alemanha Ocidental, o partido democrata cristão se fortalece ao longo da década de 1950, tendo o chanceler Konrad Adenauer e o Cardeal Josef Frings como partidários. Além disso, outros personagens utilizam-se desse ideal na atuação política e social no pós-guerra, dentre os quais, destacamos o belga Auguste Vanistendael.⁹¹

Para Maritain⁹², o ideal de democracia ultrapassava a simplória noção de organização de estado, era uma maneira humana de viver, um princípio humanitário. O pensamento de Maritain acerca dos preceitos democráticos influenciara a construção desse ideal com a ascensão e a posterior queda dos regimes autoritários ao término da

⁹¹ Esse aspecto será analisado no Capítulo 2.

⁹² Para entender o pensamento de Maritain é importante contextualizar o momento histórico que ele vivenciou. Seu ideal democrático faz parte de um processo de amadurecimento, mas também no que era possível para o momento. Sobre a importância do cristianismo na construção de um novo modelo de sociedade ele fora fortemente influenciado pelo momento político vivenciado na América do Norte nos anos 1930 e 1940, inclusive pelo posicionamento favorável do presidente norte-americano Roosevelt, que em discursos oficiais defendia a necessidade de um olhar cristão na formação de uma sociedade alicerçada na justiça e na liberdade. Aspecto que é bastante problemática diante de um olhar histórico e conjectural.

Segunda Guerra Mundial, das deficiências e efeitos que o liberalismo ocasionava na sociedade, inclusive, esboçando o papel que o catolicismo deveria assumir diante dessa realidade, movimento da Igreja Católica que ficou conhecido como Nova Cristandade.

Em 1945, Jacques Maritain escrevia que, baseado num passado de desintegração beligerante e da exacerbação das nacionalidades, o mundo aspiraria à necessidade de uma comunidade supranacional, para além das fronteiras estatais. E para isso, sugere que o verdadeiro ideal de democracia deva estar alicerçado nos princípios cristãos. “A condição para que as democracias ganhem a paz depois de terem ganhado a guerra é que a inspiração cristã e a inspiração democrática se reconheçam e se reconciliem.”⁹³

Para Maritain, os princípios humanitários deveriam ser postos em questão alicerçados nos preceitos do cristianismo, numa alusão ao fermento cristão para o mundo. “Não é do cristianismo como credo religioso e caminho para a vida eterna que trata o problema, e sim do cristianismo como fermento da vida social e político dos povos, e como portador da esperança temporal aos homens.”⁹⁴

Nesse sentido, Maritain alerta para a necessidade de construir novos alicerces para o mundo, numa referência à cooperação das nações e dos povos para a promoção da justiça e dos direitos humanos.

É indispensável compreender que o sentido da guerra atual não é apenas terminar de uma vez por todas com o fascismo, o racismo, o militarismo, mas ainda empreender decididamente a lenta e difícil construção de um mundo em que o temor e a miséria já não pesem sobre os indivíduos e sobre os povos, onde os nacionalismos cegamente reivindicadores cederão lugar a uma comunidade internacional organizada, onde a opressão e a exploração do homem pelo homem serão abolidas, e onde cada qual poderá participar da herança comum da civilização para viver uma vida realmente humana.⁹⁵

Os escritos de Maritain foram bem aceitos na comunidade cristã pois refletiam o desejo de construir uma sociedade mais justa e fraterna. E o ideal de que o cristianismo fosse um dos alicerces desse projeto obviamente era um dos aspectos que interessava à

⁹³ MARITAIN, Jaques. *Cristianismo e democracia*. Tradução de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Agir, 1945, p. 37.

⁹⁴ MARITAIN, 1945, op. cit. p. 45.

⁹⁵ MARITAIN, 1948, op. cit. p. 43

Igreja. Em seus escritos dimensionou a concepção do fermento cristão como um elemento catalizador de justiça e paz internacional.⁹⁶

O momento histórico em que Maritain escreveu grande parte de suas obras ainda era um período de muitas instabilidades e incertezas, tanto antes, durante, quanto logo após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, seus textos foram transformados em referências para a formação de religiosos e leigos vinculados às doutrinas cristãs. O discurso da construção de um mundo mais justo e fraterno, alicerçado nos princípios dos direitos humanos e da democracia cristã tornou-se um discurso tão amplo que se irradiou por diversos campos de ação social. A necessidade de compreender essa lógica através de um processo e de uma caminhada da formação cristã a partir da década de 1950 torna-se um dos imperativos para evidenciar que os escritos de Maritain e seu ideal de democracia e fermento cristão para um mundo mais justo e humanitário foram instigantes para a ação social da Igreja nas décadas subsequentes.

1.8.2 Louis Joseph Lebreton e o desenvolvimento como baluarte da paz

Louis Joseph Lebreton (1897-1966) foi um padre dominicano francês que teve atuação destacada na promoção da causa social, principalmente das nações subdesenvolvidas. Foi um dos precursores da discussão do desenvolvimento dos povos nos círculos católicos, chamando a atenção para a postura da Igreja diante da urgência do desenvolvimento das regiões mais pobres do mundo. Em 1942 foi um dos fundadores do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Economia e Humanismo e de um grande número de associações para o desenvolvimento social, em vários países do mundo, dentre os quais o IRFED - *Institut International de Recherche et de Formation, Éducation et Développement*, atual *Centre International Développement et Civilisations- Lebreton-Irfed*, em Paris. Suas ideias giram em torno da questão da economia e do humanismo e suas relações com o campo religioso e social.

Sua atuação e seus escritos foram decisivos na formulação de textos papais que tratavam da questão do desenvolvimento e da postura da Igreja diante dos problemas do mundo. Foi clérigo atuante ao longo do Concílio Vaticano II e na elaboração da *Gaudium et Spes*. Seus textos serviram de referência para a formulação da Encíclica *Populorum Progressio*, redigida em 1967.

⁹⁶ MARITAIN, Jacques. *Princípios de uma política humanística*. Tradução de Nelson de Melo Sousa. Rio de Janeiro: Agir, 1946, p. 33

Lebret era um conhecedor das realidades sociais do mundo. Viveu e atuou como sacerdote em diversos países, o que lhe deu o conhecimento necessário para escrever sobre questões pontuais que, segundo ele, impediam ou limitavam o desenvolvimento das regiões de alguns países. Atuou, sobretudo, no Líbano, Senegal, Benin, Costa do Marfim, Brasil, Colômbia, Venezuela e Vietnã do Sul. A tônica do seu discurso gira em torno da questão do desenvolvimento, da distribuição da renda e do acesso à tecnologia por parte das nações consideradas subdesenvolvidas.

Em suas publicações aponta duas situações que fortalecem e cristalizam as desigualdades mundiais entre os privilegiados e os não privilegiados: a primeira é a questão da dignidade de vida decorrente da miséria e da moléstia; a segunda é a distância intelectual e de acesso ao conhecimento que separa os povos. “Le terme développement est devenu une sorte de mot magique, un mythe puissant, irresistible. Il n’est plus désormais possible de s’illusionner : il n’y aura plus de tranquillité dans le monde tant que des pays recevront encore l’épithète de sous développés.”⁹⁷ Vemos em Lebret a preocupação quanto à relação existente entre desenvolvimento dos povos e paz mundial, o que é uma das tônicas que norteia a ação social da Igreja nas décadas de 1950 e 1960. Veremos mais adiante que os princípios de desenvolvimento de Lebret não foram muito bem aceitos pela Misereor, que preferiu o modelo idealizado para a América Latina pelo padre jesuíta Roger Vekemans, através do conceito de marginalidade econômica e social. No entanto, é preciso compreender a obra de Lebret como influente no cenário do catolicismo e no ideal de desenvolvimento idealizado pela Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II na perspectiva de se fortalecer o conceito de subsidiariedade e o desenvolvimento numa perspectiva local a partir das vilas, das comunidades e dos bairros.

Para Lebret, duas visões de desenvolvimento estariam em voga: uma entenderia que o desenvolvimento seria uma questão mecânica e para outros orgânica; para uns, questão de produção adicional; para outros de elevação humana em todos estratos da população. “C’est reposer tout le problème d’une économie valant en soi et celui d’une économie humaine que vaille pour tout l’homme et pour tous les hommes. Dans le premier cas, les finalités sont d’ordre quantitatif; dans le second, elles sont d’ordre humain.”⁹⁸

⁹⁷ LEBRET, Louis-Joseph. *Dynamique concrète du développement*. Paris : Ouvrières. 1960, p. 19.

⁹⁸ Idem, p. 39.

Para ele, uma noção consistente de desenvolvimento deve valorizar dois princípios fundamentais: respeito real a toda pessoa humana e valorização do bem comum. Portanto, seus escritos identificam as dualidades e as discrepâncias ocasionadas por um desenvolvimento que não valoriza ou não promove os valores humanos e as necessidades locais.

Em suas obras, parte do princípio de que a fome e a miséria são ocasionadas pelas deficiências da estrutura produtiva desigual, pouco racionalizada e modernizada. No livro *O drama do século XX: miséria, subdesenvolvimento, inconsciência, esperança*⁹⁹, ele aborda uma preocupação com o crescimento da população mundial e situa o problema da baixa produtividade das regiões subdesenvolvidas em relação ao crescimento demográfico desses países. Da mesma forma, alerta para a precariedade e fragilidade dos solos de regiões tropicais expostas a intempéries do tempo. Lebret sustenta a ideia de que nas regiões subdesenvolvidas, a curva da produção agrícola é inferior à do crescimento demográfico, o que causaria um desequilíbrio na questão da fome, ou seja, a ideia é de que a produtividade era muito baixa diante da demanda populacional.

Baseado em suas experiências e viagens, Lebret alertava para as condições de vida das populações de regiões periféricas e subdesenvolvidas, expostas a todos os tipos de moléstias, governos corruptos e autoritários, práticas sociais e religiosas que ele considerava um limitador da noção de desenvolvimento. A ideia de um desenvolvimento equilibrado e harmonioso foi um de suas grandes defesas no campo intelectual e pastoral.

Em seus apontamentos, elencou algumas situações pontuais que representavam deficiências estruturais, principalmente do setor agrícola e da produção de alimentos, para o desenvolvimento pleno dos povos subdesenvolvidos, a destacar: O desgaste dos solos e a falta de fertilizantes seria um dos problemas, indicando a necessidade da cooperação internacional para a adoção e produção de adubos químicos em países subdesenvolvidos; a insuficiente mecanização; a ilusão dos espaços disponíveis para agricultura; utilização irracional dos solos; fraca capacidade de investimento; sistemas usurários de juros e financiamentos deficientes.

Lebret destaca o fato de que haveria a necessidade das nações desenvolvidas do Ocidente, aqui entendidas como as europeias e norte-americanas, olharem para os países

⁹⁹ LEBRET, Louis Joseph. *O drama do século XX: miséria, subdesenvolvimento, inconsciência, esperança*. Tradução de Benvenuto de Santa Cruz e Fátima de Souza. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

subdesenvolvidos com atenção cooperativa para a promoção do desenvolvimento harmonioso desses povos. Tendo essas regiões sulinas grande concentração da população mundial, seu poder de reação e ameaça de conflitos decorrentes da situação social adversa representaria grande perigo para a paz mundial. O apelo de Lebret é quanto à consciência dos abastados e dos privilegiados do mundo com o modelo de desenvolvimento até então empreendido, numa clara alusão à necessidade de cooperação humanitária para um desenvolvimento integral, coordenado e harmonioso dos povos, o que representaria o grande anseio da Igreja.

Da mesma forma, Lebret faz um apelo quanto à urgência da mensagem cristã para o mundo, que através do mandamento do amor, seria eminentemente civilizadora. “Compreendendo-o, um grupo humano se torna uma comunidade fraternal. Se os povos que se proclamam adeptos da civilização cristã o aplicassem, o mundo inteiro seria transformado”¹⁰⁰

Nesse sentido, obviamente motivado pela situação bipolar da Guerra Fria, Lebret demonstra preocupação através das zonas de influência dos regimes governamentais:

A única solução que ainda resta ao Ocidente será deixar de viver voltado apenas para si mesmo. Se ele não for capaz, rápida, concreta e desinteressadamente, de oferecer ao mundo subdesenvolvido, ainda independente do domínio soviético, condições de desenvolvimento integral superiores às oferecidas pela Rússia, pode estar certo de que a sua ideologia praticamente materialista será suplantada pela ideologia marxista, filosoficamente materialista mas portadora de um ideal universal.¹⁰¹

Notadamente vemos que os estudos de Lebret representam uma leitura para a cooperação internacional, visando o desenvolvimento de regiões subdesenvolvidas, no sentido de evitar questões de instabilidade política, desigualdade socioeconômica, numa referência a um desenvolvimento pleno e integrado do mundo. Por mais ingênuo que isso possa nos parecer aos olhos contemporâneos, visto que sabemos que o transcorrer da história esse apelo não fora integralmente seguido, temos de ter presente que textos e mensagens como as de Lebret sensibilizaram grande parte da comunidade católica, principalmente nos países subdesenvolvidos por onde atuou.

¹⁰⁰ LEBRET, 1966, op. cit. p. 192.

¹⁰¹ Ibidem, p. 162.

1.8.3 Roger Vekemans e a Teoria da Marginalidade¹⁰²

Roger Vekemans van Cauwelaert (1921-2007), natural da Bélgica, se ordenou jesuíta e teve uma formação intelectual consistente nas áreas de Teologia, Filosofia e Ciências Sociais estudando em diversos centros de formação católica da Europa como a Universidade de Louvain e na Universidade Gregoriana de Roma. No ambiente acadêmico e pastoral envolveu-se em discussões de caráter social e se destacou pela capacidade de intelectualizar as condições sociais da população e atualizar a compreensão da causa social católica. Devido a sua formação e atuação no campo das Ciências Sociais, bem como domínio de várias línguas, conquistou prestígio entre os jesuítas, mas foi no Chile onde pode desenvolver sua atividade intelectual e pastoral de forma consistente.

A vinda de Vekemans para Santiago esteve atrelada à figura do Padre Alberto Hurtado S.J. (1901-1952), que desenvolvia atividades de caráter social no Chile, destacando-se entre os jesuítas na formatação de Ação Católica, na conceituação da Doutrina Social da Igreja e no grupo católico engajado no conceito de Economia e Humanismo. Seu trabalho se alastrou por diversas frentes como na fundação da instituição de caridade *Hogar de Cristo* e da *Revista Mensaje*, bem como a Ação Católica que em 1950 chegou a ter mais de 100.000 membros. Padre Hurtado conquistou muito prestígio para e entre os jesuítas, influenciando na vinda de mais de 550 freiras e padres estrangeiros ao Chile que se inseriram em populações operárias e setores marginalizados. O cristianismo se desenvolveu na causa social de forma vertiginosa a partir de uma perspectiva das populações mais pobres. Seu repentino falecimento em 1952 abriu as portas para uma nova liderança jesuíta que pudesse dar continuidade a esse trabalho. Para a missão foi designado Roger Vekemans, que, além disso, foi incumbido de fundar uma rede de Centros de Investigação Social – CIAS na América Latina, a exemplo do que já ocorria na Europa.¹⁰³

¹⁰² Em tempo vale destacar que a Teoria da Marginalidade não foi um conceito elaborado unicamente por Vekemans. Representou um amplo movimento das Ciências Sociais latino-americanas que se fortaleceu a partir da década de 1960 para buscar compreender a condição do continente. Duas compreensões podem ser destacadas: a primeira se refere a marginalidade cultural e social diante do processo de modernização, tendo como destaque Gino Germani; a segunda se debruça sobre a marginalidade e a dependência econômica, com destaque para os estudos da Cepal e de José Nun e Miguel Murmis. A opção por Vekemans vem de encontro a nossa perspectiva dos intelectuais católicos.

¹⁰³ BEIGEL, Fernanda. *Misión Santiago: el mundo académico jesuíta y los inicios de cooperación internacional católica*. Santiago: Lom Ediciones, 2011.

Em Santiago a partir de 1957, Vekemans tratou de estruturar centros de referência que aglutinassem as atividades no campo social e intelectual do catolicismo. Para tanto, fundou o Centro Bellarmino, entidade que envolveu muitas lideranças religiosas e jesuítas empenhadas nas Ciências Sociais, tanto chilenas como estrangeiras, com reconhecida formação acadêmica na Europa e nos Estados Unidos. Entre eles pode-se destacar Renato Poblete que estudou nos EUA; Hernán Larrain e Miguel Squella que estudaram em Louvain; Juan Esteban Rodriguez que se formou em Londres; Ignacio Gres formado na universidade Gregoriana; Juan Ochagavia que estudou em Munique; bem como Rafael Sánchez, somados aos franceses Pierre Bigó e Arturo Gaete. É importante destacar também que Roger Vekemans foi um dos responsáveis pela fundação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Católica de Santiago em 1958, sendo Vekemans seu primeiro diretor.¹⁰⁴

Para nosso estudo interessa compreender que Roger Vekemans foi uma liderança que conquistou muito respeito no catolicismo latino americano formando uma rede de cooperação abrangente. Sua dedicação pela causa social católica e sua formação acadêmica o levaram a ser um dos protagonistas na formação do conceito de Teoria da Marginalidade, elemento significativo que logo se disseminou pelas redes de cooperação do catolicismo, inclusive para a Misereor, que teve na instituição Desal uma referência para a América Latina.¹⁰⁵ O conceito de Teoria da Marginalidade pode ser atribuído a Roger Vekemans, mas teve a participação de vários outros intelectuais nesse processo.

A Teoria da Marginalidade parte do pressuposto de que o processo de colonização europeia na América Latina gerou um cenário de contradições e de sobreposição de valores de padrões, desde sociais, culturais, econômicos e políticos. Esse processo teria cristalizado barreiras sociais e congelado as dicotomias, bloqueando uma fusão entre os dois elementos constituintes do continente, uma espécie de um congelamento estrutural, o que impediria uma homogeneização cultural, sendo a base da marginalização da grande massa populacional.

Esse processo de dicotomia se refletiu na esfera urbano-rural com uma ruptura etno-cultural, e de uma minoria privilegiada que numa perspectiva herodiana assimilou

¹⁰⁴ Essa escola de Ciências Sociais foi responsável por formar uma geração de jovens intelectuais que tiveram grande influência nos estudos do campo social, firmando-se parcerias com conceituadas universidades norte-americanas e europeias. As Ciências Sociais passaram a ter grande prestígio nas décadas de 1960 e 1970 buscando compreender a condição social, política e econômica da América Latina, sendo Santiago uma referência para o continente.

¹⁰⁵ Ver Capítulo 2, subtítulo “O projeto da Misereor para a América Latina”.

um novo padrão de cultura em terras latinas mantendo uma barreira cultural que se manifestava na perspectiva do econômico-tecnológico (desenvolvido-subdesenvolvido) e do político e administrativo – centralismo inibidor da iniciativa local e reforçador de um *ethos* providencialista a respeito do papel do Estado.

Vekemans entendia que a não fusão e a formação de um padrão homogêneo na perspectiva cultural, política e econômica seria a base da formação de um dualismo social e uma heterogeneidade cultural, o que evidenciava a vigência da superposição cultural. Nesse sentido, o congelamento inicial ainda perdurava no século XX, como parte de uma continuidade histórica, implicando na emergência da marginalidade na América Latina sendo esse processo cada vez mais agudo e evidente.

Em suas ideias, defende que a incorporação dos marginalizados ocorria na grande maioria dos casos unicamente para a sua introdução à economia monetária ou de trabalho, como por exemplo, para a produção do café como era o caso do povo *cholo* do Peru. Mas as estruturas sociais e culturais se mantinham cristalizadas e congeladas. Vekemans¹⁰⁶ utilizou a ideia da polarização ecológica para contextualizar a dicotomia entre os espaços rurais e os espaços urbanos, em termos de geração de renda, acesso à educação e à saúde. Esses territórios geográficos que Vekemans usa como ecológicos demonstravam as estruturas marginais existentes. Sustenta a ideia de que a população costeira e urbana modernizada era virtualmente bipartida, ou seja, morava na América Latina, mas possuía laços muito fortes com a Europa e os Estados Unidos, estando orientados “hacia fuera” e não “hacia dentro” do continente, como uma ponte entre o mundo civilizado e o bárbaro (rural), discriminando valores de vida das populações marginalizadas rurais e urbanas.

A partir dessa compreensão da polarização e da marginalização da população latino americana, sua análise parte para uma leitura geopolítica, no sentido de que a principal tensão mundial de então não seria numa perspectiva Oeste-Leste, mas sim, Norte-Sul, entre o mundo altamente desenvolvido e o subdesenvolvido. Nesse sentido, havia um fortalecimento da noção de cooperação para amenizar as tensões existentes. Sustentava essa tese na perspectiva da divisão internacional do trabalho e na concentração da alta tecnologia mundial e na tensão entre o setor primário (Sul) e o setor secundário (Norte). Constata-se uma preocupação de Vekemans no sentido de que as populações marginalizadas estariam despertando para essa desigualdade, no sentido

¹⁰⁶ VEKEMANS, Roger. *La marginalidad en America Latina: un ensayo de conceptualización*. Cuadernos da Desal: Santiago, 1969.

de que haveria um potencial descontentamento sobre a condição de pobreza diante da fartura e da riqueza das nações mais ricas, e para tanto, haveria a necessidade da integração da massa marginalizada buscando evitar tensões futuras.

Demonstra uma preocupação muito grande com a questão da marginalidade e da radicalidade, ou seja, de que as massas marginalizadas tendo acesso cada vez maior aos meios de comunicação poderiam iniciar um movimento potencialmente violento. Por isso, insistia tanto na questão de uma emergência. A marginalidade teria assim um efeito de bumerangue sobre a estrutura de funcionamento da sociedade, e da cultura sobreposta.

Esta emergencia, en su doble aspecto psico-social y física, constituye un fenómeno irreversible: han transcurrido más de cuatro siglos de marginalidad y algo debe hacerse para prevenir el que este nuevo hecho explote con violencia irracional; de aquí el sentido de urgencia de que está impresa la característica que nos ocupa, o sea, la necesidad imperiosa de encontrar soluciones a la marginalidad; nos encontramos frente a un verdadero estado de emergencia cuya profundidad está dada por la globalidad y la radicalidad de la marginalidad, y cuya magnitud se revela en el hecho de que afecta al 70% o aun 80% de población en muchos de los países del continente.¹⁰⁷

Sobre a marginalidade, Vekemans entende que se designa a grupos sociais, que apesar de fazerem parte de uma nação ou país, se encontravam a margem da incorporação objetiva, não chegando a penetrar na intimidade de suas estruturas. A partir disso, entende-se que a condição de marginal remetia à condição de exclusão dos benefícios característicos da vida moderna e isto não se manifestaria somente a um ou outro aspecto da vida, mas sim, na totalidade das esferas do atuar social. Dessa forma, conclui que as esferas sociais não marginalizadas estariam ligadas diretamente aos padrões modernos dos países desenvolvidos, entendendo ser necessária a integração dos marginalizados nos padrões modernos de cultura, de produção, de consumo, de política, o que para a nossa tese é perfeitamente tangível.

El concepto de marginalidad guarda íntima relación con el fenómeno ya verificado de la no participación, derivado de la no pertinencia, a su vez, ésta procede de la no acogida, del rechazo. Así, en primera instancia, la pertinencia a una globalidad jurídico territorial no hace sino destacar la tangente escisión interna entre los que participan y los que son rechazados, puesto que las divisiones limítrofes en América

¹⁰⁷ VEKEMANS, 1969, op. cit, p. 72

Latina solo contribuyen a reforzar la situación universal de colonialismo interno.¹⁰⁸

Dessa forma, haveria reflexos na carência congênita funcional de certos grupos em todos os níveis do atuar social. A marginalidade seria um problema funcional e histórico. O marginal estaria fora do sistema social, não estando incorporado e menos ainda integrado, pensando numa generalidade abstrata, fora de escala, pela falta de participação de seus elementos humanos no conjunto social. Vekemans entendia que o marco característico da marginalidade na América Latina era a falta de integração interna e externa, numa perspectiva funcional.

Segundo Vekemans, os marginais se apresentavam desarticulados, predominando a multiplicidade familiar e local sobre o princípio de planificação. Era por isso que os marginais se encontravam atomizados, e, portanto, sem integração funcional com a sociedade nacional modernizada. Como não estavam integrados, não poderiam participar da gestão do poder consensual e na geração e exercício do poder social. “En este caso, la parte distribuida de los recursos y bienes sociales puede estar y de hecho está, muy por debajo del límite mínimo humano y vital. Una vez más se comprueba que los contingentes marginales están fuera de escala.”¹⁰⁹

Para a superação dessa condição aponta como solução o princípio da solidariedade, com uma integração a partir da lógica interna através das organizações de base popular. O que se buscava com isso era o elemento doutrinal da auto realização como definição do princípio de liberdade. Essas organizações de base seriam manifestações fundamentais das solidariedades, unidades celulares dos corpos sociais, formadas pelo contato imediato dos integrantes através de suas livres iniciativas tais como centros comunitários, cooperativas, associações, sindicatos, ligas camponesas.¹¹⁰ Nesse sentido, Vekemans se torna uma referência para a Misereor por entender que essas manifestações sociais de base seriam a chave para a integração funcional dos marginalizados.

Entende ser urgente inserir a massa marginalizada nos padrões técnico-econômicos modernos, sem essa possibilidade não haveria inclusão econômica, independência intelectual, nem acesso à cultura, nem incorporação à sociedade, nem muito menos participação na tomada de decisões, assim “el hombre no hace sino vivir

¹⁰⁸ VEKEMANS, 1969, op. cit, p. 53.

¹⁰⁹ VEKEMANS, 1969, op. cit. P. 62

¹¹⁰ VEKEMANS, Roger. *Hacia la superación de la marginalidad: algunas sugerencias*. Tomo III. Cuadernos da Desal: Santiago, 1968.

reducido a una lucha por la subsistencia que hace ilusoria el pensar en la posibilidad de su desarrollo integral.”¹¹¹ Dessa forma, defende a necessidade da integração interna e a formação de um corpo funcional ajustado e equilibrado “La integración interna se convierte entonces, en un mecanismo indispensable para alcanzar la participación responsable de los grupos afectados que ahora se transforman en el sujeto de su propio desarrollo, en la unidad estructural de las solidaridades dispersas.”¹¹² P. 24

Este conceito vislumbraria a perspectiva de que a economia não estaria posta para o homem como um fim, mas também como sendo um motor e agente da mesma. Por isso era um erro assinalar como uma única meta o puro aumento da produção para poder satisfazer necessidades, como seria a proposta posta no momento que visava um rápido desenvolvimento, sacrificando o homem e com ele seus valores mais altos que culminariam na liberdade. “La necesidad sólo es una faceta del perfeccionamiento progresivo del hombre el verdadero fin de la economía es la perfección humana, que es auto determinación y libertad.”¹¹³

Vekemans esboça uma compreensão de que o mundo desenvolvido estaria plenamente inserido no contexto moderno e entende as nações subdesenvolvidas como marginalizadas nesse processo. Acerca da condição moderna, Vekemans¹¹⁴ compreende as suas características através de:

- Uma crescente complexidade institucional pela divisão do trabalho e diversificação de funções;
- Autonomia de cada esfera específica das atividades humanas;
- Interdependência e articulação ordenada entre as diferentes esferas da sociedade plurifragmentada;
- Flexibilidade do sistema institucional que permitiria a adequação ao câmbio social por melhor assimilação da crescente complexidade científico-tecnológica;
- Um consenso a respeito do poder e função do Estado como autoridade reguladora;
- A participação ativa dos grupos sociais e pessoas nas esferas de decisões econômicas, sociais e políticas;

¹¹¹ Ibidem, p. 274.

¹¹² VEKEMANS, Roger. *Algunos factores psico-sociales que condicionan el subdesarrollo latino-americano*. Cadernos da Desal: Santiago, 1967.

¹¹³ VEKEMANS, 1968, op. cit, p. 276.

¹¹⁴ VEKEMANS, 1967, op. cit.

- Presença de uma mobilidade e capilaridade social e a função subsidiária do Estado para intervir em favor dos grupos que não são capazes de melhorar por si mesmos.

A partir dessas constatações, Vekemans esboça as características de uma sociedade moderna sob três aspectos: a) objetividade científica em juízo de governantes e governados, de políticos e não políticos, através de uma organização científica ampla e responsável pela informação pública sem interferências de interesses políticos, sociais e econômicos; b) funcionalidade tecnológica em termos de programação da atividade econômica-social para que se pudesse concretizar a transformação de um objeto conhecido pela ciência em recurso útil capaz de satisfazer as necessidades humanas; c) racionalidade doutrinária, definida como a harmonização da ciência e da tecnologia através de um corpo doutrinário que respeitasse os valores próprios da sociedade humana.

Como proposta de solução da marginalidade, propõe-se a promoção popular dos grupos sociais desestruturados e a margem da sociedade, apontando ser necessária uma integração “hacia adentro”, orgânica e funcional, ou seja, com iniciativas a partir da base da sociedade. A promoção popular se daria através de organizações apropriadas e representativas que pudessem promover a integração social dos marginalizados, através “de prioridades programáticas necesarias para superar el rechazo de los grupos marginales. A su vez la incorporación debería conducir a la integración funcional de la sociedad global.”¹¹⁵

1.9 O texto no contexto

O objetivo do Capítulo era de compreender a Doutrina Social da Igreja como um movimento que se consolidou ao longo do século XIX, se aperfeiçoou e se ressignificou ao longo do século XX. Nesse sentido, não é possível entender a postura social da Igreja como um movimento isolado, é preciso vislumbrá-lo na perspectiva de uma instituição que almejava ocupar uma postura de protagonismo no cenário internacional, como uma instituição preocupada e interessada com a condição dos povos. Percebe-se assim que a realização do Concílio Vaticano II não foi um movimento que se desconectou de uma

¹¹⁵ VEKEMANS, Roger; FUENZALIDA, Ismael Silva. *Integración latino-americana y solidaridad internacional*. Cadernos da DESAL, Santiago, 1968, p. 20.

processualidade histórica. Muito pelo contrário, ele se inseriu numa ideia de continuidade que se manifestou numa abertura gradual e cadenciada do catolicismo à modernidade. Foi claro um acontecimento significativo da história do século XX, mas todo acontecimento tem uma causa e um devir. Representou um ajuste da Igreja diante do seu tempo no sentido de legitimar e unificar práticas de uma instituição que se almejava cosmopolita.

Entende-se que as conclusões conciliares reforçaram a ideia da constituição de um mundo socialmente ajustado, alicerçado no solidarismo e na cooperação dos povos visando um alinhamento, buscando fortalecer a crença num desenvolvimento pleno dos povos sob a égide de um capitalismo internacionalizado. Após experimentar um ideal de uma Teologia do Desenvolvimento na década de 1950, o cenário dos anos 1960 e 1970 exigiu uma postura ressignificada, que financiasse as iniciativas locais que almejassem uma aproximação com um ideal progressista à luz das nações desenvolvidas. Dessa forma, sustenta-se a ideia de que o Concílio Vaticano II representou sim um momento de ressignificação da causa social, mas ao contrário do que muito se pensa, representou mais um contingenciamento e um tutelamento daquilo que vinha se formatando na perspectiva social e econômica, do que um momento de renovação.

Dessa forma, a instituição alemã Misereor surgiu em 1959 e se fortaleceu no cenário internacional. Ela se vincula a essa postura da Igreja Católica visando fortalecer um sistema capitalista internacionalizado com bases na democracia, na liberdade, na cooperação e na solidariedade entre os povos visando constituir um corpo social funcional que serviria de suporte para uma paz mundial tutelada e ajustada. Diante do contexto dos novos tempos perceptíveis na década de 1960, a Igreja Católica buscou por instrumentais para fazer-se presente no cenário geopolítico, e para tanto, ela faz opções. Ela opta oficialmente pela postura de alinhamento ao capitalismo em detrimento de outros regimes. Essa escolha exige a formatação de um aparelho burocrático, hierárquico, instrumental e cooperativo que cria uma rede ampla de ação que envolve o Estado e a sociedade civil tendo como finalidade ajustar as peças que estavam desalinhadas e que na sua compreensão representavam uma ameaça as suas pretensões.

A análise buscou relacionar o campo social com a formação de um ideal de desenvolvimento e cooperação que pudesse dar conta das demandas modernas do catolicismo e da necessidade da abertura aos desafios dos novos tempos. Para tanto, se formatou um campo intelectual no catolicismo que obviamente não esteve coeso e

harmonizado, mas que colaborou na disseminação dos ideais cristãos de justiça, de solidariedade e de liberdade.

A partir do próximo Capítulo, a análise visará compreender de que forma surge, se legitima e se solidifica a instituição Misereor diante desse contexto. Pretendemos vincular a política da Misereor diante dessa dinâmica temporal do catolicismo, que aproveitou o momento conciliar para germinar e se expandir para o mundo. Os católicos alemães aproveitaram o momento propício, aliando pretensões geopolíticas da Alemanha Ocidental ao contexto do catolicismo no contexto do Concílio Vaticano II para se embrenhar na pretensa ação de constituir bases da realidade pós Segunda Guerra Mundial.

2.0 GÊNESE E LEGITIMAÇÃO DA MISEREOR

“Ainda não esquecemos de nossa própria necessidade e agora isso está presente na nossa consciência: na maioria dos países do mundo há fome.”
Cardeal Josef Frings¹¹⁶

“La creation de Misereor fait ainsi suite à une série d’initiatives em faveur des pays em voie de développement, lancées par de nombreux groupes catholiques allemands dès la seconde moitié de années ciquente.
Sylvie Toscer¹¹⁷

Para entendermos o processo de fundação da entidade Misereor, é preciso fazer uma leitura do contexto histórico que a Alemanha vivia após a Segunda Guerra Mundial e também sob quais princípios de cooperação humanitária do pós-guerra ela foi justificada. Essas questões são relevantes, pois contribuem numa série de contextos que devem ser contemplados ao longo do estudo: qual o sentimento que sustentava a ação da cooperação para o desenvolvimento fomentada pela instituição? Qual era a rede que sustentava essas organizações desde a fonte dos recursos até sua aplicação em projetos no Sul do Brasil? Quais eram os sujeitos que participavam dessa rede de cooperação? Qual o papel político e social dos bispos nesse cenário? Qual a lógica de cooperação e de direitos humanos sob a tutela da Igreja Católica? Qual era a concepção de desenvolvimento defendida pela Misereor?

Por isso, num primeiro momento, é preciso fazer uma leitura do desenvolvimento socioeconômico da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial. Essa é uma questão importante para se compreender o contexto da formação da Misereor. Por isso, nesse capítulo, busca-se sintetizar as políticas econômicas que alavancaram a Alemanha Ocidental num contexto geopolítico de Guerra Fria e de diretrizes do Plano Marshall que culminaram na efetivação do aumento da qualidade de vida e de bem estar do povo alemão, contexto em que se desenvolve a Misereor com sede na cidade de Aachen.

A partir desse cenário de desenvolvimento socioeconômico alemão, é importante compreender como surgiu e se desenvolveu a instituição Misereor a partir dos anos de 1958/59. Assim, sintetizam-se quais os princípios que impulsionaram essa entidade e

¹¹⁶ FRINGS, Josef. *Abenteuer im Heiligen Geist*. Fulda, Agosto de 1958. Disponível no site <<http://www.misereor.de/ueber-uns/misereor-geschichte.html>>, Acesso em 10/10/2014.

¹¹⁷ TOSKER, Sylvie. *Les catholiques allemands à la conquête du développement*. Paris, França, L’Harmattan, 1997, p. 9.

principalmente quais eram as fontes de recursos que a mantinham. É preciso ter em vista de que instituições de cooperação são sustentadas por princípios e filosofias norteadoras, mas também, por recursos financeiros, dentre os quais se destacam as doações coletadas pela Igreja Católica Alemã e também repasses financeiros do Governo Alemão. Dessa forma nos é apresentado um problema geopolítico que compõe ramificações e intencionalidades de variadas frentes.

O propósito é de analisar a inserção dessa instituição na conjuntura de cooperação internacional, estimulada com a fundação da Organização das Nações Unidas em 1945 e a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Esse movimento colaborou na formação de uma nova ordem mundial pós-guerra em que o conceito de desenvolvimento foi potencializado e representou uma bandeira da nova ordem mundial que se pretendeu constituir.

Para tanto, a leitura parte de uma revisão bibliográfica da evolução e expansão da condição socioeconômica da Alemanha na década de 1950 e da expansão das agências de cooperação internacional no período. Para o processo de fundação da entidade Misereor, além de uma revisão bibliográfica sobre a política de ação da Igreja Católica na década de 1950, procede-se com uma análise documental para compreender sob quais princípios surgiu a entidade, partindo do discurso do Cardeal Josef Frings em 1958, considerado o momento inaugural da instituição e denominado como *das Rede zur Gründung*.

A intenção é situar a instituição Misereor na conjectura geopolítica do pós Segunda Guerra Mundial. Entende-se que a instituição transformou-se numa importante agência de fomento e cooperação ao desenvolvimento, que norteadora sob os princípios do ideal cristão de ajuda humanitária, estendeu seus projetos a zonas consideradas sócio e economicamente vulneráveis. Nascida no princípio do combate à miséria e à fome, a Misereor rapidamente alcançou o status de uma agência de desenvolvimento, exercendo importante papel político no contexto histórico dos anos 1960 e 1970.

Da mesma forma, parte-se para uma análise regional e contextual da América Latina na tentativa de construir um conceito de desenvolvimento para o continente a partir da Teoria da Marginalidade de Roger Vekemans.

2.1 Uma análise do cenário da Alemanha no pós-guerra¹¹⁸

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha teve de enfrentar um processo de reconstrução bastante complexo e amplo, que se conjecturou sob a ótica geopolítica da década de 1950. Dessa forma, a Alemanha recebeu atenção especial visto a ocupação dos soviéticos a leste de seu território. Nesse cenário potencializou-se a disputa por regiões de influência, o que acabou ocasionando a divisão do território alemão em 1961.¹¹⁹

Para tanto, é importante compreender o processo de formação do sentimento de caridade e solidariedade sob estímulo do catolicismo num cenário de reconstrução da Alemanha pós-guerra. A perspectiva do *ethos* do povo alemão, ou seja, da perspectiva de mundo sob a base do altruísmo, da misericórdia, da ajuda, da noção de responsabilidade diante das atrocidades cometidas no passado, são aspectos que nos propomos analisar. Para isso, alguns fatores devem ser levados em consideração, sendo um deles o aspecto econômico. O processo de reconstrução da Alemanha Ocidental tem de ser compreendido na ordem mundial do pós-guerra, mais precisamente através da reformulação de políticas sociais e econômicas bem como pelo financiamento norte americano.

O Plano Marshall¹²⁰ injetou grandes cifras financeiras na Alemanha e combinado com modelos de gestão, proporcionou ao país plenas condições para sua reestruturação na década de 1950. Conforme Osório,

A Alemanha Ocidental foi integrada ao sistema interestatal e transformada em grande vitrine do *western capitalism*. Preocupou-se em expandir o mercado interno, principalmente por meio da recomposição e da coordenação de preços e salários, por meio de um acordo capital-trabalho de grande coesão social. A valorização artificial do dólar possibilitou ao país exportar para seu entorno e para

¹¹⁸ Entendemos que é necessário fazer uma análise sintética e panorâmica do cenário socioeconômico da Alemanha Ocidental na década de 1950, visto que a instituição Misereor surge nesse cenário de expansão econômica e evolução dos padrões de vida e assistência social da população. O embasamento econômico a que nos propomos limita-se a uma análise breve de sua evolução, sendo de nosso maior interesse as condições socioeconômicas da população e da evolução do *ethos* alemão de caridade e assistência social. A análise que fazemos é apenas superficial, englobando apenas alguns cenários panorâmicos, visto não ser esse, especificamente, o objeto de análise.

¹¹⁹ Aspectos da memória do Muro de Berlim, ver site <http://www.berliner-mauer-gedenkstaette.de>

¹²⁰ O Plano Marshall, idealizado e coordenado pelos Estados Unidos, visava a reconstrução dos países após a Segunda Guerra Mundial, principalmente para aqueles que se alinhavam à política econômica norte-americana. Sob forma de financiamentos, o Plano Marshall visava a reconstrução, o alinhamento aos princípios capitalistas e representou uma política de contenção da ameaça socialista nas décadas de 1950 e 1960. Em suma, representou a política econômica típica da geopolítica da Guerra Fria.

os Estados Unidos, garantindo sua posição de credor e seu rápido crescimento.¹²¹

Guimarães¹²² faz uma análise do desenvolvimento econômico ocorrido na Alemanha entre as décadas de 1950 e 1970, apresentando desempenho econômico muito favorável, quando taxa de crescimento anual foi de 8,2% entre 1950 e 1960 e de 4,4% entre 1960 e 1973. Esses resultados foram alcançados ao lado de indicadores sociais também muito positivos: salários elevados, distribuição de renda entre as melhores do mundo desenvolvido, taxas de pobreza e criminalidade muito baixas, um abrangente *Welfare State*, uma política de assistência social consistente, uma taxa de desemprego praticamente nula e um corpo constitucional consistente.¹²³

Conforme Mueller, as consequências positivas do Plano Marshall para a Alemanha não foram unicamente os recursos financeiros injetados na economia do país, e sim, a política econômica aliada a esse contexto. Isso trouxe o sentimento de confiança no regime econômico e administrativo, estimulando o sentimento de estabilidade e prosperidade.

Mais importante do que os fluxos financeiros, foi a restauração da confiança dos empresários, a crença de que investimento iria render e que, em face da miséria absoluta e da destruição, o investimento marginal levaria a enormes lucros. Para o povo alemão, o plano Marshall eliminou o temor de os cidadãos serem empurrados para a pobreza para sempre, e acendeu a luz da esperança para a prosperidade. Em outras palavras: o plano Marshall, junto com as reformas internas, libertaram o espírito empreendedor. Foi a recuperação da Alemanha que puxou o resto da Europa em direção à prosperidade.¹²⁴

Outro aspecto a considerar sobre a condição da Alemanha Ocidental no pós-guerra foi a promulgação da Lei Fundamental de 1949 (*Grundgesetz*), documento constitucional que se tornou influente para o constitucionalismo contemporâneo. Nesse documento estão alicerçadas as bases de um direito fundamental que tem como

¹²¹ OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Alemanha: a fênix da economia política internacional? In: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 5 Nº 8, p. 2-16, Jan-Jun 2010, p. 8.

¹²² GUIMARÃES, Alexandre Queiróz. O capitalismo coordenado alemão: do boom do pós-guerra á agenda de 2010. In: *Revista Lua Nova*, nº 66, p. 23-56, 2006.

¹²³ *Welfare State*, ou Estado de bem-estar social, Estado-providência ou Estado social é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nessa orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com o país em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população.

¹²⁴ MUELLER, Antony. O mito do Plano Marshall. Instituto Ordem Livre. Postado em 6 de Julho de 2012. Retirado do site: <<http://ordemlivre.org/posts/o-mito-do-plano-marshall>>, acesso em 09/09/2014.

princípio a ideia da dignidade humana, dos direitos humanos como invioláveis e inalienáveis, os fundamentos da liberdade, da equidade e da subsidiariedade. A Lei Fundamental de 1949 representou a base para a formatação da Alemanha e sua postura diante do mundo. Obviamente que esse documento teve muita influência norte-americana, mas é importante vislumbrar essas iniciativas numa compreensão de uma cultura de paz internacional que a Alemanha Ocidental defenderia no contexto geopolítico e que de alguma forma foi influenciado e influenciou o catolicismo alemão e sua relação com o Estado.

Fato a destacar é que em 1949 assume o governo da Alemanha Ocidental Konrad Adenauer, levando a democracia cristã a ser um dos partidos mais influentes. Não podemos precisar em que medida e incisão isso ocorre, mas não se pode deixar de vincular os princípios da democracia cristã à formatação dos princípios constitucionais alemães. A noção de dignidade humana, os princípios da liberdade e da subsidiariedade são alavancados numa proximidade com o cristianismo e o catolicismo alemão, o que entendemos ter relação com o surgimento da Misereor em 1959.

Aspecto relacionado com o crescimento econômico da Alemanha é o fato de que a melhoria da qualidade de vida, o amparo social do Estado para com o cidadão e o aumento do poder econômico foi um fator propício para que campanhas de caridade e ajuda encontrassem solo profícuo no período. Após um século envolto em duas guerras cruéis e graves crises econômicas, a prosperidade aflorava novamente na economia alemã e o bem estar social da população gerava condições para o afloramento do sentimento de ajuda aos mais necessitados. A condição econômica favorável fortaleceu o sentimento de que os alemães deveriam retribuir de alguma forma a ajuda recebida do exterior ao longo da guerra e dos períodos de dificuldades. A memória da dor e do sofrimento estava latente entre os alemães.

É importante vislumbrar que esse sentimento de prosperidade econômica e social não foi instantâneo após a Segunda Guerra Mundial. Com os tratados de paz firmados em 1945, a Alemanha sofreu um forte revés econômico. Logo após 1945, o sentimento na Alemanha era de desestruturação econômica e social, aspecto que foi se modificando ao longo da década de 1950.

Bessel, ao analisar as condições da população alemã após a Segunda Guerra Mundial, alerta para as condições de vida bem como do fardo histórico negativo resultante dos conflitos armados do século XX. Segundo o autor, quando a Segunda Guerra terminou, a Alemanha tornara-se uma terra de desabrigados, destituídos e

deslocados. Muitas famílias haviam perdido suas casas, haviam sido evacuadas, expulsas e desterradas. Conforme Bessel, “em certo sentido, a Alemanha inteira havia se tornado uma terra de deslocados”.¹²⁵

Esse sentimento de deslocamento da população alemã sofreu um revés a partir da década de 1950 com a reestruturação da sociedade, das famílias e principalmente pelo sentimento positivo quanto à estabilidade política e econômica da Alemanha Ocidental. Esse cenário é muito importante para compreendermos a participação da sociedade civil alemã na fundação e manutenção das entidades de caridade e cooperação que surgiram em grande número a partir de então. Podemos afirmar que o sentimento de caridade do povo alemão aflorou com base na memória de um passado não muito distante de sofrimento e desolação.

Nesse contexto, a Igreja Católica, através da Conferência dos Bispos da Alemanha, iniciou os debates quanto à necessidade da criação de campanhas de mobilização visando a sensibilização da população quanto a problemas de ordem social. Bessel¹²⁶ argumenta que as igrejas cristãs alemãs, principalmente a Católica e a Luterana, buscaram se firmar na década de 1950 transmitindo a mensagem de que seus ensinamentos deveriam esclarecer as tragédias e os erros cometidos no passado. Pronunciamentos de Bispos e Arcebispos, por exemplo, ressaltavam que era necessário que os alemães novamente voltassem seus olhos para a religião, buscando, nesse sentido, reforçar a ideia da recristianização e o fim das ideologias extremistas.¹²⁷ A ideia de uma culpa coletiva sobre os acontecimentos da guerra e do totalitarismo alemão (direitos e liberdades suprimidas) foi muito trabalhada pelas igrejas cristãs nos primeiros anos após a guerra. Uma ideia de solidariedade baseada na culpa, como contextualiza Meier¹²⁸.

No entanto, entender alguns aspectos da concepção de mundo do povo alemão na segunda metade do século XX não parece ser atividade simples, visto que, numa nação assolada por conflitos de proporções amplas e catastróficas como foi a Primeira e

¹²⁵ BESSEL, Richard. *Alemanha, 1945: da guerra à paz*. Tradução de Bertilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, P. 241.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Esse papel de coordenação de ações de caridade social das igrejas cristãs na Alemanha é bastante antigo, sendo institucionalizado principalmente a partir do século XIX. Podemos citar como ação cristã e social a iniciativa de Adolf Kolping por parte dos católicos, e por parte dos protestantes a de Adolf Stöcker e Friedrich Naumann, o primeiro como criador da Missão Urbana em Berlim, e o segundo promovendo nas camadas cultas a consciência do problema da miséria e da fome, elementos ativos de uma caridade cristã independente tentaram propulsionar na prática a luta contra a miséria.

¹²⁸ MEIER, Kurt. *Die geschichte des christentums: Erster und zweiter weltkrieg demokratien und totalitäre systeme (1914-1958)*. Freiburg: Herder, 1992.

a Segunda Guerra Mundial, nos faz remeter a uma compreensão do sentimento de um povo quanto ao futuro e ao próprio *ethos* dos indivíduos que a compõem, principalmente após a Segunda Guerra. Entendemos a formação do *ethos* como uma espécie de síntese dos costumes, um valor de identidade social, uma espécie de carga histórica e cultural presente em cada indivíduo, herdada de seus antepassados e reconstruída no cotidiano.

Para compreender a formação dessa concepção de mundo construída pela sociedade alemã na segunda metade do século XX, nos remetemos ao estudo de Norbert Elias sobre a evolução do *habitus* e do *ethos* nos séculos XIX e XX. O primeiro aspecto a destacar da obra de Elias é que a autoestima do povo alemão não se encontrava plenamente abalada após duas derrotas terríveis no século XX. Em seu entendimento, na segunda metade do século XX os alemães novamente nutriram seu sentimento de patriotismo e confiança no poder da nação. “Os destinos de uma nação cristalizam-se em instituições que têm a responsabilidade de assegurar que as pessoas mais diferentes de uma sociedade adquiram as mesmas características, possuam o mesmo *habitus* nacional.”¹²⁹

As considerações de Elias nos auxiliam na compreensão de que foi através das instituições que a população alemã conseguiu reconstruir a perspectiva de futuro na segunda metade do século XX. Essas instituições foram cristalizadas pelo Estado e pelas entidades civis, das quais, destacamos a Igreja Católica Alemã. Entender a lógica do surgimento e da evolução da instituição Misereor nos remete a essa perspectiva, de vislumbrar uma nação e um povo anteriormente abalado e que a partir dos anos 1950 passou a vislumbrar novamente um protagonismo geopolítico.

Norbert Elias também defende a ideia de que na Alemanha Ocidental havia um sentimento de crise de identidade após a Segunda Guerra Mundial, principalmente entre as gerações mais novas. Houve a necessidade de fortalecer o sentimento de crença em uma nação alemã, pois após os conflitos do século XX, as gerações mais novas e também grande parte do povo alemão não tinham certeza de sua identidade e seu papel como nação. Talvez fosse por isso que as instituições religiosas tentaram implantar o sentimento de solidariedade, buscando tomar um espaço vazio deixado por essa crise de identidade. Nesse contexto, as igrejas cristãs mais influentes na Alemanha realizaram

¹²⁹ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997, p. 29.

um esforço conjunto por (re)construir os alicerces do *ethos* do povo alemão, com base, principalmente, num passado sombrio e doloroso.

Para os alemães, as derrotas sofridas ao longo do século XX em decorrência das guerras mundiais representaram uma experiência de certa forma inesperada e traumática. Essa perspectiva de afirmação como nação representou historicamente um trauma para a afirmação do *habitus*, visto que o território da Alemanha sofreu muitos reveses com invasões e combates por territórios. A unificação alemã havia ocorrido a menos de um século e os dois conflitos mundiais do século XX afetaram a perspectiva do sentimento de unidade e integridade dos alemães como nação e como povo. Entende-se que esse é um dos pontos fundamentais para compreender o esforço das igrejas alemãs e do Estado em afirmar a identidade, visto que as instituições representam papel fundamental nessa perspectiva de unidade.

Nesse contexto, o fortalecimento das instituições desempenhou um papel importante frente a uma população em processo de reconstrução e ressignificação de valores e perspectivas. Norbert Elias também vê essa perspectiva na crise de gerações que ocorreu na Alemanha Ocidental na segunda metade do século XX, diante de um cenário de leitura dos atos e práticas cometidas pelas gerações antecessoras. Conforme Elias,

Foi o choque com as atitudes e os ideais dominantes dos pais e mães da burguesia de antes da guerra, que levou muitos dos filhos e filhas, nascidos depois da guerra, a uma crucial rejeição de aspectos dessa tradição burguesa. Acharam-na desumana e foram levados, ao mesmo tempo, à afirmação enfática de um *ethos* mais humanista.¹³⁰

A fundação da Instituição Misereor em 1958 precisa ser conectada a esse contexto de pós-guerra, de um reordenamento de valores da sociedade alemã frente às atrocidades cometidas. As gerações nascidas a partir dos anos de 1950 na Alemanha vão desenvolver-se num contexto onde afloraram novas identidades. O desenvolvimento da Misereor faz parte da evolução desse *ethos* construído pela população alemã na segunda metade do século XX, também sob os princípios e ordenamentos da Igreja Católica.

¹³⁰ ELIAS, 1997, Op. cit, p. 368.

2.2 Síntese do cenário geopolítico: a postura da Igreja

“No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas.”
Michel Foucault¹³¹

É necessário entender o contexto da Guerra Fria para conjecturar a atuação da Instituição Misereor em projetos de desenvolvimento e cooperação na América Latina, África e Ásia. Assim, é pertinente perceber qual era o princípio legitimador de tal contexto, principalmente em relação ao papel da Igreja Católica Alemã e da Alemanha Ocidental. Não se afirma que a geopolítica da Guerra Fria foi o único fator determinante na atuação da Instituição Misereor, mas é possível dizer que foi um dos fatores que motivou a ação episcopal, visando a promoção da cooperação da Alemanha para com regiões consideradas carentes e/ou subdesenvolvidas.

O aspecto que interessa contextualizar em relação à Guerra Fria, na geopolítica das zonas de influência ocorridas depois da Segunda Guerra Mundial sob comando, principalmente dos Estados Unidos e da União Soviética, é o imaginário disseminado e representado de diversas formas nos Estados Nação, nas instituições e na população. No nosso caso, o imaginário quanto à intenção da União Soviética em desestabilizar o padrão de vida ocidental, inclusive o regime administrativo democrático, o capitalismo e as instituições religiosas, principalmente a Católica Apostólica Romana. O período da Guerra Fria pode ser resumido no embate entre os padrões organizacionais do capitalismo e do comunismo. Nesse cenário, o papel da Alemanha Ocidental é muito esclarecedor.

É amplo o referencial teórico quanto ao período da Guerra Fria, mas o que se quer destacar é o imaginário disseminado no período de uma ameaça comunista e das consequências que isso traria para a população ocidental, afetando instituições religiosas, regimes de governo, padrões de vida, valores e ideologias. No ponto de vista de Biagi¹³², esse imaginário de medo era disseminado principalmente nas instituições secundárias, aquelas que atingiam diretamente a vida das pessoas, que significam aspectos centrais da sociedade. É preciso destacar o imaginário de uma possível expansão dos ideais comunistas no mundo subdesenvolvido.

¹³¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 180.

¹³² BIAGI, Orivaldo Leme. O imaginário da Guerra Fria. In: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol. 6, nº 1, p. 61-111, Verão 2001.

Na prática, isso representou a mobilização da sociedade civil e das entidades governamentais em fazer frente a um cenário conturbado e instável, resultante da geopolítica da Guerra Fria. Rodeghero¹³³ analisa a atuação da Igreja Católica em práticas anticomunistas no Brasil e nos Estados Unidos. No Brasil, destaca que o período em que foi mais intensa essa prática teria sido entre os anos de 1935 a 1937 e de 1961 a 1964, manifestando-se, principalmente, através de pronunciamentos de autoridades católicas em meios de comunicação, na difusão e pregação em centros de formação católicos como seminários, a Liga Eleitoral Católica, os Círculos Operários e a Frente Agrária Gaúcha.

Já nos Estados Unidos, Rodeghero¹³⁴ faz uma análise partindo do pressuposto de que os católicos tinham menos influência naquele país. Portanto, ao assumir práticas anticomunistas, a Igreja Católica norte-americana assumia uma postura de apoio ao Estado e de aproximação à sociedade, na perspectiva de conquistar espaço num país que empunhava a bandeira do liberalismo, da democracia, da propriedade privada e que assumia a frente na bipolaridade da Guerra Fria.

Enquanto nos Estados Unidos o catolicismo buscava espaço frente a um país de capitalismo plenamente consolidado, onde as práticas e os discursos anticomunistas típicos da Guerra Fria representavam uma tentativa de aproximação aos princípios do país e da população, no Brasil, essa prática assumia outras proporções. Num país com sérios problemas de desigualdades e vulnerabilidades sociais e com um Estado brasileiro mais fragilizado e propenso ao apoio de regimes de esquerda ou de índole comunista, a Igreja Católica assumiu a postura de fazer frente a essas questões atuando diretamente no cerne da população, através de entidades de base como sindicatos, ligas representativas e centros de formação. Reside basicamente nesse aspecto a relação que se busca construir do contexto da Guerra Fria, que é o de entender as políticas de financiamento da Misereor em parceria com a Igreja Católica Brasileira, visando ocupar esses espaços de influência na sociedade.

É importante destacar que o posicionamento da Igreja Católica em relação às ideologias do século XX não era unicamente contra o comunismo. A crítica ao liberalismo como modelo excludente e perverso também era veemente, como podemos

¹³³ RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol 22, nº 44, p. 463-488, 2002.

¹³⁴ Idem.

ver nos estudos de Zanoto¹³⁵, que afirma que a postura da Igreja Católica no século XX foi de combate às tendências do positivismo, do liberalismo como expressão do capitalismo perverso, do materialismo, do comunismo, do ateísmo e outros “ismos”. No estudo de Werle¹³⁶, percebe-se que a Igreja Católica buscava, através dos denominados Congressos Católicos, chegar de forma direta aos fiéis visando discutir questões sociais, na tentativa de manter um canal de influência no intuito de não permitir que os fiéis católicos de origem alemã ficassem à mercê de ideologias consideradas maléficas pela doutrina católica, como o liberalismo e o comunismo.

Esses posicionamentos anticomunistas da Igreja Católica podem ser encontrados na Encíclica Papal de 1931, por exemplo. Em relação ao comunismo, manifesta-se como “partido da violência” buscando a

guerra de classes sem tréguas nem quartel e completa destruição da propriedade particular. Na prossecução destes objetivos a tudo se atreve, nada respeita; uma vez no poder, é incrível e espantoso quão bárbaro e desumano se mostra.” Aí estão a atestá-lo as mortandades e ruínas de que alastrou vastíssimas regiões da Europa oriental e da Ásia; e então o ódio declarado contra a santa Igreja e contra o mesmo Deus demasiado o provam essas monstruosidades sacrílegas bem conhecidas de todo o mundo.¹³⁷

Na Alemanha da década de 1950, os bispos demonstravam preocupação quanto à condição espiritual e religiosa da população. No estudo de Toscer¹³⁸, pode-se perceber uma diminuição gradual da prática religiosa, como frequentar regularmente as celebrações e contribuir financeiramente com donativos para ações pastorais da Igreja. A Confederação dos Bispos da Alemanha assinalava uma preocupação quanto à miséria espiritual e religiosa da população. Explicavam essa ocorrência pelo crescente espírito de materialismo, pela prosperidade econômica do país e pelo fortalecimento de doutrinas concorrentes ao catolicismo. Nesse sentido, como vimos, os esforços passaram a ser direcionados ao fortalecimento dos princípios cristãos na população.

O surgimento das campanhas de caridade e o nascimento da instituição Misereor estão diretamente ligados a essa conjectura. A iniciativa dos bispos alemães em

¹³⁵ ZANOTO, Gizele. *Tradição, Família e Propriedade (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

¹³⁶ WERLE, André Carlos. *A revista de tropas do exército católico alemão: Congressos Católicos na Alemanha e no Sul do Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

¹³⁷ QUADRAGESIMO ANNO. 1931. op. cit.

¹³⁸ TOSKER, 1997. Op. cit.

fomentar campanhas de doações e ações de caridade sob os princípios do cristianismo foram uma tentativa de envolver a população nas práticas religiosas e humanitárias. Nesse sentido, os bispos alemães, sob a liderança do Cardeal Josef Frings, buscaram unir-se ao estado alemão, que administrado pelo democrata cristão Konrad Adenauer, representou um baluarte para a eficácia da cooperação transnacional sob os princípios do catolicismo e do cristianismo.

A proximidade entre o Cardeal Josef Frings e Konrad Adenauer foi histórica e iniciou na cidade de *Köln*, onde o Cardeal Frings celebrou o batismo de grande parte dos filhos da família Adenauer. Durante a Segunda Guerra, quando Adenauer foi afastado como prefeito de *Köln* pelos nazistas, sua família sobrevivia à base de doações feitas pela Igreja Católica. Com o fim do conflito, Konrad Adenauer se consolidou como liderança política ao colaborar na criação do Partido União Democrata-Cristão (CDU), o que o levou ao posto de Chanceler da Alemanha, cargo que exerceu até o ano de 1963. Nessa trajetória na política, a proximidade com o Cardeal Josef Frings ficou evidente e se refletiu na criação e expansão da Misereor. As duas lideranças popularizaram-se simultaneamente e se tornaram personalidades influentes da Alemanha Ocidental nas décadas de 1950 e 1960. Frings, como liderança religiosa num país majoritariamente cristão, e Adenauer, como liderança política de um país em ascensão econômica, estavam atrelados pelo partido cristão e tornaram-se um elemento importante a ser compreendido na expansão da Misereor. Nesse sentido fica clara uma aproximação entre Igreja e política, que pode ser sintetizada na ascensão do partido da Democracia Cristã, aspecto que irá se concretizar também em outros países, como no Chile, por exemplo.

A ideia dos bispos alemães era unir forças com o Estado para construir uma política de união e integração internacional, visando fazer frente à vulnerabilidade dos povos e Estados mais suscetíveis a governos opressores e deficitariamente soberanos. O objetivo era construir uma paz e prosperidade condicionada e tutelada alicerçada nos ideais de democracia e liberdade. A questão de uma igreja universal e global preocupava os bispos alemães, principalmente pelos processos de descolonização decorridos após a Primeira e Segunda Guerra Mundial. A Igreja Católica teve que ter uma postura frente a esse processo. Instabilidade política, guerra, avanço do comunismo eram temas recorrentes de atenção na geopolítica da Alemanha Ocidental. Já Konrad Adenauer entendia que era necessário construir um novo conceito da Alemanha após os

conflitos mundiais, uma imagem mais cooperativa e de responsabilidade com o desenvolvimento das nações.

A própria atuação dos bispos alemães no Concílio Vaticano II leva à compreensão de que havia uma intencionalidade de se constituir uma ação cosmopolita de uma mais incisiva abertura da Igreja às necessidades dos novos tempos baseado numa preocupação com a causa social. Nas discussões sobre a atividade missionária da Igreja ao longo do Concílio, tendo como base teórica o teólogo Josef Ratzinger, os padres alemães exerceram grande influência tendo participação direta dos Cardeais Franz König da Áustria e de Julius Döpfner da Alemanha. A coordenação da Comissão das Missões foi entregue ao Cardeal Josef Frings, tendo como argumento as instituições Misereor e Adveniat, entidades engajadas na causa social do catolicismo. Esse aspecto fortalece a tese de Wiltgen¹³⁹, de que as entidades de ajuda ao desenvolvimento alemãs serviram de argumento de peso para fortalecer a ala progressista do catolicismo advinda dos países que margeavam o Rio Reno, denominada de Aliança Europeia.

2.3 A fundação da Ação Misereor na Alemanha

A ideia da fundação de um fundo de caridade mantido à base de doações de fiéis católicos começou a ser estruturada no ano de 1954, no Congresso Católico realizado na cidade de *Fulda*, localizada no distrito alemão de Hesse. Na oportunidade, tomaram força as ideias da constituição de entidades e campanhas frente às condições de miséria e fome detectadas nos países em desenvolvimento. Temos como exemplo a organização internacional *Pax Christi*, fundada em 1945 na França, que representou uma aproximação histórica da França com a Alemanha, por intermédio da Igreja Católica. A instituição Caritas, que já vinha atuando nesse contexto desde o século XIX, também participou de forma efetiva nesse processo. No entanto, temos de ter presente que a Misereor surgiu numa perspectiva de ocupar os espaços da ajuda humanitária, visando o protagonismo de uma entidade com identidade alemã. Basicamente, os primeiros dez anos de existência da Misereor vão representar esse processo de afirmação.

Os Congressos Católicos, ou *Katholikentage*, já eram organizados desde 1848, seguindo os princípios das *Sozial Frage*, ou questões sociais da Igreja Católica. Eram eventos que na Alemanha visavam discutir questões pautadas acerca das condições da

¹³⁹ WILTGEN, 2007, op. cit.

economia, dos trabalhadores, das injustiças sociais, que deram suporte ao surgimento do catolicismo social. Para a criação da Misereor e do protagonismo do Cardeal Josef Frings e do Padre Gottfried Dossing, é importante destacar a realização do Congresso Católico realizado na cidade de *Köln* no ano de 1956, momento em que, segundo Trippen¹⁴⁰, a causa social foi ainda mais fortalecida no contexto da Igreja. Os Congressos Católicos espalharam-se por diversas cidades da Europa e da América, sendo introduzidos no Brasil pelos padres jesuítas, principalmente nas colônias alemãs do Sul do País.¹⁴¹

Além disso, a prática religiosa manifestada pela comunhão pascal e pela prática dominical decadente na Alemanha ao longo da década de 1950 era outro motivo de preocupação dos bispos. Para a Confederação dos Bispos da Alemanha, essa realidade era decorrente da prosperidade econômica, do materialismo crescente e da expansão de ideologias concorrentes ao cristianismo. Era necessário pensar ações que fizessem frente a essas situações que poderiam significar uma ameaça aos planos de protagonismo das igrejas cristãs alemãs na construção de um novo padrão de sociedade no pós-guerra.¹⁴²

De maneira geral, é preciso vislumbrar que os Congressos Católicos seguiam as orientações do Vaticano quanto à ação social da Igreja frente às condições em que se encontravam os fiéis, principalmente os desamparados e injustiçados, num contexto de expansão do capitalismo, da industrialização e das cidades e a exposição da população às ideologias, Estados e ordens econômicas consideradas subversivas e excludentes. O papel dos Congressos Católicos para o fortalecimento das instituições como a Misereor foi justamente de mobilizar a sociedade civil e os leigos para se engajarem em movimentos de cooperação humanitária.

A partir do ano de 1956, passaram a ser estimuladas diversas campanhas de mobilização da população para a arrecadação de fundos para a promoção de projetos visando ações humanitárias em regiões de vulnerabilidade social. Em 1956, a filial alemã da *Pax Christi* angariou doações para os famintos, leprosos e estudantes estrangeiros que viviam na Alemanha. Nos anos de 1957 e 1958, as campanhas se multiplicaram, como a mobilização da *Katolische Arbeitnehmer Bewegung* ou

¹⁴⁰ TRIPPEN, Norbert. *Josef Kardinal Frings (1887-1978): Buch II – sein Weltkirche und seine letzten Bischofsjahre*. Ferdinand Schöningh: Paderbon, 2005.

¹⁴¹ Werle, 2006, op. cit.

¹⁴² Essa questão ficou mais evidente com a divisão da Alemanha, pois a partir de então, a religiosidade foi concebida como um catalisador de unidade da Alemanha Ocidental.

Movimento Católico Operário, que promoveu a doação de uma parte do salário dos trabalhadores para o Projeto “Aktion Bombay” para o combate à fome na Índia. A entidade *Pax Christi* promoveu a campanha “Uma refeição para os famintos”. A Arquidiocese de *Köln* desenvolveu uma campanha na televisão no Natal de 1957 denominada “Arroz para Calcutá”. A entidade *Bund der Deutschen Katolischen Jugend* da juventude católica alemã organizou a campanha “Nós jejuamos para as pessoas famintas do mundo”.

Conforme o histórico extraído do site oficial da Misereor, no Natal de 1958, em sua mensagem aos fiéis, o Cardeal Josef Frings da Arquidiocese de *Köln* fez um apelo por doações para os projetos de cooperação humanitária e anunciou publicamente que a Confederação dos Bispos Católicos da Alemanha teria um projeto ambicioso de fundação de uma entidade de cooperação internacional para o desenvolvimento.¹⁴³ Essa postura do Cardeal Josef Frings confirma a tendência crescente de fortalecimento das instituições de cooperação para o desenvolvimento direcionadas, principalmente, para as nações consideradas subdesenvolvidas da América Latina, África e Ásia. Surgem nesse contexto, por exemplo, as entidades *Brot für die Welt* (1959), ligada à Igreja Luterana Alemã; a *Adveniat* (1961) e a *Katholischen Zentralstelle für Entwicklungshilfe* (1962), ambas coordenadas pela Igreja Católica Alemã.¹⁴⁴

Outra instituição alemã que passou a se dedicar a projetos de cooperação foi a Fundação Konrad Adenauer (*KAS – Konrad Adenauer Stiftung*). A instituição surgiu na década de 1950 sob iniciativa do Partido da Democracia Cristão (CDU) financiando a partir de então projetos de educação e desenvolvimento em países de vulnerabilidade social, com economias deficientes e regimes de governo autoritários. Na verdade, a grande linha de ação da Fundação Konrad Adenauer foi financiar projetos que fomentassem os princípios da democracia cristã, por isso ela teve forte atuação no Chile, no Brasil e na Argentina, financiando projetos de iniciativa locais e oferecendo bolsas de estudos de pós-graduação na Alemanha, fomentando princípios da subsidiariedade, da democracia e desenvolvimento descentralizado. Thesing esclarece

¹⁴³ Site oficial da Misereor, retirado do endereço: <<http://www.misereor.de/ueber-uns/misereor-geschichte.html>>, Acesso em 17/09/2014.

¹⁴⁴ Fato a destacar é de que essas entidades de cooperação vinculadas a religiões proliferaram-se na Alemanha Ocidental, onde encontraram solo propício para seu desenvolvimento. Primeiro pelo crescimento econômico do país e da melhoria do poder financeiro da população, segundo, pelo alinhamento com a tendência de entidades de cooperação humanitária que se desenvolverem após a Segunda Guerra Mundial, vinculadas basicamente ao mundo ocidental. Na Alemanha Oriental não podemos constatar o desenvolvimento desse modelo de entidades de cooperação humanitária internacional.

que a Fundação Konrad Adenauer foi idealizada sob a imagem cristã de homem e sua dignidade inalienável. Mas a sua liberdade condicionaria sua responsabilidade, sendo liberdade, justiça e solidariedade valores fundamentais na ordem individual e social, complementando-se com o princípio de subsidiariedade, devendo todo indivíduo velar por si mesmo e pela comunidade na medida de suas forças. “Rebazadas essas fuerzas, tiene derecho a recibir ayuda solidaria. Formulado en otros términos: quien reclama libertad para sí debe aportar también su cuota de solidaridad social.”¹⁴⁵

Ainda no ano de 1958, num panorama do processo de fundação da entidade Misereor, na reunião anual do Comitê Central de Católicos Alemães em parceria com a direção da *Pax Christi Internacional*, é sugerido que se faça uma campanha de coletas e doações na Quaresma de 1959, visando angariar fundos para a consecução de ajuda humanitária em regiões de vulnerabilidade no mundo subdesenvolvido. Essa proposta é aprovada pela Confederação dos Bispos da Alemanha Ocidental. Assim, na Quaresma de 1959 são coletados mais de 34 milhões de marcos alemães, provindos de doações de fiéis e simpatizantes das ações humanitárias.¹⁴⁶

O sucesso da primeira campanha de doações pode ser explicado, segundo Toscer¹⁴⁷, por dois fatores. O primeiro é o engajamento da mídia – rádio, televisão, jornais, revistas - na divulgação da ação de caridade e ajuda humanitária aos povos em estado de fragilidade. O segundo é o fato de que o tema da fome e da miséria do mundo era bastante recorrente na Alemanha, o que alimentava a memória de sofrimento do povo devido a um passado sombrio.

Vendo que esse movimento de mobilização para as ações de cooperação encontrou solo profícuo para seu desenvolvimento na Alemanha, a Confederação dos Bispos da Alemanha, sob liderança do Cardeal Josef Frings, criou ainda em 1958, a ação humanitária visando o combate à fome e à hanseníase no mundo. Essa campanha fora denominada de “*misereor super turban*”. Esse lema representa um fragmento bíblico do Novo Testamento retirado de Marcos (8,2) que significa “tenho compaixão da multidão que me segue” e passou a ser o tema central da instituição criada com o nome de Misereor.

¹⁴⁵ THESING, Josef. La fundación Konrad Adenauer en America Latina: historia de una larga cooperación. In: *Diálogo Político*, ano XXVIII, nº 1, 2011. p.173-203, p. 175.

¹⁴⁶ Retirado do site <<http://www.misereor.de/ueber-uns/misereor-geschichte.html>>, acesso em 17/09/2014.

¹⁴⁷ TOSKER, 1997, Op. cit.

Na Bíblia Sagrada, esse fragmento é retirado do contexto em que Jesus Cristo, vendo uma multidão que o seguia, teria chamado seus discípulos e dito: “Tenho compaixão da multidão; porque desde três dias já me acompanham e não têm o que comer”. Nesse momento, Jesus Cristo teria pedido todo pão e alguns peixes que os discípulos carregavam. Segundo diz a Bíblia Sagrada, nesse momento teria ocorrido o milagre da multiplicação dos pães que teriam alimentado quatro mil pessoas e Jesus, num gesto de conscientização, teria solicitado aos seus discípulos que abrissem seus corações para as injustiças e opressões do mundo, buscando alimentar a quem passasse fome. Esse aspecto é considerável, visto que demonstra que a proposta da Misereor não surge como um afastamento das bases do catolicismo, muito pelo contrário, vai ao cerne do cristianismo, às bases do evangelho visando fortalecer a responsabilidade social da Igreja. Essa responsabilidade social não pode estar afastada do seu tempo, para tanto, a Igreja precisava estar consciente de sua responsabilidade temporal, aspecto que legitimou o Concílio Vaticano II e demonstra a influência dos católicos alemães nesse processo.

2.3.1 O discurso do Cardeal Josef Frings

Em seu discurso na conferência anual dos Bispos alemães de 1958, o Cardeal Josef Frings assinalou a que propósito a instituição Misereor viria a agir. Segundo Frings, após “pacotes de ajuda” oferecidos à Alemanha durante os períodos de guerra no século XX e em seguida visando a reconstrução do país, o “milagre” econômico trouxe prosperidade ao povo alemão e seria o momento de olhar para os necessitados do mundo: “ainda não esquecemos de nossa própria necessidade, e agora isso está no centro de nossa consciência: na maioria dos países do mundo há fome.”¹⁴⁸

¹⁴⁸ FRINGS, Josef. *Abenteuer im Heiligen Geist*. Fulda, August, 1958. Disponível no site <<http://www.misereor.de/ueber-uns/misereor-geschichte.html>, acesso em 10/10/2014>. Acesso em 15/03/2015.

Foto 01: Cardeal Josef Frings, um dos idealizadores da ação Misereor.



Fonte: Site da Arquidiocese de Colônia.¹⁴⁹

Cardeal Josef Frings (1887-1978) foi Arcebispo de *Köln*, elevado ao nível de Cardeal da Confederação dos Bispos Católicos da Alemanha em 1946. Considerado de tendência progressista, participou do Concílio Vaticano II como defensor de reformas pontuais na Igreja. Engajou-se na organização de entidades e ações da Igreja Católica Alemã para o combate às condições de vulnerabilidade social da população. Foi presidente da Conferência dos Bispos Alemães entre os anos de 1945 e 1969. É considerado um dos idealizadores e fundadores da Misereor. Sua história se confunde com a tendência progressista dos bispos alemães e da inserção social da Igreja. Ficou famoso na Alemanha, por fazer frente ao regime nazista e diante das condições miseráveis do pós-guerra, pois estimulava as pessoas carentes a roubar comida para o sustento da família e carvão das ferrovias para o aquecimento das residências. Na região de *Köln*, inclusive, as pessoas que roubavam carvão das ferrovias eram chamadas de “*fringsen*”, numa referência ao Cardeal.

No entanto, o discurso do Cardeal Frings, apesar do fundo de compaixão e de consciência do povo alemão quanto às necessidades e carência do passado de flagelos e de guerras, também possuía forte tendência política. Percebe-se na fala do Cardeal de que o colonialismo estaria chegando ao seu limiar na segunda metade do século XX, o que traria a independência das colônias: “as pessoas de cor estão acordando. O bolchevismo está como aliados para eles na luta pela libertação nacional e da

¹⁴⁹ ARQUIDIOCESE DE COLÔNIA. Site oficial: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html>. Acesso em 06/06/2015.

prosperidade econômica. A ajuda dos católicos, portanto, deve ser um meio frente à influência da União Soviética no Terceiro Mundo.”¹⁵⁰

No discurso de Frings, há um apelo no sentido de que a ação Misereor se fundamentaria numa prática de misericórdia cristã, a princípio independente da filiação religiosa dos receptores. No entanto, sendo a estrutura da própria instituição Misereor de caráter católico, vinculada diretamente aos bispos alemães e gerenciada sob seus condicionantes e interesses, podemos concluir que a expectativa prática da caridade esteve também alicerçada no princípio da expansão do cristianismo em áreas de vulnerabilidade social do Terceiro Mundo. No discurso de Frings, isso também fica claro ao afirmar que, mesmo sendo os receptores das ações de caridade de outras correntes religiosas, se Deus assim o permitisse, além de contribuir na realidade social, também auxiliaria no processo como religião, “como uma ajuda em nome de Jesus e da sua Igreja, porque deveria.”¹⁵¹

O sentido da criação da entidade Misereor, conforme o Cardeal Josef Frings, esteve alicerçado no princípio do evangelho da caridade e da misericórdia para com os necessitados e a conscientização do que ele denominou de “os poderosos” sobre determinadas condições políticas, sociais e econômicas de vulnerabilidade social. “Enquanto que as coisas políticas, econômicas e sociais não estão de acordo com a vontade de Deus e as calamidades do mundo não são resolvidos, todos os crentes têm de praticar as obras de misericórdia ricamente e abundantemente.”¹⁵²

A preocupação quanto às condições de vulnerabilidade social no mundo era pauta de discussões dos bispos alemães, principalmente no papel que a Igreja Católica deveria exercer nesse sentido. Essa era também uma preocupação que se prolongava por diversas esferas da estrutura da Igreja, desde o Vaticano até as organizações de base nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Na década de 1960, esse debate tomou maior força, com a discussão das lideranças religiosas acerca do papel da Igreja frente às condições de vulnerabilidade social, violação dos direitos humanos e desenvolvimento econômico de regiões mais pobres. Nesse momento, fortaleceram-se nos meios intelectuais as Ciências Sociais, responsáveis por buscar alternativas para as condições sociais e políticas do mundo e explicar as realidades sociais divergentes. Nesse contexto, muitos religiosos se tornaram especialistas em estudos sociais buscando

¹⁵⁰ FRINGS, 1958, op. cit.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Idem.

formatar conceitos e teorias sobre realidades sociais e alternativas de ação do catolicismo.¹⁵³

No discurso de Frings, é importante perceber a explicação proferida quanto à sugestão do nome para a instituição, destacando que em vez de um substantivo, a ideia de Misereor denotaria um verbo, uma ação constante de caridade e ajuda. Percebe-se a preocupação quanto ao poder religioso da palavra Misereor, sugerindo até mesmo uma oração em latim para os momentos de jejum e coleta: “*Miserere mei, sicut et ego Misereor*”, o que se pode traduzir como uma oração de misericórdia e de compaixão¹⁵⁴. Conforme Frings, o próprio nome denotaria uma ideia de religiosidade, o que sustenta o fato de que mesmo sendo uma caridade visando a correção de uma realidade social, a ação Misereor traria consigo a mensagem de religiosidade, o que se pode considerar no sentido literal dos termos, a mensagem e a ação da Igreja Católica perante as injustiças do mundo.

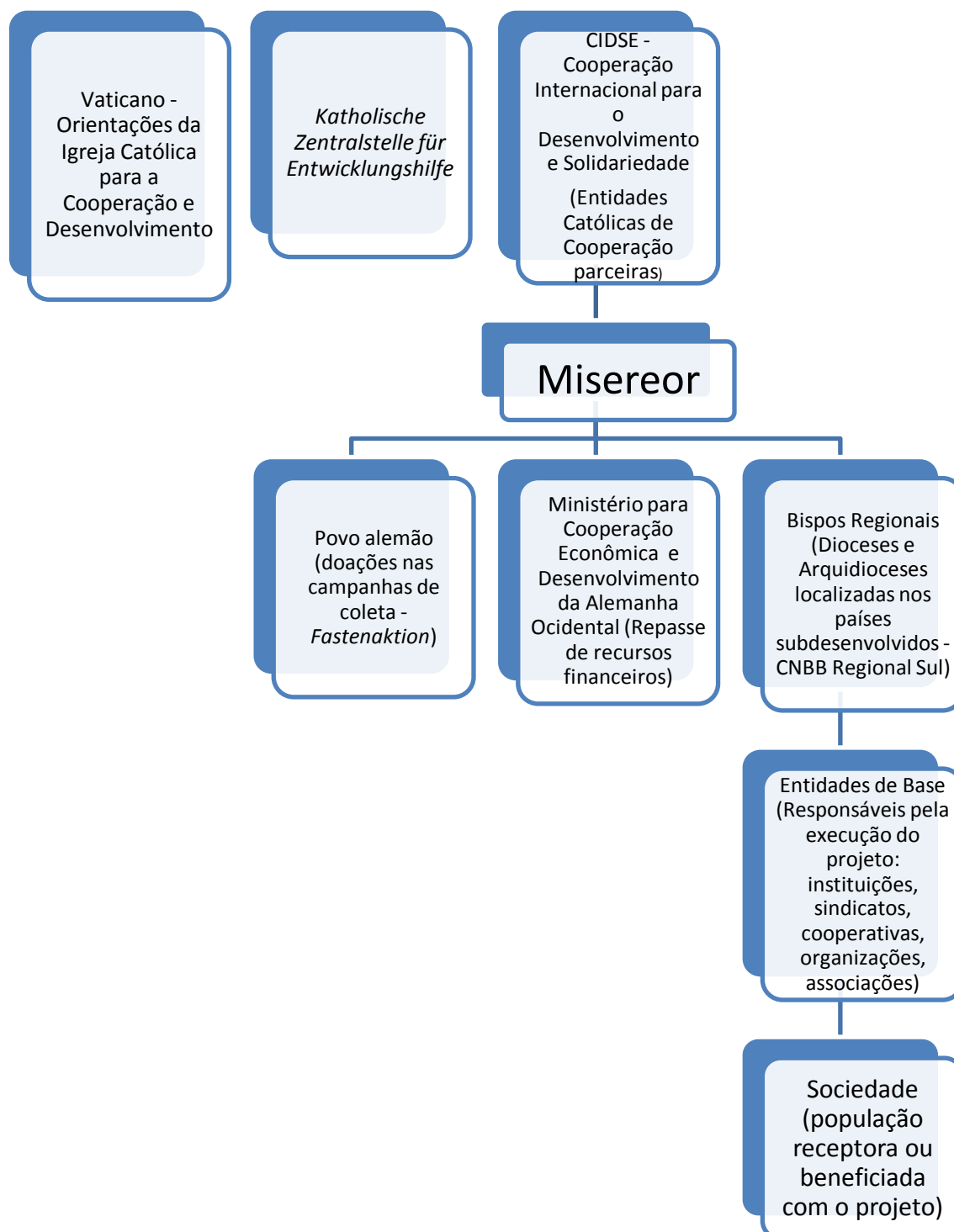
A sugestão para os momentos de coleta de recursos financeiros para a manutenção das atividades da Misereor se daria principalmente nas celebrações religiosas, através dos atos de coleta entre os fiéis alemães. Esses momentos teriam maior ênfase em situações especiais, como o tempo do advento religioso, por exemplo. Caberia aos bispos e aos padres a celebração da palavra de conscientização para as coletas, visando a manutenção constante da fonte de recursos para os fins almejados.

No organograma a seguir, temos uma síntese da lógica organizativa da Misereor. A cooperação para a ajuda ao desenvolvimento transcendeu as fronteiras nacionais, transnacionalizando-se. Na base de sustentação encontrava-se o Vaticano com entidade superiora das práticas do catolicismo, e mesmo que a Misereor propunha-se ser independente em relação a Santa Sé, não podia fugir dos princípios hierárquicos institucionais. Da mesma forma, a ação Misereor esteve atrelada a CIDSE - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade, entidade representativa que englobava todas as instituições de caridade e cooperação de cunho católico.

¹⁵³ Um fato que causou muita sensibilização junto aos católicos da Alemanha Ocidental fora o trabalho de caridade realizado por Madre Tereza, em Calcutá na Índia. As condições de vida da população e o trabalho dos missionários com uma estrutura mínima foi visto como um ato heroico e serviu de influência para o trabalho da Misereor. Isso demonstra a influência que os missionários europeus tiveram na sensibilização dos católicos quanto às condições de miséria e sofrimento em países subdesenvolvidos.

¹⁵⁴ Esses aspectos da misericórdia, da compaixão, da solidariedade são inerentes ao cristianismo e fazem parte de sua legitimidade histórica. O período pós-guerra foi propício para a busca das origens do cristianismo, visto a condição de vulnerabilidade e instabilidade decorrentes de contextos históricos conturbados.

Imagem 01: Organograma demonstrativo da Misereor



Fonte: Elaborado pelo autor.

No centro da rede de cooperação encontrava-se a Misereor, com sede em Aachen, vinculada à Confederação dos Bispos da Alemanha Ocidental. Com administração própria e relativa autonomia de ação, composta por comitês gestores, era quem organizava, planejava, fomentava e selecionava os projetos de cooperação para ajuda ao desenvolvimento.

Como mantenedores financeiros da Misereor estavam, em primeiro, o povo alemão, que contribuía com donativos coletados nas campanhas, geralmente com algum tema norteador, as *Fastenaktion*. Da mesma forma, a partir de 1962, o governo alemão, através do Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha Ocidental, fazia o repasse de recursos financeiros visando manter e apoiar as entidades de cooperação. A *Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe - KZE*, instituição criada em 1962 em parceria com o Governo da Alemanha Ocidental, englobava as entidades de cooperação católicas do país, visando unificar as políticas de apoio e cooperação a nível internacional, o que dava a ela considerável poder político. Era uma forma legal, segundo Voges¹⁵⁵, de unir forças entre a igreja, a sociedade civil e o governo da Alemanha Ocidental. Essa entidade fazia a intermediação entre o governo e as entidades de cooperação do país.

Como representantes diretos da Misereor nos países considerados subdesenvolvidos, estavam os Arcebispos e Bispos. Como autoridades locais competentes, eram responsáveis por fomentar a cooperação da Misereor e da mesma forma validar os projetos encaminhados. Todos os projetos de cooperação deveriam ser aprovados pela autoridade eclesial regional. Na sequência estavam as entidades de base responsáveis pela coordenação social do projeto de cooperação, ou seja, a execução em si. Essas entidades detectavam as realidades sociais e buscavam firmar parcerias junto a Misereor no desenvolvimento de um projeto social.

No ano de 1959, é fundada oficialmente a Misereor, com sede na cidade de Aachen. A partir de então iniciam os projetos coordenados pela instituição, que, mesmo vinculada à Igreja Católica Alemã, possui suas próprias diretrizes e linhas de ação. Percebemos na fala do Cardeal Josef Frings, que, mesmo sendo a entidade de caráter humanitário e de caridade, a instituição Misereor nasceu num contexto conturbado de geopolítica da Guerra Fria, por isso, sua perspectiva e discurso não era algo extraordinário. Era a mentalidade que se construiu no momento e o discurso de fazer

¹⁵⁵ VOGES, Stefan. *Konzil, dialog und demokratie: der Weg zur Würzburger Synode 1965-1971*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2015.

frente à expansão da União Soviética nos países do Terceiro Mundo era uma diretriz consentida pelo Vaticano, reforçando a ideia do movimento conciliar da Igreja no seu tempo.

Além disso, a expansão dos ideais comunistas na Europa também era uma preocupação para as lideranças políticas e religiosas defensoras da democracia cristã. Na França, na Itália, na Espanha e na Alemanha, o movimento comunista engajou-se e ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, para tanto, era necessário um esforço conjunto para evitar que as ideologias comunistas e revolucionárias se expandissem.

Em sua tese de doutoramento, Toscer¹⁵⁶ aponta que a Misereor surgiu sob os princípios de ajuda humanitária do povo e da Igreja alemã para combater a fome e a miséria nas regiões subdesenvolvidas do mundo. No entanto, conforme a autora, parece paradoxal que esse movimento tenha surgido na década de 1950, momento em que a Igreja alemã preocupava-se seriamente com questões internas do catolicismo, com a miséria social e religiosa dos fiéis, com a reconstrução de uma ordem social cristã e a situação dos católicos em zonas de ocupação soviética.

É preciso destacar que as campanhas de doações cresceram de forma vertiginosa com o passar dos anos. Esse processo representou uma evolução da mentalidade das pessoas quanto às condições de vulnerabilidade das populações mais carentes no mundo. Conforme Norbert Elias¹⁵⁷, esse processo passou a ser mais incisivo e mais consistente na segunda metade do século XX.

Entende-se que o sentimento de ajuda que norteou a ação da Misereor ao longo do século XX foi movido por esse sentimento de humanização e caridade, e que um dos grandes incentivadores desse contexto foi a Igreja Católica. Primeiramente para estabilizar e unificar o sentimento de uma unidade alemã pela construção de um novo padrão de sociedade pós-guerra. Segundo, se a Misereor nasceu num contexto de Guerra Fria, onde havia a disputa geopolítica por regiões de influência no mundo, principalmente nas regiões consideradas subdesenvolvidas, fica evidente que o discurso se alinharia a esse cenário. O discurso de ajuda humanitária da Misereor evoluiu com o passar dos anos e foi se adaptando às necessidades dos receptores de seus projetos, às necessidades e possibilidades da própria instituição e, principalmente, às diretrizes e políticas de ação social da Igreja Católica.

¹⁵⁶ TOSKER, 1997, Op. cit.

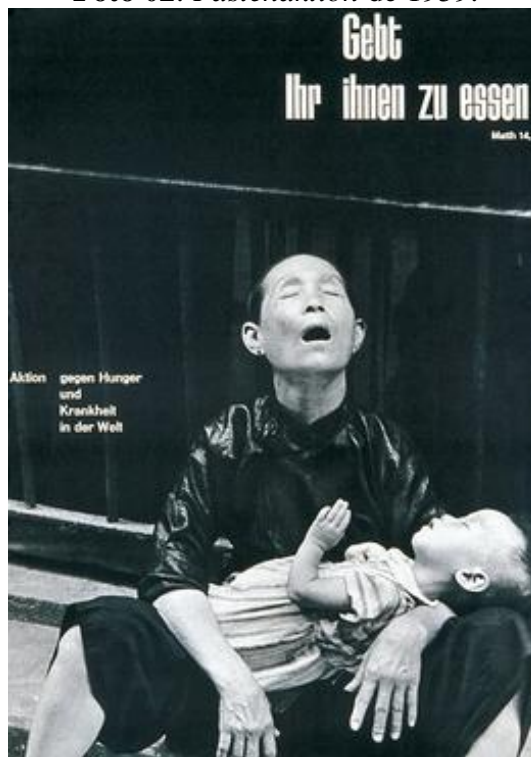
¹⁵⁷ ELIAS, 1997, Op. cit.

2.4 *Fastenaktion*: simbolismo e sensibilização através da imagem

A partir de sua fundação, a Misereor passou a organizar campanhas anuais de mobilização por doações, bem como, receber e gerenciar os recursos financeiros para ações de mobilização humanitária no mundo subdesenvolvido. As regiões de ação da instituição direcionaram-se ao que se denominou de Terceiro Mundo ou países subdesenvolvidos, a destacar: América Latina e Caribe, África e Ásia. Nesse sentido, a Misereor passou a organizar anualmente o que ela denominou de *Fastenaktion*, ou seja, campanhas precisas e pontuais com um tema norteador referente ao ano corrente.¹⁵⁸

A primeira campanha de mobilização foi incisiva na questão da fome no mundo, como podemos perceber no folder da ação de 1959:

Foto 02: *Fastenaktion* de 1959.



Fonte: Misereor¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Essa parece ter sido uma política comum da Igreja Católica nesse período. Na Alemanha, essas campanhas foram denominadas de *Fastenaktion*, já no Brasil a CNBB lançou as Campanhas da Fraternidade no ano de 1962, visando arrecadar fundos para o desenvolvimento de projetos sociais da Igreja.

¹⁵⁹ MISEREOR. Site oficial da Misereor: <<http://www.misereor.de>>. Acesso em 15 de Abril de 2015.

O primeiro cartaz de divulgação das campanhas de coletas promovida pela Misereor demonstra basicamente qual foi o princípio norteador inicial. Conforme a mensagem do cartaz, que diz “dê você algo para eles comer” e logo abaixo anuncia a ação do ano que se refere “contra a fome e as doenças no mundo”, a primeira campanha de 1959 remetia-se basicamente a doações e caridades, numa intenção norteadora de sanar um princípio básico que, no caso, seria a fome, num sentido de esmola, de combater uma causa endêmica.

Numa perspectiva de historiografia, entende-se que a fotografia e a imagem podem ser interpretadas como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual é veiculada, quanto com o local que ocupa no interior da própria mensagem.¹⁶⁰

As campanhas de doações ou *Fastenaktion* compunham-se de temas norteadores, que, além de estimular as doações, trabalhavam a questão da conscientização dos doadores sobre temas recorrentes no mundo subdesenvolvido. A evolução dessas campanhas e desses materiais instrutivos é analisada no estudo Phillip¹⁶¹ que busca compreender o sentido e a mensagem dos temas das ações anuais, tanto da instituição católica Misereor, bem como da luterana *Brot für die Welt*. Um dos méritos do trabalho de Phillip, que afirma que as referidas instituições de cunho cristão passaram ao longo dos anos de meras entidades de caridade para agências de cooperação para o desenvolvimento, reside no fato de que as doações e coletas de recursos financeiros para campanhas de caridade aos povos mais necessitados partem de uma questão central: o reconhecimento da população alemã de sua condição de desenvolvida para com populações consideradas subdesenvolvidas e carentes.

Isso se torna uma questão importante se partirmos para análises estruturantes de relações de poder e de hierarquização. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a ação de caridade, no nosso caso a *Fastenaktion* da Misereor, caracterizou-se basicamente por uma essência cristã, o que por si só já se torna uma problemática, visto

¹⁶⁰ MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, p. 73-98, 1996.

¹⁶¹ PHILIPP, Carolin. *Diskurse in der Entwicklungszusammenarbeit unter Berücksichtigung von Postkolonialer Theorie: Weißsein in den Grundlegendokumenten von Misereor und Brot für die Welt*. Schriftliche Arbeit zur Erlangung des akademischen Grades ‘Magistra Artium’ an der Fakultät für Wirtschaftsund Sozialwissenschaften der Universität Potsdam, 2006.

que as populações receptoras nos países subdesenvolvidos agregam uma gama muito grande de vertentes religiosas e de crenças.

Retomando o estudo de Phillip, percebe-se que a autora trabalha a concepção de “branco” e de “negro” presente nos cartazes de divulgação das campanhas anuais de caridade da Misereor, ou seja, ela faz uma análise das condições presentes no processo de doar e de receber. Analisa a estrutura presente entre o doador e o receptor, do “Norte” para com o “Sul”, do “desenvolvido” para com o “subdesenvolvido”. Essa problemática se torna importante para compreender a lógica que alimentou ao longo dos anos todo processo de ação da Misereor. De que forma uma entidade de caráter cristão se estruturou para promover políticas de caridade e cooperação para com regiões de vulnerabilidade? Entende-se que havia algo bastante complexo nesse processo, que vai além do simples ato bíblico de caridade e misericórdia para com aqueles que estariam em condições de vulnerabilidade.

Ora, ao analisar o discurso em que se sustenta uma ação de caridade e de cooperação da Misereor, é preciso ter presente de que se trata de uma “ajuda” de um indivíduo para com o próximo, ou seja, uma relação de doador para com um receptor. Essa rede de relacionamentos é alicerçada na concepção de alguém que está numa condição melhor para com alguém que está em situação de vulnerabilidade. Pode-se perceber nessa relação uma lógica de poder que apresenta diferenciações de estruturas, que se sustenta num discurso de ajuda e de cooperação. Fato é que nenhum indivíduo ou instituição ajuda o outro sem possuir algum interesse nessa ação. Toda ação remete a uma reação, a mudar um *status quo*.

2.5 O gerenciamento dos recursos financeiros: uma rede de influências

Quando foi fundada, em 1959, a Misereor surgiu basicamente sob os alicerces da Igreja Católica Alemã, idealizada pela Confederação dos Bispos daquele país e era sustentada com recursos provindos basicamente de coletas e doações de fiéis. Com a criação do *Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung* ou Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento do Alemanha Ocidental, a entidade passou a receber recursos financeiros do Estado como promotora de cooperação e desenvolvimento.

Conforme se constata no histórico oficial do Ministério, nos anos 1960 o governo alemão foi pressionado pelo Bloco Ocidental a promover políticas de

desenvolvimento e cooperação aos países em desenvolvimento, numa clara alusão à contenção das zonas de influência dos países do Leste, num contexto geopolítico da Guerra Fria. Nesse cenário, entidades como a Misereor recebiam recursos do Governo da Alemanha Ocidental e conseqüentemente eram pressionadas a respeitar essa lógica geopolítica.¹⁶² É nesse contexto da década de 1960 que se estrutura a expansão da Misereor, alicerçada em recursos adquiridos de campanhas de doação, de valores financeiros provindos da dedução de impostos da Igreja Católica e do referido Ministério do Governo alemão.

A iniciativa de inserção da Alemanha Ocidental na política internacional era parte integrante de um projeto de reestruturação da nação, numa clara pretensão de reconstrução de uma identidade internacional do país após um passado sombrio. Essa postura do Estado alemão, alicerçada sob a liderança do chanceler Konrad Adenauer (1949-1963) e pelos seus sucessores Ludwig Erhard (1963-1966), Kurt Kiesinger (1966-1969), Willy Brandt (1969-1974), Helmut Schmidt (1974-1982) e seus subsequentes, fez do Ministério de Relações Exteriores uma ferramenta primordial para a construção de uma imagem internacional alicerçada na cooperação e no desenvolvimento. Em síntese, como contextualiza Scott Erb, o multilateralismo, a cooperação e a ajuda da Alemanha para o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas não eram simplesmente valores de política externa, mas táticas para a retomada da liderança da Alemanha Ocidental no cenário econômico e geopolítico.¹⁶³ Erb também reforça a tese de que a postura alemã de política externa, principalmente na era Adenauer e que claramente irá respingar os governos subsequentes, é de um alinhamento a geopolítica ocidental. “Adenauer’s strategy was one of Westpolitik, which in practice meant Germany’s integration into the Western system of political thought and institutions.”¹⁶⁴

É importante não perder de vista a questão de que a Misereor era concebida como instrumento de política externa Alemanha Ocidental. Nesse sentido, a preocupação da organização episcopal também deveria estar voltada para as políticas de cooperação desejáveis pelo governo. Como exemplo, temos os princípios da Doutrina Hallstein, que previa que a Alemanha Ocidental não manteria relações de cooperação com países que reconheciam a soberania da Alemanha Oriental (a não ser a União

¹⁶² Ver site do Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento: <<http://www.bmz.de/>>.

¹⁶³ ERB, Scott. *German foreign policy: navigating a new era*. Lynne Rienner: Boulder, 2003.

¹⁶⁴ Idem, p. 24.

Soviética). De alguma ou de outra forma, essa tensão foi um pedra no sapato da Misereor. A Doutrina Hallstein vigorou de 1955 a 1969, quando foi revogada pelo então Chanceler Willy Brandt.

Outro elemento a considerar é o fato de que a Alemanha Ocidental sofreu com restrições geopolíticas no pós-guerra. Uma delas tratava das imposições militares impostas pelo bloco ocidental sob liderança dos Estados Unidos. Impedida de conquistar respeito internacional através dessas imposições e dos inúmeros entraves a que padecia em organismos internacionais, a Alemanha viu na cooperação um possibilidade de se afirmar internacionalmente e de constituir novamente laços e relações internacionais que poderiam alavancar sua influência geopolítica.¹⁶⁵

Na **Foto 03** há o registro da visita do representante do governo alemão, Walter Scheel, então Ministro da Cooperação Econômica e Desenvolvimento, em julho de 1966. Na imagem aparecem do lado esquerdo, respectivamente, Cardeal Josef Frings e Gottfried Dossing, então dirigente da Misereor. Essa fotografia ajuda a ilustrar que a política de cooperação da instituição também esteve atrelada também a uma política de relações internacionais da Alemanha Ocidental.

Foto 03: Walter Scheel, em visita a Misereor em 1966.



Fonte: Arquivo da Misereor, Aachen.

¹⁶⁵ O Estatuto da Ocupação foi um termo firmado por Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética no ano de 1949 e readequado em 1951. Mesmo tendo sido dissolvido em 1955, representou uma tutela imposta à Alemanha Ocidental e influenciou a forma como o país teve de pensar alternativas para se auto-afirmar em termos de relações exteriores.

Conforme matéria do jornal alemão *Aachner Nachrichten*, de 1967, o referido Ministério matinha relações próximas com a Misereor, principalmente para o repasse de recursos financeiros. A reportagem, intitulada “54 Milhões de marcos para Misereor e Pão para o Mundo” contempla o orçamento do Ministério para o financiamento de projetos de desenvolvimento e cooperação internacional, quando o fato que chama a atenção foi o atrelamento do recurso financeiro a empresas alemãs:

Würselen – O Governo Federal pretende neste ano no contexto de ajuda ao desenvolvimento, dar uma ajuda específica de 54 milhões de marcos alemães para as ações “Misereor” e “Pão para o mundo”. O anúncio foi feito pelo Ministro Federal da Cooperação Econômica, Hans-Jürgen Wischnewski no sábado, na coletiva da imprensa. Wischnewski calcula que terá no orçamento de seu ministério 1,7 até 1,8 bilhões de marcos alemães para esse ano. O ministro também espera que em 1967 sejam concedidos 160 milhões de marcos a empréstimos a países subdesenvolvidos. A concessão dos empréstimos aos países subdesenvolvidos está relacionada com contratos de fornecimento para empresas alemãs. Neste contexto, ele citou uma reunião realizada entre ele o representante da empresa Krupp.¹⁶⁶

Constata-se que o recurso financeiro era destinado à promoção de projetos de cooperação internacional, mas o texto deixa transparecer também que ao ser concedido esse valor financeiro, haveria a exigência ou a sugestão, de que fossem vinculadas empresas alemãs no contexto de aplicação dos recursos destinados para projetos de desenvolvimento, no caso a multinacional Krupp.¹⁶⁷ Esse aspecto é interessante se formos levar em consideração o contexto da modernização da agricultura, visto que havia várias empresas alemãs interessadas em promover técnicas modernas de produção buscando mercados para expansão.

Já vimos que desde 1962 as iniciativas da Igreja Católica em prol do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos aliaram-se ao governo alemão visando o financiamento de projetos de desenvolvimento em países considerados de Terceiro Mundo. Essa união entre as Igrejas Cristãs Alemãs, através da *Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe (KZE)* e da *Entwicklungswerk der Evangelischen Kirche in*

¹⁶⁶ Aachener Nachrichten. 54 Milhões de marcos para Misereor e Pão para o Mundo. Aachen, Deutschland, v9, 1967, p. 01.

¹⁶⁷ A empresa Krupp, fundada no século XIX, é vinculada ao setor siderúrgico e teve relação importante com o desenvolvimento da Alemanha, principalmente na Primeira e Segunda Guerra Mundial quando foi uma das principais fornecedoras de aço para a fabricação de equipamentos bélicos. Transformou-se numa das principais multinacionais alemãs ao longo do século XX no ramo siderúrgico.

Deutschland (EKD), a primeira sob coordenação da Igreja Católica e a segunda através da Igreja Luterana e o *Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (BMZ)*, representou uma real ação de política externa da Alemanha Ocidental.

Dessa forma, as instituições de desenvolvimento cristãs da Alemanha também passaram a ser um baluarte de Estado, assumindo uma postura política internacional de influência alemã no cenário geopolítico dos anos 1960 e 1970. O governo da Alemanha entendia que as instituições de desenvolvimento alicerçadas nos padrões cristãos, como eram, por exemplo, a Misereor e a Pão para o Mundo, legitimavam a cooperação pela sua gênese humanitária e de responsabilidade social. Dessa forma, o governo repassava recursos públicos a essas instituições para a promoção de projetos de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos. Numa análise superficial de política externa, podemos concluir que era uma combinação bastante eficaz.

Assim, podemos concluir que todo movimento de ajuda ao desenvolvimento promovido pelos católicos alemães esteve alicerçado numa conjuntura mais ampla, de relações de influência, de pretensões políticas, de inserção social e promoção do catolicismo, de política externa do governo alemão, de um cenário geopolítico conturbado, de condições de vulnerabilidade social que demonstrava a ineficiência do modelo de desenvolvimento das nações periféricas. O que os alemães pretendiam era a construção de um novo modelo de desenvolvimento, mais pontual e localizado, o que tornava a política de ajuda mais efetiva e, obviamente, tornava mais incisiva a geopolítica de influência alemã.

Mas de maneira geral, grande parte dos recursos financeiros da Misereor provinha de recursos próprios, advindo de coletas junto à sociedade ou de fundos financeiros da própria Igreja alemã. Por exemplo, no período de 1959 a 1978, conforme o Anuário Estatístico da Misereor¹⁶⁸, do total de cerca de 2 bilhões de marcos remetidos em projetos para a América Latina, cerca de 60% provinha de recursos próprios. O restante dos recursos foi intermediado pelo governo alemão a partir de 1962 e a partir do ano de 1970 de um fundo das dioceses da Alemanha. Mas a Misereor tinha certa autonomia para gerenciar a distribuição desses recursos.

Enquanto a Igreja Católica Alemã, através da Confederação dos Bispos, passou a gerenciar a instituição Misereor desde a coleta dos recursos, seu gerenciamento e a formulação de políticas de ação, aos Bispos residentes nos países receptores foi

¹⁶⁸ MISEREOR ARBEITSHILFE. *Misereor jahresbericht 1978 und Rechenschaftsbericht 1959-1978*. Aachen: Publicação especial, 1979.

designada a função de gerenciar localmente a ação dos recursos da Misereor, dando autenticidade e legitimidade aos projetos e às linhas de ação em regiões de interesse. Todos os recursos da Misereor deveriam passar sob a recomendação e o crivo do Bispo ou Arcebispo da sua região de abrangência. Essa lógica também representava o padrão de organização estrutural da Igreja Católica Romana, onde o polo episcopal esteve sob tutela hierárquica das diretrizes de Roma. Essa estrutura típica da Igreja Católica representou uma densa rede de relações de poder, pois para que o projeto de cooperação fosse efetivado, era necessário que ele se enquadrasse nas diretrizes estabelecidas por Roma – daí a importância da noção de Encíclica Papal, por exemplo, para entendermos as linhas de ação do episcopado.

Azevedo analisa a função histórica dessa estrutura administrativa da Igreja Católica Romana, ao afirmar que,

Na arena católica, o poder divide-se, assimetricamente, entre seis polos: 1) o polo pontifício, representado pelo papa, que a doutrina católica considera sucessor do apóstolo Pedro; 2) o polo episcopal, representado pelos bispos, 3) o polo burocrático central, representado pela Cúria Romana; 4) o polo das ordens e congregações religiosas; 5) o polo dos leigos; e 6) o polo da sociedade civil intra-eclesiástica, que abrange pessoas, ideias e propostas dos polos anteriores, e explicita a emergência de uma sociedade civil, nacional e internacional, dentro da própria Igreja.¹⁶⁹

Essa estrutura é muito importante para compreender os projetos de cooperação no Sul do Brasil sob financiamento da Misereor, porque é preciso entender, em cada um dos contextos analisados, qual era o papel social do bispado, principalmente, qual era seu papel político local. A Igreja Católica brasileira passou por profundas mudanças na segunda metade do século XX. Conforme Mainwaring, “as opções feitas pela Igreja nas últimas décadas fortaleceram sua aliança com as classes populares. Mas também a levaram a um distanciamento perante as classes dominantes e o Estado”.¹⁷⁰

Nesse sentido, reforçamos a tese de que através de projetos de cooperação transnacional, a Igreja Católica buscou alicerçar-se como instituição promotora e, principalmente, tuteladora da causa social e dos direitos humanos. Quando decidiu por praticar ações que visavam o desenvolvimento socioeconômico, a Igreja Católica,

¹⁶⁹ AZEVEDO, Dermi. Desafios estratégicos da Igreja Católica. In: *Revista Lua Nova*, nº 60, p. 57-59, 2003, p. 59.

¹⁷⁰ MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 19.

através dos bispos da Alemanha e da região Sul, optou por exercer um papel social e político marcante e decisivo na sua inserção social.

Conforme Mainwaring,

As concepções de fé e da própria missão da Igreja não se modificaram somente como resultado de debates acerca de quais deveriam ser ou de como deveriam proteger interesses institucionais. Pelo contrário, sua identidade modificou-se principalmente porque o processo político mais amplo gerou novas concepções da sociedade e do papel da Igreja dentro dela.¹⁷¹

A nossa análise sustenta-se no fomento aos direitos humanos e na promoção do desenvolvimento socioeconômico sob tutela da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná entre 1959 e 1979, numa perspectiva de inserção social da instituição, visando a garantia da promoção humanitária cristã. Trata-se de uma postura política da Igreja para garantir seu espaço frente às condições de vulnerabilidade da população diante da ineficiência ou até mesmo a displicência dos órgãos governamentais para com a assistência social, a promoção dos direitos humanos e o fomento ao desenvolvimento socioeconômico da população. Nesse sentido, o princípio da subsidiariedade é elevado como princípio da cooperação da Misereor.

Conforme Souza, os esforços de expansão do catolicismo como princípio tutelador do desenvolvimento e também da promoção dos direitos humanos visava a formação de uma conjectura que fizesse frente a um novo padrão de sociedade que se constituía após a Segunda Guerra Mundial.

A presença de movimentos católicos influenciou constituições nacionais e a própria Declaração dos Direitos Humanos de 1948. Apresentou ao mundo ocidental capitalista um modelo democrático, baseado em uma reforma de valores que se achava capaz de harmonizar as forças do mercado às necessidades do desenvolvimento social, colocando os princípios da ética cristã como instrumento de reordenação econômica e política das nações.¹⁷²

A ação de cooperação sob tutela do catolicismo alemão logo se espalhou por diversas partes do mundo, principalmente através dos meios de comunicação institucionais da Igreja Católica e da comunicação existente entre os bispos em suas

¹⁷¹ MAINWARING, 1989, Op. cit, p. 25.

¹⁷² SOUZA, Rogério Luiz de. A ética católica e o espírito do capitalismo no mundo rural (1945-1963). In: SOUZA, Rogério de; OTTO, Clarice (Orgs). *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008, p. 193-219, p. 194.

regiões de abrangência. No ano de 1962, por exemplo, apenas quatro anos após a fundação da Misereor, as iniciativas de ajuda já eram notícia no jornal regional O Nacional de Passo Fundo. Lia-se na matéria:

Fulda, 2 (IF) – Os Bispos alemães publicaram após a sua reunião anual em Fulda, uma pastoral aos seus fiéis, que representa um apelo de Ajuda à Igreja da América Latina. A carta é assinada pelo arcebispo de Munique e Freising, cardeal Julius Doepfner.

Redigida para ser lida no primeiro domingo do advento a Pastoral chama a atenção dos católicos alemães sobre a situação na América Latina, um continente de uma extensão da Europa mais a Rússia, com uma população de 200 milhões de almas, a qual sofre ainda das conseqüências do subdesenvolvimento.¹⁷³

A expansão e consolidação da Misereor como entidade internacional de cooperação para o desenvolvimento, o combate à fome e à promoção dos direitos humanos esteve diretamente vinculada à realização do Concílio Vaticano II, oportunidade em que os bispos do mundo puderam conhecer as possibilidades da entidade. Até janeiro de 1962, já haviam chegado à sede da Misereor, em Aachen, cerca de 2.500 cartas e ofícios provindos de diversas regiões do mundo, solicitando todos os tipos de ajuda possível, como alimento, roupas, cobertores e medicamentos.

Kiefer e Risse¹⁷⁴ apresentam as linhas de ação para selecionar os projetos de cooperação que seriam contemplados com auxílio financeiro da entidade. Essas linhas de ação representaram as prioridades da concepção de cooperação para o desenvolvimento socioeconômico consideradas prioritárias para a Misereor:

1 – Ajudar no aumento e melhoramento da produção de alimentos: envio de profissionais; compra de gado, sementes, fertilizantes e equipamentos; medidas de irrigação, construção de poços; drenagem da terra; medidas de estímulos à agricultura; promoção da pesca; construção e ampliação de escolas agrícolas e instrução comercial; cursos agrícolas e serviços de consultoria; promoção de cooperativas autossustentáveis.

2 – Ajudar a expandir a base econômica e melhorar as condições de vida: construção e ampliação de escolas de artesãos, cursos de artesanato e serviços de consultoria; Construção e ampliação de escolas donas de casa e cursos de economia e

¹⁷³ Pastoral dos Bispos Alemães: “Ajuda à América Latina”. Jornal O Nacional, Passo Fundo, 2/1/1962, nº 9.956, p. 01.

¹⁷⁴ KIEFER, W.; RISSE, H.T. *Misereor: ein Abenteuer der christlichen Liebe*. Mainz, Deutschland: Mathias-Grünewald-Verlag, 1962.

consultoria doméstica; estímulo à produção, transformação e criação de cooperativas de consumo.

3 – Ajudar a melhorar a assistência à saúde: construir e ampliar hospitais, ambulatórios, maternidades, escolas de enfermagem; assessoria à saúde e higiene pessoal; envio de enfermeiros e médicos.

4 – Ajuda para a formação de líderes locais: para melhorar as condições de vida na agricultura e no trabalho, serviços de saúde, na indústria e na técnica; estruturar condições sociais saudáveis e um quadro de desenvolvimento global equilibrado: desenvolvimento das comunidades, cooperativas e opinião pública.

Em relação aos projetos de cooperação desenvolvidos pela Misereor no setor da agricultura, Spielmann¹⁷⁵ destaca que os fundamentos mais valorizados pela instituição residem no aspecto do apoio a cooperativas de produção e da formação de dirigentes e lideranças. A Misereor entendia que esse aspecto era fundamental para o desenvolvimento em longo prazo das comunidades rurais, principalmente, para a formação de uma consciência dos problemas e deficiências enfrentadas pelos produtores rurais. Nesse sentido, a constituição de lideranças desempenhava um papel importante, visto que eles eram concebidos como multiplicadores da perspectiva de desenvolvimento para o meio agrícola. Esse elemento se alinha ao que Vekemans entendia como promoção popular através de organizações de base.

2.6 A concepção de desenvolvimento da Misereor

Ao analisar textos norteadores e anais de eventos organizados pela Misereor, percebe-se que há um ideal de desenvolvimento com suas peculiaridades que remete a um projeto de ação social da Igreja. Nesses documentos das décadas de 1960 e 1970, comumente se encontram noções como *Kirchlichen Entwicklungsarbeit* ou trabalho da Igreja para o desenvolvimento; *Kirchlichen Hilfe* ou ajuda da Igreja; *Evangelische Hilfswerk* ou trabalho evangélico de ajuda. Sinteticamente, eles remetem a uma análise das potencialidades e deficiências de um projeto de ajuda ao desenvolvimento da Igreja para os países subdesenvolvidos. Mas, qual era a concepção de desenvolvimento da Misereor?

¹⁷⁵ SPIELMANN, Chantal. Misereor: sociographie d'une organisation catholique allemande d'aide au développement des Pays du Tiers Monde. Dissertação apresentada a Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales – Sorbonne. 176 pgs. Paris, 1975.

A noção de desenvolvimento da Misereor esteve obviamente alicerçada na noção cristã de uma sociedade mais justa. Na concepção de Karl Osner¹⁷⁶, os princípios fundamentais para o trabalho de desenvolvimento promovido pela Igreja seriam:

- a) O princípio de eliminar a longo prazo as causas da fome e da doença;
- b) O princípio da promoção de iniciativas de caráter local;
- c) O princípio da parceria;
- d) O princípio dos pequenos passos e do desenvolvimento integral¹⁷⁷.

Nesses preceitos elencados por Osner, é possível retirar alguns princípios norteadores que caracterizam a noção de desenvolvimento da Misereor. Num primeiro momento, o princípio de eliminar as causas da fome e da doença dos países considerados do *Dritten Welt* ou Terceiro Mundo, assim entendia-se que um dos princípios de dignidade humana partia das necessidades básicas da alimentação de saúde.

Outro aspecto elencado parte do princípio da promoção e das iniciativas locais. Osner¹⁷⁸ ressalta a importância da mobilização das regiões de abrangência dos projetos da Misereor, no sentido de que a iniciativa deveria partir dessas regiões e a solicitação do projeto deveria ser uma iniciativa local. Por isso havia uma efetiva preocupação da Misereor em qualificar os sujeitos envolvidos e dinamizar as estruturas regionais de ação social.

O princípio da parceria partia da noção de que a Misereor era quem gerenciava os recursos, mas quem deveria executar o projeto eram entidades locais, como associações, agências de desenvolvimento, entidades representativas, episcopais, eclesiais e movimentos sociais, cooperativas, sindicatos, organizações sociais de base. Essa lógica formou uma rede de relações e influências que tinham os projetos de desenvolvimento e as realidades sociais adversas como fio condutor, elementos que se vinculam à compreensão de Vekemans acerca da integração das comunidades de base no processo de desenvolvimento.

¹⁷⁶ Karl Heinrich Josef Osner foi secretário do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento - BMZ e um dos fundadores da Comissão Alemã *Justitia et Pax*, entidade que englobava os trabalhos de cooperação das Igrejas Cristãs da Alemanha, fundada em 1967.

¹⁷⁷ OSNER, Karl. *Strategische Grundideen Misereor's: Versuch einer Standortbestimmung*. In: Bischöfliche Kommission für Misereor (Hg.). *Misereor - Zeichen der Hoffnung*. Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit. Kösel München, 1976, p. 163-189.

¹⁷⁸ OSNER, op. Cit. 1976.

O último aspecto elencado por Osner¹⁷⁹, e que é muito significativo, é representado pelo que se denominava de *kleinen Schritte*, ou pequenos passos. Ou seja, era através dos pequenos passos, das iniciativas pontuais e localizadas que a mudança social e a integração dos grupos marginalizados se efetivaria. Esse aspecto vem ao encontro do que se constituiu acerca da causa social no Concílio Vaticano II. Ou seja, havia uma intencionalidade de constituir um padrão de desenvolvimento que não fugisse da tutela da Igreja, que promovesse um desenvolvimento idealizado pelo catolicismo, mas que não fosse o estopim de uma guinada radical. Na verdade, a ideia era de promover um ajuste funcional e a integração das sociedades desestruturadas aos padrões modernos de cultura e sociedade, consumo, produção.

Grande parte das pessoas vinculadas à política de desenvolvimento sob promoção da Igreja, principalmente funcionários da Misereor, entendia que as ações de caridade e de promoção social deviam estar alicerçadas no princípio da sustentabilidade a longo prazo. Os projetos de desenvolvimento deviam estar imbuídos de um plano de trabalho que fosse efetivo e coeso na ação social, visando a promoção humana e o desenvolvimento integral. Isso é muito significativo, visto que ultrapassa a simplória noção de caridade, para se tornar uma política efetiva de ação social. Obviamente que essa concepção também faz parte de um amadurecimento da Misereor e dos seus interlocutores ao longo das décadas de 1960 e 1970.

No Colóquio comemorativo referente aos dez anos da Misereor, realizado na cidade de Bernsberg, em 1969, são elencadas algumas perspectivas da concepção do desenvolvimento sob o viés da ajuda da Igreja. Essas contribuições reforçam a tese da relevância dos parceiros da Misereor na cooperação transnacional para o desenvolvimento, ou seja, nos remetem à ideia de que diversos agentes colaboravam nesse processo. Apesar da ação Misereor ser um movimento originário da Alemanha, suas políticas e linhas de ação eram influenciadas por agentes e instituições das diversas áreas de abrangência do mundo subdesenvolvido.

Destacamos dos anais desse evento, a perspectiva dos representantes do INEDES – Instituto de Economia e Desenvolvimento do Equador, que entendiam que a ideia de subdesenvolvimento referia-se a aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e de mentalidade. Outro aspecto é de que as pessoas desses países estariam cada vez mais conscientes de seus problemas, o que remete à ideia de um aparente violência

¹⁷⁹ OSNER, 1976, op. cit.

radical, representada por uma crescente depressão econômica, desintegração interna e externa, abandono e fragmentação social. Nesse sentido, destacam a necessidade da compactuar da ideia da conscientização, da ajuda própria e da solidariedade acerca dessa realidade. Segundo o INEDES, desenvolvimento não era necessariamente uma obrigação da Igreja, pois a doutrina social e o cristianismo são questões para uma diferente inspiração das leituras sociais, mas a Igreja deveria condenar aspectos que limitassem o desenvolvimento integral de todas as pessoas. No entanto, a ação da Igreja não poderia se restringir somente a denunciar essas questões, mas sim, de estruturar um projeto de ação social que fosse efetivo¹⁸⁰.

Kiefer e Risse apontam para alguns princípios com destaque à ajuda ao desenvolvimento a qual se propunha a Misereor:

Ela não será feita somente com base numa ajuda material, mas para aguçar a consciência dos fieis para a situação do mundo, a todas as pessoas de bem e aos governos do mundo. Ninguém pode acreditar que com a ajuda material limitada a Misereor pode eliminar a fome e a pobreza do mundo. A Igreja pode, com ajuda de todos, apenas dar um exemplo. A sua ajuda pode clamar pelas injustiças e desigualdades que existem no mundo. Então Misereor é um chamado em andamento sobre os clamores da nova Encíclica *Mater et Magistra*, de que o equilíbrio social entre os pobres e os ricos não é apenas uma questão de justiça, mas sim, um dos maiores desafios do nosso tempo.¹⁸¹

Pelo fato de utilizar recursos financeiros providos de campanhas de coleta junto à população alemã e também do Governo Alemão, a Misereor demonstrou a preocupação em avaliar os projetos de cooperação desenvolvidos através de sua parceria. Primeiro, para justificar e dar uma resposta frente aos recursos financeiros, como uma espécie de balanço e prestação de contas. Segundo, porque era necessário sentir das regiões e comunidades alvo dos projetos de cooperação se efetivamente todo esforço despendido em prol da causa do desenvolvimento dos povos estava gerando resultados satisfatórios.

Nesse sentido, constantemente eram convocados sujeitos envolvidos com os planos de cooperação para avaliar os projetos financiados. Em 1969, numa dessas oportunidades, a Misereor organizou um colóquio comemorativo aos dez anos de cooperação, evento que aconteceu na cidade alemã de Bernsberg, do qual resultou a

¹⁸⁰ Misereor Kolloquium: *Kirliche entwicklungsarbeit* – problem und perspektiven nach zehn Jahren Misereor. Bernsberg, 1969.

¹⁸¹ KIEFER; RISSE, 1962, op. cit., p. 21

publicação de anais que serviram de tema gerador para avaliar os projetos desenvolvidos e, principalmente, para analisar sob quais alicerces deveria se dar continuidade ao projeto de desenvolvimento sob coordenação da Igreja. Participaram desse evento 80 pessoas que representavam entidades sociais, congregações religiosas e institutos de desenvolvimento de diversos países de abrangência da Misereor.

Inúmeros conferencistas participaram do colóquio expondo temas pertinentes à proposta do evento, partindo do pressuposto de avaliar os dez anos de ação Misereor, bem como, contextualizar potencialidades e dificuldades da cooperação para o desenvolvimento da Igreja. Para a tese é pertinente elencar as palestras e temas debatidos no colóquio, para entendermos quais eram as linhas de ação idealizadas em termos de ajuda ao desenvolvimento. Podemos ter presente que eventos como esse reforçam a ideia do potencial de universalização que a ajuda ao desenvolvimento e a cooperação da Igreja representaram em termos catalizadores para a Misereor. A instituição e os católicos alemães pretendiam e, de fato, alcançaram um poder de influência sem precedentes através da inserção social e da criação de uma rede de cooperação nos países considerados subdesenvolvidos.

Quadro 01: Temas do Colóquio da Misereor em 1969.

Palestrante	Instituição de vínculo	Tema debatido
Padre Peter Van Asten	Afrikamissionaire Weisse Väter, Roma, Itália	Ajuda da Igreja para o desenvolvimento e propagação da fé
Padre Arnold Jansen Schütte	Gessellschaft des Göttlichen Wortes, Alemanha	Evangelização e ajuda da Igreja para o desenvolvimento após o Decreto Missionário “Ad Gentes”
Dom Alfonso Gregory	CERIS, Rio de Janeiro, Brasil	A ajuda da Igreja e o processo de desenvolvimento
Santiago, S.	Indian Social Institute, Nova Déli, Índia.	Ajuda da Igreja e Desenvolvimento
Arcebispo Jean Zoa	Arquidiocese de Yaoundé,	Horizontes temporais,

	Camarões	custos de acompanhamento e problemas de pessoal
Padre Roger Vekemans	DESAL, Santiago, Chile	Igreja, paz e desenvolvimento

A discussão centrou-se sob quais alicerces devia-se nortear a política de ajuda ao desenvolvimento da Igreja, aspecto discutido e contextualizado por pessoas de diversos países receptores de projetos da Misereor. Percebemos que foi enfática a referência ao termo desenvolvimento nas palestras proferidas em Bernsberg. Além da participação de Roger Vekemans, destacamos a participação do brasileiro Alfonso Gregory¹⁸², por se tratar de uma análise que parte do espaço ao qual nossa abordagem está vinculada. Gregory destacou em sua conferência seis características da ajuda ao desenvolvimento sob coordenação de instituições de caráter religioso.

Na primeira característica, segundo Gregory¹⁸³, havia uma limitação na quantidade de ajuda que a Igreja poderia fornecer. Ela era limitada por várias razões: a) porque os recursos financeiros que por ela podem ser aplicados para o desenvolvimento, diante da vasta demanda, eram muito escassos; b) porque as especificidades do trabalho da Igreja não estariam na assistência socioeconômica e por causa disso, a instituição Igreja não teria um sistema organizado e suficiente, alinhado com especialistas e técnicos, com requisitos técnicos e científicos, que englobasse um trabalho de desenvolvimento. Conforme Gregory, isso seria uma função específica do Estado e de organizações privadas, com sua área de trabalho que cuidasse do setor socioeconômico.

Segundo Gregory¹⁸⁴, quando a ajuda da Igreja para o desenvolvimento era limitada pelo quantitativo, não queria dizer que a questão qualitativa também o seja. Uma vez que o problema do desenvolvimento era uma questão mais de qualidade do que quantidade, ele afirma o quanto seria importante e indispensável a presença da Igreja nesse processo. Esse aspecto é muito importante, pois remete a uma crítica à

¹⁸² Dom Alfonso Gregory recebeu a ordenação presbiteral em 1956. Foi o primeiro pároco de São Carlos, na Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1962); professor no Seminário de Viamão; primeiro Diretor Executivo do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – CERIS (1963-1980); membro da Equipe de Reflexão Teológico-Pastoral do CELAM (1956-1980); membro do Pontifício Conselho *Cor Unum* da Santa Sé em 1977; perito da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968); membro da Comissão de Desenvolvimento e População da OEA (1968-1970). O Ceris era uma ferramenta da Misereor para realizar estudos sobre a viabilidade de projetos de cooperação.

¹⁸³ GREGORY, Alfonso. Die Hilfe der Kirche und der Entwicklungsprozess. In: *Misereor Kolloquium: Kirche entwicklungsarbeit – problem und perspektiven nach zehn Jahren Misereor*. Bernsberg, 1969, p. 43-47.

¹⁸⁴ GREGORY, 1969, op. cit.

cooperação destituída de aspectos qualitativos, ou seja, da necessidade de investir em projetos pontuais e locais, de caráter comunitário e regionalizado. Esse é um elemento a considerar e representou a singularidade da proposta de desenvolvimento da Igreja, numa relativa crítica a modelos desenvolvimentistas defendidas por governos e instituições como a Cepal, por exemplo.

A segunda característica era de que a ação da Igreja, através da Misereor, deveria se sustentar numa ajuda que sempre mantivesse a perspectiva educativa, tanto daquele que oferece, quanto daquele que recebe. Segundo Gregory¹⁸⁵, a ajuda não seria de valor educativo se simplesmente fosse oferecido o dinheiro a pessoas e instituições se elas não soubessem aplicá-lo corretamente. Para o autor, subdesenvolvimento não representaria sempre escassez de dinheiro e essa questão era de suma importância. Os recursos de financiamento não poderiam aumentar sem que se mostrassem as melhores formas de aplicá-los. Se não fosse levado em consideração esse critério, poder-se-ia flertar para o oposto do que se pretendia: de piorar ainda mais a situação.

Gregory também enfatiza que atos educacionais em vez de educativos poderiam ser de dominação. Para ele, pensava-se muito pouco sobre essas consequências. Subdesenvolvimento seria, antes de tudo, resultado da dominação do homem pelo homem, quando havia nações ricas era porque havia nações pobres, e também existiam nações pobres em decorrência das nações ricas.

Assim existem, ou melhor, coexistem entre os pobres e ricos a inexistência da solidariedade, mas a dominação severa dos ricos sobre os pobres. A ajuda da Igreja deve ser protagonista, para que ela também não se adegue a esse sistema. Se ricos e pobres sentam numa mesa, assim, mesmo que sejam clérigos, sabemos que a conversa não é de igual para igual, mas é gerida pelo mais forte para o mais fraco, e que existe um risco de que há solidariedade entre as duas partes disponíveis, e, apesar de inconsciente, surge um certo domínio ou o não reconhecimento do parceiro mais pobre. A solidariedade, que deve vir através da ajuda, está a frente de tudo. Dar e receber – conhecer isso não é muito fácil e relaciona solidariedade e amizade – virtudes raras no ser humano, especialmente quando se trata de dinheiro.¹⁸⁶

A terceira característica era de que se tratava de uma ajuda que respeitasse as reais condições humanas, aspecto que não poderia ser desconsiderado, visto que se caracterizava como uma ajuda da Igreja Católica, que mantinha seus princípios cristãos

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ GREGORY, 1968, op. cit, p. 44.

de valorização da pessoa humana. Nesse sentido, os projetos se pautariam em fazer frente às situações de vulnerabilidade social atreladas às condições de vida das populações, como moradia digna, educação, saúde, produção de alimentos e geração de renda.

A quarta característica elencada por Gregory¹⁸⁷ pretendia uma ajuda que não fosse dirigida contra ninguém, mas a favor da promoção humana de todos os desfavorecidos, principalmente sobre questões sociais e políticas. Nesse contexto, revela-se um fator importante de que em 1969 havia muitos governos autoritários em diversos países do mundo, onde se constatavam condições sociais degradantes em termos de vida e de exercício da cidadania, principalmente na América Latina.

A quinta característica da ajuda ao desenvolvimento da Igreja parte da ideia de um auxílio que esteja amparado com recursos técnicos e científicos modernos. Gregory critica o fato de que a prática da agricultura nos países mais pobres do mundo estar demasiadamente condicionada a tradições e técnicas pouco racionais. Nesse sentido, um fato interessa ao nosso tema: a Misereor promoveu projetos de cooperação agrícola visando apoio ao desenvolvimento do setor, na perspectiva de modernizar as relações de produção diante da ideia de que era necessário produzir mais alimentos visando o combate à questão da fome e na perspectiva de que essa política fomentaria a geração de maior renda aos agricultores. Ou seja, havia a compreensão de que era necessário inserir o agricultor nos padrões modernos de produção.

Como última e sexta característica, Gregory enfatiza que a ação da Igreja em prol do desenvolvimento tratava-se de uma ajuda com o testemunho dos verdadeiros estabelecimentos de caridade cristã. Essa prerrogativa fortalece nossa tese de que a ação Misereor esteve alicerçada na perspectiva de ajuda da Igreja diante das desigualdades do mundo, assumindo uma postura marcadamente política dos católicos alemães que pretendiam assumir o protagonismo da ajuda ao desenvolvimento sob os alicerces cristãos.

Numa perspectiva mais ampla do Colóquio da Misereor de 1969, podemos sintetizar as abordagens através de três temas centrais:

- Tema 01: Evangelização e ajuda da Igreja para o desenvolvimento;
- Tema 02: Ajuda da Igreja e Desenvolvimento;
- Tema 03: Ajuda da Igreja e seus problemas.

¹⁸⁷ GREGORY, 1968, op. cit.

Os questionamentos acerca desses temas eram de quais deveriam ser as posturas dos missionários católicos frente aos projetos de cooperação e da ajuda para o desenvolvimento da Igreja. Sabemos que, historicamente, muitos religiosos alemães dedicaram-se à tarefa missionária em regiões carentes do mundo e esses agentes passaram a ser intermediários dos recursos visando a promoção de políticas de ação social da Igreja em regiões de vulnerabilidade. O tema da evangelização, princípio fundamentador da Igreja, foi posto em discussão no Colóquio da Misereor de 1968, remetendo a questões como espiritualidade, desenvolvimento socioeconômico e aspectos de delimitação da ajuda da Igreja diante dos problemas do mundo.

O aspecto político e a questão da “neutralidade” da ajuda da Igreja eram motivos de preocupação dos agentes envolvidos na cooperação da Misereor. Esse aspecto se torna bastante interessante quando atentarmos para o fato de que muitos países subdesenvolvidos tinham governos autoritários e opressores, como na América Latina, por exemplo, pois a postura da Igreja diante dessas condições políticas e desigualdades sociais era uma preocupação recorrente.

É possível concluir que através da realização do Colóquio de *Bernsberg* em 1969 a Misereor demonstrou preocupação quanto aos projetos já desenvolvidos e se efetivamente eles estavam gerando os resultados esperados, bem como, lançou desafios e questionamentos acerca dos rumos da cooperação para o desenvolvimento alicerçado na ação da Igreja. A preocupação norteou-se sobre diversos aspectos, mas principalmente, sobre a postura da instituição diante dos problemas sociais e as consequências da interferência no desenvolvimento dos povos numa perspectiva de autonomia ou de influência.

Como conclusão, o Colóquio aponta que ajuda ao desenvolvimento tratava-se de uma questão complexa, que, embora fosse de caráter local, sempre teria uma dimensão mais ampla e conjuntural. Tratava-se, especialmente, de mudar estruturas mundiais e para tanto, deveriam ser analisados os problemas e vislumbradas as perspectivas futuras de desenvolvimento. “O Colóquio de Bernsberg, organizado para comemorar os dez anos da Misereor, é um passo nesse sentido”, concluiu o texto.¹⁸⁸

¹⁸⁸ *Misereor Kolloquium*: Kirliche entwicklungsarbeit – problem und perspektiven nach zehn Jahren Misereor. Bernsberg, 1969, p. 112.

2.7 *Fastenaktion* e Campanha da Fraternidade

As *Fastenaktion* foram idealizadas pela Misereor a partir de 1959 para sensibilizar a população alemã a colaborar com donativos para os projetos de cooperação. Elas passaram a ser pensadas e postas em prática anualmente tendo como plano de fundo um tema norteador, com uma mensagem de urgência, e a partir de 1972 passaram a ter regiões determinadas como foco de ação. A importância das *Fastenaktion* reside no tema sensibilizador, que se transnacionaliza através de um discurso que conclamava para uma realidade social adversa.

O estudo dos temas norteadores das *Fastenaktion* colabora na compreensão da estruturação do pensamento de ajuda da Igreja frente às condições sociais adversas, tornando-se uma mensagem de cunho político com focos de ação. As *Fastenaktion* transformaram-se num discurso de ação, uma reação da Igreja, que tem seu germe na Alemanha e que se internacionalizou através dos seus temas e da sua mensagem educativa e principalmente, pelo seu teor de alerta sobre questões pontuais, em particular, a da fome. O aspecto educativo e de alerta tinha como princípio a sensibilização da população alemã sobre temas urgentes diante das condições de vida dos povos do Terceiro Mundo.

No entanto, diante da rápida expansão da Misereor e da sua influência que exerceu em bispos, padres e outros religiosos de diversos países, a ideia da criação de campanhas norteadoras do propósito de cooperação e ajuda da Igreja acabou por estimular iniciativas similares. No Brasil, por exemplo, a Campanha da Fraternidade surgiu no Rio Grande do Norte por influência das *Fastenaktion* da Misereor, quando Dom Heitor de Araújo Sales, que no início dos anos 60 estudava na Alemanha, levou à Arquidiocese de Natal-RN a proposta de cooperação local sob os mesmos princípios alemães. Surgiu ali a primeira Campanha da Fraternidade, que a partir de 1964, sob coordenação de Dom Eugênio Sales, foi assumida oficialmente como uma política da CNBB.

Por isso, é importante uma análise dos temas norteadores das *Fastenaktion* da Misereor, que revelam as linhas de ação da instituição e principalmente, esboçam qual era a leitura que se fazia dos problemas sociais dos países considerados subdesenvolvidos. As campanhas das *Fastenaktion* vinham acompanhadas de um verbo de ação, um chamado para que houvesse uma prática de ajuda e cooperação da Igreja e

dos fiéis para fazer frente às condições de vulnerabilidade social. O quadro com todas as *Fastenaktion* de 1959 a 1979 encontra-se em anexo no Quadro 06.

Até o ano de 1965, os temas norteadores das *Fastenaktion* foram pontuais na questão da fome. O pedido de dar algo para comer para aqueles que estariam com fome é um apelo significativo para sensibilizar a população alemã sobre um dos problemas mais recorrentes de muitos países: a fome e a desnutrição. Os apelos dos folders de sensibilização representaram importante catalizador das doações dos alemães para as campanhas de ajuda humanitária da Misereor. A questão da fome e da extrema pobreza atingiu sensivelmente grande parte da população alemã, que respondeu em grande escala pelo seu caráter apelativo. Entendemos que os temas norteadores da fome atingiram um dos aspectos que ainda estavam recorrentes na memória do povo alemão: a necessidade básica do alimento que em vários momentos fora afetada ao longo do século XX.

As campanhas que tinham a fome como tema pontual possuíam algumas similitudes e abordagens caracterizantes e imbuídas de uma simbologia. Por exemplo, na campanha de 1965 apresenta-se uma mão “branca” dando um pão a duas mãos “negras”, o que por si só remete a ideia de que poucos podem ajudar muitos e numa perspectiva de estereótipo racial, de que um branco pode ajudar muitos negros. O sofrimento decorrente da fome e da miséria está em evidência nessas campanhas sendo que o flagelo humano poderia ser revertido através da ajuda humanitária, como dizem as campanhas de 1962 e 1963, nas quais a mensagem denota a ideia de que milhões de pessoas estariam passando fome e que era possível alimentá-las.

A partir de 1966, as *Fastenaktion* começaram a ter temas norteadores com papel mais educativo, englobando a temática da necessidade do apoio às crianças como uma ajuda necessária para o desenvolvimento das regiões carentes. O caráter educativo transcende da simples sensibilização dos alemães quanto aos problemas do mundo, também estimula a formação de consciência das populações receptoras dos recursos financeiros. É o ideal do fermento cristão que pretende fazer efeito em relação às mazelas e deficiências das populações, como por exemplo, no ano de 1969, quando o slogan afirmava a necessidade de dar a cada pessoa uma chance, no sentido de que o ser humano, quando apoiado e estimulado, poderia buscar alternativas para fazer frente às condições de vulnerabilidade. A ideia do *Selbsthilfe*, ou seja, da ajuda própria é muito significativa, aspecto que vem ao encontro do conceito de integração funcional dos marginalizados de Vekemans.

Esse aspecto não remete à ideia de que os problemas da fome e da miséria tenham sido resolvidos, no máximo foram abrandados. A perspectiva da mudança dos temas norteadores da Misereor para questões incisivas sobre o desenvolvimento dos povos parte da consciência da própria instituição de que ela sozinha não era capaz de modificar as estruturas sociais do mundo sem um trabalho educativo quanto à responsabilidade dos povos nesse processo. O desenvolvimento da Misereor nesses aspectos é decorrente dos resultados e dos aprendizados adquiridos através dos projetos de cooperação postos em prática, que demonstraram que a ajuda como um simples auxílio não possui efeito a longo prazo quando não acompanhada de um processo de desenvolvimento das populações em questões pontuais que remetem à ideia de que é necessário um processo educativo e de geração de renda.

A *Fastenaktion* de 1971 representou uma inovação na formulação da mensagem da campanha de doações para a ajuda humanitária. O tema norteador remetia ao direito da criança que espera viver, que envolve uma série de fatores necessários para que isso ocorra, como um teto seguro para sua proteção, um banco escolar para sua formação, uma alimentação completa para seu crescimento sadio e que futuramente ela necessitaria de um local de trabalho para geração de renda. Para além do problema da fome e da miséria, as campanhas da Misereor demonstram a evolução da consciência da amplitude das necessidades para o desenvolvimento dos povos considerados subdesenvolvidos. Da mesma forma, a campanha de 1972 apela para que se tire as pessoas da cruz: da cruz da miséria, da cruz da ignorância e da cruz da repressão. Pela primeira vez, as campanhas denotavam a uma região específica de ação, o que representava maior sensibilização e clareza nos propósitos da ajuda para o desenvolvimento.

No ano de 1975, pela primeira vez, é desenvolvida uma campanha direcionada especificamente ao tema da América Latina. Com o lema “Misereor, vá em direção aos seus irmãos”, a região foco da campanha é a sensibilização quanto às condições das populações andinas e da América Central. No ano de 1979, a campanha da Misereor tem o Brasil como tema norteador, através do slogan: “Outra vida, aprender a compartilhar. Viver no limite chama-se: salário indigno, fome, barraca, escravidão, desrespeito pela dignidade humana”. Nesse sentido, a campanha da *Fastenaktion* chama a atenção para problemas pontuais vivenciados no Brasil naquele período.

A Campanha de 1978 possui uma imagem que nos remete a uma simbologia cristã. Enquanto a mensagem de sensibilização clama por outra vida no sentido de dar

respostas frente a uma sociedade injusta, a imagem remete a um garoto carregando madeira, numa denúncia ao trabalho infantil. Mas a imagem é simbólica e emblemática, pois a primeira impressão é a de que o garoto carrega uma cruz, em referência à simbologia cristã do sacrifício e do sofrimento.

Aspecto que demonstra ficar claro nos temas das *Fastenaktion*, é a sugestão de que a Igreja e a ajuda para o desenvolvimento deveriam assumir uma postura diante da negligência ou ineficiência do Estado diante das emergências das causas sociais. Mesmo que isso não esteja expresso claramente nas mensagens, sejam escritas ou através das imagens, o que se subentende é que a solidariedade e a ajuda dos agentes envolvidos pretendiam suprir essa deficiência, fortalecendo a compreensão da subsidiariedade. Esse aspecto nos é muito revelador visto que a transnacionalização das ações sociais da Igreja passaram por diversos agentes, que deram a esse aspecto uma dimensão universal. A mensagem da ajuda e da postura da Igreja foi construída conjuntamente, com o envolvimento de lideranças religiosas, leigas e da sociedade civil. Entendemos que o discurso da ajuda da Misereor não foi uma mensagem de alguém para alguém, mas sim, uma consequência de todo um movimento que se universalizou e se materializou em ações conjuntas da Igreja.

Os simbolismos presentes nas imagens e nas mensagens exponencializavam e colocavam em evidência o princípio da subsidiariedade, de colocar o indivíduo dos países subdesenvolvidos como responsável pela constituição de seu próprio futuro no sentido de ser uma agente de desenvolvimento local. Os princípios de cooperação da Misereor não se destinavam a Estados ou políticas macroestruturais, mas focavam na lógica inversa, ou seja, de que os próprios sujeitos e as iniciativas localizadas em vilarejos, em comunidades de base, em cooperativas, em sindicatos representassem uma força de mudança social, de desenvolvimento e integração ao mundo moderno ocidental. Essa, em síntese, era a lógica da compreensão da Teoria da Marginalidade de Vekemans que se constituiu em consonância com a compreensão da Igreja acerca dos desafios da modernidade.

Ao compararmos lemas da Campanha da Fraternidade postos em prática pela CNBB no Brasil percebe-se que há similitudes nos temas de sensibilização. As ideias de solidariedade, de repartir o pão e os frutos do trabalho, a promoção da justiça, de consciência diante dos problemas das populações oprimidas e flageladas são temas recorrentes que se assemelham às *Fastenaktion* da Misereor. Essas iniciativas de cooperação e ajuda ao desenvolvimento não foram iniciativas isoladas, mas se inserem

num mesmo contexto de posicionamento da Igreja Católica diante de um mundo visto como subversivo, excludente e desequilibrado.

As Campanhas da Fraternidade da CNBB são um amadurecimento e uma política de ação social da Igreja brasileira, visando a promoção de projetos pontuais para fazer frente a condições de vulnerabilidade social da população brasileira. Essa iniciativa partia dos mesmos princípios das *Fastenaktion* da Misereor, ou seja, de sensibilizar a população para a doação de recursos financeiros, na perspectiva do fomento ao sentimento de solidariedade e caridade para com quem necessitava.

Numa perspectiva de transnacionalização das ações da Igreja de cooperação para o desenvolvimento, isso representa um aspecto muito importante. O ideal de ajuda e ação social da Igreja se torna uma política universal para fazer frente às condições de miséria e desigualdade social. Nesse sentido, as regiões de ação são as que historicamente foram menos favorecidas e que estavam à margem do progresso mundial. Portanto, se o foco da Misereor englobava uma perspectiva global de desigualdade partindo seu olhar para os países considerados subdesenvolvidos, os projetos sociais da CNBB voltavam-se para realidades brasileiras, de caráter interno, formando uma espécie de escala de desigualdades.

Devido ao movimento de reestruturação da Igreja Católica vivenciado na década de 1960, as práticas de cooperação e ajuda da instituição e seus agentes tomaram um tom de uniformização, num movimento cooperativo que se tornou global e que postulava no papel de responsabilidade social da Igreja. Nesse sentido, as desigualdades sociais e as condições de vida adversas foram focos de ação pastoral da Igreja que influenciou uma geração de religiosos e de leigos envolvidos com os projetos de ajuda humanitária em diversas frentes.

Assim, a Misereor e os católicos alemães assumem uma postura de protagonismo, influenciando e dando um tom de cooperação e da postura da Igreja diante dos problemas sociais do mundo. Muitos bispos e religiosos do Brasil, envolvidos e comprometidos com a causa social, vão se remeter à Misereor para fazer frente a suas realidades locais, de suas dioceses e de suas paróquias. Nesse sentido, um mundo universal de cooperação torna-se local, regionaliza-se, o que fortalece a ideia de transnacionalização do ideal de cooperação, onde o fermento cristão pretendeu ser um catalizador da postura cristã diante de realidades sociais e políticas adversas.

Temos, como exemplo, fragmento retirado do registro do Pastoral de Conjunto da Arquidiocese de Florianópolis, onde há um apelo à importância da Campanha da Fraternidade para a promoção de ações sociais na região:

Campanha da Fraternidade: Seu sentido, finalidade e seu método de ação. Ninguém desconhece a necessidade de uma publicidade e divulgação do auxílio mútuo, de fraternidade e também a necessidade econômica por que passamos. Tentaremos fazer com a Campanha da Fraternidade o que a Caritas e as dioceses da Alemanha nos estão fazendo.¹⁸⁹

Há uma reflexão da necessidade de se fomentar iniciativas locais diante de políticas já promovidas por entidades internacionais, em que se cita a Caritas e também as iniciativas das dioceses da Alemanha, numa referência clara à cooperação para o desenvolvimento, promovida pelos católicos alemães. Essa é uma questão muito importante, pois percebemos no discurso acima que a ajuda internacional vinha da Alemanha, não fazendo necessariamente referência à Misereor. Isso reforça a tese de que a ação conjunta das instituições cristãs para o desenvolvimento e o governo alemão transmitia uma mensagem internacional de uma nação, no caso a alemã, que se engajava para a ajuda ao desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas. Isso em termos de simbologia e significância tem uma representatividade transnacional relevante.

2.8 O projeto da Misereor para a América Latina

A questão social, econômica e política na América Latina chamava a atenção dos católicos em virtude de seu impacto sobre o nível religioso no continente. A preocupação dos católicos, tanto do Vaticano, quanto dos bispos da Alemanha, estava centrada no problema da explosão demográfica que resultaria em uma mudança do centro de gravidade do catolicismo da Europa para a América Latina. Nas décadas de 1950 e 1960, a preocupação era acerca de uma descristianização crescente na América Latina, principalmente pela ameaça comunista, de seitas protestantes, do espiritismo, do ateísmo e do materialismo. A ameaça de uma escassez de sacerdotes frente ao tamanho

¹⁸⁹ Pastoral de Conjunto: *Revista da Arquidiocese de Florianópolis*, Florianópolis, Janeiro de 1966, p. 2

da população preocupava a Santa Sé, por isso, a necessidade de investir na formação dos padres.¹⁹⁰

Ao analisar os projetos de cooperação promovidos pela Misereor na América Latina, pode-se constatar que há um aspecto interessante na distribuição mundial dos recursos destinados por continente. No estudo de Toscer¹⁹¹, fica evidente que há um olhar especial da Misereor para a América Latina ao longo da década de 1960. Entre 1959 e 1967, os recursos por continente estavam distribuídos da seguinte forma: a África foi beneficiada com 114.579.00 DM; a América Latina com 133.226.000 DM; a Ásia e Oceania com 153.545.000 DM. Esses dados revelam uma situação bem interessante, visto que no período a América Latina não se tratava necessariamente de um continente de extrema pobreza se comparado à África e Ásia, por exemplo. Por que a América Latina recebeu no período mais recursos do que o continente africano?

Essa pergunta se torna ainda mais interessante quando formos analisar a evolução dos recursos. No ano de 1960, com os 38,05 milhões de marcos destinados a projetos pela Misereor, a repartição por continente era a seguinte:

Tabela 01: Distribuição dos recursos por continente/região em 1960.

Continente	Recursos (Marcos alemães)	Percentual de financiamento
África	12.610.000 DM	33,2 %
América Latina	3.690.000 DM	9,8%
Ásia e Oceania	20.270.00 DM	53,3%
Sul da Europa	990.00 DM	2,6%

Fonte: Toscer.¹⁹²

No ano de 1966, com os 56 milhões de marcos destinados a projetos de cooperação, a soma dos recursos esteve assim distribuída:

¹⁹⁰ Uma das soluções acerca da formação de religiosos foi resolvida pelos bispos alemães através da criação da entidade Adveniat, que da mesma forma como a Misereor, sustentava-se com recursos provindos de doações de fiéis alemães. No entanto, o foco dos projetos da Adveniat estava centrado na infraestrutura para a prática religiosa no continente, como a construção de seminários para a formação de sacerdotes, escolas católicas, igrejas e templos religiosos cristãos.

¹⁹¹ TOSKER, 1997, op. cit.

¹⁹² Idem.

Tabela 02: Distribuição dos recursos por continente/região em 1966.

Continentes	Recursos (Marcos alemães)	Percentual de financiamento
África	12.694.000 DM	22,7%
América Latina	15.158.000 DM	27,1%
Ásia e Oceania	25.266.00 DM	45,1%

Fonte: Toscer.¹⁹³

O que explica o aumento dos recursos destinados à América Latina? Seria somente a miséria, a vulnerabilidade social e as carências produtivas do continente? Isso parece uma incoerência ao compararem-se essas questões aos demais continentes. Parece um tanto contraditório o fato de a América Latina ter um aumento tão significativo dos recursos em comparação a regiões que, se pensado econômica e socialmente, eram muito mais carentes, como o continente africano, por exemplo, que teve queda brusca no total de recursos. Não representava a América Latina uma preocupação diante da conjuntura geopolítica da época? São questionamentos e olhares que merecem uma análise mais aprofundada diante desse contexto.

É necessário destacar o fato de que, segundo Toscer¹⁹⁴, houve o aumento dos financiamentos à América Latina, principalmente devido à ação intermediadora de personalidades como Auguste Vanistendael, líder dos sindicatos cristãos na Europa que tinha fortes ligações com os bispos da América do Sul. A falta de laços com os sindicatos da América Latina era um entrave para a Misereor. Vanistendael foi o grande responsável pela expansão do Sindicato Cristão Internacional. Viajou para América Latina e África para assessorar a criação de sindicatos e entidades vinculadas a projetos de desenvolvimento. O sindicalista teve grande prestígio junto a Konrad Adenauer e o Cardeal Josef Frings, inclusive foi um dos leigos presentes no Concílio Vaticano II, o que denota a ele grande prestígio no catolicismo. Foi secretário da organização católica CIDSE (Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade)¹⁹⁵, que

¹⁹³ TOSKER, 1997, op. cit.

¹⁹⁴ TOSKER, 1997, op. cit.

¹⁹⁵ A CIDSE foi fundada no ano de 1965 para englobar o trabalho de organizações católicas engajadas em projetos de cooperação para o desenvolvimento e a defesa dos direitos humanos. Com sede na Bélgica, a instituição engloba atualmente a Broederlijk Delen da Bélgica, a Cafod da Inglaterra, CCFD Terre Solidaire da França, a Center of Concern dos Estados Unidos, a Cordaid da Holanda, Development & Peace do Canadá, Entraide et Fraternité da Bélgica, eRKO da Eslováquia, Fastenopfer da Suíça, FEC de Portugal, Focsiv da Itália, Fondation Bridderlech Deelen de Luxemburgo, KOO da Áustria, Manos Unidas da Espanha, Misereor da Alemanha, CIAF da Escócia, Trócair da Irlanda. Fonte: Site oficial da CIDSE: <<http://www.cidse.org/>>, acesso em 13/04/2015.

englobava entidades não governamentais de cooperação. Segundo Koch¹⁹⁶, o fato de ter trânsito junto a diversas entidades e meios políticos nos países subdesenvolvidos e de falar diversas línguas, fez de Vanistendael um personagem importante nos projetos de cooperação da Misereor nas décadas de 1960 e 1970.

A Misereor fomentou uma política de cooperação singular, que buscava valorizar projetos que visassem a execução de projetos de formação de lideranças locais engajadas com um propósito de desenvolvimento. Na agricultura, por exemplo, isso se manifestou na melhoria quantitativa e qualitativa da produção de alimentos, o que era concebido como um princípio básico no combate à fome.

Na tabela abaixo, tem-se um panorama da distribuição dos projetos por país, entre os anos de 1959 a 1978. Muitos desses projetos desenvolvidos na América Latina em parceria com a Misereor, a partir de 1962, tiveram aporte financeiro do governo da Alemanha Ocidental.

Tabela 03: Distribuição por país, dos recursos e projetos desenvolvidos na América Latina em parceria com a Misereor em milhões de Euros (1959-1978).

PAÍS	PROJETOS	Euros - mil
Porto Rico	3	100
México	334	25.825
Guatemala	268	27.748
Belize	16	577
Honduras	116	12.305
El Salvador	85	7.957
Nicarágua	83	6.502
Costa Rica	41	3.139
Panamá	58	5.978
Cuba	9	442
Jamaica	17	4.895
Bahamas	2	21
República Dominicana	122	8.325
Antilhas	24	1.963
Colômbia	596	45.848
Venezuela	118	23.320
Guiana Francesa	1	9
Suriname	6	156
Equador	209	19.890

¹⁹⁶ KOCH, Ulrich. *Meine Jahre bei Misereor: 1959-1995*. Edition Weltweite Solidarität. MG: Aachen, 2003.

Peru	377	37.261
Brasil	3.860	188.202
Bolívia	481	35.540
Paraguai	212	17.841
Chile	523	61.144
Argentina	589	39.863
Uruguai	275	13.387
Curaçao	1	64
Total	8.426	588.302

Fonte: Arquivo da Misereor, Departamento de Estatística, Aachen. Elaborado pelo autor.

Ao analisar a distribuição, o que chama atenção é a quantidade de recursos e projetos postos em prática no Brasil. Uma análise superficial justifica esses dados simplesmente pela dimensão territorial e populacional do Brasil, marcadamente maior que qualquer outro país latino-americano. Mas a desproporcionalidade chega a ser exagerada: quando no Brasil foram colocados em prática 3.860 projetos, somando mais de 188 milhões de marcos em financiamentos, na Argentina foram 589 projetos, num total 39,8 milhões de marcos.

O que justifica essa quantidade de recursos para o Brasil? Por que 32% dos recursos financeiros da América Latina foram ao país? A soma total destinada à Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Bolívia e Venezuela representou em torno de 41% dos recursos. O que justifica os poucos recursos destinados ao México, por exemplo, país que em termos de territorialidade e população é tão significativo quanto os demais?

A intenção da instituição alemã era de construir um projeto relativamente independente em relação ao Vaticano, para além da concepção de assistência, mas sim, para uma cooperação para o desenvolvimento consciente da realidade geopolítica do período. Nesse sentido, o apoio do governo alemão teve grande importância para a Misereor. Além de uma agência de cooperação para o desenvolvimento, com essa postura independente, a Misereor também assumia um papel político nas regiões de abrangência, diante de diversas situações, como a existência de governos autoritários e subversivos e de projetos de desenvolvimento excludentes e deficitários sob o ponto de vista da sustentabilidade.

Outro aspecto a considerar é a ação que engendraram os Jesuítas¹⁹⁷ em projetos de desenvolvimento de inserção na causa social na América Latina. Um dos fatores de seu interesse na década de 1950 e 1960 era fazer frente à ameaça das ideologias comunistas no continente, por isso, o discurso da inserção social das ações de cooperação para o desenvolvimento. Nesse sentido, foram criadas duas instituições que tiveram ampla ação em projetos de desenvolvimento no continente.

A primeira foi o Centro de Investigação e Ação Social – CIAS. Essa instituição foi estruturada em diversos países latino-americanos, sendo que no Brasil foi fundada pelos jesuítas em 1966, no Rio de Janeiro, para pesquisa, formação e ação social, na perspectiva do serviço da fé e da promoção da justiça. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES) foi fundado como organismo anexo da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) para serviço de assessorias e de formação no campo da educação popular e da pastoral social, tendo sido em 1968 confiado sua direção ao CIAS. Os CIAS se constituíram numa rede de cooperação intelectual e de engajamento social que se fortaleceu na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, que na visão de Costa, logo se polarizaram para uma vertente ideológica e política sendo desestruturada pela ação dos governos militares.¹⁹⁸

Em torno dos CIAS se formatou uma rede de intelectuais de formação acadêmica notória que ficou conhecida como *think tank*, ou seja, uma rede de influências intelectual formada por religiosos, leigos e professores universitários engajados em pensar o desenvolvimento e a questão social da América Latina. Essa rede era composta por pensadores de tendência democrata-cristã, jovens estudantes universitários, pesquisadores vinculados a universidades, religiosos católicos formados em universidades europeias e norte-americanas, que na visão de Beigel¹⁹⁹, tinham a doutrina social da Igreja como alicerce para suas ideias.

A segunda foi o Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina – DESAL. Instituída no Chile no ano de 1959 sob coordenação de Roger Vekemans S.J., a DESAL teve forte relação com a Misereor sendo concebida

¹⁹⁷ A Companhia de Jesus é uma organização religiosa que esteve historicamente empenhada na inserção social da Igreja, visando fazer frente às condições socioeconômicas da população. No século XX, principalmente a partir da década de 1950, se formatou um corpo intelectual composto por padres jesuítas com considerável formação acadêmica, advindos de universidades europeias como a de Louvain na Bélgica, o Instituto Católico de Paris, e a Universidade Gregoriana de Roma.

¹⁹⁸ COSTA, Iraneidson. Amar e servir no Sul da América: origem e articulação dos centros sociais jesuítas. In: *Caderno CRH*, v. 29, nº 03, p 171-186, 2016.

¹⁹⁹ BEIGEL, Fernanda. *Misión Santiago*: el mundo académico jesuíta y los inicios de cooperación internacional católica. Santiago: Lom Ediciones, 2011.

como um referencial institucional. Sua função era promover projetos de cooperação e de estudos para analisar viabilidades e possibilidades para a promoção do desenvolvimento econômico latino-americano. Alicerçada na Teoria da Marginalidade, a DESAL foi concebida para aglutinar iniciativas de projetos sociais e econômicas estruturando-se como entidade de considerável influência no continente. Na visão de suas lideranças e articuladores, havia a intenção de equiparar a entidade ao patamar da CEPAL no quesito de discutir e implementar iniciativas de desenvolvimento para a América Latina.²⁰⁰ Formou-se um corpo técnico e teórico intelectualizado e capacitado das áreas sociais, econômicas e jurídicas para promover estudos estatísticos consistentes que servissem de aporte aos projetos de cooperação.

Com a articulação de Vekemans e a formatação de uma rede católica de cooperação para o desenvolvimento, a DESAL aglutinou para a América Latina recursos financeiros e convênios de cooperação principalmente através de instituições alemães como a Misereor, Adveniat, a Fundação Konrad Adenauer, bem como americanas como a ICA-Punto Cuatro – *International Cooperation Administration*, vinculada ao governo norte-americano e iniciativas privadas como a Fundação Peter Grace, a Comissão Fulbright, Fundação Ford e a Fundação Rockefeller.

Nessa perspectiva, podemos conceber o ideal de desenvolvimento da DESAL como um alinhamento ao padrão ocidental, influenciado e financiado pelos governos norte-americano e alemão. Um elemento que fortalece essa tese é a de que Roger Vekemans e a compreensão de desenvolvimento da Teoria da Marginalidade se alinhou ao projeto de coalisão idealizado pela Aliança para o Progresso. No entanto, na visão de Vekemans, os recursos financeiros desse projeto geopolítico deveriam ser direcionados para as bases da sociedade, para os movimentos comunitários, em projetos de cooperação de pequeno porte e mais localizados. Vekemans²⁰¹ entendia que a Aliança para o Progreso teve uma visão de homem como objeto, como fim a ser atingido, não compreendendo o homem como sujeito, consciente e livre, capaz de fazer seu destino com suas próprias mãos.

²⁰⁰ Em 1970 a Desal transferiu sua sede para Bogotá na Colômbia, levando consigo a maioria de seu corpo técnico e intelectual. A bibliografia referente ao tema entende que essa mudança ocorreu devido a esquerda de Allende ter chegado ao poder no Chile. Logo em seguida, o golpe militar de Pinochet reafirmou o distanciamento institucional, não intelectual e funcional, da Desal em relação à Santiago. Na Colômbia a instituição foi renomeada de CEDIAL – Centro de Estudos para o Desenvolvimento e Integração da América Latina.

²⁰¹ VEKEMANS, Roger. *Quienes son los aliados para el progreso? Cuadernos da Desal*. Santiago, Chile, 1966.

Na compreensão de Vekemans, não somente governos e empresas deveriam ter o apoio da cooperação internacional, mas também as organizações de caráter popular.

Se trata de crear, como factor social, politico y cultural, en la America Latina, una forma de dinamismo libre y comunitario; privado y no oficial, aunque de vocación pública, antes que lucrativa, que solo puede darse en el ámbito de agrupaciones humanas intermedias entre el individuo y el Estado. La comunidad familiar, la comunidad vecinal, la organización sindical o gremial, la organización cooperativa, la organización estudiantil, tienen un ámbito propio de creación social, tan propio como el de Estado o como el de la empresa económica. Sin ellas, el hombre es un átomo indefenso frente a los poderes políticos y a los grandes intereses económicos o de clases.²⁰²

Percebemos uma forte influência da compreensão de subsidiariedade nas ideias de Vekemans, que defendiam um padrão de desenvolvimento mais voltado para as bases da sociedade, que compreendiam o indivíduo como sujeito portador de cultura, de valores e de uma herança histórica. Assim, valorizando padrões de liberdade e democracia e da promoção popular, num propósito funcional de inserção dos grupos marginalizados nas políticas de desenvolvimento global.

Para fortalecer as redes de cooperação de base cristã na América Latina, a DESAL organizou em Santiago no Chile no ano de 1965 o Seminário Triangulo Universitário. Tratou-se de um audacioso evento que reuniu intelectuais latino americanos, dirigentes de universidades europeias e norte-americanas, representantes de entidades de cooperação da Europa e dos Estados Unidos.

Essa formação de uma rede de cooperação dá suporte à ideia de que o desenvolvimento e a causa social foram elementos convergentes da formatação de um padrão de equilíbrio e integração na América Latina tendo como fim um projeto modernizador no aspecto social e econômico sob regência do capitalismo ocidental. Várias iniciativas se somavam nesse sentido. Temos como exemplo a instituição Corpo de Paz, criada pelos Estados Unidos em 1961 para atuar em causas sociais e de modernização econômica, uma versão americana da ideia de um trabalho mais pontual e desenvolvimento de comunidades e pequenas iniciativas locais, atuando em diversos países como Chile, Colômbia, Brasil, Bolívia. Na visão de Purcell, esse movimento não deve ser entendido como algo peculiar, nem menos como um mero capítulo da Guerra

²⁰² VEKEMANS, 1966, op. cit., p. 20.

Fria. Sua importância residiria na finalidade do projeto, “que estaba en sintonia con el principal desafío de la Guerra Fria: avanzar hacia la modernización a través del desarrollo, tanto social como económico.”²⁰³ A concepção norteadora do Corpo de Paz se vinculou a ideia de trabalhar com as mentalidades e as compreensões de mundo, sendo que dessa forma o ideal de desenvolvimento se disseminaria entre os povoados latino americanos.

Baseado na experiência da DESAL no Chile, ao longo da década de 1960 e 1970, foram criados diversos organismos similares em outros países latino americanos, todos baseados na filosofia da democracia cristã: a DESEC na Bolívia – vinculada ao trabalho solidário em comunidades rurais na província de Cochabamba; o IDESAC (Instituto para o Desenvolvimento Social e Econômico para a América Central) com sede na Guatemala; a INEDES no Equador; DESCO (Centro de Estudos e Desenvolvimento) fundada em 1965 no Peru; IMES no México; IDIA no Paraguai; IDES na Venezuela²⁰⁴.

Segundo Robalino²⁰⁵, o conceito sob o qual surgem essas instituições sustentou-se na mobilização das massas marginalizadas, “mostrar” o caminho do desenvolvimento sustentável, a promoção social. Certamente também se encontra nesse aspecto, da proliferação dessas entidades civis pela América Latina, o fato de que houve tantos recursos da Misereor designados ao continente. O que norteava os princípios de cooperação da Misereor para a América Latina era o financiamento e o auxílio a projetos de pequeno porte, localizados, pontuais e destinados principalmente a comunidades e grupos sociais vulneráveis. Dessa forma, entende-se que o princípio de subsidiariedade seria mais condizente com as aspirações do catolicismo, ou seja, de direcionar a política de cooperação para o indivíduo e para as iniciativas locais.

A Misereor entendia que essa perspectiva ia muito além de uma modernização da indústria ou das relações produtivas. Na visão da instituição, era necessário promover um padrão desenvolvimentista que respeitasse as realidades locais, para além desse

²⁰³ PURCELL, Fernando. El cuerpo de Paz y el desafío del desarrollo en perspectiva transnacional: Chile y Colombia en la década de 1960. In: PURCELL, Fernando; TRUJILLO, Ricardo. *Chile-Colombia: diálogos sobre sus trayectorias históricas*. Santiago: RIL, 2014, p. 227-248, p. 229.

²⁰⁴ Outra instituição que teve forte influência na América Latina foi a Fundação Konrad Adenauer, instituição fundada na Alemanha em 1956 e sustentada basicamente com repasses financeiros governamentais. Exerceu um papel político intenso nos anos 60, 70 e 80 na América Latina, colaborando na aglutinação das tradições sociais cristãs, conservadoras e liberais. A cooperação transnacional era uma de suas bandeiras, uma consistente arma de política externa alemã.

²⁰⁵ ROBALINO, Isabel. Aufbau und Beratung von Selbsthilfegruppen in Ekuador. In: Bischöfliche Kommission für Misereor (Hg.). *Misereor - Zeichen der Hoffnung*. Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit. Kösel München, 1976, p. 323-334.

processo homogeneizante dependente dos anos 50. A Misereor entendia que as condições de miséria, fome, desestruturação produtiva e comunitária eram justamente frutos de um processo excludente e opressivo. Persistir no modelo liberal era visto pela Misereor, bem como pelas entidades parceiras que proliferam na América, como uma maneira de aprofundar ainda mais essas condições.

Na Alemanha havia o entendimento de que modelos econômicos e políticos condicionantes eram subversivos e não respeitavam as realidades locais. Para o governo da Alemanha e as organizações cristãs apoiadas por ele, como a Misereor e Pão para o Mundo, uma forma sustentável de promover a democracia e o desenvolvimento econômico era investir em projetos de cooperação que visassem adentrar de forma efetiva na questão social, colaborando em projetos de sustentabilidade agrícola, na produção de alimentos, na educação de base e no sindicalismo como representante político e social. Além da apologia à sustentabilidade, era uma maneira funcional e mais humana de integrar as populações marginalizadas ao padrão moderno ocidental.

Um estudo organizado e publicado por Gottfried Dossing²⁰⁶, intitulado de *Misereor – Zeichen der Hoffnung: Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit*²⁰⁷, que traduzido pode significar Misereor – mostre a esperança: contribuição da Igreja ao trabalho do desenvolvimento, reúne textos que ilustram sob quais princípios e aspectos a cooperação da instituição se alicerçava, numa alusão de que a Igreja deveria contribuir sob os princípios da solidariedade e da ajuda para o desenvolvimento íntegro das populações pobres e vulneráveis do Terceiro Mundo. O que fica claro nessa obra é o fato de que a Misereor tinha princípios próprios e uma noção particular sobre desenvolvimento, alicerçado pelos ideais cristãos em parceria com o modelo de Estado idealizado pelo partido democrata cristão da Alemanha, sob coordenação do Chanceler Konrad Adenauer.

A preocupação da Misereor com a América Latina alicerçava-se em diversos aspectos. Um deles é o acordo com o Governo Alemão, que em suma, tinha a intenção de recolocar o país no papel de protagonismo na geopolítica mundial. Uma das formas eficazes de colaborar nessa perspectiva era fomentar projetos de cooperação através de instituições religiosas, pois se legitimavam sob os princípios cristãos de solidariedade e ajuda mútua.

²⁰⁶ Gottfried Dossing (1906-1997) foi o primeiro Chefe Executivo da Misereor, entre os anos de 1959 a 1976.

²⁰⁷ Bischöfliche Kommission für Misereor (Hg.). *Misereor - Zeichen der Hoffnung. Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit*. Kösel München, 1976.

Além disso, temos de considerar que a América Latina foi o destino de muitos imigrantes alemães, que ao longo dos séculos XIX e XX, formaram inúmeras colônias em diversas regiões e países do continente. As condições de vida desses imigrantes e seus descendentes também podem ser consideradas um dos motivos da preocupação da Misereor e do Governo Alemão.²⁰⁸

Outro aspecto é a tese defendida por Toscer, que argumenta que a Misereor visava a mobilização da Igreja Alemã para tomar a dianteira no mundo no aspecto da ajuda para o desenvolvimento. O combate à fome e o auxílio aos países do Terceiro Mundo foi visto como uma oportunidade geopolítica para os católicos alemães. Foi uma tentativa de recristianização da sociedade depois do horror da Segunda Guerra e de construir uma nova imagem missionária da Igreja, como entidade universal, frente aos processos de descolonização do mundo. Representou uma política de universalização dos princípios da democracia cristã.

Outro fato a considerar são os governos autoritários e militares que se instauraram em diversos países da América Latina. Essa condição trouxe preocupação, não somente para a Misereor, mas também para outras instituições de cooperação europeias, principalmente da Holanda e da Alemanha. Conforme Haddad, que realizou pesquisa junto aos agentes europeus que prestaram serviços a entidades de cooperação no Brasil,

O contexto político das sociedades latino-americanas nos anos 1970, a maior parte delas vivendo ditaduras militares bastante repressivas, é apontado por todas as pessoas entrevistadas como tendo sido um elemento fundamental. As sociedades holandesa e alemã, naquele período, estavam mais abertas politicamente, o que contrastava fortemente com o vivido pelas sociedades latino-americanas. Pode-se afirmar que a dimensão de solidariedade das ações de cooperação foi o traço mais marcante nas relações estabelecidas, incluindo os asilos políticos concedidos a um imenso contingente de militantes sul-americanos.²⁰⁹

Ao longo da década de 1960, quando da instauração dos regimes militares em muitos países da América Latina, os projetos de cooperação ganharam nova significância. Essa lógica parte de uma nova postura da própria Igreja Católica nos

²⁰⁸ Não é nosso objetivo estudar essa lógica, mas caracteriza-se como um campo profícuo para estudos futuros.

²⁰⁹ HADDAD, Sérgio. Paulo Freire e o papel das agências de cooperação europeias no apoio à educação popular no Brasil. *Pro-Posições* [online]. Vol.25, n.3, p. 123-141, 2014, p. 132.

países latino-americanos, que ao romperem com os governos militares buscam, além de uma ação social, exercer um papel político evidente.

O papel social das entidades religiosas torna-se evidente ao longo da década de 1960 e 1970. Em artigo de Henry Pease²¹⁰, contextualiza-se a realidade socioeconômica dos peruanos, vista como degradante devido à ação de políticas desenvolvimentistas equivocadas e excludentes, relatando o fato de que seria urgente a revolução coordenada pela Igreja contra a oligarquia peruana, pautando ações em relação à questão da reforma agrária, insistindo na formulação e no desenvolvimento de microprojetos, ou seja, de ação local e pautada em problemas comunitários. Essa perspectiva representa uma visão inovadora para o Peru, visto que as políticas econômicas estatais priorizavam o fomento das macro perspectivas, o que resultaria em processos de exclusão social e concentração de renda.

Antonio Cabezas²¹¹, da mesma forma, relata a experiência da fundação de uma rádio na República Dominicana, a Rádio Santa Maria, criada para estimular a formação dos agricultores através de rádio aulas, a orientação técnica para a prática agrícola e noções de mercado para comercialização da sua produção. Essa rádio foi contemplada com um projeto de cooperação da Misereor.

No México, outro projeto de cooperação desenvolvido em parceria com a Misereor visava fomentar a qualidade de vida de pessoas que viviam em condições desumanas no processo de urbanização da Cidade do México. Segundo Ortiz²¹², viviam em 1970, naquela cidade, populações em situações miseráveis, em 54% das residências havia menos que três cômodos, 12% não teriam paredes sólidas, 6% não tinham assoalho, 35% não possuíam instalação de água potável e 22% não dispunham de rede de esgoto. Nesse sentido, Ortiz destaca a cooperação firmada entre a Misereor e o Coopevi – *Centro Operacional de la Vivienda e Poblamiento*, fundado em 1962 por pesquisadores e agentes sociais que promoviam melhorias nas condições de moradia da população em estado de vulnerabilidade, principalmente nos espaços urbanos.

²¹⁰ PEASE, Henry. Die Kirchen und die Sozialen Reformen in Peru. In: Bischöfliche Kommission für Misereor (Hg.). *Misereor - Zeichen der Hoffnung*. Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit. Kösel München, 1976, p. 335-348

²¹¹ CABEZAS, Antonio. Die Bedeutung der Radioschulen für die ländliche Entwicklung. In: Bischöfliche Kommission für Misereor (Hg.). *Misereor - Zeichen der Hoffnung*. Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit. Kösel München, 1976, p. 348-357.

²¹² ORTIZ, Enrique. Städteentwicklung und ihre soziale Voraussetzung in Lateinamerika. In: Bischöfliche Kommission für Misereor (Hg.). *Misereor - Zeichen der Hoffnung*. Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit. Kösel München, 1976, p. 358-375.

2.9 O texto no contexto

Como síntese, pode-se deduzir que o surgimento da entidade Misereor inseriu-se no processo de expansão da política de cooperação para o desenvolvimento da década de 1950. Buscou-se conjecturar nesse capítulo os aspectos determinantes para o surgimento e expansão, mas principalmente, a gênese e a legitimidade do fortalecimento dessa instituição alemã. Foi possível perceber que a gênese da ação Misereor esteve alicerçada sob os princípios da caridade e da ajuda advindos dos escritos do evangelho bíblico, mas sua legitimidade também assumiu uma postura política, num cenário conturbado de Guerra Fria, quando a Igreja Católica Apostólica Romana assumiu a postura de fazer frente ao avanço das ideologias por ela consideradas subversivas e maléficas para o mundo.

Os católicos alemães, ao assumirem a postura de dianteira na cooperação para o desenvolvimento, pretendiam fomentar para o mundo o sentimento de ajuda humanitária. Seus esforços colaboraram e foram decisivos no transcorrer do Concílio Vaticano II, sendo a cooperação para o desenvolvimento e os problemas de desigualdade social, exclusão e exploração incluídos na agenda de discussão do Concílio, o que colaborou na formulação da carta *Gaudium et Spes*.

Objetivou-se analisar e situar a instituição Misereor no contexto geopolítico da década de 1950, mas também, no processo de reorganização e reformulação do catolicismo frente aos problemas do mundo. Esse movimento fez parte da tentativa da Igreja Católica em assumir um protagonismo no combate às vulnerabilidades e desigualdades, principalmente dos países considerados subdesenvolvidos do eixo Sul.

Essa noção dos subdesenvolvidos do sul ou dos países de Terceiro Mundo tornou-se evidente quando analisa-se os projetos desenvolvidos em cooperação com a Misereor na América do Sul. A ideia de desenvolvimento idealizada pela instituição buscou fazer frente aos movimentos desenvolvimentistas tutelados pelos Estados Unidos, numa perspectiva de que as comunidades latino-americanas deveriam ser ajudadas a promover um padrão de desenvolvimento sob os princípios humanitários do cristianismo, considerados urgentes após a Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, torna-se necessário compreender sob quais parâmetros e lógicas se constitui o ideal de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento na segunda metade do século XX. Como um movimento complexo e abrangente, a noção de desenvolvimento para a construção de um mundo mais “justo”, alicerçado no ideal de paz e prosperidade

das nações, é assimilada pela Igreja Católica, que postula papel de protagonismo nessa conjuntura. Sob o ideal do fermento cristão para o mundo, a instituição e suas diversas representações buscaram disseminar e fomentar uma ação cristã para a construção de um novo modelo de sociedade no pós-guerra.

Como é preciso fazer um recorte temático/espacial para compreender os projetos de cooperação da Misereor, principalmente diante da amplitude de sua ação, parte-se para uma compreensão da Região Sul do Brasil na perspectiva do espaço rural e o que ele representou para o catolicismo nas décadas de 1960 e 1970.

3.0 A IGREJA CATÓLICA E A URGÊNCIA DA CAUSA SOCIAL NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

“América Latina está evidentemente bajo el signo de la transformación y el desarrollo.

Transformación que, además de producirse con una rapidez extraordinaria, llega a tocar y conmover todos los niveles del hombre, desde el económico hasta el religioso.”

II Conferencia General del Episcopado Latinoamericano, Medellín, 1968²¹³

“Para a nova teologia, esses pobres são os agentes de sua própria libertação e o sujeito de sua própria história – e não simplesmente, como uma doutrina tradicional da Igreja, objeto da ação caridosa.”

Michel Löwy²¹⁴

Conjecturadas as linhas de ação e legitimação da Misereor, torna-se importante entender a filosofia de ação social que norteou a Igreja na América do Sul e no Brasil na segunda metade do século XX. Como a proposta é de compreender o processo de cooperação, temos de conjecturar os caminhos e descaminhos em que se engendraram as linhas de ação a partir da década de 1950, pois entendemos que a instituição, que se pretendia cosmopolita, possuía o potencial de ultrapassar as fronteiras nacionais, transnacionalizando suas práticas e linhas de pensamento.

Para tanto, a discussão inicia na expectativa de entender sob quais princípios se alicerça esse olhar social da Igreja nos anos 1960 e 1970, como agente catalizador da inserção e da preocupação da instituição com a condição socioeconômica das pessoas. Como um movimento que se universalizou, a causa social, mesmo que presente historicamente na Instituição e legitimada sob os ensinamentos do Evangelho, tornou-se mais evidente e contundente na segunda metade do século XX. Nesse sentido, buscaremos entender sob quais alicerces manifestaram-se esses princípios e de que forma eles se transnacionalizaram e se adequaram à realidade brasileira, mais especificamente no espaço rural da Região Sul.

Inicia-se a análise de documentos norteadores da Igreja no continente e no Brasil, como o Plano de Emergência para o Brasil, documento elaborado pela CNBB diante da urgência da postura social da Igreja. Os debates e as conclusões estabelecidos pela CELAM em Medellín e Puebla complementam essa preocupação de uma postura

²¹³ II CONFERENCIA GENERAL DEL EPISCOPATO LATIIONAMERICANO. Documentos finales de Medellín. Disponível em: <http://www.celam.org/doc_conferencias/Documento_Conclusivo_Medellin.pdf>. Acesso em 10/04/2015.

²¹⁴ LÖWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 60.

do catolicismo latino americano diante das realidades degradantes e subversivas da população. Mas na América Latina a questão torna-se mais abrangente e complexa, visto que nesse contexto se formatam variadas compreensões sobre a Doutrina Social da Igreja e a abertura à modernidade se formata numa compreensão genuína e própria sobre a condição humana, sobre a liberdade, a democracia e as comunidades de base.

Nesse sentido, pretende-se também abordar sob quais condições e preocupações a atenção da Igreja se volta para o espaço rural e os agentes que nele viviam. Sendo um espaço essencial para se fomentar ações no sentido de sanar causas sociais degradantes como a fome e a miséria, bem como, conter as ondas de migrantes que abandonavam o campo para engessar os espaços urbanos, o espaço rural também foi visto pelas lideranças religiosas com certa precaução no sentido da formação de sindicatos e movimentos sociais de tendência socialista e comunista, aspecto que não agradava a Igreja. Além do mais, questões de ordem fundiária, de produtividade, de reforma agrária, de modernização agrícola, de exclusão da cadeia produtiva e da flagelação e deterioração das relações produtivas e sociais foram temas recorrentes no espaço rural da região Sul nas décadas de 1960 e 1970.

Enfim, são analisados os aspectos que fundamentaram a cooperação transnacional, como um movimento abrangente e que se tornou incisivo após a Segunda Guerra Mundial. Entende-se que a ação da Misereor em parceria com os bispos e os movimentos sociais no Sul do Brasil no período de 1959 a 1979 insere-se nessa lógica, ou seja, de um fomento da cooperação transnacional na perspectiva de construir padrões de sociedade mais seguros e estáveis diante das atrocidades cometidas ao longo da história. É importante vislumbrar esse processo não como algo uniforme e uníssono, mas como um movimento complexo, de forças e intencionalidades que se vinculavam a uma leitura da realidade e da condição temporal.

É esse aspecto que se busca destacar na questão social da Igreja, o da transcendência espacial das ações conjuntas e cooperativas acerca do papel histórico da instituição e dos membros que a compunham, sejam eles bispos, padres, missionários ou leigos. O que fez com que o Cardeal Josef Frings, em 1959, pronunciasse sua preocupação diante dos bispos alemães sobre a condição de miséria, fome e vulnerabilidade social dos povos do Sul? Ele mesmo nunca tinha ido pessoalmente a essas regiões de pobreza e vulnerabilidade social. Ele tomou contato com essas perspectivas através dos depoimentos de missionários alemães e do intercâmbio com bispos que sentiam no cotidiano essas realidades. Os discursos e as ideias se

transnacionalizaram, transcendendo as fronteiras de Estado. É esse um dos eixos norteadores que irão fomentar a ação cooperativa da Misereor, na nossa compreensão de um ajustamento funcional dos componentes desintegrados do contexto da modernidade, ou seja, os concebidos como marginais do mundo desenvolvido.

3.1 O apelo a um plano de emergência para a Igreja Católica do Brasil

Fato a destacar é a transnacionalização do discurso de cooperação e da postura social da Igreja Católica diante das condições das populações vulneráveis. Estruturadas sob o aspecto de uma igreja global, as ações conjuntas reforçadas pela Doutrina Social da Igreja globalizaram-se, sendo assimiladas pelos bispos e lideranças religiosas do mundo. Esse movimento tem um vínculo claro com as conclusões conciliares que se relacionaram com a hierarquia clerical e tornou cosmopolitas padrões de pensamento e de ação social.

Frente a situações sociais concebidas como degradantes, realidades econômicas divergentes e desiguais e condições humanas conturbadas, a Igreja Católica busca assumir uma postura mais incisiva, um papel de autonomia e de protagonismo frente a uma realidade constatada como divergente. Esse processo, segundo Mattos²¹⁵, revela uma redefinição da Igreja pelos compromissos históricos, teológicos e morais a ela denotados, principalmente a partir da década de 1960. Como instituição (hierarquia, estrutura sacramental, doutrina ortodoxa, imperativos morais, normas litúrgicas, lei canônica, Sagradas Escrituras) e como acontecimento, emerge, cresce e se reinventa.

Nesse contexto de redefinição da postura social e política da Igreja, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil também participou ativamente. Como entidade representativa, a CNBB participou das discussões quanto à postura da Igreja diante das realidades e desafios na América Latina e esta postura teve variadas nuances com adeptos de uma tendência mais progressista bem como um considerável grupo de tendência conservadora. Essa dualidade torna árdua a tentativa de compreensão do catolicismo latino americano. Como compreender esse movimento, esse pêndulo da história ora progressista, ora conservador?

²¹⁵ MATTOS, 2008, op. cit.

Na eminência da realização do Concílio Vaticano II, o Papa João XXIII solicitou no ano de 1961, que os bispos da América Latina²¹⁶ elaborassem planos pastorais para atender as especiais condições da Igreja no continente. No Brasil, a proposta foi acatada e no ano de 1962 a CNBB iniciou as discussões sobre as diretrizes dessa proposta e, no limiar do evento conciliar, publicou o Plano de Emergência para a Igreja no Brasil. Esse foi um dos primeiros documentos norteadores de amplitude nacional em que a CNBB estabelecia as linhas de ação pastorais e sociais da Igreja no país. Diante da importância normativa do documento, cabe nesse momento realizar uma breve análise de seu teor, na perspectiva de quais aspectos a transnacionalização da cooperação da Igreja se tornou efetiva.²¹⁷

O documento é considerado um marco para o processo histórico da Igreja no Brasil desde então e representou um projeto norteador das linhas de ação da instituição, aspecto que interessa se formos levar em consideração os projetos de cooperação desenvolvidos em parceria com a Misereor. No preâmbulo do Plano de Emergência para a Igreja no Brasil, os bispos afirmam os objetivos dessa iniciativa:

Queremos realizar no Brasil uma presença vital da Igreja, que salvará as almas e salvará a Nação de todas as ameaças que, contra ela, se levantam: como o comunismo ateu e demolidor dos valores mais autênticos do homem; as concepções destruidoras da dignidade da família e as reiteradas tentativas divorcistas com as quais jamais se poderá conformar a consciência dos eleitores cristãos; a mentalidade laicizante que teima em voltar ao cenário do País, ao menos em alguns setores de suas atividades; o egoísmo e o lucro erigidos pelo liberalismo econômico em suprema norma a governar as atividades produtoras da Nação e que devem cristãmente dar lugar ao espírito de serviço e de bem comum, se não quisermos ver os desequilíbrios sociais crescerem até o desespero.²¹⁸

Para a consecução dos projetos futuros a serem desenvolvidos, a CNBB expõe no Plano de Emergência, além da necessidade de uma renovação estrutural e pastoral da instituição, políticas de fomento ao desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, o

²¹⁶ A América Latina era alvo de preocupação da Santa Sé, devido às condições socioeconômicas vulneráveis da população, a falta de orientação e preparação intelectual das lideranças religiosas e a existência de regimes de governo instáveis, o que facilitaria a ação dos ideais comunistas, como havia recentemente ocorrido em Cuba.

²¹⁷ A Igreja Católica representava uma instituição com muita influência política e social no Brasil, devido sua estrutura e ao número de fiéis. No ano de 1963 havia no Brasil 166 circunscrições eclesiais, 4.500 paróquias e 12.000 padres, 4.000 religiosos leigos, 35.000 religiosas, 25.000 seminaristas além da maioria da população considerar-se confessionalmente católica, o que demonstra a amplitude da instituição e a importância para o decurso da história das frentes de ação social da Igreja.

²¹⁸ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. Cadernos da CNBB, nº 1, 1963, p. 14.

Plano esboça que deveriam ser prioridades a partir de então: o Movimento de Educação de Base; as Frentes Agrárias, o fomento à Sindicalização Rural; a busca de apoio financeiro através da Aliança para o Progresso; a coordenação das obras apostólicas e sociais; o treinamento de líderes. Nesses aspectos irão se desenvolver grande parte dos projetos de cooperação com a Misereor. Inclusive, no item que trata dos temas referentes a questões econômicas e sociais, faz-se referência ao fragmento bíblico “*Misereor super turbam*”, máxima também utilizada pelos bispos alemães.

Ressaltamos novamente que esse projeto era concebido como um padrão para a Igreja, na maioria das vezes idealizado pela cúpula clerical, não correspondendo necessariamente às concepções de todos os católicos. O catolicismo, apesar de uma estrutura hierárquica densa, possuía diversas manifestações e concepções ideológicas acerca da realidade social e da forma como a Igreja deveria lidar com ela. Não se pode compreender o catolicismo meramente como um corpo uníssono e homogêneo. A influência marxista, por exemplo, gerou muitas compreensões entre os intelectuais da Igreja sobre a causa social. Quando a Igreja assume a bandeira da liberdade e da democracia moderna, automaticamente se abre espaços e possibilidades mais amplas.

Percebemos no discurso do Plano de Emergência a afirmação de que o catolicismo propunha propostas para o desenvolvimento da sociedade, alicerçadas principalmente nas concepções cristãs de cooperação, solidariedade e humanidade. Essa perspectiva esteve alicerçada em posturas críticas quanto a modelos ideológicos considerados subversivos:

O comunismo ateu explora ativamente a situação, enquanto o capitalismo liberal não menos ateu, beneficia-se da agitação comunista. Jamais houve, neste País, nem maior nem mais criminoso domínio das forças econômicas, desviadas de seus altos objetivos de prever as necessidades do bem comum pela justa e equânime distribuição das riquezas. O rolo compressor de certos grupos insaciáveis, pela dinâmica do lucro exorbitante, pelo suborno da área da política e, sobretudo, pela ganância incontrolável e ilimitada, tem causado o agravamento da situação política, econômica e social do País.²¹⁹

Na concepção da CNBB, reiterada no Plano de Emergência, a Igreja Católica teria um projeto para o Brasil, que recusa o ateísmo comunista e o “maleável e frouxo” ateísmo capitalista de um sistema não menos condenável. A Igreja teria então uma concepção definida e definitiva do homem e da vida. “Sua doutrina, no campo social,

²¹⁹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1963, op. cit., p. 102.

está viva e claramente expressa nos documentos pontifícios sempre mais e mais bem conhecida e praticada por quantos desejam ser fiéis ao Evangelho e procuram o verdadeiro equilíbrio social.”²²⁰

O apelo presente no Plano de Emergência sob a urgência de um novo padrão de sociedade é dirigido a diversas lideranças políticas e produtivas, no sentido de atenderem as aspirações do povo brasileiro. Isso demonstra que a Igreja numa perspectiva hierárquica se alinha ao posicionamento de Roma, e a compreensão que se tem é que há um interesse em seguir os princípios do catolicismo social, da democracia cristã e dos valores humanitários do cristianismo. O objetivo deixa transparecer o desejo de não criar nenhuma ruptura social e política, apenas de alinhar as bases sociais em prol da causa cristã, de fomentar um equilíbrio e um ajuste funcional da sociedade.

Em primeiro lugar, o apelo era dirigido às forças produtoras do País, no sentido de compreenderem a gravidade da situação e buscarem os verdadeiros fins do capital e do trabalho, que não poderiam servir apenas aos interesses de grupos privilegiados, mas ao bem de toda comunidade, no desenvolvimento progressivo e equânime do País, ao bem-estar das diferentes camadas sociais. Seria preciso “pôr cobro” nesta Pátria tão rica e tão boa, ao quadro deprimente das filas para a aquisição de gêneros de primeira necessidade, quando seria sabido de todos de que não falta feijão, nem açúcar, nem arroz, mas, segundo a CNBB, espírito público e limite à sede insaciável de lucros desonestos.

Em segundo lugar, o apelo era destinado às famílias, aos estudantes e aos operários das cidades e dos campos numa perspectiva de compreensão e solidariedade. A mensagem da CNBB sustentava-se sob dois aspectos: primeiro, para que ninguém se deixasse iludir ou influenciar pela “calculada” agitação dos que nada queriam além do agravamento indefinido dos males que afligiam a sociedade. Segundo, no sentido de unir forças vivas do País, numa ação vigilante e enérgica pela restauração dos pontos fundamentais que assegurassem a estabilidade da ordem social, ou seja, o respeito às pessoas e às instituições, à moralidade nos costumes e o senso de responsabilidade.

A questão a destacar é o aspecto de que o discurso de uma nova via de desenvolvimento, sustentada pela Igreja Católica, mobilizou praticamente toda estrutura da instituição no intuito de fomentar na nação brasileira um desenvolvimento singular, uma alternativa frente aos problemas que afligiam gravemente os princípios de

²²⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1963, op. cit., p. 103.

dignidade humana da população. Em artigo publicado em 1959, Dom Vicente Scherer, então Arcebispo de Porto Alegre, faz um apelo nesse sentido:

O mundo precisa, como disse lapidarmente Leão XIII, com toda a sua autoridade de Chefe da Igreja e conhecedor dos problemas operários, de uma vasta difusão de caridade e amor que implantará entre os homens a justiça e suprimirá vícios, origem e fonte de desordens sociais. Assim, a **vivência dos princípios cristãos superará o comunismo tirânico e o capitalismo gozador individualista**. Triunfarão a liberdade e o espírito da solidariedade. Inconciliáveis com os males e sofrimentos que hoje afligem imensa parcela dos trabalhadores manuais [grifo nosso].²²¹

Dom Vicente Scherer prossegue no mesmo texto apontando deficiências da sociedade e possibilidades para um novo padrão, ao afirmar que seria esta responsabilidade e o urgente dever da Igreja, dos católicos e dos cristãos: “promover cada qual em si e nos outros a aplicação corajosa dos princípios de nossa fé, do mandamento do amor, na vida e na organização social.”²²² Percebemos na fala do Arcebispo o pedido de que o modelo de sociedade a ser construído devesse ser alicerçado nos valores cristãos, onde a Igreja fosse o pilar e o alicerce para a harmonia social.

Essas são constatações e posicionamentos referentes a uma postura social da Igreja, atuante no meio social, comprometida com a realidade das populações, com a miséria, com a desigualdade, com a geração de renda e condições de trabalho, com a vulnerabilidade social, com a formação educacional, com a ameaça da pobreza de espírito, com a suscetibilidade dos povos a ideologias antagônicas à cristã. Enfim, a causa social representou uma bandeira e um princípio de ação que delineou a postura da Igreja Católica.

O Concílio Vaticano II, a postura da CNBB e da CELAM frente às questões sociais e os planos de ação da instituição católica fazem parte de um processo complexo, de uma postura universal do catolicismo frente aos desafios então vividos pelo mundo. Os princípios da democracia cristã e da causa social são uma resposta da Igreja diante das lacunas ideológicas e políticas vivenciadas na encruzilhada histórica do pós-guerra. A Igreja Católica se sentia responsabilizada e compromissada com as condições socioeconômicas paupérrimas da população dos países subdesenvolvidos e a

²²¹ SCHERER, Dom Vicente. A eucaristia magisterium fidei et vinculum amoris: socialismo e comunismo. *Revista Unitas*, Porto Alegre, ano XLVIII, fascículo 1, Março, 1959, p. 60.

²²² SCHERER, 1959, op. cit, p. 60.

cooperação transnacional foi concebida com uma possibilidade de ajuda mútua frente a essa realidade.

Conforme Souza,

A Igreja via-se envolvida num projeto econômico-nacional com vistas a uma política de reforma social de base, de ordenamento higiênico e moral dos espaços urbanos e rurais e de aprimoramento das técnicas de produção. O caminho pretendido apontava, indubitavelmente, para o ordenamento social e para uma ação em conjunto com o Estado, onde a força da ordem institucional religiosa apresentava-se como meio de fixação de valores e de implementação de um projeto econômico orientado para a formação moral da coletividade, para a racionalização do trabalho e para o desenvolvimento produtivo no setor agrário e industrial.²²³

É por isso que o foco de ação passou a direcionar-se de forma mais incisiva em movimentos sociais como espaços de formação e ação política, em sindicatos de classe, em movimentos de educação de base, em meios de comunicação para que os ensinamentos e as palavras dos bispos e padres chegassem aos ouvidos dos cristãos e não cristãos. É por isso também que são construídas e ampliadas escolas de formação religiosa e profissionalizante, hospitais e centros de saúde para a promoção da dignidade humana, centros de estudos sociais. A Igreja Católica via as comunidades de base como um solo profícuo para instaurar seu projeto de igreja, para a construção de um futuro baseado nos princípios cristãos de subsidiariedade. Assim, grande parte das parcerias firmadas em cooperação com a Misereor destinaram-se a esses espaços e centros, como lugares de ação e transformação social, quais sejam: sindicatos, escolas, hospitais, centros comunitários, emissoras de rádio e de televisão, espaços de produção agrícola coletiva. As cooperativas, por exemplo, foram vistas como a mais eficaz materialização do conceito de subsidiariedade.

O Bispo de Chapecó, Dom José Gomes²²⁴, também teve uma trajetória sacerdotal voltada ao trabalho em prol da causa social. Seus discursos e suas ações pautavam-se em denúncias sobre as condições sociais das populações e na postura que os cristãos deveriam ter em relação a essas situações de desigualdade. Em uma de suas falas públicas, Dom José Gomes alertava:

²²³ SOUZA, Rogério Luiz de. *A Reforma Social Católica e o Novo Limiar Capitalista (1945-1965)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFPR. Curitiba, 2001, p. 147.

²²⁴ Dom José Gomes (1921-2002), foi bispo de Bagé entre 1961-1968 e bispo de Chapecó entre 1968-1998. Na região Oeste de Santa Catarina teve uma trajetória destacada no acompanhamento aos movimentos sociais, tendo uma vida sacerdotal de inserção social que o tornaram um ícone da memória regional.

Muita gente não enxerga as misérias dos homens. Não vê as injustiças que se cometem. Não vê a exploração que se faz no mundo do trabalho. Tem os olhos tapados. Muita gente acha que é natural ter tanto miserável ao redor de nossas cidades. Muitas pessoas acham que é assim mesmo que não se pode mudar. Por isso há tantas favelas, barracos e misérias ao redor das grandes cidades. Quando se diz que 9 milhões de famílias de agricultores não têm terra própria, a maioria não se importa com isso. [...]

Mas isto não é **cristão**, isto não é **justiça**. A justiça nos obriga a conhecer a situação dos nossos irmãos. Até obriga a conhecer a nossa própria miséria ou as dificuldades que temos para viver com a nossa família. [...] Mais da metade dos brasileiros passam fome, não têm condições de saúde, de trabalho, de estudo e educação para seus filhos. [grifo nosso]²²⁵

Na ideia de Mainwaring²²⁶, as concepções de fé e da própria missão da Igreja não se resignificaram somente como resultado de debates acerca de quais deveriam ser ou de como deveriam proteger interesses institucionais. Pelo contrário, sua identidade modificou-se principalmente porque o processo político mais amplo gerou novas concepções da sociedade e do papel da Igreja dentro dela.

A instituição enfrentou desafios que a forçaram a adotar posturas para adequar-se à realidade política e social vigente. Como instituição, a Igreja do Brasil teve um papel importante na formação da sociedade brasileira na segunda metade do século XX. No nosso recorte temporal, 1959 a 1979, em diversos momentos teve-se que tomar novos rumos e estabelecer prioridades. Se na década de 1950 houve no Brasil um momento de prosperidade econômica e estabilidade democrática, a postura da Igreja esteve voltada ao ordenamento social, o que Souza²²⁷ chamou de profilaxia do corpo social ajustado.

Já a partir da década de 1960, o cenário começou a se modificar, principalmente pela instauração do regime militar, quando a questão econômica não era mais a única prioridade, mas sim, a luta pelos direitos humanos, pela questão da sindicalização e pela concepção de coletividade. Esses contextos distintos exigiram novas frentes de ação,

²²⁵ DOM JOSÉ GOMES. Justiça na Verdade e na bondade: celebração de 05 de Março de 1978. In: LOVERA, Clair José [et. al.] *Sermões do Bispo Dom José Gomes*. Florianópolis: Premier, 2013, p. 101.

²²⁶ MAINWARING, 1989, op. cit.

²²⁷ SOUZA, 2001, op. cit.

que fizeram surgir momentos e correntes dentro da própria Igreja, como foi o caso da Igreja Católica Progressista²²⁸.

3.2 Conclusões de Medellín e a causa social

Outro aspecto a se considerar na conjectura de doutrina e postura social da Igreja é a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano - CELAM, realizada em Medellín em 1968. Esse evento tornou mais incisiva a postura da instituição diante da realidade social dos povos latino americanos. Representou a oportunidade dos bispos discutirem a aplicação dos princípios ratificados no Concílio Vaticano II e vislumbrar as melhores possibilidades de aplicá-los à realidade da América Latina.²²⁹

Segundo Brito,

Os teólogos da América Latina encontraram na Teoria da Dependência as explicações que entenderam mais condizentes com a realidade do continente. A ideia central era a de que a condição de pobreza do continente não respondia a uma fase de seu desenvolvimento que se superaria com o avanço do capitalismo, mas a uma condição estrutural do capitalismo em sua configuração imperialista em que o subdesenvolvimento de parte do planeta cumpria um papel importante.²³⁰

O documento resultante do evento de Medellín serviu para orientar a postura social das lideranças religiosas na América Latina. Nesse sentido, entendia-se que a situação socioeconômica da região Sul do continente americano estava atrelada a um processo de dependência geopolítica, assim, seria necessário promover mudanças mais profundas na sociedade para que houvesse um processo de desenvolvimento para buscar a integração ao padrão ocidental. Mesmo que tenha ocorrido o embate entre progressistas e conservadores em Medellín, o documento resultante de tal evento

²²⁸ Conforme Levy (2009), a Igreja Católica Progressista era um conjunto de organizações e indivíduos inspirados pela Teologia da Libertação e engajados em realizar mudanças profundas na Igreja Católica e na sociedade. No Brasil a Igreja Católica Progressista esteve e está presente em todos os níveis da Igreja. Entre os progressistas encontram-se cardeais, bispos e padres, além de ordens e congregações. É uma tarefa demasiado complexa definir uma fronteira entre conservadores e progressistas, tendo muito religiosos uma postura equilibrada entre as duas perspectivas.

²²⁹ Da mesma forma o evento de Medellín representou um embate entre o grupo de bispos considerados conservadores e os progressistas. Em 1968, o grupo dos conservadores buscou ocupar os principais cargos da CELAM, na tentativa de conter os bispos progressistas. Os conservadores defendiam mudanças lentas e graduais na sociedade, enquanto que os progressistas atentavam para mudanças mais rápidas e revolucionárias. O temor dos bispos conservadores era de que a ala dos bispos progressistas levasse a Igreja a valorizar demasiadamente os princípios marxistas de revolução social.

²³⁰ BRITO, Lucelmo Lacerda. Medellín e Puebla: epicentro dos confrontos entre progressistas e conservadores na América Latina. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 111, p. 81-89, 2010, p. 83.

representa uma postura de ação da Igreja diante dos problemas sociais da população. Nesse sentido, entendemos também ser uma tarefa bastante árdua definir uma fronteira – se isso é possível – entre progressistas e conservadores.

No documento final do 2º Congresso da CELAM²³¹, a Igreja pretendia assumir a responsabilidade histórica que recaía sobre ela naquele momento, quando a América Latina estaria sob o signo da transformação e do desenvolvimento, afetando os níveis econômicos, sociais e religiosos. Uma das principais preocupações do evento era discutir as condições humanas da população, para a promoção dos valores da justiça, da paz, da educação e do amor conjugal. A miséria da população era preocupação recorrente da Igreja.

A CELAM atentou também para os malefícios dos padrões de desenvolvimento do capitalismo liberal e do marxismo, que eram vistos como uma ameaça contra a dignidade humana e que a América Latina encontrava-se condicionada a essas duas tendências, permanecendo dependente de centros de poder que canalizam sua economia diante de uma geopolítica internacional. Esse pensamento vai de encontro ao entendimento da Misereor em relação ao desenvolvimento integral do continente e de seu povo, o que reforça o aspecto de que essa concepção se fortaleceu num discurso conjunto entre as variadas frentes da Igreja, sejam institucionais ou leigas. No contexto de Medellin, as ideias da Teoria da Marginalidade de Vekemans tiveram grande relevância, no sentido de ser uma compreensão da Igreja acerca da teoria da dependência econômica²³².

Sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores latino americanos, a CELAM entendia em 1968 que era necessário repensar as relações de trabalho para além do sistema exploratório até então vigente: ressignificar o sistema de sindicalização operária e rural, com força de solidariedade e responsabilidade. Aliás, a preocupação quanto ao homem do campo ficou evidente e urgente naquele momento.

Entendia-se que era indispensável a formação da consciência social e a percepção realista dos problemas da comunidade e das estruturas sociais. Necessário era despertar a consciência social e hábitos comunitários em todos os meios e grupos

²³¹ II CONFERENCIA GENERAL DEL EPISCOPATO LATIIONAMERICANO. Documentos finales de Medellin. Disponível em: <http://www.celam.org/doc_conferencias/Documento_Conclusivo_Medellin.pdf>. Acesso em 10/04/2015.

²³² A teoria da dependência econômica representa a compreensão da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, com sede em Santiago, Chile, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas.

profissionais, seja no que se refere ao diálogo e à vivência comunitária dentro do mesmo grupo, ou nas relações com grupos sociais maiores (operários, camponeses, profissionais liberais, clero, religiosos, funcionários, etc.). É importante compreender que as conclusões de Medellín apontaram para a estruturação de sistemas de educação e tutela social visando manter a sociedade alerta quanto às ameaças ideológicas que pairavam na América Latina, principalmente depois da Revolução Cubana de 1959.

Outra preocupação eram os regimes governamentais autoritários então vigentes em muitos países da América Latina bem como o fortalecimento de partidos e lideranças de esquerda em alguns países, como fora o caso de Allende no Chile. Decorrente da situação econômica e política instável, havia uma preocupação com as condições de paz e de violência, expressando o sentimento de que era necessário construir um parâmetro cristão de harmonia social e paz alicerçada em princípios cristãos. Enfim, a postura de Medellín buscou colocar a Igreja e os serviços institucionais a serviço da população para a correção dos problemas da desigualdade, da miséria, da injustiça e da promoção da dignidade humana na América Latina.

Em Puebla, dez anos depois, os bispos decidiram não tornar a causa social uma prioridade, mas sim, uma preferência, visto que se entendia que a Igreja não deveria tomar uma postura em detrimento de determinada classe ou grupo social, sejam pobres ou ricos. Era função da Igreja atender e dar assistência a todas as pessoas, independente de sua condição econômica ou social.²³³ Essa face demonstra um contingenciamento da compreensão social do catolicismo, ou seja, uma posição de defensiva da Igreja diante de um novo cenário sócio-político que se efetivou principalmente pelos rumos que as bases da Igreja latino-americana haviam tomado. Ou seja, foi uma guinada com forte influência da ala conservadora, uma tomada de rédeas, que fortaleceu os princípios do Concílio Vaticano II diante de uma igreja latino-americana que estava sendo influenciada demasiadamente pela compreensão marxista da realidade social e política.

Aspecto que é importante considerar é o fato de que os documentos norteadores da Igreja Católica desempenharam papel de normatização, ou seja, de um tutelamento e de uma chancela. Ao perceber que o momento histórico era ímpar e que a realidade social era urgente, o catolicismo se reunia em eventos conciliares e através de iniciativas regionais como a CELAM visando padronizar e tutelar a ampla rede de religiosos,

²³³ Com a participação do Papa João Paulo II, a Conferência de Puebla reafirmou os compromissos da Igreja em fomentar uma sociedade mais justa, mas, no entanto, através da intervenção do Vaticano, destituiu os adeptos da Teologia da Libertação de influenciar nas decisões da CELAM.

congregações e leigos a ele vinculados. Os documentos norteadores devem ser concebidos como um contrato entre as partes interessadas na causa social, ou seja, ao prever movimentações na base do catolicismo ou eventos que poderiam emergir para uma dissidência ou uma postura que não agradasse a alta cúpula do catolicismo, conclamam-se todos a fazer parte da formatação de documentos conclusivos e tuteladores.

Essa perspectiva é muito importante para a tese, visto que a amplitude do catolicismo tornava o desejo de unificação das ações um grande desafio. Nos anos 1960, o número de congregações e de religiosos atuando na América Latina era muito grande. Além disso, havia um grande contingente de missionários europeus atuando nas mais variadas frentes, sejam de ordem sacerdotal, pastoral ou social. Por mais que os documentos norteadores buscassem uniformizar a hierarquia do catolicismo, a compreensão do evangelho principalmente à luz do princípio de liberdade do Concílio Vaticano II, possibilitou a germinação de ideias localizadas, vinculadas à realidades sociais e políticas regionais.

E é nessa perspectiva que se tem de ilustrar a causa social na América Latina e sua relação com a hierarquia católica. Vejamos o caso da Teologia da Libertação. No meio acadêmico se generalizou a compreensão de que ela foi um movimento que surgiu graças à abertura à modernidade propiciada com o Concílio Vaticano II. Em certa medida ou dependendo do ponto de vista, isso pode até ter seu fundamento. No entanto, compactuamos da visão de Löwy²³⁴, na perspectiva de que o cristianismo da libertação – como o autor preferiu denominar – nasceu da combinação ou convergência de elementos internos e externos à Igreja que ocorreram na década de 1950 e que ele se desenvolveu da periferia para o centro da instituição. Ou seja, nasceu diante dos anseios e de uma demanda regional latino-americana, mais especificamente de demandas locais brasileiras.

Essa dinâmica foi possível diante da realidade social e política, mas também diante da disposição de intelectuais católicos em pensar alternativas para o continente sob uma influência das ideias marxistas, através de um processo mais radicalizado e revolucionário. Esse processo se tornou exponencial na medida em que religiosos e leigos assimilaram a teoria marxista para explicar a condição social latino-americana.

²³⁴ LÖWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

Isso comprova que o movimento surgiu das bases, visto que a Igreja Católica, inclusive os católicos alemães, condenavam o marxismo.

Conforme Löwy

Essa descoberta do marxismo pelos cristãos progressistas e pela teologia da libertação não foi um processo meramente intelectual ou acadêmico. Seu ponto de partida foi um fato inevitável, uma realidade brutal e geral na América Latina: a pobreza. Para muitos fiéis preocupados com o social, o marxismo foi escolhido porque parecia ser a explicação mais sistemática, coerente e global das causas para essa pobreza, e a única proposta suficientemente radical para aboli-la.²³⁵

A base histórica e a opção pelos pobres por parte do catolicismo legitimou e estimulou os adeptos da Teologia da Libertação na América Latina. No entanto, eles rompem com o passado num ponto fundamental: “para eles, os pobres já não são basicamente objetos de caridade, e sim agentes de sua própria libertação. A ajuda ou assistência paternalista é substituída pela solidariedade com a luta pelos pobres por autoemancipação.”²³⁶ Nesse sentido, a preocupação já não é meramente funcional em consonância com a Teoria da Marginalidade de Vekemans, mas sim estrutural.

Mas em que medida é possível relacionar o contexto da Teologia da Libertação com a política de cooperação da Misereor? Veremos mais adiante quando analisarmos os projetos desenvolvidos no Sul do Brasil de que a Misereor não possuía nas décadas de 1960 e 1970 uma leitura muito clara do contexto do catolicismo na América Latina. Então não podemos ingenuamente vincular a Misereor ao florescimento do catolicismo de esquerda no continente. A Misereor buscou fomentar projetos de caráter social visando adentrar nas bases da sociedade e esses recursos vieram ao encontro da necessidade e emergência do trabalho social. Prova disso é que a Teoria da Marginalidade e as ideias vinculadas a Vekemans foram um referencial para a América Latina. A Misereor concebia os parceiros locais como interlocutores fundamentais e, portanto, as compreensões a ela apresentadas eram assimiladas a partir dessa visão local. Paulo Freire, por exemplo, durante sua estadia na Europa, teve trânsito intenso por essas entidades de cooperação, principalmente na concepção de educação de base.

O próprio Roger Vekemans fomentou uma rede de católicos que combateram a Teologia da Libertação na América Latina, tendo uma ampla aceitação pelos religiosos de tendência progressista, mas que condenavam a radicalização marxista da causa

²³⁵ LÖWY, 2000, op. cit. p. 123

²³⁶ LÖWY, 2000, op. vit. p. 123

social, como fora o caso de Vicente Scherer no Brasil e do Padre Pierre Bigo S.J., no Chile²³⁷.

No campo da agricultura, a Misereor estimulou muito a inserção de novas tecnologias e a modernização das relações produtivas entendendo que essa seria uma forma de fomentar o desenvolvimento no espaço rural. Nesse sentido, Löwy entende que os adeptos da Teologia da Libertação aceitam ou criticam a tecnologia dependendo da consequência que ela geraria na sociedade:

As técnicas modernas não são avaliadas pelos resultados econômicos que produzem – em termos de lucro, rentabilidade, produtividade, renda de exportações ou em moedas fortes – e sim em termos de suas consequências para os pobres. Se as consequências forem positivas – em termos de emprego ou condições de vida – são aceitas; se não o forem, podem ser recusadas. O que vemos aqui é um pragmatismo, combinado com uma atitude moral cuja inspiração é religiosa – a opção preferencial pelos pobres é o critério pelo qual avaliamos a tecnologia.²³⁸

Enfim, nas décadas de 1960 e 1970, o contexto do catolicismo latino-americano se caracterizava por uma ampla compreensão da causa social. Obviamente essa realidade não se desprendia à hierarquia da Igreja, mas era consequência dela. Ou seja, diante das realidades sociais e políticas, os religiosos vinculados às comunidades de base entendiam que a proposta social decorrente do Concílio Vaticano II não dava conta das demandas reais. Compreender a Misereor nesse contexto é vislumbrar a perspectiva da existência de um recurso financeiro disponível para o trabalho social, que se legitimava pelo seu caráter de ajuda para o desenvolvimento, mas que se relacionava às aspirações dos católicos diante de suas comunidades latino-americanas pobres e vulneráveis.

Os bispos da Alemanha demonstravam preocupação com a América Latina e sua condição social, religiosa e política. Tanto nas ações da Misereor como da Adveniat – instituição fundada pelos alemães destinada a atuar unicamente com projetos de cooperação na região – a intenção era de manter um olhar vigilante sobre a condição continental. Na publicação do advento de 1961, destinada a mobilizar a coleta de recursos financeiros para projetos da Adveniat na América do Sul, os bispos da Alemanha entendiam que havia situações a se preocupar nesse “continente gigante”, no qual a população em condições de miséria e sofrimento seria uma presa do espiritismo e

²³⁷ CHAOUCH, 2007, op. cit.

²³⁸ Idem, p. 105.

do bolchevismo. “Apenas perto de Deus os povos latino-americanos serão capazes de desafiar os grandes perigos que a ameaçam: a secularização, o comunismo ateu, o equívoco de cultos e espiritualismo, a descrença que sai da ignorância.”²³⁹

No estudo de Schmiedl²⁴⁰, são contextualizados os elementos que convergiram na discussão sobre o protagonismo dos católicos alemães na abertura à modernidade da Igreja. Schmiedl analisa os discursos de lideranças católicas como de Josef Frings e Josef Ratzinger na perspectiva de que há, por parte do catolicismo alemão, um apelo para que a Igreja compreenda o seu tempo, evitando obviamente, cair em extremismos ideológicos como o marxismo e o liberalismo, mas que havia a necessidade de pensar a questão do indivíduo, sua dignidade e sua condição temporal.

A título de ilustração, temos a formatação do movimento Cristãos pelo Socialismo (Cristianos por el socialismo), que em se formou nos anos 1972 e 1973 em Santiago no Chile, facilitado pela chegada do socialista Allende ao governo chileno. Esse movimento teve forte participação de intelectuais brasileiros exilados no Chile e teve muita aceitação no ambiente católico. Entendemos que a aproximação dos católicos com o socialismo não foi intencional, foi na verdade um momento de convergência acerca da causa social, onde os fins justificam os meios. Roger Vekemans também participou desse movimento colaborando inclusive na elaboração de um documento base.²⁴¹ Esse contexto de aproximação dos católicos ao socialismo ainda carece de análises historiográficas, mas é preciso destacar que essa aproximação recebeu forte contestação da cúpula católica latino-americana e do Vaticano.

Nessa perspectiva, entende-se que o movimento que se desenvolveu na América Latina, mais especificamente no Brasil, conhecido como Teologia da Libertação, surgiu diante dessa compreensão social e da condição de miséria e deficiência de formação da população mais pobre. Não se pode remeter à ação Misereor como uma das responsáveis por favorecer o surgimento dos embriões da Teologia da Libertação apesar de ela ter financiado muitas das iniciativas locais nesse sentido. As Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo, receberam muita confiança da Misereor, mas no sentido de se aproximar das pessoas, das comunidades e das realidades locais, vindo ao

²³⁹ Deutsche Bischöfe, Hinterwort der Deutschen Bischöfe zum 1. Adventssonntag 1961, apud, SCHMIEDL, Joachim. *Dieses ende ist eher ein ainfang: die Rezeption des Zweiten Vatikanischen Konzils durch dei deutschen Bischöfe (1959-1971)*. Paderbon: Ferdinand Schöningh, 2014, p. 269.

²⁴⁰ SCHMIEDL, Joachim. *Dieses ende ist eher ein ainfang: die Rezeption des Zweiten Vatikanischen Konzils durch dei deutschen Bischöfe (1959-1971)*. Paderbon: Ferdinand Schöningh, 2014.

²⁴¹ CEDIAL. *Cristianos latinoamericanos y socialismo*. Bogotá: Ediciones Paulinas, 1972.

encontro da ideia de subsidiariedade. Todo esse processo ainda estava pouco perceptível pela Misereor nas décadas de 1960 e 1970, ou seja, não havia uma compreensão muito clara no que desencadearia esse movimento. Com a chegada de João Paulo II ao papado, o movimento da Teologia da Libertação recebeu um revés do Vaticano, sendo inclusive tema de preocupação no Celam de 1979. Roger Vekemans, por exemplo, atuou decisivamente como assessor do Arcebispo Alfonso Trujillo, então Secretário Geral da Celam, quando da realização do Celam em Puebla.

3.3 O espaço rural e o catolicismo

O espaço rural da região Sul do Brasil atravessou, ao longo da história, um processo conturbado e contraditório de formação e desenvolvimento. A lógica da ocupação sistematizada através de projetos de colonização incentivada pelo Estado gerou graves problemas de exclusão dos grupos sociais que não detinham a posse legal da terra, como posseiros e indígenas, por exemplo. Esse é um dos primeiros aspectos a se destacar na formação do espaço rural da região, ou seja, do direito à propriedade da terra e a consequente destituição dos meios de geração de renda dos grupos sociais que dela dependiam para sobreviver.

Nesse sentido, o problema da posse da terra passa a ser, principalmente a partir dos processos colonizatórios do final do século XIX e início do XX, um problema de ordem social e fundiária. A destituição do direito à terra de grupos sociais que historicamente dele usufruíam e dela necessitavam para sobreviver gerou problemas graves que partem de princípios básicos de subsistência. Além de um problema político e social, a destituição da posse da terra remete a um problema de direito fundamental para sobrevivência, afetando aspectos de dignidade humana, alimentação, geração de renda e subsistência do grupo familiar.

Essa realidade histórica de ocupação da terra gerou um impasse que transcendeu a esfera temporal e vem se alastrando como um dos problemas crônicos do espaço rural da região Sul. Nesse sentido, a literatura é vasta e ilustrativa, com destaque aos processos de ocupação do Norte do Rio Grande do Sul²⁴², os conflitos pela posse da terra na região do Contestado em Santa Catarina e os processos de colonização da

²⁴² TEDESCO, João Carlos (Org.). *Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores*. Porto Alegre: Letra&Vida; Passo Fundo: IMED, 2014.

região Oeste²⁴³, bem como, da formação do latifúndio e da precarização das condições de trabalho no Paraná²⁴⁴.

O que queremos destacar nessas perspectivas de causas e efeitos do processo de ocupação e exclusão da posse da terra na região Sul é o aspecto de que muitas das realidades socioeconômicas decorrentes dessas conjecturas serão motivo de preocupação da causa social da Igreja na segunda metade do século XX. As realidades da formação do espaço rural constituirão identidades e cristalizarão realidades que vão sucedendo em uma série de fatores no decorrer dos anos, o que gerou graves problemas sociais no espaço rural regional. Causa, processo e consequência numa perspectiva histórica, devem ser elementos de uma mesma análise. No caso específico dos indígenas, posseiros, camponeses arrendatários, trabalhadores cativos, negros e caboclos em condições de trabalho vulneráveis, ou seja, elementos destituídos do processo colonizatório oficial, do que se concebeu como posse legítima da terra e do que se idealizou como um cenário rural ideal para a região Sul, são elementos de um “caldo” histórico social que tem seus reflexos no período de 1960 a 1980, temporalidade do nosso estudo.

Um segundo aspecto leva em consideração os processos de ocupação ordenada e sistematizada através de projetos de colonização organizados pelo Estado ou por empresas particulares, que acabou formando um elemento social, denominado historicamente de colono. Com os empreendimentos colonizadores iniciados no século XIX e proliferados nas primeiras décadas do século XX, formou-se uma estrutura agrária alicerçada na pequena propriedade agrícola, sustentada na mão de obra familiar. As diversas características dos inúmeros projetos colonizatórios ocorridos na região Sul obedeceram a uma lógica de ocupação dos espaços considerados “vazios”, bem como, de um empreendimento colonizador, que movimentou o mercado de compra e venda de lotes de terra.

No entanto, esse processo de formação dos lotes coloniais na região Sul, apesar de ter formado uma base social e econômica sólida na região, acabou por gerar, da mesma forma como o primeiro aspecto, um novo problema social, senão de mesmas proporções e gravidade, mas de significância histórica. Devido à opção do estado brasileiro em promover uma política agrícola conservadora e dependente, os

²⁴³ RENK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.

²⁴⁴ MACHADO, José Lúcio. *O sertão e o cativo: escravidão e pastoreio – os campos de Palmas-PR (1859-1888)*; Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, 2015.

agricultores familiares sofreram com processos de instabilidades e vulnerabilidades de diversas nuances.²⁴⁵

Esse processo se tornou mais evidente a partir da década de 1950, quando o cenário rural brasileiro começou a entrar de forma efetiva nas políticas públicas através da integração da economia nacional e do processo de modernização das formas de produção do setor agrícola brasileiro. Aos olhos do estado, a partir de então, percebe-se que a condição dos trabalhadores rurais estava “atrasada” e que o mundo rural era um problema para o processo de desenvolvimento do Brasil. Era necessário prestar uma assistência a esse elemento rural, inseri-lo numa lógica de um padrão brasileiro, alinhando-o ao que se concebia de moderno em termos de produção agrícola.

Mas qual era a realidade do espaço rural brasileiro? Os dados sobre processos demográficos na Região Sul nos revelam que a participação da região em proporções de população no Brasil manteve-se, de certa forma, estável nas décadas de 1960 e 1991. No entanto, obedecendo à tendência nacional, o processo de urbanização foi crescente.

Quadro 02: Quadro da urbanização na Região Sul

Indicadores	Região Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Participação da população (%)				
1960	16,81	36,19	18,07	45,74
1970	17,71	42,01	17,59	40,40
1980	15,99	40,09	19,06	40,85
1991	15,07	38,18	20,52	41,30
Grau de urbanização (%)				
1960	37,44	30,75	32,33	44,77
1970	44,27	36,14	42,94	53,31
1980	62,41	58,62	59,38	67,55
1991	74,12	73,36	70,64	76,56

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social²⁴⁶

Percebemos que o percentual de urbanização, que é mais considerável na década de 1970, demonstra que foi intenso o processo de êxodo rural nesse período, dado que nos é relevante visto que analisamos o espaço rural. Destacamos como causas principais

²⁴⁵ Ver: SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

²⁴⁶ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Dinâmica demográfica recente da Região Sul: anos 70 e 80*. Curitiba: Iparades, 1997.

do processo de urbanização as mudanças estruturais na economia rural, ocorridas através de modificações profundas nas relações de trabalho, resultando em movimentos migratórios para outras frentes agrícolas do País, bem como, para o próprio espaço urbano. Essa realidade nos comprova um quadro socioeconômico grave existente no espaço rural da região Sul entre os anos de 1960 e 1990.

Dados estatísticos dos processos migratórios das zonas rurais revelam que na década de 1970 ocorreu com maior intensidade o processo de êxodo rural. Na década de 1950, estima-se que 18% da população rural da região havia migrado para centros urbanos; na década de 1960, esse percentual foi de 7,4%; na década de 1970, aumentou para 43%; e na década de 1980, estima-se que 37% da população que vivia em zonas rurais teria migrado para zonas urbanas.²⁴⁷

Esse processo, como podemos perceber no estudo coordenado por José Graziano da Silva²⁴⁸, inseriu-se na lógica da modernização do campo e da desestruturação das relações produtivas. A modernização, que representou uma lógica do desenvolvimento e da integração do espaço agrícola na economia brasileira de forma mais incisiva a partir da década de 1950, implantou gradativamente tecnologias e modos de produção que promoveram a exclusão da cadeia de um excedente de mão de obra e racionalizou e capitalizou um pequeno extrato do grande contingente populacional que até então vivia no campo. O que é importante elucidar é que foi uma das causas do intenso processo migratório para as zonas urbanas. Já a desestruturação das relações produtivas pode ser concebida, e isso fica mais evidente no Sul do Brasil, através da implantação de relações de dependência da agricultura para com a indústria. Apesar da produtividade do espaço rural ter aumentado consideravelmente, muitas pessoas foram excluídas desse processo diante da racionalização das técnicas produtivas, dos limites das fronteiras agrícolas da região Sul, da queda do rendimento e das instabilidades na geração de renda em decorrência da dependência do setor agrícola das instabilidades do mercado.

As condições de vida e de trabalho no meio rural entre os anos de 1960 e 1980 atravessaram um processo de desestruturação decorrente da tendência modernizante das relações de trabalho e das estruturas produtivas do setor. O alinhamento internacional do Brasil, decorrente dos modelos econômicos adotados ao longo do período, reestruturaram o espaço agrícola da região Sul, onde os agricultores que se adequavam

²⁴⁷ ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. In: *Revista Política Agrícola*. Brasília, Ano XX, Nº 2, p. 80-88, 2011.

²⁴⁸ SILVA, José Graziano da (Org.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

às novas exigências de uma agricultura moderna e capitalizaram suas propriedades acabaram por serem subjugados às instabilidades de uma economia de mercado. Enquanto isso, os agricultores que não capitalizaram sua propriedade, ficaram expostos aos desafios e descaminhos de uma agricultura familiar com baixíssima geração de renda e forte tendência ao êxodo rural.

Multiplicaram-se situações de flagelo, desestruturação, vulnerabilidade e instabilidade no meio rural sulino nas décadas de 1960 e 1970. Em algumas situações, os problemas do espaço rural caracterizavam-se pela destituição do motivo simbólico de sua existência, o acesso e o direito a terra; em outras, as condições de trabalho e desestruturação familiar decorrentes da modernização das relações de trabalho no meio rural ficaram mais evidentes. Enfim, os problemas detectados no espaço rural na segunda metade do século XX são dos mais variados, em alguns momentos mais graves, em outros mais tênues.

Na região de Toledo e Marechal Cândido Rondon, no Paraná, o estudo de Gregory²⁴⁹ demonstra que as famílias agricultoras tiveram de assimilar o processo de modernização agrícola, onde novas tecnologias e padrões de produção, desde manejo ao uso de insumos, máquinas e implementos, destituiu muitos produtores do domínio da cadeia produtiva tão caracterizante da atividade agrícola. Esse cenário promoveu, em certa medida, a produção de capital, mas em contrapartida, excluiu muitas famílias da atividade, promovendo o abandono do cultivo de determinadas variedades e até mesmo da própria atividade agrícola. A situação se torna ainda mais grave quando analisadas as consequências ambientais de tais processos modernizantes.

A título de ilustração, outra situação degradante das condições de vida dos sujeitos rurais ocorreu no momento da construção da Usina Hidrelétrica de Foz do Iguaçu, no Paraná. No estudo de Seixas e Brenneisen²⁵⁰, percebemos as condições em que ocorreram os processos de desapropriação das terras dos colonos e da forma como foram realocados em outras áreas. Muitos dos colonos, integrantes das cerca de 460 famílias desapropriadas nesse processo, diante da necessidade de sair de sua

²⁴⁹ GREGORY, Valdir. Colonização e modernização: representações camponesas no oeste do Paraná. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMAN, Rosane. (Orgs). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Vol III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013, p. 214-230.

²⁵⁰ SEIXAS, Lara; BRENNEISEN, Eliane. Memória dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu: um capítulo da colonização do oeste do Paraná sob a ótica dos “excluídos” da história. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMAN, Rosane. (Orgs). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Vol III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013, p. 231-252.

propriedade em virtude da construção da barragem e da formação de um parque de preservação florestal, abandonaram até mesmo a atividade agrícola.

No Rio Grande do Sul, os problemas fundiários e de acesso à propriedade da terra geraram problemas graves de conflitos sociais entre sujeitos, que em medida, são todos vítimas de um mesmo processo. Tedesco entende que o processo intenso que envolveu colonização, políticas indigenistas, modernização da agricultura, teria produzido a extinção e/ou redução de territórios indígenas, legitimado a formação de latifúndios, bem como, um adensamento populacional sobre frações mínimas de terras ao longo de todo século XX. “Como contradição desse processo histórico longo produziram-se conflitos sociais de luta e defesa da propriedade da terra entre colonos e indígenas, pequenos camponeses sem-terra com latifúndios, grupos de negros com colonos, etc.”²⁵¹

Os problemas agrários em Santa Catarina dilaceraram um processo de exclusão e usurpação do direito a terra. Os agricultores destituídos de seu direito fundamental, o da dignidade humana e da propriedade da terra, organizaram movimentos que tornaram evidente um problema crônico histórico nesse Estado. Os movimentos dos sem-terra multiplicaram-se e tornaram-se mais evidentes nos anos 1970 e 1980. Como exemplo, podemos ilustrar o caso da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê, da Encruzilhada Natalino em Ronda Alta e os movimentos pela posse da terra da região de Dionísio Cerqueira e Barracão, o que resultou na formação do Assentamento Conquista da Fronteira.

Os resultados de todo esse processo de modernização-exclusão-dilaceração do homem do espaço agrícola e conseqüentemente dos sujeitos rurais trouxeram conseqüências sociais graves para os estados do Sul. Em Santa Catarina, segundo Goularti Filho, a estrutura agrária menos concentrada em relação a alguns estados brasileiros não impediu o conflito agrário, fruto da concentração da renda e da modernização da agricultura. “A luta pela terra nos anos 80 mostrou a verdadeira face da modernização conservadora da agricultura catarinense: a exclusão social.”²⁵²

²⁵¹ TEDESCO, João Carlos. Dimensões simbólicas nos conflitos pela terra entre índios, negros e agricultores no norte do RS: os usos da memória. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores*. Porto Alegre: Letra&Vida; Passo Fundo: IMED, 2014, p. 242-255, p. 242.

²⁵² GOULARTI FILHO, Alcides. *A formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002, p. 324.

3.3.1 A causa social e o espaço rural

Era uma das preocupações da Igreja Católica, ao promover projetos de cooperação com a Misereor, que se evitasse a migração das populações rurais para os espaços urbanos. A própria Misereor entendia que nos países subdesenvolvidos as condições de vida da população rural encontrava-se vulnerável, daí a importância de investir em projetos de cooperação nesse setor. As lideranças religiosas entendiam que manter as pessoas no campo, promovendo melhoras em sua qualidade de vida e colaborando na geração de renda, evitaria o inchaço dos espaços urbanos, considerados subversivos e excludentes. Mas para conseguir esse objetivo, a opção mais pragmática foi incentivar a modernização das relações produtivas e inserir o homem do campo às novas tendências da agricultura mundial.

Esse olhar dos católicos para o espaço rural tornou-se mais evidente e incisivo já a partir da década de 1950. Conforme Rodeghero, no Rio Grande do Sul, a preocupação estava voltada para as condições de vida no campo e na insistência dos religiosos para que os agricultores assimilassem novos padrões produtivos e de vivência diante do processo “modernizador” a que a agricultura esteve atrelada. “Assim, ao mesmo tempo em que se atribuía ao campo o status de viveiro de homens sadios de alma e corpo – que devia ser preservado – insistia-se na necessidade de mudar os sistemas tradicionais e rotineiros de trabalho.”²⁵³

Em Santa Catarina, conforme tese de Souza²⁵⁴, a Igreja também se engajou num projeto de inserção no espaço rural, seja através de programas e iniciativas de apoio ao produtor rural no que tange a assistência e orientação sobre meios de produção, isso com forte parceria com Estado, seja através da inserção através de práticas de vivências e modos sociais, na educação rural, moral e cívica e no amparo e tutela social com o intuito de formar. Isso Souza denominou de profilaxia de um corpo socialmente ajustado.

Mesmo que o estudo de Souza contemple o período de 1945 a 1965, sua análise nos remete à compreensão de um cenário mais amplo e conjectural que delineou a postura de inserção da Igreja no espaço agrícola e da necessidade de amparo aos sujeitos que nele viviam ou trabalhavam:

²⁵³ RODEGHERO, Carla Simone. Campo X Cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre, n° 7, p. 148-176, 1997, p. 149.

²⁵⁴ SOUZA, 2001, op. cit.

Para o regime capitalista internacional, isso representou a manutenção da ordem econômica, que exigia, nesse momento o sacrifício, a cooperação e a solidariedade entre os povos para tornar possível a expansão do mercado mundial de troca do produto agrícola. Por isso, a Igreja entendia que o crescimento econômico das nações dependeria, antes de tudo, da organização do trabalho rural. O homem do campo representava o tipo ideal do cristão autêntico que não visava desenfreadamente ao lucro, mas que necessitava urgentemente ser orientado nas novas técnicas de produção e na racionalização do trabalho capitalista a fim de dar à humanidade condições de se desenvolver e de garantir o bem estar social.²⁵⁵

No meio rural, na visão de lideranças religiosas, a condição humana encontrava espaços mais favoráveis para seu desenvolvimento. Vemos a preocupação da Igreja direcionada principalmente ao pequeno e médio produtor, que se adequa basicamente ao que se denomina de agricultura familiar. O grande fazendeiro, o latifundiário, não era necessariamente motivo de atenção da ação social da Igreja. Entende-se que essa preocupação com os pequenos e médios agricultores advinha de uma compreensão de falta de formação escolar dessa população, da sindicalização mais consistente e da vulnerabilidade socioeconômica.

O sujeito humano que era motivo de preocupação e resguardo era aquele sujeitado à exploração e às condições deploráveis e degradantes suscetíveis ao meio rural. O potencial humano inerente ao sujeito agrícola era o que direcionava os olhares da instituição, como podemos perceber na fala do Arcebispo Dom Vicente Scherer:

o agricultor ama sua gleba e seu trabalho, não inveja a sorte aparentemente risonha dos outros, cultiva no lar as virtudes cristãs, orienta suas atividades para Deus, mantém escolas e igrejas, de sua família provêm não só numerosas vocações sacerdotais e religiosas, mas de lá saem igualmente homens de dignidade e caráter que prestam assinalados serviços à coletividade, honrando a estirpe de que descendem.²⁵⁶

Enfim, com a proposta da inserção da Igreja nos espaços rurais entendia-se que os princípios cristãos de dignidade humana, de solidariedade e desenvolvimento integral e pleno das pessoas fossem garantidos. Diante dos problemas sociais graves e urgentes, a postura da Igreja em promover a cooperação com a Misereor buscava garantir direitos fundamentais da condição humana e o espaço rural era o local propício para isso, pois

²⁵⁵ SOUZA, 2001, op. cit., p. 196.

²⁵⁶ SCHERER, Dom Vicente, *apud* SOUZA, 2001, op. cit., p. 154.

remete a uma estrutura familiar mais condensada, à produção de alimentos de qualidade, à proteção e resguardo do meio ambiente equilibrado. Os bispos, os padres, os religiosos em geral e os leigos vinculados a movimentos de direitos humanos estavam em contato direto com esses problemas sociais vivenciados no Sul do Brasil. Os conflitos pela posse da terra e também pelo manejo e relações produtivas consideradas adequadas pela Igreja, bem como, condições de dignidade humana no campo, são princípios que nortearão a execução de projetos cooperativos nos anos 1960 e 1970.

No entanto, havia outros aspectos a considerar acerca da preocupação da Igreja com os sujeitos que viviam nesse espaço rural. Um desses aspectos reside na proliferação de movimentos sociais em decorrência das condições degradantes ali vivenciadas. O surgimento do Master – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - na década de 1960 foi visto com certa desconfiança pela Igreja por ser um movimento de acalorada tendência comunista e, para tanto, a Igreja reagiu criando cooperativas e sindicatos de caráter cristão para ter voz ativa junto aos agricultores. Um desses exemplos pode ser considerado a FAG – Frente Agrária Gaúcha no Rio Grande do Sul, movimento criado na perspectiva de manter a tutela da Igreja sobre os agricultores.

Conforme Bassani,

A FAG foi criada não apenas para disputar a organização sindical, mas, fundamentalmente, para combater o comunismo. No discurso de criação da FAG fica claro que o objetivo premente era o combate ao comunismo, representado pelo movimento dos Agricultores Sem Terra que se manifestava no interior do estado, principalmente em regiões de pouca influência da Igreja Católica, e que poderiam se tornar uma ameaça nas regiões onde a Igreja exercia maior controle, como a zona colonial.²⁵⁷

Nesse sentido, a Igreja no Sul do Brasil coordenou, em algumas regiões com maior intensidade, outras com menor, mas principalmente nas áreas de colonização, escolas e centros de formação agrícola visando dar a devida assistência aos agricultores diante do momento conturbado e modernizante que a agricultura passou ao longo das décadas de 1960 e 1970. Exemplo disso são os Institutos de Educação Rural, criados entre 1968 e 1976 no Rio Grande do Sul. A formação dos agricultores e a tutela da Igreja sobre o espaço rural foi um tema recorrente nos meios religiosos sulinos no período, sendo que isso representou uma postura da Igreja diante dos mais variados

²⁵⁷ BASSANI, Paulo. *Frente agrária gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: Eduel, 2009, p. 50.

problemas que afligiam os sujeitos que viviam no campo, mas também representou uma iniciativa para marcar território nos conturbados processos de movimentos sociais camponeses que se proliferaram no Sul do Brasil.

Em Santa Catarina, a Igreja Católica também se engajou nos projetos buscando o repasse de recursos da Misereor. No projeto de implantação de uma escola agrícola profissionalizante em Itapiranga, o então bispo da Diocese de Chapecó, Dom José Gomes, enviou correspondência à entidade alemã na tentativa de conseguir recursos para a efetivação do projeto de uma escola de formação técnica aos agricultores: Em fragmentos da correspondência percebemos a leitura do clérigo quanto à situação da população na região Oeste do Estado: “85% da população são agricultores e não possuem a mínima formação agrícola. Em matéria de ensino a nossa região é simplesmente nada.”

O bispo Dom José Gomes ainda complementa na sua correspondência:

O nosso atual agricultor não possui conhecimentos e nem capacidade intelectual para acompanhar as técnicas de controle de doenças de animais e vegetais, melhoria de raças de animais e sementes, correção de solo e adubação. [...] A região da Diocese de Chapecó é a maior fornecedora de carne suína e em breve será também de frangos e perus. Isso, apesar do atraso técnico e científico e da relativa pobreza de nossos agricultores.²⁵⁸

A preocupação de Dom José Gomes revelava a postura de muitos bispos e de membros da Igreja Católica no Sul do Brasil quanto à condição da população desassistida pelos serviços públicos do Estado. Nesse sentido, houve o engajamento para a efetivação de projetos de formação profissional, geração de renda, auxílio a hospitais e diversas entidades que pudessem colaborar na geração de melhor qualidade de vida à população. Havia a preocupação da Igreja em inserir-se em aspectos do cotidiano da população, visando a promoção de serviços através de recursos disponibilizados por instituições de cooperação alemãs. Ou seja, havia a compreensão de que era necessário inserir funcionalmente o agricultor na modernidade, por isso, a Igreja estimula uma compreensão singular nesse processo, como um tutelamento.

A questão da reforma agrária, por exemplo, também virou motivo de preocupação da Igreja e exigiu das lideranças religiosas, como bispos e padres, uma postura diante desse movimento conturbado e que ganhava corpo no espaço rural sulino.

²⁵⁸ Carta de Dom José Gomes à Misereor e Adveniat, 1970, apud SEHNEM, Dirce Terezinha Drebel. *Escola e ensino agrícola*. São Miguel do Oeste: Mclee, 2001, p. 76.

Nesse sentido, destacamos ofício elaborado em Julho de 1968 por membros do episcopado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, direcionado ao então presidente da República Marechal Artur da Costa e Silva:

Os arcebispos e bispos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no encontro realizado no Seminário Nossa Senhora da Conceição de Viamão, nos dias 26 e 27 de junho findo, para examinarmos situação socioeconômica a luz dos princípios da Encíclica *Populorum Progressio* pedem vênias a Vossa Excelência para fazer um veemente apelo em prol da execução imediata do Estatuto da Terra em sua parte fundamental que diz respeito à reforma agrária, disciplinada pelos artigos dezesseis a trinta.

Trata-se de promover a reforma agrária mediante a distribuição maciça de terras, visando a disseminação de propriedades familiares e a formação de vigorosa classe média rural, indispensável a **estabilidade social e econômica** de nosso País.

Entendemos que assim se cumprirá o solene compromisso assumido pelo Governo Revolucionário perante a Nação Brasileira durante a presidência Castelo Branco, conforme a mensagem que o preclaro presidente desaparecido encaminhou ao Congresso Nacional com o projeto do referido Estatuto cujo item oitavo declara a prioridade absoluta da solução da questão agrária nos termos acima aludidos, como também manifesta literalmente o propósito de forçar as atuais estruturas agrárias a uma rápida e efetiva modificação.

O cumprimento dessa decisão soberana do povo brasileiro levará a crédito de Vossa Excelência o tornar realidade neste os princípios da **doutrina social cristã**, invocados no item trinta e um da mesma mensagem [grifo nosso].²⁵⁹

Nesse sentido, diversos projetos de cooperação foram desenvolvidos em parceria com a Misereor visando a assistência e a ajuda aos sujeitos envolvidos com os processos de reforma agrária no Sul do País. Como vimos na declaração episcopal acima, a preocupação com uma estabilidade social e econômica era recorrente, principalmente entre o que se denominou de vigorosa classe média rural. Essa preocupação sustentava-se no aspecto da doutrina social cristã, que, aliás, era um aspecto também considerado pelos bispos alemães, o que por si só já é um fator importante para entender os projetos colocados em prática com recursos financeiros da Misereor. Fica clara a preocupação sobre a condição da propriedade, elemento fundamental da compreensão da Igreja acerca da modernidade.

É preciso considerar o fato de que a questão da reforma agrária não era somente uma preocupação do catolicismo. A produtividade da agricultura, os padrões

²⁵⁹ Ofício episcopal de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1 de Julho de 1968. Disponível no arquivo da Arquidiocese de Passo Fundo.

considerados feudais preponderantes no padrão latifundiário colonial, o coronelismo e a condição de vida, renda e liberdade era um aspecto de preocupação do mundo ocidental. Conforme Tinsman,

A través de América Latina y Asia – incluyendo Venezuela, Peru, Brasil, Indonesia y las Filipinas – numerosas reformas agrarias fueron parte de un esfuerzo liderado por los Estados Unidos durante la Guerra Fria para prevenir las atracciones del comunismo al incentivar un desarrollo capitalista estable. La reforma agraria pretendía romper los monopolios supuestamente feudales de tierras, reemplazándolos por granjas familiares competitivas que podrían satisfacer el consumo doméstico, alentar la industrialización y propagar los valores democráticos.²⁶⁰

A partir da década de 1960, as propostas de inserção social da Igreja começam a se tornar mais incisivas, postura que obviamente está atrelada a uma conjuntura mais ampla da instituição decorrente de eventos como o Concílio Vaticano II, a publicação de encíclicas papais e também os movimentos da CELAM e da CNBB. A forma como esse processo ocorre depende das realidades regionais do País, da postura social e política dos bispos locais, da organização das comunidades de base²⁶¹. Fato é que, com a instauração do regime militar no Brasil, muitos religiosos assumem a postura crítica e até de oposição em relação ao regime a partir de meados dos anos 1970. Muitas esferas da Igreja se veem numa responsabilidade ainda maior de amparar as populações menos favorecidas com o almejado desenvolvimento econômico. Conforme Lustosa²⁶², ao longo dos anos 70, os bispos e a Igreja no Brasil ultrapassaram a noção de ação social, para engajar-se no movimento de pastoral social, uma prática e filosofia que norteou as denúncias de injustiças, mas também a prática social mais efetiva e intensa da Igreja.

No entendimento de Sérgio Bernal, no final da década de 1950, havia meio que uma compreensão entre uma considerável parcela do clero brasileiro de que a ordem das coisas dominantes não era cristã e para instaurar uma ordem cristã eram necessárias

²⁶⁰ TINSMAN, Heidi. *La tierra para el que trabaja: género, sexualidad y movimientos campesinos en la Reforma Agraria chilena*. Santiago: LOM Ediciones, 2009, p. 12.

²⁶¹ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram na década de 1960 e se expandiram ao longo dos anos 70 e 80, motivados principalmente pelos princípios da Teologia da Libertação. São organizações de cunho social, que têm como frente de ação as condições de vida de populações em condições de vulnerabilidade social, expostas à fome, à miséria e à exclusão social. Estes movimentos organizaram-se principalmente no espaço rural e nas periferias das cidades, onde através da hermenêutica do ver-julgar-agir, se tornam um instrumento de conscientização e educação de caráter social.

²⁶² LUSTOSA, 1991, op. cit.

reformas profundas e sérias. Mas qual era a pretensão dos bispos com tais reformas sociais? Bernal afirma que essa concepção partia da ideia da “recuperação do homem oprimido, sua inserção numa sociedade que tenha uma perspectiva evangélica, que defenda seus direitos inalienáveis e o ponha a serviço da comunidade e, ao mesmo tempo, torne-o responsável pela construção da própria história.”²⁶³

No período de 1952 a 1968, houve uma cooperação da Igreja e o Estado brasileiro, principalmente pelo fato de que a Igreja não possuía recursos para executar seus ambiciosos projetos de ação social. Mas o endurecimento do Regime Militar levou a uma ruptura da Igreja com o Estado e fez com a instituição católica buscasse assumir um papel de protagonismo, como uma das poucas instituições que pretende estar a favor da população menos favorecida. Era necessário então buscar outros meios para apoiar os projetos sociais da Igreja e é nas organizações não governamentais como a Misereor que se encontra um caminho frutífero. A cooperação nesse novo papel da Igreja enrijece-se com o passar do tempo não mais somente com apoio financeiro, mas com agentes vindos diretamente da Alemanha para auxiliar nos trabalhos de base.

Obviamente que esse processo ocorre no Brasil com intensidade diferente, em condições diferentes e com distintos desdobramentos. Não podemos conceber o mesmo processo de inserção social, fomentado pela CNBB, em regiões distintas. No Nordeste brasileiro foi uma realidade, enquanto no Sul ela se constitui sob perspectivas distintas. A inserção social da Igreja no espaço rural respeitou diversas nuances e lógicas que condicionaram esse processo. Mas a lógica geral esteve alicerçada no pensamento da melhoria das condições de vida dos sujeitos que ali viviam, seja nos espaços de conflitos pela posse da terra nos movimentos de sem-terra ou de questões indígenas, seja na assistência educacional e melhoria das relações de produção das regiões de colonização. O espaço rural é concebido como um ambiente a ser tutelado, seja pelo potencial de formação de movimentos de ação social, como sindicatos, por exemplo, seja como um ambiente propício para o fomento das relações sociais cristãs tão almejadas pela Igreja.

²⁶³ BERNAL, Sérgio. *CNBB: da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres*. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 43.

3.4 O texto no contexto

A preocupação com a causa social da Igreja Católica ficou mais incisiva a partir da década de 1960 com as conclusões e os documentos norteadores decorrentes do Concílio Vaticano II. Essa ideia de uma Igreja universal corroborou no processo de transnacionalização dos ideais sociais e na cooperação ao combate às mazelas sociais como a fome, a miséria, a vulnerabilidade social e a ausência de instrução técnica. Nesse contexto, a instituição assumiu postura de participar dos processos de desenvolvimento, buscando, dessa forma, implantar um modelo peculiar, alicerçado nos padrões de uma Igreja responsável pelos acontecimentos e pelo futuro dos povos.

Conforme Bernal

Os diversos aspectos que constituem a Questão Social aparecem com frequência como preocupação prioritária dos bispos. [...] Os bispos sentem a necessidade de justificar sua intervenção no campo social, político, econômico e cultural. [...] Do mesmo modo que os bispos estão obrigados a guiar suas comunidades para a vida eterna, devem estimulá-las também a conseguir o equilíbrio social da vida terrena.”

264

De 1952 a 1968, a Igreja brasileira manifestou a preocupação com a problemática social como um dos temas centrais de suas intervenções. Ver, julgar e agir são temáticas recorrentes no episcopado, mas a grande questão é: por quais meios? Ao longo da década de 1950 lançam-se sementes no episcopado brasileiro que trazem à tona os problemas sociais, principalmente do espaço rural. Tudo ainda era um tanto vago, mas esse processo é a base do movimento que se desenrola nas décadas subsequentes. A partir de 1968, as práticas de ação social ficam mais claras e legitimadas através das conclusões explanadas no evento da CELAM em Medellín.

Em 1964, com a instauração de um regime autoritário no Brasil, o papel da Igreja torna-se mais evidente e ela entende que representa uma das poucas entidades instituídas responsáveis pela causa social e amparo às populações condicionadas a situações degradantes. O olhar da Igreja para os pobres, em especial para o meio rural, justifica-se nas décadas de 1960 e 1970 sob os princípios da causa social, mas para além de uma filosofia e de um princípio, torna-se uma preocupação a opção pela ação efetiva. A cooperação, em parceria com a Misereor, é uma das alternativas encontradas. Entre 1952 e 1968 há uma parceria de certa forma consistente entre Igreja e Estado na

²⁶⁴ BERNAL, 1989, op. cit, p. 35.

promoção de ações sociais. A partir de então, com o a postura crítica da CNBB com o governo dos militares, é preciso que a Igreja Católica busque outras fontes de recursos para viabilizar seus projetos sociais.

Nos capítulos subsequentes, analisaremos de que formas e quais as posturas adotadas nos projetos de cooperação nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no período de 1959 e 1979. Os princípios dos projetos de cooperação estarão condicionados a diversos fatores, como o pensamento de ação social do bispo em sua regional de ação, dos religiosos, dos atores sociais e leigos envolvidos nos projetos e da estrutura socioeconômica regional. São diversos aspectos, que se relacionados com o ideal de cooperação da Misereor, fazem com o que o discurso do desenvolvimento transcenda fronteiras, atue transnacionalmente, cristalize-se e se ramifique sob diversos condicionantes e realidades.

4.0 OS PROJETOS DE COOPERAÇÃO: UM ESBOÇO ESTATÍSTICO

O objetivo desse Capítulo é fazer uma análise estatística e conjectural dos processos de cooperação desenvolvidos em parceria com a Misereor nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A análise considera os três estados entre os anos de 1959 a 1979 na área da agricultura. Considerou-se essa possibilidade visto que a proposta da Misereor era de cooperar em projetos de desenvolvimento em áreas consideradas de carência e de vulnerabilidade social, econômica ou até mesmo política.

Para tanto, primeiramente faremos uma análise dos métodos e abordagens possíveis de serem feitas no arquivo da Misereor, localizado na cidade de Aachen. Percebe-se que esses critérios institucionais influenciaram, mas não somente, na delimitação do espaço temporal da pesquisa. Para a realização da pesquisa no arquivo, tiveram de ser levados em consideração alguns critérios técnicos e institucionais, aspecto que, de certo modo, limitou nossa abordagem. No entanto, a amostra disponibilizada possibilitou uma análise consistente do tema ao qual se propõe o estudo.

O objetivo é de oferecer uma compreensão mais genérica a que se propunha a parceria da instituição no Sul do Brasil e através de uma análise estatística relacionar a escala regional numa perspectiva de Brasil e de América Latina. Da mesma forma, a análise oferece um olhar da forma como se organiza o arquivo da Misereor e a abordagem feita das fontes.

4.1 A organização do arquivo da Misereor

O arquivo da Misereor, situado na cidade de Aachen, é composto pelos projetos desenvolvidos junto a entidades parceiras localizadas em diversos países e continentes. Detém grande parte dos projetos desenvolvidos em cooperação desde 1959, por isso, um estudo estatístico torna-se bastante abrangente e consistente, pois a quase totalidade dos projetos está registrada junto ao arquivo e poucos projetos não estão presentes fisicamente, pois sofreram com algum tipo de extravio.

Denominados de dossiês, eles estão registrados por uma identificação numeral, conforme o país, a diocese ou arquidiocese e o número de inscrição do projeto. Portanto, para localizar um projeto no arquivo é necessário levar em consideração o país e a região em que foi posto em ação. Como exemplo, o projeto de número 233-114/044 é representado pelo código de área do Brasil (233), o código da Diocese/Arquidiocese

(114 – Frederico Westphalen-RS) e o seu número de ocorrência local (044). Outra identificação possível, mas rara, é se um projeto foi posto em ação em decorrência ou como sequência de um projeto anterior. Assim temos, por exemplo, o projeto 233-058/002 desenvolvido em Itapiranga-SC no ano de 1962 e o projeto 233-058/002A, desenvolvido no mesmo município no ano de 1971.

Outra identificação institucional concernente aos projetos de cooperação presentes no arquivo da Misereor compreende as áreas de ação. Essa identificação interessa ao nosso tema, tendo em vista os projetos desenvolvidos na área da agricultura. O arquivo da Misereor classifica os projetos em oito grandes áreas e códigos afins, que são:

- Educação, Educação Profissional, Cultura (Área 0);
- Saúde (Área 1)
- Moradia, Espaços, Água (Área 2);
- Desenvolvimento Agrícola (Área 3);
- Negócios e Trabalho (Área 4);
- Associações (Área 5);
- Ajuda de emergência a refugiados (Área 6);
- Projetos Integrados (Área 7);
- Trabalhos com parceiros (Área 8).

Portanto, para classificar um projeto, o arquivo considera o código de área e seus subcódigos, conforme a proposta do projeto. Como exemplo, temos a Área 3: Desenvolvimento Agrícola > subárea 30: Política Agrária > subárea 300: Política para a Agricultura ou a subárea 301: Reforma Agrária.

Para a pesquisa junto ao arquivo foi necessário delimitar alguns temas e algumas áreas afins com a proposta de tese. No software onde estão catalogados os projetos, é possível realizar mecanismos de buscas de diversas formas. Optou-se por dois. Em primeiro lugar, para a realização de uma pesquisa estatística geral e abrangente foi estipulada somente a área 3: Desenvolvimento Agrícola. Já para o estudo de casos, onde são realizadas análises circunstanciadas sobre determinados projetos, foi feita uma seleção com base em palavras-chave relacionadas à agricultura de uma forma geral. O arquivo considera como Desenvolvimento Agrícola a seguinte estrutura:

- 30 Política Agrária
- 300 Políticas para a agricultura
- 301 Reforma Agrária

- 31 Pesquisas em agricultura
- 310 Pesquisas sobre terras (Landressourcen)
- 311 Irrigação
- 32 Sistemas de cultivo agrícola
- 320 Desenvolvimento de sistemas de cultivo
- 321 Cultivo ecológico
- 322 Ampliações para cultivos
- 323 Cultivo para exportação
- 324 Criação de animais
- 33 Escolas de capacitação agrícola
- 330 Escolas de Formação Agrícola
- 331 Capacitação agrícola
- 332 Pesquisas em agricultura
- 34 Economia Agrícola
- 340 Cooperativas agrícolas locais
- 341 Mercados agrícolas
- 342 Associação de financiamento agrícola
- 35 Organizações locais de agricultores
- 350 Organizações de agricultores
- 351 Organização de direito agrário
- 36 Silvicultura
- 360 Política para Silvicultura
- 361 Economia Silvícola
- 362 Educação para silvicultura
- 37 Pesca
- 370 Políticas para pesca
- 371 Associações de pescadores
- 372 Escolas de pesca

Já para a realização de estudos de casos, foram efetuadas buscas no sistema através de palavras-chave referente aos três estados do Sul do Brasil e desenvolvidos entre os anos de 1959 e 1979. O sistema buscou projetos que continham essas palavras no seu título. As palavras-chave consideradas foram: agricultura, associações agrícolas, agricultores, rural, educação agrícola, produção agrícola. Essa busca no sistema e a disponibilização dos dossiês ficou a encargo da direção do arquivo, não sendo possível

ao pesquisador influenciar nesse processo. Assim, o sistema disponibilizou 51 projetos, cuja relação encontra-se em anexo no Quadro 07.

Para fazer a pesquisa no arquivo, primeiramente foi preciso levar em consideração as normas institucionais da Misereor, as quais não permitem que sejam feitas pesquisas *in loco* em projetos desenvolvidos nos últimos 30 anos, uma política que visa preservar identidades de sujeitos que participaram desses processos. Surge daí, também como condicionante técnico, a delimitação do nosso espaço temporal, que compreende entre 1959-1979, representando os primeiros vinte anos de cooperação da Misereor. A temporalidade na história é fator importante a considerar, visto que em determinado recorte podem-se englobar aspectos e fatos conjecturais. De 1959 a 1979, a Igreja Católica, em sua oficialidade e diretriz pastoral, posicionou-se de diversas maneiras e as realidades sociais, políticas e econômicas da região Sul do Brasil engendraram-se sob inúmeras variantes. Portanto, o recorte temporal é sustentado pelo critério técnico da possibilidade de acesso e consulta aos projetos. O aspecto da conjectura social, política e econômica dos três estados sulinos é caracterizado na análise de cada projeto, numa análise circunstancial a ser desenvolvida mais adiante. Mas, podemos afirmar que a temporalidade escolhida remete a um período de efetiva e intensa inserção da política de cooperação do catolicismo. As décadas de 1960 e 1970 foram períodos de afirmação, legitimação e expansão da causa social em meio a um cenário político e econômico adverso.

Estatisticamente poder-se-ia englobar uma temporalidade maior, mas isso poderia tornar a proposta falha ao desconectar fatos e contextos, de dados estatísticos e quantitativos. Portanto, por critérios metodológicos, usuais e institucionais, demarcou-se a análise temporal entre 1959 e 1979. Entende-se que optar por este ou aquele recorte temporal sempre vai deixar de levar em consideração alguns aspectos, visto que a história se engendra numa processualidade.

Para a análise de um projeto de cooperação com auxílio da Misereor, parte-se de um olhar local, de uma realidade ou de uma necessidade que surge de uma comunidade, de uma associação, de uma entidade ou de uma cooperativa. Essa também era a postura da Misereor quando da aprovação de um auxílio financeiro. A justificativa deveria contemplar uma situação local que remetesse a uma proposta de desenvolvimento ou de ajuda para a melhoria das condições de vida de um grupo de pessoas. Mas, no entanto, não se pode obviamente perder de vista um contexto mais amplo, visto que a Misereor se insere numa realidade histórica e geopolítica conturbada das décadas de 1960 e 1970.

Portanto, os dossiês dos projetos de cooperação sempre iniciam com um ofício de um agente ou de uma entidade local (no caso do Sul do Brasil). A partir dessa manifestação, inicia o diálogo entre a realidade local e a Misereor. Em suma, grande parte dos dossiês são compostos pelo seguinte ordenamento:

1. Manifestação de agentes locais (pedido de ajuda/auxílio e descrição da realidade e do problema);
2. Projeto e plano de ação;
3. Manifestação do Bispo ou Arcebispo da região;
4. Solicitação de maiores informações por parte da Misereor, através do setor responsável pela América Latina, se necessário;
5. Manifestação da Misereor da viabilidade do projeto;
6. Elaboração de um plano de ação conjunto (contrapartidas);
7. Aprovação ou Reprovação da Misereor;
8. Desenvolvimento do projeto;
9. Prestação de contas.²⁶⁵

A relação entre a Misereor e os agentes locais não se caracterizou unicamente de forma positiva e pacífica. Em muitos casos, o desenvolvimento de um projeto, desde sua concepção até a conclusão, era conturbado, problemático e conflituoso. Obviamente é preciso vislumbrar que, com o desenvolvimento da Misereor, a demanda por ajuda passou a ser maior do que a disponibilidade de recursos e essa condição obrigava a entidade a recusar o auxílio para alguns projetos. Geralmente, a recusa de um projeto era efetuada por critérios técnicos ou pela proposta não se enquadrar na linha de ação e filosofia da Misereor.²⁶⁶

A existência da Misereor mobilizou muitas entidades e personalidades nos países sulinos. Diante das realidades sociais, econômicas e políticas dessas populações nos anos 1960 e 1970, a possibilidade de apoio financeiro fez com que se engendrasse uma demanda muito grande de solicitações de ajuda. Por algum desconhecimento, muitos projetos eram elaborados de forma não condizente com os princípios e as

²⁶⁵ Alguns dossiês que abrangem o período de 1959 a 1979 não estão disponibilizados em sua íntegra, visto que recentemente o arquivo da Misereor iniciou um processo de síntetização dos dossiês em consequência do excesso de volume e da disponibilidade de espaço físico. Outros projetos que não foram disponibilizados na íntegra são os que foram realizados através da ação de agentes alemães, geralmente técnicos e especialistas. Para preservar a identidade dessas pessoas, não é possível analisar o projeto integralmente. No nosso caso, são os projetos 233-033/006 e 233-058/001.

²⁶⁶ Pelo fato dos projetos não apoiados que foram reprovados pela Misereor não estarem à disposição no arquivo não nos é possível analisar esses contextos. Esse é um tema ainda a ser pesquisado, qual seja, de entender os contextos dos projetos que não foram apoiados pela Misereor.

políticas de ação da entidade. Em algumas situações, o problema e a realidade eram condizentes, mas a metodologia e a proposta de trabalho não se enquadravam. Temos de entender que nos anos 1960 e 1970 muitos projetos foram elaborados por personalidades que conviviam com a realidade, mas não estavam capacitadas a elaborar um projeto de ação. Como na época o meio de comunicação utilizado era por ofícios escritos, a demora de correspondência entre o envio e a resposta e a mobilização das pessoas e dos recursos necessários tornava o processo consideravelmente lento.

Assim que o projeto dava entrada junto à Misereor na Alemanha, ele era direcionado aos departamentos setoriais, compostos por funcionários que geralmente conheciam as realidades e conjecturas do continente. Em muitos casos, esses funcionários já haviam atuado em alguma atividade missionária ou de assessoria nessas regiões. No nosso caso, o departamento pertinente da América Latina efetuava um registro da proposta e solicitava documentos suplementares, caso fosse necessário. Na posse dos dados, o referido departamento elaborava um documento síntese que era remetido à coordenação geral da Misereor que aprovava ou reprovava a solicitação.

Esse documento síntese elaborado pelo departamento setorial da América Latina era padronizado para todos os projetos. Nele constava o título do projeto e seu registro, a diocese ao qual se integrava no Brasil, as entidades e pessoas responsáveis, os custos e a contrapartida, as manifestações de apoio e aprovação de bispos e entidades parceiras, uma descrição sintética do projeto com termos e temas norteadores e um parecer do departamento da América Latina (*Berteilung durch das Lateinamerika-Referat*) concordando ou não com a proposta.

Temos como exemplo, a solicitação do Departamento da América Latina referente a maiores informações sobre um pedido da Associação Imaculada Virgem Maria vindo do município de Prudentópolis/PR:

Acusamos agradecidos a sua carta de 13 de Outubro de 1976, na qual a senhora nos pede uma ajuda para a compra de implementos agrícolas.

Para poder melhor estudar o seu pedido será necessário indicar exatamente o que a senhora pretende comprar e indicando também os preços. Não estamos bastante informados sobre os cursos de horticultura que a escola organiza. Falta uma recomendação do Senhor Bispo de Guarapuava ou do Bispo responsável pelos Ucrânicos.

Para ulteriores informações juntamos aqui um questionário que serve para descrever de modo mais exato o projeto.²⁶⁷

Como podemos perceber, havia o desejo da Misereor de que a proposta não fosse uma iniciativa isolada. O desejo era de que houvesse entidades parceiras e, principalmente, o apoio de entidades religiosas regionais, principalmente do bispo ou do arcebispo. Esse é um detalhe muito importante a considerar, a aprovação e a legitimação da autoridade eclesial católica é um aspecto que se repete em praticamente todos os projetos consultados.

O aspecto determinante para a aprovação de um projeto era a medida em que o plano de ação remetesse a um ideal de desenvolvimento. Obviamente esse conceito não estava tão presente em projetos que apoiavam calamidades climáticas ou de refugiados em caráter emergencial. Em suma, os projetos deveriam ter como justificativa central uma proposta de desenvolvimento. Isso elucida e remete a uma conjectura que se concebeu como de auxílio aos países em desenvolvimento, regiões de ação da Misereor.

Assim, percebemos uma constante na maioria dos projetos: o sentimento ou o desejo de mudar uma realidade social, principalmente econômica. Essas realidades sociais constadas na agricultura, presentes de maneira geral na descrição da proposta, remetiam a realidades de “miséria”, “alimentação”, “métodos atrasados ou rudimentares de produção”, “condições de trabalho”, “técnicas de produção”, “formação técnica”, “modernização”, “higiene” e “saneamento básico”.

De maneira geral, os projetos de cooperação apoiados pela Misereor na área da agricultura destinavam-se a pequenos agricultores, detentores da força de trabalho familiar para produzir alimentos e preservar as condições do solo e do meio ambiente. Os projetos visavam basicamente apoiar as famílias a continuar na atividade agrícola, praticando uma agricultura mais “racional” no intuito de evitar o êxodo rural e gerar renda no campo. A permanência da família na propriedade resultava numa série de fatores valorizados pela Misereor, como a geração de renda no campo, a produção de alimentos de melhor qualidade, a preservação dos recursos naturais e a integridade das pessoas que, no ambiente da cidade, estariam expostas a vários tipos de situações degradantes.

²⁶⁷ Ofício Misereor direcionado à Associação Imaculada Virgem Maria, datado de 27/10/1976, integrante do projeto de nº 233-196/019, disponível no acervo do arquivo da Misereor/Aachen. Acesso em Janeiro/2016.

Outro aspecto presente de forma consistente era o teor de coletividade, ou seja, quantas pessoas o projeto pretendia atingir. Por isso, na área da agricultura foram aprovadas muitas propostas que se destinavam a cooperativas, sindicatos, associações, escolas e hospitais, pois englobavam e remetiam a uma perspectiva de contexto. Obviamente que essa preocupação por parte da Misereor era em relação à amplitude do projeto e se com o recurso despendido fosse possível realizar a ação. No entanto, como a análise dos projetos vai demonstrar, não havia a exigência de que fosse atingida uma grande soma de pessoas, visto que o olhar da Misereor era direcionado a contextos locais e comunitários. Realizar um projeto de cooperação para o desenvolvimento numa perspectiva local remete também ao contingenciamento do número de pessoas que se pretende atingir.

Na publicação da Misereor, em comemoração aos vinte anos de fundação, é apresentada uma ideia do que se concebia como uma ideia de projeto de cooperação: “um projeto é uma ideia, um plano, para superar uma situação de sofrimento humano. São tantas situações de sofrimento – fome, doença, ignorância, exploração – e tantos projetos diferentes. A maioria dos projetos desse período eram concebidos sobre situações concretas de sofrimento.”²⁶⁸

O texto complementa que a Misereor somente poderia oferecer tanto quanto fosse possível aos seus parceiros. Eles precisariam ter as ideias certas, e eram concebidos como a capacidade e a força que deve ser feita em parceria. Os primeiros anos de existência da cooperação entre a Misereor e as entidades locais representaram um processo de amadurecimento dos projetos, como uma consequência natural do aperfeiçoamento das estruturas da entidade como das iniciativas locais. O Colóquio de Bernsberg de 1968 representou uma iniciativa da aproximação dos dois polos e da tentativa de padronização das práticas.

Os princípios de ajuda da Misereor, conforme a publicação da entidade²⁶⁹, estavam estruturados em:

1. A ajuda deveria ser oferecida a todas as pessoas, principalmente aquelas que não pudessem satisfazer as suas necessidades básicas e sofrem devido a uma situação de emergência;
2. As medidas de apoio da Misereor deveriam ser duráveis;

²⁶⁸ MISEREOR ARBEITSHILFE. *Misereor jahresbericht 1978 und Rechenschaftsbericht 1959-1978*. Aachen: Publicação especial, 1979, p. 8.

²⁶⁹ MISEREOR ARBEITSHILFE, 1979, op. cit.

3. Os projetos deveriam ser trabalhados pelas próprias localidades e que as condições de ajuda ao desenvolvimento fossem adaptadas à realidade;
4. O auxílio deveria ser oferecido para a promoção da ajuda mútua conforme a vontade do povo;
5. Para cada auxílio deveria ser feito um esforço para que as metas fossem atingidas sem surtir em efeitos negativos;
6. A Misereor não pretendia ela própria promover as condições de desenvolvimento, mas parceria com as variadas entidades;
7. Pretendia-se tomar as medidas corretas e suportáveis para todos;
8. Discutir a política de ajuda com as entidades parceiras dos países em desenvolvimento, discutindo através de seminários e debates e fortalecendo as entidades engajadas em projetos de cooperação.

Percebe-se que as diretrizes norteadoras da proposta de cooperação direcionavam-se para a promoção humana e o trabalho conjunto e a união de esforços visando modificar uma situação de emergência e de sofrimento ocasionada por fatores diversos, que vão desde a falta de estrutura básica à negligência dos governos locais. A postura da Misereor é clara e pretendia ser um canalizador de políticas de cooperação diante de situações sociais adversas. Nesse sentido, os projetos elaborados pelas entidades visando auxílio financeiro deveriam estar estruturados sob grande parte dos princípios elencados. Nessa perspectiva percebe-se um alinhamento às doutrinas do Concílio Vaticano II, reforçando princípios como a dignidade humana e a subsidiariedade.

No entanto, é preciso ter presente que as entidades parceiras e os personagens que apresentavam propostas de cooperação junto à Misereor eram sujeitos políticos, que faziam parte de um contexto, que tinham uma visão de mundo, uma perspectiva, uma filosofia. Temos aí então, duas situações. A primeira refere-se ao posicionamento da Misereor acerca das causas sociais e do desenvolvimento dos povos. A segunda é a perspectiva que os atores locais tinham acerca desses processos. A oferta da ajuda possui duas vias, a de quem oferece e de quem a recebe. Como padronizar e unificar as ações? As realidades locais eram compostas por teias e relações de poder, cristalizadas através de práticas sociais. A análise circunstanciada dos projetos irá demonstrar que o processo de cooperação para o desenvolvimento estava imbuído de uma visão de mundo, de uma perspectiva de vida e de realidade acerca do que se compõe o desenvolvimento. Modificar uma realidade social representa construir novas

perspectivas e a gama de problemáticas decorrentes da visão de desenvolvimento característica das décadas de 1960 e 1970 traz à tona um contexto bastante representativo.

4.2 A cooperação em números: uma análise estatística

No intuito de conjecturar os projetos de cooperação desenvolvidos pela Misereor entre os anos de 1959 e 1979, podemos analisar alguns dados estatísticos que colaboram na discussão e compreensão das propostas e linhas de ação da instituição, bem como, obviamente, das realidades sociais detectadas nos países subdesenvolvidos. Esses dados estatísticos estão presentes no anuário publicado pela Misereor a partir do ano de 1970.

No período de 1959 a 1979, a Misereor desenvolveu 28.471 projetos que englobaram uma soma aproximada de 2,5 bilhões de marcos. No Brasil, contando com todas as áreas de ação, foram realizados 4.226 projetos de cooperação pela Misereor, que juntos somaram a quantia aproximada de 209 milhões de marcos. Na América Latina, o Brasil teve o maior número de projetos e a maior soma de valores repassados ou financiados pela entidade.

Na área da agricultura, que corresponde para a Misereor a denominação de *Landwirtschaft und Ländliche Entwicklung*, foram desenvolvidos 3.617 projetos. Conforme estatísticas publicadas pela Misereor, entre 1959 e 1979, a área da agricultura foi a quarta mais beneficiada, conforme o quadro abaixo²⁷⁰:

²⁷⁰ Os dados estatísticos por área divulgados pela Misereor não correspondem exatamente aos mesmos códigos e áreas utilizados atualmente pelo arquivo da Misereor.

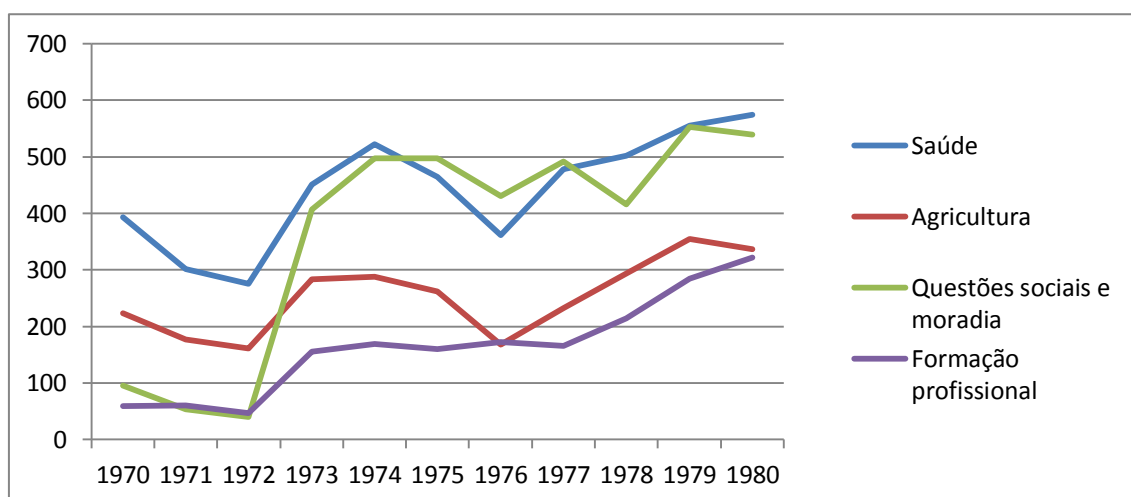
Tabela 04: Total de projetos desenvolvidos pela Misereor no mundo (1959-1979)

	Área	Total de projetos desenvolvidos
1º	Serviços de saúde	6.311
2º	Questões sociais e de moradia	5.498
3º	Educação de adultos, informação, escolas	3.982
4º	Agricultura e desenvolvimento agrícola	3.617
5º	Desenvolvimento comercial e escolas de formação	3.092
6º	Ações em áreas diversas	2.432
7º	Formação profissional	2.319
8º	Ajudas a catástrofes (emergências)	711

Fonte: Anuário da Misereor de 1979²⁷¹

Sobre a área da agricultura, o anuário estatístico da Misereor de 1979 contempla linhas de ação das diferentes manifestações que ocorrem no espaço agrícola da América Latina com prioridades para os pequenos agricultores, os posseiros, arrendatários, bóias-frias, indígenas. Esses grupos sociais eram considerados pela Misereor como prioritários nos projetos de cooperação para o desenvolvimento, o que reflete basicamente as situações mais vulneráveis do meio rural. Como comparativo, a Misereor elencou para outros continentes os seguintes grupos como prioritários na área da agricultura: na Ásia seriam os pequenos agricultores, os *Hariyan*, provenientes das castas inferiores da Índia, as comunidades tribais; já na África seriam agricultores de subsistência, os pastores, coletores e os nômades.

²⁷¹ MISEREOR ARBEITSHILFE, op. cit. 1979.

Gráfico 01: Áreas e quantidade de projetos desenvolvidos (1970-1980)

Fonte: Anuário da Misereor de 1980²⁷²

A distribuição dos recursos por áreas, pelo fato de representar um dado estatístico e quantitativo, deve ser compreendida na perspectiva de que não somente os projetos destinados ao desenvolvimento agrícola beneficiaram esse setor. Os investimentos em outras áreas também incidiram sobre as populações do espaço rural, algumas com menor, outras com maior intensidade. Quando a Misereor auxilia na construção de um hospital ou de uma escola, mesmo que esse recurso seja computado em outra área, a ação, de alguma forma, também reflete no meio rural, pois os sujeitos podem ser beneficiados e fazer uso desse empreendimento.

Percebemos, na distribuição quantitativa dos recursos, que primeiro são favorecidos projetos destinados a ações de necessidade básica, como assistência à saúde, moradia, saneamento básico e educação. O fato de o setor da agricultura estar representado em quarto lugar e estar à frente de outras áreas da economia como o comércio e a indústria, por exemplo, demonstra a preocupação da Misereor e reflete a condição da população dos países subdesenvolvidos, que na década de 1960 e 1970 se concentrava preponderantemente ainda nas zonas rurais, apesar de nessas décadas ocorrer um crescimento considerável do número de pessoas vivendo no espaço urbano.

Para colaborar na compreensão dos contextos da cooperação no setor agrícola, o departamento de estatística da Misereor disponibilizou o quantitativo dos projetos desenvolvidos na América Latina e Caribe, bem como, no Brasil. Os dados referem-se à área 3 – Desenvolvimento agrícola. Para tanto, temos os seguintes quadros:

²⁷² MISEREOR ARBEITSHILFE. *Misereor jahresbericht 1980*. Aachen, Publicação Especial, 1980.

Quadro 03: Projetos executados na América Latina e Caribe (1959-1980)

Área	Sub área	Quantidade de projetos	Valores em euros
30 – Política agrícola	301 – Reforma agrária	4	731.045,13
31 – Pesquisas em agricultura	310 – Pesquisas sobre terras	4	49.084,02
	311 – Irrigação	21	1.176.753,61
32 – Sistemas de cultivo agrícola	320 – Desenvolvimento de sistema de cultivo	59	4.382.027,10
	322 – Ampliações para cultivo	164	4.450.504,40
	324 – Criação de animais	61	1.904.041,28
33 – Escolas de capacitação agrícola	330 – Escolas de formação agrícola	197	13.352.673,98
	331 – Capacitação agrícola	164	12.068.753,21
	332 – Pesquisas em agricultura	19	533.870,55
34 – Economia agrícola	340 – Cooperativas agrícolas locais	68	1.968.579,84
35 – Organizações locais de trabalhadores	350 – Organizações de agricultores	47	2.829.131,35
	351 – Organizações de direito agrário	29	2.484.878,58
36 – Silvicultura	361 – Economia silvícola	2	109.927,76
37 - Pesca	370 – Políticas para pesca	6	2.073.288,57

	371 – Associações de pescadores	24	1.538.487,50
	372 – Escolas de pesca	5	46.527,257
	Total	874	49.696.574,45

Fonte: Arquivo da Misereor, Departamento de Estatística, Aachen. Os dados em euros foram atualizados pelo arquivo.

A distribuição dos projetos por área demonstra que grande percentual esteve concentrado nas áreas de 32 – sistemas de cultivo agrícola e na área 33 – escolas de capacitação agrícola. Isso demonstra que havia um fortalecimento das iniciativas voltadas para a produção e para a formação da população do campo. Produtividade aliada à capacitação era receita muito valorizada pela Misereor e também demonstra que as entidades de base responsáveis pelo projeto agiam focadas principalmente nessas áreas. Essas duas áreas corresponderam a 75% dos projetos desenvolvidos na América Latina.

Enfim, essa concentração dos recursos em determinadas áreas parece ter sido uma tendência geral, visto que o percentual se repete na medida em que formos diminuindo de escala de análise. Por exemplo, na área 33 (Escolas de Capacitação Agrícola) em relação ao total de projetos da América Latina, representou 43% das iniciativas, enquanto no Brasil representou 36% e no Sul do Brasil 38%. A área 35 (Organizações Locais de Agricultores na América Latina) percentualmente corresponde a 8,6% dos projetos, em nível de Brasil, 11,6% e no Sul do Brasil, 14,7%. Com base nesses dados, percebe-se que há pouca variação na distribuição dos projetos por área, o que demonstra certa tendência generalizante para que áreas prioritárias fossem mais favorecidas.

Ao analisar os dados estatísticos dos projetos desenvolvidos no Brasil somente na área da agricultura, o que no arquivo da Misereor corresponde à área 3 – desenvolvimento agrícola, temos o seguinte quadro:

Quadro 04: Projetos executados no Brasil (1959-1980).

Área	Sub área	Quantidade de projetos	Valores em euros
30 – Política Agrária	301 – Reforma agrária	2	182.019,91
31 – Pesquisa em agricultura	310 – Pesquisa sobre terras	2	7.669,38
	311 – Irrigação	6	102.923,05
32 – Sistemas de cultivo agrícola	320 – Desenvolvimento de sistemas de cultivo	30	2.400.310,88
	322 – Ampliação para cultivos	73	1.584.943,51
	324 – Criação de animais	23	378.662,78
33 – Escolas de capacitação agrícola	330 – Escolas de formação agrícola	53	2.800.028,65
	331 – Capacitação agrícola	64	3.763.646,55
	332 – Pesquisa em agricultura	13	209.322,90
34 – Economia Agrícola	340 – Cooperativas agrícolas locais	35	528.951,91
35 – Organizações locais de agricultores	350 – Organizações de agricultores	15	513.643,82
	351 – Organização de direito agrário	27	516.404,84
37 – Pesca	370 – Políticas para pesca	1	33.233,97
	371 – Associações de pescadores	13	866.946,52
	372 – Escolas de pesca	4	42.437,23
	Total	361	13.931.145,90

Fonte: Arquivo da Misereor, Departamento de Estatística, Aachen. Os dados em euros foram atualizados pelo arquivo.

Não foram disponibilizados os dados referentes à distribuição geográfica regional brasileira dos projetos, mas ao analisar a distribuição dos recursos por áreas e subáreas, podemos perceber que a ampliação de cultivo, a capacitação agrícola e construção de escolas agrícolas foram os setores em que houve maior investimento. Em termos percentuais, os investimentos nessas áreas eram consideravelmente maiores em

relação as demais, o que demonstra que havia engajamento e esforço em melhorar e aprimorar os padrões produtivos, o que a princípio nos fazer concluir na perspectiva de uma maior geração de renda, bem como, esforço na formação dos agricultores diante de um cenário de modernização da agricultura, então em ascensão no Brasil.

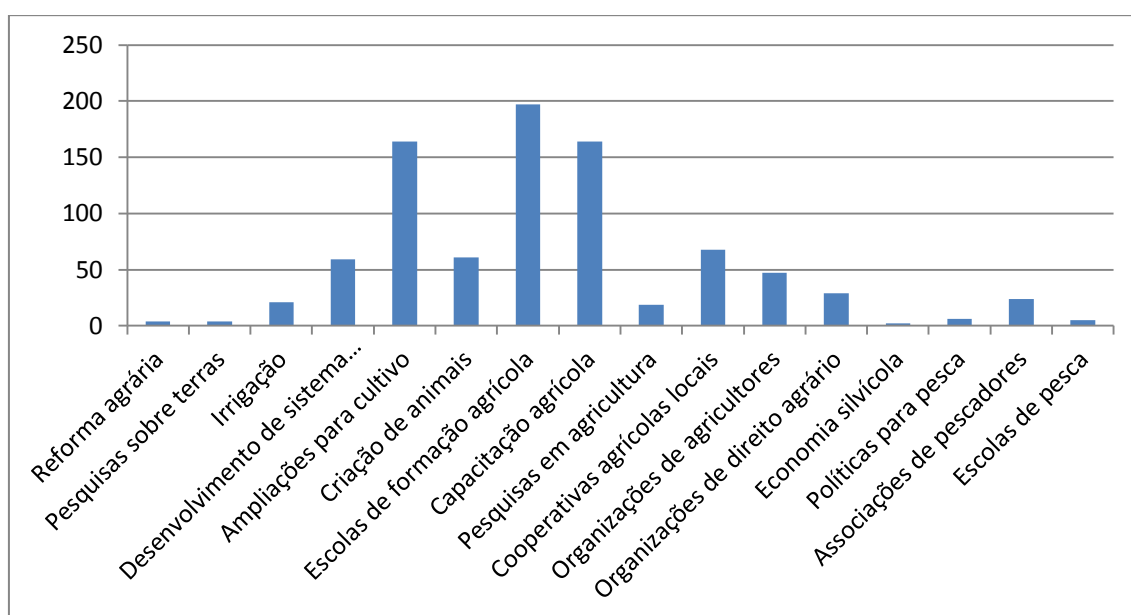
Na área 33 (Escolas de Capacitação Agrícola) foram desenvolvidas 130 iniciativas e na área 32 (Sistemas de Cultivo Agrícola) foram postos em prática 126. Do total de 361 projetos desenvolvidos ao longo de 1959 e 1980, 71% foram direcionados para a questão da produtividade e da capacitação do agricultor, isso sem contar que na área da pesca também houve a criação de escolas e centros de formação. Essa análise é bastante simbólica e reflete a ação direta da Igreja e das entidades de base no ambiente de formação e estímulo à produção do setor agrícola. Esses dois pilares eram concebidos como fundamentais para evitar o abandono da atividade e conseqüentemente o êxodo rural, bem como, inserir os agricultores na lógica da modernização dos padrões produtivos agrícolas.

O estímulo ao desenvolvimento de cooperativas se insere na mesma lógica. Diante de um espaço rural com as relações produtivas e sociais vulneráveis em decorrência da fragmentação e desestruturação causada pelo processo modernizador, principalmente das pequenas propriedades, o fomento ao espírito cooperativo era concebido como uma alternativa positiva de apoio à prática agrícola de pequeno e médio porte de caráter local.

Aspecto importante a destacar é que os dois projetos de cooperação na subárea 301, que corresponde à reforma agrária, somente ocorreram na década de 1960. Ao longo de toda década de 1970 não houve, conforme os dados estatísticos, um projeto voltado diretamente para a área da reforma agrária. Isso em termos de Brasil é bastante significativo e pode colaborar na compreensão da postura da Igreja nessa área ao longo do período. É uma questão relevante, visto que na década de 1970, a CNBB e os diversos segmentos da Igreja se engajam de forma consistente na questão da terra e do latifúndio no Brasil. Numa visão mais abrangente, analisando os dados referentes aos projetos postos em prática na América Latina e Caribe, temos o fato interessante de que a Misereor apoiou somente quatro projetos na área de reforma agrária, dos quais, dois no Brasil. Outro aspecto interessante é que na América Latina também não houve nenhum projeto ao longo da década de 1970, o que pode refletir uma postura da própria Misereor em não apoiar projetos nessa área nesse período.

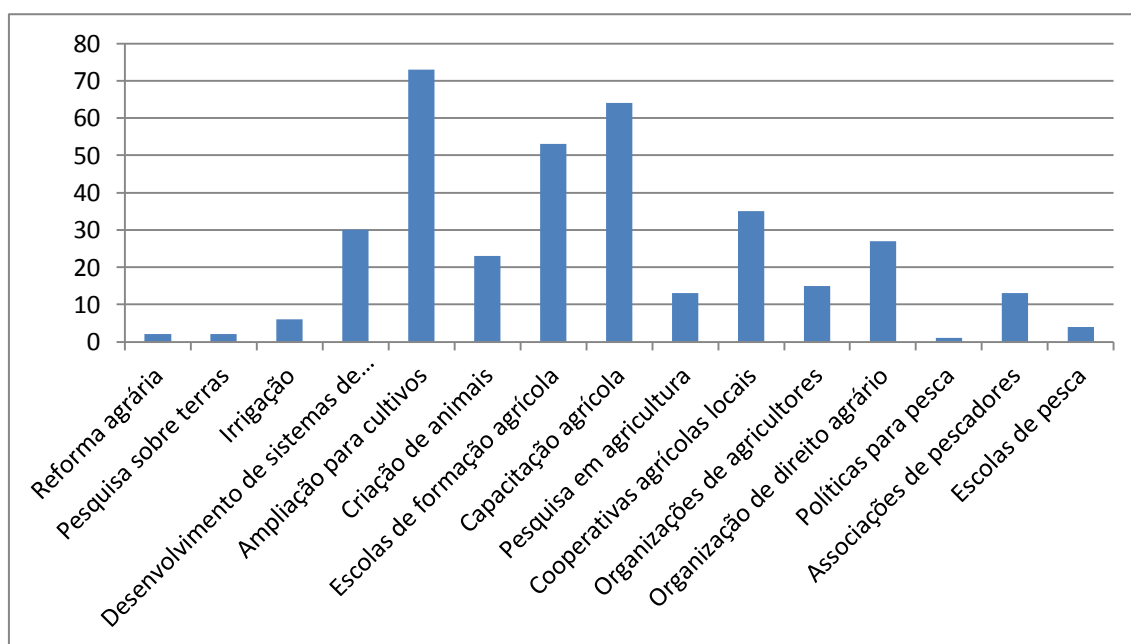
A análise de dados estatísticos remete a uma perspectiva que, mesmo que não tenham sido efetuados projetos direcionados à reforma agrária, pode ser que outros projetos alocados em áreas pertinentes possam ter sido postos em prática em regiões de reforma agrária, através do direcionamento de recursos em outros setores, como educação, por exemplo. Essa perspectiva parece ser mais convincente, visto que no período os bispos e a Igreja Católica brasileira, de maneira geral, estavam engajados na questão da reforma agrária e, como exemplo, temos a Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975 para coordenar as ações do catolicismo no cenário agrícola.

Gráfico 02: Distribuição dos projetos por subárea na América Latina (1959-1980)



Fonte: Arquivo da Misereor, Departamento de Estatística, Aachen. Elaborado pelo autor.

A questão dos investimentos no setor de ampliação para cultivo reflete a condição de acréscimo das áreas de produção. Nos anos 1960 e 1970, a fronteira agrícola encontrava-se em expansão em diversas regiões e o aumento da produtividade esteve atrelado ao preparo de novas frentes de cultivo, adentrando áreas até então não cultivadas.

Gráfico 03: Distribuição dos projetos por subárea no Brasil (1959-1980)

Fonte: Arquivo da Misereor, Departamento de Estatística, Aachen. Elaborado pelo autor.

Se analisados comparativamente, os gráficos da América Latina e no Brasil, podemos perceber que genericamente há padrões que se repetem, o que a primeira vista pode levar à conclusão de que havia um gerenciamento dos recursos e do número de projetos para determinadas áreas prioritárias. Mas uma análise mais detalhada demonstra que no Brasil houve um considerável número de projetos na subárea de Organização de Direito Agrário, o que demonstra que esse aspecto representou, com maior efervescência no Brasil, um espaço de fomento aos direitos dos agricultores sobre os espaços agrícolas, o que, em palavras gerais, remete à ideia de direito à propriedade da terra.

Ao analisar a disposição estatística dos projetos desenvolvidos nos estados do Sul do Brasil, podemos perceber que algumas áreas não foram contempladas com projetos, como, por exemplo, em setores como reforma agrária, pesquisa em agricultura para questões de irrigação e condições produtivas da terra, silvicultura e questões relacionadas à pesca. Nesse sentido, merece destaque a não efetivação de projetos de cooperação destinados a questões de reforma agrária, visto que, no período, o território agrícola do Sul esteve atrelado a sérias questões de estrutura fundiária e luta pela terra.

Repetindo o que ocorreu a nível de Brasil, os projetos destinados a sistemas de cultivo e produção, bem como, de formação agrícola e construção de escolas, foram as áreas em que houve maior ocorrência de projetos. Juntas, essas áreas representaram

71% do total de iniciativas apoiadas. Na sequência, outras áreas que receberam, em termos percentuais, considerável apoio foram a formação de cooperativas e organizações de agricultores, representadas por sindicatos e associações de classe. O aspecto cooperativo foi, ao longo da história, um fator simbólico bastante presente na formação das áreas agrícolas do Sul, principalmente nas regiões de colonização ítalo-germânicas.

Quadro 05: Projetos executados no Sul do Brasil (1959-1980).

Área	Sub área	Nro de Projetos	Valor em euros
32 – Sistemas de cultivo agrícola	320 – Desenvolvimento de sistemas de cultivo	2	71.580,87
	322 – Ampliações para cultivo	7	143.519,64
	324 – Criação de animais	2	29.654,93
	Total	11	244.755,44
33 – Escolas de capacitação agrícola	330 – Escolas de formação agrícola	8	260.135,10
	331 – Capacitação agrícola	5	139.231,3
	Total	13	399.366,43
34 – Economia agrícola	340 – Cooperativas agrícolas locais	5	25.871,37
	Total	5	25.871,37
35 – Organizações locais de agricultores	350 – Organizações de agricultores	5	107.678,07
	Total	5	107.678,07
	Total Geral	34	777.671,31

Fonte: Arquivo da Misereor, Departamento de Estatística, Aachen. Os valores em euros foram estipulados pelo próprio arquivo.

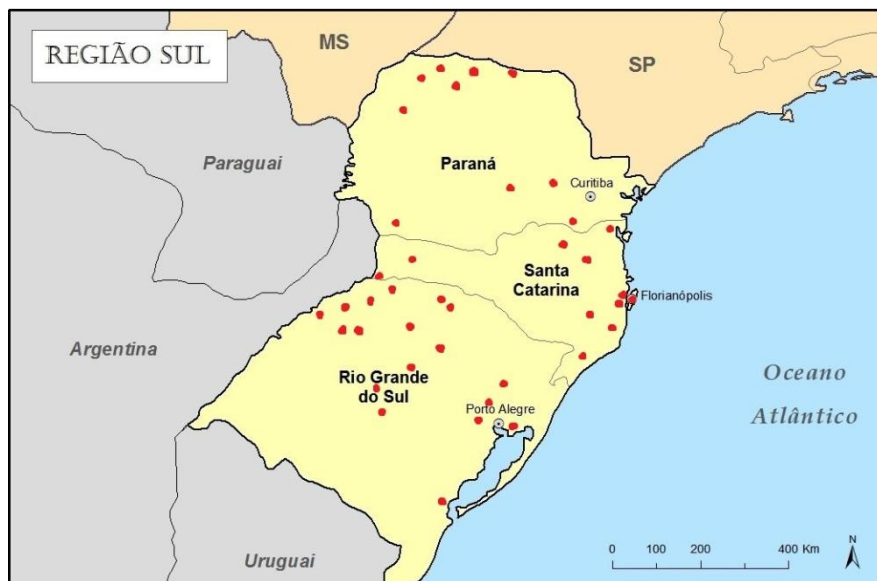
Se dispusermos num planifério os 51 projetos selecionados na área da agricultura, como podemos ver na sequência, podemos perceber que esses se dispõem em regiões onde se concentram majoritariamente estruturas fundiárias caracterizadas

pela pequena e média propriedade. Nesse sentido, os números se concretizam na disposição geográfica dos projetos e reforçam a tese de que havia esforços pela promoção de iniciativas de cooperação do espaço agrícola entre a Igreja e as lideranças locais em parceria com a Misereor. Os esforços estavam direcionados para regiões consideradas vulneráveis e onde se cristalizavam e se conjecturavam situações atreladas à potencialidade de produção e formação do homem do campo diante de um cenário de desestruturação da agricultura familiar.

As políticas de inserção do catolicismo em práticas de desenvolvimento na agricultura remetem ao sentimento de atingir grupos considerados vulneráveis. Dentre esses se destacam pequenos agricultores destituídos dos modernos meios de produção agrícola, principalmente em frentes históricas de colonização baseada na agricultura familiar, territórios onde viviam populações indígenas e em espaços onde preponderantemente a estrutura fundiária fosse de pequeno e médio porte.

A análise dos projetos desenvolvidos em cada estado da região Sul e as conjecturas e os contextos a eles inerentes será tema dos capítulos subsequentes, mas se analisarmos o mapa a seguir e sua distribuição geográfica, podemos perceber que houve regiões com uma concentração de projetos desenvolvidos em cooperação com a Misereor. No Rio Grande do Sul, por exemplo, podemos perceber que os projetos foram desenvolvidos nas áreas com densa ocorrência de colonização ítalo-germânica. Outra análise genérica nos remete à ideia de que, em regiões de ocorrência de fazendas e campos, espaço onde havia concentração maior de terra e ocorrência de latifúndios, como, por exemplo, a região dos campos do Rio Grande do Sul, o meio oeste de Santa Catarina e a região central do Paraná, praticamente não foram desenvolvidos projetos na área da agricultura.

Mapa 01: Disposição dos 51 projetos desenvolvidos pela Misereor na Região Sul do Brasil (1959-1979)



Fonte: Elaborado pelo autor.

De maneira geral, nas regiões em que se concentram as iniciativas de cooperação, desenvolveram-se lógicas inerentes a um projeto de modernização da agricultura, principalmente pelo fato da ocorrência das propriedades de pequeno e médio porte, onde da ocorrência de uma mão familiar. A análise subsequente dos projetos desenvolvidos em cada estado nos demonstra que a intencionalidade da inserção do catolicismo no mundo rural na região Sul também esteve atrelada também a essa perspectiva, de que a modernização dos padrões de produção alavancaria a geração de renda e inseriria o agricultor nos modernos meios de produção então em voga no espaço agrícola brasileiro.

4.3 O texto no contexto

A análise estatística num estudo histórico pode servir de referência para uma compreensão abrangente acerca de práticas e políticas da Misereor, visto que remete a uma perspectiva de compreensão de um contexto de ação que não se limitou a um espaço delimitado, mas que representou uma política destinada a diversas localidades inerentes a variadas realidades. A generalização dos fatos é importante diante de um cenário mais amplo.

Após análise estatística dos projetos de cooperação postos em prática no Sul do Brasil entre os anos de 1959 e 1979, torna-se necessário um diagnóstico circunstanciado dos selecionados junto à amostragem dos projetos desenvolvidos na região Sul do Brasil.

Nesse sentido, a amostragem dos 51 projetos foi adquirida pela busca através de palavras chave no software do arquivo da Misereor. As palavras chave remetiam ao tema do desenvolvimento da agricultura, como agricultura, associações agrícolas, agricultores, rural, educação agrícola, produção agrícola. O sistema buscou essas palavras nos títulos dos projetos. Sendo assim, podem existir projetos da área da agricultura que não constam nessa amostragem por não terem explícitos em seu título um dos termos elencados. Diante do amplo acervo do arquivo, essa foi a metodologia escolhida para selecionar a amostragem da análise.

Obviamente, diante das limitações de disponibilidade de acesso ao arquivo na cidade de Aachen, foi necessário fazer outra seleção diante dos 51 projetos, visto que se trata de um trabalho árduo e que demanda tempo. Para a análise circunstanciada, foram escolhidos alguns projetos de cada estado da região Sul, levando em consideração alguns pressupostos como a qualidade e integridade do material e a disposição dos documentos. Os projetos escolhidos tratam-se, em suma, dos que estão mais completos e íntegros, alguns desses estão escritos no idioma alemão, outros em português.

Entende-se que com a análise dos discursos e das práticas presentes nas ações de cooperação entre os personagens locais e a Misereor, é possível dar suporte à tese de que havia um projeto amplo de promoção humana voltada para o desenvolvimento dos povos considerados subdesenvolvidos. Esse movimento fora encabeçado pela Igreja Católica Romana, através das mais variadas esferas, no intuito de construir uma sociedade mais igualitária e fraterna numa alusão aos princípios de coletividade equilibrada e mais justa. Na esfera da agricultura, essa realidade se manifestou através da conscientização dos trabalhadores acerca de sua atividade, do seu papel sócio-político e pela geração de renda através da introdução de meios de produção mais racionais e modernos. As décadas de 1960 e 1970 foram tempos de fecunda promoção de direitos fundamentais no meio rural. Nessa perspectiva, a cooperação com a Misereor representou uma alternativa diante das deficiências e vulnerabilidades do setor na região Sul. Os capítulos subsequentes buscarão delinear e conjecturar as realidades locais de projetos de cooperação desenvolvidos no Sul do Brasil entre os anos de 1959 e 1979.

5.0 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E GERAÇÃO DE RENDA

*“São José é uma colônia composta por pequenos agricultores de ascendência alemã, composta de propriedades em torno de 25 a 50 hectares. Em um trabalho com o solo **mais racional** e uma pecuária praticada de forma mais sensata todos teriam uma **vida com melhores condições**. Por incrível que possa parecer, os colonos ainda tem a **primitiva enxada**, aceitando os métodos primitivos da **pequena e ignorante** agricultura brasileira.”*
Misereor, Departamento para América Latina²⁷³

A análise dos projetos englobará ações na área da agricultura que se inserem no contexto do processo de modernização da agricultura ocorrida nas décadas de 1960 e 1970. Esse processo atingiu de forma abrangente o cenário econômico da região Sul e o discurso de desenvolvimentismo e da necessidade de modernizar as práticas agrícolas afetaram o contexto agrícola. A cooperação com a Misereor foi consistente, visto que a instituição buscava atingir preferencialmente pequenas comunidades alicerçadas no modelo de agricultura familiar.

A análise inicia com os projetos desenvolvidos na região de Itapiranga, na Diocese de Chapecó, que em decorrência de um estudo de desenvolvimento desencadeou-se em cinco projetos ao longo dessas duas décadas. Na Colônia *Loeffelscheidt*, na Arquidiocese de Florianópolis, analisa-se o projeto que objetivou a instalação de um moinho para o beneficiamento de matéria prima e a instalação de energia elétrica para uma comunidade considerada “isolada”. Em Ponta Grossa/PR, analisa-se um projeto de cooperação numa reserva indígena que buscou ressignificar conceitos de produção dos índios sob tutela de uma congregação religiosa. Em Apucarana/PR, foi desenvolvido um projeto de colonização para famílias sem-terra e a análise buscará contextualizar os aspectos relacionados à questão da posse da terra e a dignidade humana. Em aldeia indígena Kaingang, no Assentamento Votouro no Rio Grande do Sul, um projeto buscou auxiliar as famílias na estruturação das relações produtivas para fazer frente ao modelo de tutela adotada então pela Funai.

A opção pela análise desses projetos em detrimento de outros se deve por dois motivos. O primeiro é acerca da disposição de documentos no arquivo da Misereor, seja pela grande presença de documentos que instrumentalizam uma melhor compreensão do

²⁷³ Projeto 233-033/006. Relatório síntese da Misereor-Departamento para América Latina, arquivo da Misereor, Aachen, acesso em 15 de Janeiro de 2016 (grifo nosso).

tema, seja pela integridade dessas fontes. Segundo porque representam uma amostragem de diversas frentes de ação da Misereor no quesito produção de alimentos e geração de renda. Optou-se por essa amostragem porque sintetizam e vinculam o contexto ao tema da tese proposta no sentido de uma aproximação do ideal de desenvolvimento da Igreja diante das necessidades e vulnerabilidades apresentadas no setor agrícola.

A produção de alimentos era um tema recorrente nas décadas de 1960 e 1970. Numa perspectiva de Misereor, as próprias *Fastenaktion* denunciavam situações de vulnerabilidade alimentar nos países subdesenvolvidos e para tanto era necessário financiar projetos nessa perspectiva. Além disso, havia uma preocupação por parte de intelectuais do catolicismo que se preocupavam com questões de desenvolvimento, como Louis Joseph Lebret, por exemplo, acerca da produção de alimentos numa perspectiva mundial diante do crescimento populacional. Nesse sentido, a produção de alimentos era vista como um dos aspectos fundamentais para a constituição de uma paz mundial, bem como, numa perspectiva geopolítica, era motivo de preocupação dos governantes o abastecimento dos mercados consumidores dos países desenvolvidos. Essa lógica se insere num ordenamento produtivo no setor agrícola responsável pela modernização da agricultura visando o aperfeiçoamento do setor primário dos países subdesenvolvidos.

Nesse sentido, percebe-se uma preocupação por parte dos católicos alemães em fomentar a produção de alimentos em regiões de vulnerabilidade social. Em sua manifestação para promover a *Fastenaktion* de 1964, a Conferência dos Bispos da Alemanha reiterou que não se devia somente dividir pão e arroz onde isso era necessário, mas era plausível dar condições da agricultura desses locais produzir alimentos suficientes. “Nós temos que enviar instrumentos e máquinas ao exterior e ajudar as pessoas daquelas regiões a eles mesmos produzir.”²⁷⁴

Busca-se, dessa forma, demonstrar com que intensidade e sob quais olhares os projetos buscaram estimular o processo de modernização da agricultura através da inserção de modernas e racionais formas de trabalho na agricultura. A relação entre formas de produção e geração de renda foi concebida como um elemento importante para inserir o agricultor nas exigências modernas da agricultura.

²⁷⁴ DEUTSCHE BISCHÖFE, Hinterwort zur Fastenaktion Misereor 1964. Apud SCHMIEDL, 2014, op. cit, p. 267.

5.1 Um projeto de desenvolvimento para Itapiranga (SC)

A região de Itapiranga, localizada no extremo oeste catarinense, recebeu processo de colonização iniciado em 1926, sob coordenação da Sociedade União Popular, conhecida como *Volkverein*²⁷⁵. O município emancipou-se de Chapecó em 1954, englobando a região que atualmente corresponde aos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, bem como, algumas faixas de terra dos municípios de Iporã do Oeste e Mondai.

Mapa 02: Mapa de Santa Catarina com destaque para o município de Itapiranga.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Idealizada para ser uma colonização de caráter étnica e confessional, pois um dos requisitos para a compra de lotes coloniais era a ascendência alemã e católica, a colônia alicerçou-se sob a formação de propriedades agrícolas de pequeno porte, que se desenvolveram sob os alicerces da mão de obra familiar e da produção de cultivos para a comercialização e consumo do grupo familiar, reproduzindo sujeitos que, historicamente no Sul do Brasil, se convencionou denominar de colonos. A atividade comercial esteve vinculada à produção agrícola, seja pela comercialização dos produtos agrícolas, seja pelo fornecimento de matéria-prima necessária à atividade, bem como, de produtos de consumo humano. O modesto desenvolvimento da atividade industrial e

²⁷⁵ Volkverein foi fundada no século XIX para associar os colonos alemães do Rio Grande do Sul unificando práticas religiosas, políticas, culturais e associativas. Esteve alicerçada no ideal comunitário e cooperativo e visava alinhar as famílias alemãs num projeto social e econômico.

fábrica esteve nas três primeiras décadas limitado basicamente à atividade madeireira e também à fabricação de produtos de utilidade humana ou necessários para prática agrícola, como o beneficiamento do tabaco, por exemplo.

As práticas agrícolas eram determinadas basicamente pelos ensinamentos que se acumulavam e eram transmitidos pelas gerações. A propriedade era um espaço de recriação de saberes, adequações espaço-temporais que caracterizaram uma atividade condicionada pelas estruturas naturais. Nesse sentido, diversas práticas se perpetuavam como técnicas comuns, como a queimada da roça, por exemplo, atividade antiga que Roche (1969) já relacionava à escassez do potencial produtivo das colônias agrícolas do Sul do Brasil.

A concepção acerca das condições de vida e de trabalho do colono, no sentido de difundir novas práticas e prestar assistência visando a continuidade da atividade, já era uma prática que vinha de longa data. No final do século XIX, com a realização dos Congressos Católicos, por exemplo, onde, segundo Werle²⁷⁶, buscava-se difundir discursos e práticas acerca da atividade agrícola praticada nas propriedades rurais das colônias, eram temas recorrentes aspectos como queimadas, reflorestamento, rotação de cultura, combate a pragas da lavoura, adubação verde, erosão, cuidados com a limpeza da água, assim como, temáticas mais amplas envolvendo a formação de organizações de agricultores e estruturação da pequena propriedade rural.

A partir da década de 1950, como um alinhamento a uma tendência brasileira de desenvolvimentismo, quando o espaço agrícola e o interior do País adentraram de forma mais efetiva no rol de preocupações do estado brasileiro como um setor “atrasado” e “carente” de políticas públicas, é que mais agentes adotam o discurso da necessidade de “desenvolver” o campo. Em Itapiranga, isso começa a ficar mais evidente com a emancipação do município em 1954.

E é nessa perspectiva que a análise dos projetos postos em prática em Itapiranga com a cooperação da Misereor pretende se inserir: da formação de um ideal desenvolvimentista e de progresso econômico, da implantação de novas formas de trabalho na agricultura, da formação técnica do agricultor e da reformulação dos padrões de vivência no campo. Esse processo ocorre paralelamente a um desejo de vincular a agricultura a uma crescente industrialização da produção local. Industrialização remete a uma perspectiva de formação de novas cadeias de produção,

²⁷⁶ WERLE, 2006, op. cit.

de novos instrumentos e métodos. A partir do momento em que se concebe a agricultura para além da subsistência e da comercialização da matéria-prima, é preciso obviamente conjecturar novas necessidades produtivas, sob novos parâmetros. A modernização, em síntese, remete a essa perspectiva. Os projetos de cooperação com a Misereor vieram a instaurar projetos que colaboraram profundamente na mudança dos padrões econômicos e sociais da região.²⁷⁷

Outro olhar importante para compreender os projetos de cooperação junto a Misereor em Itapiranga remete ao processo histórico de formação da colonização. Como vimos, Itapiranga representou um ideal dos jesuítas de uma colonização homogênea alicerçadas nos padrões do catolicismo e do germanismo. Passados trinta anos da fundação do projeto de colonização e o surgimento de limitações inerentes ao próprio processo, tais como os limites da fronteira agrícola da colonização e a sucessão da propriedade, era necessário pensar alternativas para que o projeto de colonização não sucumbisse, ao que se imaginou como um fracasso econômico da população. A modernização da agricultura foi uma das alternativas encontradas e, como veremos, o engajamento das lideranças religiosas jesuítas nesses processos de intermediação junto à Misereor demonstram esse sentimento.

5.1.1 Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico

Diante do contexto do município de Itapiranga na década de 1950, lideranças locais iniciaram discussões para buscar alternativas econômicas e sociais com a intenção de promover o que se imaginava como o desenvolvimento ideal. Nesse sentido, como destaca Hahn²⁷⁸, formou-se a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga – Comude, caracterizando-se como uma composição de lideranças regionais “com os objetivos de promover, coordenar e controlar a execução das sugestões do plano de desenvolvimento econômico para Itapiranga, assim como de manter vivo e atuante o espírito desenvolvimentista da população”.

A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico foi uma entidade representativa dos diversos segmentos da sociedade: indústria, comércio, agricultura e

²⁷⁷ FRANZEN, Douglas Orestes. A colônia em crise: a questão do meio ambiente, da agricultura e da sucessão familiar em debate no município de Itapiranga (1926-1960). *Desenvolvimento Regional em debate*, v. 1, p. 63-83, 2014.

²⁷⁸ HAHN, Mauro. *Capital Social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC)*. 121 p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Agrossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005, p. 65.

administração pública. A Comude nasceu basicamente como consequência do Plano Econômico idealizado pela Administração Municipal de Itapiranga no ano de 1960. A Comissão se reunia regularmente para discutir ações de desenvolvimento econômico e social e mantinha contato direto com agências de fomento e lideranças políticas estaduais. As medidas tomadas visando o desenvolvimento da região de Itapiranga a partir da década de 1960 foram praticamente todas elas idealizadas pela Comude. Era função da referida comissão decidir quais os setores estratégicos ou deficientes que necessitavam de investimentos e, acima de tudo, estimular a sociedade regional a participar ativamente da execução dos projetos que seriam postos em prática.

Os membros da Comude demonstravam conhecer os setores que aparentemente tinham maior deficiência, tendo um contato direto com os diversos segmentos da sociedade, pois se tratava de uma entidade representativa. Como podemos perceber em fragmento de jornal local do ano de 1962, a Comude atuava em diversos segmentos da economia:

A Comissão Municipal de Desenvolvimento, pelo seu secretário geral, nos informa que na segunda quinzena de setembro virão técnicos da firma Pearson, para dar combate à verminose em nosso município. Farão 35 a 40 demonstrações gratuitas, ou seja, mais ou menos uma em cada linha. É mais um empreendimento resultante do Planejamento feito por técnicos para o nosso município. Pedimos, pois, que os colonos se interessem para que possamos eliminar esta doença entre nossas criações.²⁷⁹

A Comude era uma entidade representativa que discutia os projetos de desenvolvimento para Itapiranga. Em parceria com a Caixa Rural União Popular, uma cooperativa de crédito local, iniciou o contato com a Misereor visando a arrecadação de recursos para a execução de projetos de desenvolvimento. Constata-se que uma das personalidades que pode ser considerada importante nesse processo de buscar recursos junto à Misereor foi Heinrich Lenz, imigrante alemão que fixou residência em Itapiranga no ano de 1933.²⁸⁰ A Misereor, percebendo a demanda por projetos de Itapiranga, indicou uma empresa de assessoria no Brasil para efetuar um estudo das

²⁷⁹ CONSTRUINDO o frigorífico. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga, 31 de Agosto de 1962, nº 76, p. 1.

²⁸⁰ Heinrich Lenz foi um alemão que imigrou ao Brasil no ano de 1933, instalando-se em Itapiranga. Ele possuía formação acadêmica na Alemanha e sua atuação nos projetos de desenvolvimento regional em cooperação com a Misereor foi determinante. Para além de Itapiranga, Heinrich Lenz passou a assessorar entidades de diversos municípios do Sul do Brasil que buscavam recursos financeiros de instituições alemãs como a Misereor e a Adveniat. A família, que hoje ainda reside em Itapiranga, possui um arquivo com fragmentos dos projetos intermediados por Lenz nas décadas de 1960 e 1970.

deficiências e dos potenciais econômicos da região. Esse estudo foi financiado pela Misereor e resultou no Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga.

5.1.2 Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga

A Misereor indicou para a Comude a assessoria de uma empresa que realizava estudos técnicos para projetos de cooperação no Brasil. A Agro e Hidro Técnica S.A., com sede em São Paulo, era vinculada à empresa alemã *Agrar und Hydrotechnik*, que em parceria com o Instituto Misereor desenvolvia projetos de fomento econômico e social em diversos países. Gabriel Keglewich, representante da empresa no Brasil, foi a Itapiranga e iniciou os preparativos para o recenseamento e também coordenou a execução do projeto junto a Misereor.

O projeto, financiado pela Misereor no valor de 25.000 DM, foi intitulado de “Pesquisa acerca das potencialidades agrícolas da Colônia Porto Novo”, numa referência ao antigo nome da colonização. O recurso foi depositado na conta da Caixa Rural União Popular de Itapiranga.

É preciso destacar que o estudo de levantamento socioeconômico elaborado pela empresa Agro e Hidrotécnica não revelou muitas novidades para as lideranças locais, somente fortaleceu aspectos que já eram de conhecimento de alguns. A necessidade da construção de um frigorífico em Itapiranga, por exemplo, já era uma aspiração antiga de alguns segmentos da sociedade local, visto a grande produção de suínos na região e a complexa logística de transporte e abate dessa matéria-prima. Isso também fica evidente nos fragmentos de jornais locais. Tanto é que, já em Novembro de 1961 fora instituída em Itapiranga uma Comissão Provisória com vistas à instalação de um frigorífico na região, muito antes da conclusão do estudo técnico.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico ajudou a dar alguns nortes para futuros investimentos para a época, além de ser um documento oficial utilizado para pleitear recursos de órgãos governamentais e de instituições de fomento. Esse levantamento socioeconômico representou um estudo abrangente, englobando desde dados geográficos até a identificação pormenorizada da situação econômica local.

Em artigo publicado num jornal local, Gabriel Keglewich, formado em Economia e então representante da Empresa Agro e Hidro Técnica, argumentava que era necessário sensibilizar as instituições de fomento da Alemanha com dados estatísticos e argumentos de que era preciso melhorar as condições de vida da população

de Itapiranga. Conforme Keglewich, “necessitamos comprovar com dados e argumentos sólidos a viabilidade destes projetos. Todos os habitantes da antiga Colônia de Porto Novo estão incluídos neste plano.”²⁸¹

O projeto foi iniciado junto à Misereor em Março de 1962 e analisado pelo departamento de projetos da América Latina, onde consta a seguinte justificativa:

a atual aflição em Itapiranga não pode ser comparada as zonas rurais do Nordeste, embora exista em Itapiranga situações de miséria. O que deixa esta situação trágica nesta colônia é que o desenvolvimento estagnou e com isto é decadente. O projeto é portanto, confiável segundo avaliação de especialistas pois torna possível o desenvolvimento de produtos agrícolas, que podem ser vendido nas grandes cidades, apesar da distância. Por sua vez elencar essas possibilidades é o objetivo do referido Relatório.²⁸²

Aprovado o recurso, a empresa iniciou os preparativos para a execução do recenseamento para a coleta dos dados com a finalidade de elaborar o relatório. Para tanto, foi mobilizada uma equipe local para visitar as famílias da cidade e do interior a fim de aplicar um questionário. O questionário está anexo no dossiê no arquivo da Misereor e inicia com instruções gerais de como deve ser feita a abordagem junto às famílias. A instrução nos é muito elucidativa:

A minuciosa análise científica de todas as respostas mostrará o rumo que deverá ser tomado pela Colônia para alcançar uma melhoria das condições de vida através de um aumento da produtividade racional e dentro do grupo social determinado. Assim cada membro da colônia poderá alcançar a finalidade temporária da sua vida: uma vida mais humana.²⁸³

Na sequência do questionário são apresentadas propostas e finalidades a que se propõe o desenvolvimento do estudo de viabilidades econômicas, com objetivo de sensibilizar a comunidade local quanto à necessidade dos projetos de desenvolvimento. São apresentadas como possibilidades:

1. Melhor aproveitamento das riquezas da terra que Deus colocou a disposição da inteligência dos homens, através da racionalização das plantações, da defesa contra a erosão, do melhoramento dos animais criados, do beneficiamento e da

²⁸¹ KEGLEWICH, Gabriel. Itapiranga vive uma encruzilhada histórica. *Jornal Itapiranga em Marcha*, Itapiranga, 30 de Novembro de 1962, nº 82, p. 01.

²⁸² Projeto 233-058/003, parecer da Comissão para América Latina, arquivo da Misereor, acesso em 20 de Janeiro de 2016.

²⁸³ Projeto 233-058/003, questionário de recenseamento, arquivo da Misereor, acesso em 20 de Janeiro de 2016.

industrialização dos produtos (instalação de um frigorífico-matadouro, entreposto de leite, de ovos, etc.) aumentando assim, as possibilidades de empregos também;

2. Conseguir melhor e mais barata distribuição dos bens de consumo, melhorando os meios de transporte e as rodovias;
3. Introduzir o ensino e a educação profissional;
4. Organizar uma orientação e assistência para o agricultor;
5. Conseguir por meio das realizações acima, melhoria geral do meio de vida, o que também resultará na elevação cultural.

Constata-se que há um apelo para que se construa em Itapiranga um ideal de desenvolvimentismo diante das possibilidades econômicas da região. Esse discurso é característico do período. No questionário engendram-se a concepção de desenvolvimento juntamente com a ideia da dignidade humana, que se tornaria possível através da racionalização das forças produtivas. A meta da elevação cultural é extremamente simbólica, ou seja, com a proposta de desenvolvimento idealizada para Itapiranga propunha-se uma perspectiva de mudança dos valores e das tradições até então vigentes na comunidade local.

Junto às orientações de aplicação do questionário, consta também que seria importante ressaltar junto à população a necessidade da colaboração de todos para o alcance dos objetivos de desenvolvimento de Itapiranga. Cabe questionar o fato de que os objetivos de desenvolvimento já estavam claros para algumas lideranças locais, ou seja, era uma ação que remeteria a um objetivo já previamente estipulado. O projeto de desenvolvimento de Itapiranga estava evidente para a Comude e para lideranças políticas e empresariais. Era necessário apenas achar meios de sensibilizar e engajar a população nesse processo.

Concluído o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga, Gabriel Keglewich enviou-o para a Misereor, em ofício datado do dia 19 de Setembro de 1962. Junto ao relatório, ele cita decisões tomadas pela Comude de Itapiranga, a destacar:

- Fundação de uma Cooperativa de Leite;
- Fundação de um frigorífico;
- Criação de uma escola de formação profissional com cursos de açougueiro e fabricação de derivados de leite, sob a coordenação dos religiosos Jesuítas.
- Realização de uma campanha para combate a parasitas e pestes diversas que afetam a população e os animais;

- Formas de conseguir recursos para custeio e ampliação do Hospital;
- Contatar o Banco do Brasil acerca da possibilidade de oferecer pequenos empréstimos para os agricultores.²⁸⁴

O relatório apontou o que seriam as deficiências e as potencialidades para o desenvolvimento econômico de Itapiranga, como podemos perceber nas conclusões acima. Nas análises que faremos na sequência acerca do referido relatório, percebemos a insistência em comprovar com dados estatísticos a condição de deficiência da economia e da população de Itapiranga. O discurso exposto argumenta que havia a intenção de sensibilizar as autoridades alemãs e brasileiras da necessidade de financiar projetos de desenvolvimento em Itapiranga.

Inicialmente, o Relatório de Desenvolvimento Econômico apresenta uma radiografia detalhada das condições de Itapiranga no ano de 1962, englobando aspectos como orografia, hidrografia, elementos meteorológicos, clima e revestimento florístico. Esses dados não nos interessam para o presente estudo, por isso não os detalharemos conforme são abordados no documento.

Destacamos um fragmento do documento que aborda o aspecto do relevo. Conforme o relatório, em Itapiranga, o solo pode ser classificado em categorias, a destacar os vales, as ladeiras com declives suaves, as com declives acentuados, inclinações íngremes e rochosas. O estudo aponta que, apesar da atividade agrícola ser desenvolvida em maioria nas duas primeiras categorias, nos últimos anos, “lamentavelmente”, a região estaria iniciando, devido ao aumento da população e à vontade de aumentar a produção, o cultivo nos espaços com declives acentuados. Essa conclusão nos é muito pertinente, pois comprova que, no final da década de 1950, a agricultura estava sendo praticada de forma extensiva em Itapiranga.²⁸⁵

Em relação aos dados demográficos, o relatório aponta 14.468 habitantes no ano de 1962, com densidade demográfica de 25 pessoas por quilômetro quadrado. Em relação à distribuição etária da população, o estudo aponta o baixo percentual da população (14%) entre 14 e 21 anos, se comparado ao percentual com idade mais tenra, como até 6 anos (26,7%) e de 6 até 14 anos (23,8%). O relatório conclui sobre esse aspecto que,

²⁸⁴ Projeto 233-058/003. Ofício de Gabriel Keglewich. Datado de 19 de Setembro de 1962, Arquivo da Misereor, acesso em 20 de Janeiro de 2016.

²⁸⁵ Projeto 233-058/003. Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga de 1962. Arquivo da Misereor, acesso em 20 de Janeiro de 2016.

Encontramos deste fenômeno na **fuga** da juventude da sua terra natal devido às dificuldades de evolução e progresso. A baixíssima porcentagem (2%) da classe acima de 50 anos de idade demonstra não só o desgaste físico resultante do trabalho penoso e primitivo na roça, mas também a falta de higiene. (grifo original)²⁸⁶

Conforme a distribuição por sexo, no ano de 1962 a população era composta de 54,1% de homens e 45,9% de mulheres. O texto aponta um desequilíbrio na faixa etária de 14 a 21 anos, onde haveria 12% a mais de homens. O estudo conclui que a razão desse fenômeno encontrar-se-ia na maior fuga das moças das atividades agrícolas, que seriam mais penosas nas suas formas primitivas para o físico e o espírito feminino.

Em relação à questão da formação educacional, apesar dos altos índices de educação básica, o estudo destaca a baixa porcentagem (1,7%) da população que teria uma formação profissional. “Este fato alarmante comprova a estagnação, se não o retrocesso em comparação com a formação cultural dos chefes de família. Falta completamente o ensino profissional”²⁸⁷. Com base nessa conclusão, inicia na década de 1960, a discussão quanto à necessidade da construção de uma escola técnica profissionalizante na área agropecuária.

No quesito acesso à informação, o estudo aponta que grande parcela da população teria acesso a livros em suas residências, principalmente de cunho religioso. Destacamos o quesito da leitura de jornais e revistas, sendo que 51,9% da população lia jornais ao menos cinco vezes por mês. Esse dado é muito interessante para o nosso estudo, pois os jornais locais foram utilizados para levar ao agricultor, através de artigos e reportagens, o discurso da necessidade da modernização das atividades agrícolas.²⁸⁸

A distribuição da população quanto à atividade econômica aponta que a predominância é do setor da agricultura, englobando 82,78% da população economicamente independente. Estranhamente, o estudo conclui que essa realidade é caracterizante e reuniria todos os problemas de ordem econômica e social da região. Com base nos apontamentos do estudo, as condições de vida e trabalho da maioria da população supostamente agrícola seriam as causas do atraso social da população.

²⁸⁶ Projeto 233-058/003. Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga de 1962. Arquivo da Misereor, acesso em 20 de Janeiro de 2016.

²⁸⁷ Projeto 233-058/003. Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga de 1962. Arquivo da Misereor, acesso em 20 de Janeiro de 2016.

²⁸⁸ FRANZEN, Douglas Orestes. Modernizar é preciso: o discurso do atraso agrícola de Itapiranga (1960-1970). In: FRANZEN, Douglas Orestes; MAYER, Leandro. *Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas*. São Leopoldo: Oikos, 2016. P.184-210.

Dos 17,2% das demais atividades econômicas, destaca-se o magistério, representando no período, 3,6% da população economicamente ativa. No estudo é destacada a quase “ausência” da atividade industrial, apontando também que 44% da população era economicamente ativa, o que refletiria a laboriosidade da população. O estudo aponta também a ocupação de menores de idade nas unidades agrícolas e a falta de previdência social.

Em relação à distribuição da população, o estudo mostra que 25,3% vivia no espaço urbano (cidade de Itapiranga e vilas de São João, Sede Capela e Tunas) e 76,7% ocupava o espaço rural.

Para finalizar o aspecto socioeconômico, o estudo concluiu que a maioria da população de Itapiranga vivia da agricultura em pequena escala com condições precárias, “praticamente isoladas da cultura e da civilização, constituindo um grupo consciente do seu alvo social, porém com a capacidade econômica atual esgotada. Os conhecimentos e métodos aplicados na exploração da terra são desatualizados, irracionais e faltaria uma orientação”.²⁸⁹

Nesse sentido, ganharam força os Clubes Agrícolas e de Senhoras, que discutiam entre seus integrantes hábitos de higiene e limpeza, boa alimentação, cultivo de hortas e campanhas educativas. Esses núcleos geraram, a partir de 1971, os Clubes 4-S, estimulados pela Acaresc, entidade vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina, que incentivou a introdução de novas técnicas agrícolas e a formação dos trabalhadores rurais, desde a prática agrícola até os costumes do cotidiano.

Segundo as conclusões discriminadas no relatório, a formação de novos capitais era altamente prejudicada devido à inflação e ao alto custo da produção. Detectado o aumento das necessidades humanas, o crescimento da população e a lei da divisão do trabalho, o estudo aponta que não se permite mais a concentração das forças produtivas exclusivamente no setor primário.

A densidade demográfica da população de Itapiranga no período era maior que a do estado de Santa Catarina e três vezes superior a do Brasil. Conforme o relatório, o crescimento populacional exigia providências imediatas para a alocação da juventude excedente, que não encontra mais sua existência assegurada dentro do município. “O êxodo para novas regiões é desorganizado, e termina muitas vezes em falência; os

²⁸⁹ Projeto 233-058/003. Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga de 1962. Arquivo da Misereor, acesso em 20 de Janeiro de 2016.

atraídos pelos centros industriais do país, sem conhecimentos profissionais, encontram a semi miséria dos salários mínimos, e ficam à mercê das ideologias extremistas”.²⁹⁰

Essa afirmação nos é muito reveladora, pois quando o estudo aponta que uma parcela das pessoas que abandonam a região para morar em centros industriais, ficando à mercê dos baixos salários e das ideologias extremistas, podemos compreender que o discurso exaltado no Relatório de Desenvolvimento Econômico era direcionado justamente para sensibilizar instituições de caráter ideológico. Assim, o objetivo do estudo era de chamar a atenção da instituição católica *Misereor* sobre a fragilidade da população de Itapiranga e da ameaça de “ideologias extremistas” presentes no Brasil, no início da década de 1960, o que nos é um elemento novo e que merece uma nova análise pela sua amplitude histórica.

Como complemento do estudo apresentado pelo relatório, baseado nas potencialidades e deficiências da região, são elencadas propostas de execução de projetos visando o desenvolvimento socioeconômico de Itapiranga. São discriminadas diversas possibilidades e áreas de investimento, como na educação e na saúde pública, no setor de transportes, das comunicações e da energia elétrica. No entanto, o que nos interessa para o momento são as propostas de melhoramento com objetivos econômicos apresentados pelo estudo.

Como no período a atividade agrícola era desempenhada pela grande maioria da população, o estudo elencou algumas necessidades para o desenvolvimento do setor. Um dos aspectos destacados é o número de propriedades agrícolas por superfície. Conforme o relatório, das 1.824 propriedades rurais cadastradas, 46,6% eram minifúndios com área menor que 20 hectares. Acerca disso, o texto chama a atenção para o fato de que no primeiro ano de colonização de Itapiranga o menor lote vendido era de 24 hectares. “É assustador o desmembramento, resultando com 46,6% das propriedades em minifúndios com menos de 20 hectares”.²⁹¹

Essa conclusão reforça a ideia de que na década de 1950 a colonização estava enfrentando uma grave crise em relação às limitações fundiárias, afetando diretamente o sistema de herança e sucessão familiar. Com a diminuição da superfície da maioria das propriedades, fruto do processo de divisão histórica entre os filhos que alcançavam a

²⁹⁰ Projeto 233-058/003. Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga de 1962. Arquivo da *Misereor*, acesso em 20 de Janeiro de 2016.

²⁹¹ Projeto 233-058/003. Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga de 1962. Arquivo da *Misereor*, acesso em 20 de Janeiro de 2016.

maturidade, menos jovens passaram a ter acesso a uma propriedade de superfície necessária para desenvolver a agricultura.

Outro aspecto abordado pelo Relatório reflete o rendimento mensal das famílias dos agricultores no início da década de 1960. Conforme os dados apresentados, o rendimento médio per capita era de Cr\$ 5.268,00 mensais, considerado muito baixo para o período se comparado ao salário mínimo brasileiro, que no ano de 1961 era de Cr\$ 13.440,00.

Em relação à atividade agrícola, constatamos que as principais culturas praticadas em Itapiranga no início da década de 1960 era o milho, mandioca, soja, feijão e fumo. As deficiências apontadas em relação a essas atividades eram o baixo rendimento por área, a inexistência de sementes de variedades selecionadas e garantidas, técnicas culturais rudimentares, doenças e pragas, ausência de medidas de conservação do solo e do combate à erosão, falta do tratamento do adubo orgânico e ausência de uma rotação racional de culturas.

No quesito criação de animais, o estudo destaca a suinocultura, com nítido caráter de monocultura e 73% de participação na renda bruta no ano de 1961. Como maiores deficiências da suinocultura, o estudo destaca a baixa reprodução das porcas, alta relação de varões, criação de raças para produção de banha, considerando a raça Duroc-Jersey não mais adequada com respeito à atual procura de carne, falta de melhoramento zootécnico, alimentação irracional, precário estado de higiene e sanidade, alto grau de verminose com constante perigo de contaminação de crianças e até adultos, localização e tamanho errados dos chiqueiros, grande mortalidade dos leitões.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga considerou que a prática da suinocultura no ano de 1961 estava extremamente atrasada e pouco rentável. Essa realidade também se estendia, conforme o estudo, a outras atividades como a bovinocultura de leite, apontando para algumas características gerais da atividade no período, como a absoluta falta de orientação ao ruralista, desconhecimento das técnicas e métodos modernos, falta de conhecimento de diagnose, prevenção e tratamento das doenças mais comuns dos animais.

É preciso destacar que, nas décadas de 1950 e 1960, era muito intensa a discussão quanto à produtividade da agricultura brasileira. As políticas econômicas para esse setor e as instituições de fomento vislumbravam a necessidade de o Brasil adotar um modelo produtivo baseado em realidades econômicas de países com outros níveis de desenvolvimento. Então, se o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga

apontava um determinado nível de atraso da agricultura local, temos de ter o cuidado de não legitimar um discurso que buscava implantar um novo modelo econômico não só na região, mas no Brasil.

Como solução das deficiências detectadas na agricultura regional, principalmente no que tange a geração de renda, o estudo aponta a necessidade de se implantar o processo de industrialização da matéria prima produzida. Conforme o relatório, a estrutura econômica e social, a situação geográfica e de transportes, as condições climáticas e a conjuntura dos mercados nacionais e internacionais predestinam a evolução regional da agropecuária em duas atividades principais: a suinocultura e os laticínios.

Quanto ao potencial da suinocultura, o estudo sugere a fundação de um matadouro-frigorífico, conclusão baseada na matéria-prima produzida em larga escala na região. Conforme o estudo, no ano de 1961, o município produziu 43.866 porcos para abate, dos quais foram exportados 3.294.120 kg de carne (exportação remete à ideia de venda para outros municípios). A exportação de banha de fraca qualidade foi da ordem de 61.333 kg. Com base nesses dados e na disponibilidade de matéria prima na região próxima a Itapiranga, o estudo previu abate diário de 250 porcos, o que por si só, já justificaria a instalação de um frigorífico. Conforme o relatório,

Precisamos salientar, com respeito à matéria prima, a necessidade da melhoria das raças atualmente criadas, o que se procederá também em consequência dos melhores preços pagos por porcos de melhor aproveitamento. A tendência é de baixa na procura mundial da banha, substituindo-a por ²⁹²gordura de origem vegetal, mais sadia para o organismo humano.

O documento sugere a substituição de suínos que produzem muita banha por raças produtoras de uma carne mais aceita no mercado consumidor, como a Duroc-Jersey, cruzada com Landrasse e Berkshire. Essa conclusão é fundamentada na potencial capacidade do frigorífico em produzir produtos de maior valor de comercialização, como o presunto, defumados e outros embutidos.

As conclusões apontadas no Relatório de Desenvolvimento Econômico serviram de base para a execução dos projetos subsequentes. As lideranças e a comunidade engajada no processo utilizaram o referido estudo como argumento para angariar

²⁹² Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga. São Paulo: Agro e Hidro-Técnica, 1962, p. 36.

recursos juntamente a instituições financeiras para a execução desses projetos. Alguns deles foram desenvolvidos em parceria com a Misereor, os quais analisamos na sequência.

5.1.3 A Cooperativa de Leite Itapiranga

Após conclusão do Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga, começaram a ser postos em prática alguns projetos pontuais diante das conclusões do estudo. A região, pela tradição agrícola, possuía considerável produção leiteira, que tinha como função principal o fornecimento de leite para a alimentação e a fabricação artesanal de seus derivados para o consumo familiar. A potencialização da produção leiteira numa perspectiva industrial foi um projeto que se tornou realidade diante da possibilidade do apoio da Misereor.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga apontou um grande potencial da bacia leiteira no município. Conforme o levantamento, foram contabilizadas 4.205 vacas, as quais produziam para venda 191.235 litros de leite ao mês, 30.795 quilos de nata, 7.737 quilos de manteiga e queijo. Conforme o relatório, a média era de 0,54 litros de leite por vaca/dia, considerada uma produção muito baixa, reflexo do rebanho de genética “ruim” e do manejo considerado inadequado.

O levantamento sugeriu que fosse empreendida uma cooperativa de laticínios visando a industrialização do leite e o aumento da produção através de projetos de melhoramento genético e de manejo. Para a instalação da indústria, o estudo estipulou investimento de aproximadamente Cr\$ 40.000.000,00 ou U\$ 111.000,00, valor captado dos futuros associados e de possíveis financiamentos junto a instituições de fomento.

A Cooperativa de Laticínios Itapiranga foi inaugurada oficialmente no dia 04 de agosto de 1962 e sua produção iniciou somente em 1966. Todo projeto de implantação, tanto de captação de matéria prima e de logística, foi coordenado por um engenheiro agrônomo contratado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga. A fábrica e o posto de armazenamento do leite foram instalados na Vila São João, atualmente município de São João do Oeste.

O projeto 233-058/002 foi elaborado por Heinrich Lenz, membro da Comude. A proposta previa o repasse de 150.000 DM para a Caixa Rural União Popular, que faria a gestão desse recurso. Com o projeto aprovado e o recurso em mãos, a cooperativa de crédito financiou pequenos empreendimentos aos agricultores para a compra de

máquinas, equipamentos, animais e investimentos em infraestrutura. Foram beneficiadas com esse recurso 209 famílias de agricultores, que em valores representou a cifra de 89.000 DM. O restante, 61.00 DM, a Caixa Rural repassou à Cooperativa de Leite Itapiranga. Esse valor foi utilizado para estruturar a cooperativa e iniciar a coleta e beneficiamento do leite para comercialização.

A parceria da Misereor junto à cooperativa de leite contemplou uma das áreas prioritárias da cooperação da entidade, pois focava nos segmentos da produção agrícola e do favorecimento de pequenos agricultores, bem como na produção de alimentos. Incentivar a produção leiteira, além de estimular o desenvolvimento econômico dos agricultores e da cadeia produtiva a eles atrelada, remetia ao anseio de fomentar e expandir a produção de alimentos.

Em carta de agradecimento direcionada à Misereor pelo então presidente da Cooperativa de Leite, José Helmuth Körbes, ele salienta o grau de importância do financiamento da entidade para a cooperativa:

Portanto, aproveitando essa oportunidade garantimos mantermos o sentimento de ajuda mútua, para que possam contar conosco para relações de trabalho e ajuda para o desenvolvimento. Agora podemos começar com a produção, aí poderemos demonstrar o quanto a vossa ajuda nos foi prática. E assim vocês possam mostrar aos seus doadores, como essa parte das doações foi aplicada.²⁹³

A afirmação do presidente da cooperativa demonstra que os financiamentos da Misereor criavam uma relação de mútuo comprometimento. Ambas as partes sinalizavam uma perspectiva que se transnacionalizava através dos discursos e da idealização de uma ajuda mútua. Enquanto para Misereor a expectativa era de alcançar os objetivos institucionalmente estabelecidos, na outra extremidade, o recurso gerava uma dinâmica social que remetia à ideia de que alguém ofereceu uma ajuda e acreditou numa ideia local. Dessa forma, criou-se uma rede que se transnacionaliza e se cristaliza sob variadas nuances, ou seja, havia uma duplicidade de intencionalidades nos processos de cooperação da Misereor. Nesse sentido, pode-se concluir que os discursos e as práticas de modernização constituíram uma rede de cooperação complexa.

O desenvolvimento da cooperativa esteve atrelado às realidades e instabilidades da economia brasileira do período, que apresentava uma agricultura instável diante das realidades de mercado e de comercialização, de políticas públicas pouco eficazes em

²⁹³ Projeto 233-58/002, ofício de José Helmuth Körbes datado de 14 de Março de 1966, arquivo da Misereor, acesso em 18 de Janeiro de 2016.

relação a pequenos e médios produtores e das deficiências produtivas em relação às exigências do mercado consumidor majoritariamente urbano. Um dos aspectos importantes a destacar é que, nos anos 1960 e 1970, as condições da agricultura familiar tornaram-se instáveis diante da modernização do setor agrícola e da regulamentação de mercado decorrente da agroindustrialização. Tanto é que, no ano de 1971, foi solicitado um novo recurso junto à Misereor para auxiliar os agricultores vinculados à cooperativa a quitarem seus compromissos com bancos em decorrência de empréstimos feitos para iniciar a produção leiteira junto a mesma. Para tanto, a Misereor aprovou outro recurso financeiro (Projeto 233-058/002A) no valor de 60.000 DM.

Para assessorar a cooperativa de laticínios e instruir os agricultores sobre manejo dos animais para a prática leiteira, a Misereor cooperou com mais um projeto, financiando a ida de um veterinário da Alemanha até Itapiranga. Esse profissional trabalhou com cursos de formação junto aos agricultores e acompanhou os primeiros passos do frigorífico e da cooperativa de leite. Esse projeto não pode ser analisado, visto que o arquivo da Misereor não permite que sejam consultados projetos executados por agentes, o que se denominava de *Entwicklungshilfer*, visando preservar a identidade desses profissionais.²⁹⁴

A cooperativa enfrentou dificuldades financeiras e operacionais. Para que os produtos pudessem ser comercializados, era necessária uma série de investimentos em infraestrutura das propriedades, manejo e raça dos animais. Como a cooperativa foi fundada com recursos financeiros provindos de um financiamento junto ao Banco do Brasil, essa situação tornou-se um agravante da condição financeira dos agricultores, visto que a então diretoria da cooperativa não conseguiu sanar as primeiras prestações. Outro agravante foi a situação inflacionária da economia e as instabilidades da atividade agrícola. Diante dessa realidade, foi solicitado outro recurso financeiro junto à Misereor visando sanar as dívidas dos agricultores. A nova solicitação tardou a ser aprovada, pois não estava claro para a Misereor para que fim se destinava esse recurso, visto que o financiamento a ser pago era provindo de um banco público e a instituição entendia que haveria a necessidade de encontrar uma solução local para a situação. Enfim, quando o recurso foi aprovado em 1971 pela Misereor, através do projeto 233-058/002A, a cooperativa de leite já havia decretado sua falência, seu patrimônio já fora leiloado pelo Banco do Brasil e adquirido por uma empresa privada.

²⁹⁴ Trata-se do projeto de cooperação número 233-058/001, convênio de cooperação firmado entre a Misereor e a Prefeitura Municipal de Itapiranga, com duração de 12 meses.

Este acontecimento demonstra que os acordos de cooperação da Misereor estavam atrelados a realidades locais, onde unicamente o recurso financeiro não era, em algumas situações, capaz de mudar uma realidade e gerar o desenvolvimento da forma como ele era almejado. Esses contextos também condicionaram a Misereor a adotar novas práticas e rever situações em que fosse viável o auxílio financeiro. A iniciativa de apoio a uma realidade local está atrelada a uma conjuntura mais abrangente, dos condicionantes externos e das realidades socioeconômicas numa perspectiva conjectural.

5.2 Moinho e gerador de energia na comunidade de *Loeffelscheidt* (SC)

A comunidade *Loeffelscheidt* foi fundada diante da lógica de colonização alemã empreendida na década de 1840 no litoral de Santa Catarina. Localizada no atual município de Águas Mornas, foi colonizada por imigrantes provindos da região de *Hunsrück*, na Alemanha, que desenvolveram a atividade agrícola em meio a um território composto por um terreno predominante de serra e de difícil acesso. Esses espaços de colonização foram locais propícios para a formação de núcleos populacionais homogêneos étnico e confessionalmente, principalmente, mas não somente, ítalo-germânicos de confissão católica ou luterana.

Essa característica reforça um padrão que caracterizou muitas áreas de colonização do Sul do Brasil, formatando uma realidade agrícola estruturada na pequena e média propriedade baseada na mão de obra familiar. De maneira geral, antes do processo modernizador da agricultura, as relações produtivas se caracterizavam por cadeias curtas, ou seja, uma agricultura baseada na subsistência e na comercialização de produtos de necessidade local, o que formatou um modelo de produção considerado tradicional, com limitações técnicas e de manejo. Essa característica foi condenada pela agricultura moderna e considerada como atrasada, irracional e pouco produtiva. Essa leitura de atraso e irracionalidade vem de encontro a nossa tese no sentido de que era necessário integrar espaços considerados “isolados” a um padrão de modernização que se desenvolvia no cenário brasileiro sob estímulo internacional. Uma das alternativas foi buscar apoio da Misereor.

A comunidade Nossa Senhora da Glória, fundada em 1843, pertencia a Arquidiocese de Florianópolis. Diante das condições de vida e de trabalho dos moradores, o Frei Raul Bunn, o.f.m. solicitou ajuda à Misereor no ano de 1973 visando

a construção de um moinho e um gerador diante da inexistência da energia elétrica na comunidade.

Mapa 03: Santa Catarina com destaque para o município de Águas Mornas



Fonte: Elaborado pelo autor

Em sua carta de solicitação, datada de 2 de Fevereiro de 1973, Frei Bunn caracteriza a comunidade como um ambiente “isolado” e enaltece o caráter de germanidade das comunidades que compunham a região:

Eu visito 7 capelas/comunidades, onde a maioria dos habitantes são descendentes de alemães. Eu vivo numa comunidade composta por 38 famílias que vivem da memória de suas famílias alemãs. Solicitamos a compra de um gerador para o centro da comunidade, a capela e os moradores próximos. Também pretendemos construir um moinho onde os colonos possam beneficiar seu trigo. Os moradores não possuem dinheiro para tal e seus sobrenomes são Pflieger, Schmidt, Roth, Justen, Hermes, Horr, Jochem, Beppler, Salm, Kraus, Loffy, Henkel, Seffens. Entre si falam todos em alemão. Nessa capela as rezas também são feitas em alemão. Isto mantém as famílias unidas. Ajudem-me, para que eu possa nesse pequeno lugar melhorar alguma coisa.²⁹⁵

Percebemos que o apelo referente às famílias de ascendência germânica busca fazer referência a um passado em que a Alemanha era fornecedora de imigrantes, e que, na atualidade, os descendentes desses imigrantes viviam em condições desfavoráveis, aspecto já presente no caso analisado de Itapiranga. Esse contexto revela outro fato importante dos pedidos de ajuda solicitados à Misereor, o da germanidade e do vínculo simbólico para com a pátria mãe Alemanha. Se Frei Bunn destaca em seu pedido que as

²⁹⁵ Projeto 233-117/064. Carta de solicitação de Frei Bunn, datada de 03/02/1973. Arquivo da Misereor, acesso em 8 de Janeiro de 2016.

rezas e as relações comunitárias são praticadas na língua alemã, há a evidência de que se objetivava mostrar que o vínculo com a Alemanha ainda se cristalizava através de práticas simbólicas e que era urgente uma ajuda aos filhos dos imigrantes que em tempos passados imigraram da Europa.²⁹⁶

Percebe-se que há uma entonação no sentido de que a liderança religiosa local poderia ser uma das poucas alternativas para que a comunidade fosse estimulada, no sentido de uma melhora da qualidade de vida e da condição da economia local. Mas o que representava essa perspectiva de “melhora” apontada por Frei Bunn? Podemos concluir que essa leitura estabelecia a ideia de que as condições não estavam boas, mas essa conclusão era feita com base em parâmetros e referências. Se há a afirmação de que é necessário melhorar é porque se está equiparando uma realidade à outra, como se a comunidade estivesse estagnada num atraso secular, praticando as mesmas relações produtivas e sociais do século XIX. Isso evidencia uma leitura muito influente do que se estipulou no Concílio Vaticano II, desse olhar para os povos do Sul e da necessidade de modernizar suas perspectivas de mundo.

Em resposta à solicitação de Frei Bunn, a Misereor solicitou maiores informações sobre o projeto a ser desenvolvido e se seria possível haver contato financeiro entre as duas partes, o que demonstrava a preocupação da instituição quanto ao caráter de “isolado” reiterado no pedido. O pedido da Misereor também solicitou uma carta de referência por parte de uma autoridade eclesial da região. Em resposta, é enviado ofício assinado pelo Bispo de Florianópolis, Dom Afonso Nieheus, que afirma que “o projeto do Frei Raul Bunn é um pequeno projeto, mas de grande interesse da população de *Loeffelscheidt*, localizada nas montanhas, de comunicação bastante difícil. Resolverá muitos problemas de economia doméstica.”²⁹⁷

Dom Afonso Nieheus esboça o fato de que havia problemas de economia doméstica e conforme a solicitação de apoio enviado à Misereor, esses problemas evidenciavam-se em estruturas básicas necessárias para racionalizar os sistemas produtivos e instrumentalizar métodos de trabalho capazes de promover mudanças sociais diante de um atraso. É uma demonstração clara da preocupação com a causa social por parte do catolicismo, ou seja, de que variadas esferas da Igreja estavam engajadas nessa perspectiva temporal das comunidades rurais.

²⁹⁶ Este tema da germanidade não é a proposta de estudo da tese, mas representa uma problemática a ser abordada em estudos futuros.

²⁹⁷ Projeto 233-017/064. Carta do Bispo Dom Afonso Nieheus, datada de 20 de Junho de 1973. Arquivo da Misereor, acesso em 8 de Janeiro de 2016.

No relatório produzido pelo setor responsável pelo projeto na Misereor, encontramos uma síntese do que se concebeu a proposta de cooperação, destacando que tratava-se de uma colônia alemã nas “montanhas” de Santa Catarina. Conforme o relato, para que possam fazer sua farinha, os agricultores precisariam andar cerca de uma hora e meia até o moinho mais próximo. “Os colonos alemães de *Loeffelscheidt* vivem ainda num sistema primitivo, tanto que cada ajuda auxilia bastante para facilitar o trabalho na agricultura. Os custos são baixos. Um técnico alemão irá auxiliar na instalação do moinho e do gerador.”

Há a afirmação de que o padrão da comunidade vinculava-se a um sistema primitivo não mais praticado na Europa e em processo de extinção no Brasil diante da integração das áreas rurais à economia nacional. Outro aspecto a considerar é o fato de que um técnico da Alemanha iria auxiliar na instalação do gerador, o que nos leva a concluir, não está claro, mas induz-se a isso, de que o gerador era de fábrica alemã, aspecto que sintetiza a ideia de que a Alemanha tinha interesses econômicos em promover projetos de cooperação nesse sentido estimulando suas empresas a se inserir no mercado brasileiro.

A Misereor aprovou o projeto no valor de 5.000 marcos, que foi iniciado em 1973 e finalizado em 1974. Com o recurso foram instalados um gerador de energia para a capela da comunidade, uma atafona para moer o trigo e um descascador de arroz. Na carta de agradecimento e de prestação de contas à Misereor, o Frei Bunn destacou que jamais a comunidade havia sonhado com luz dentro do recinto da capela, sendo que seis famílias já haviam solicitado conexão para as suas residências. Esse aspecto é importante, ou seja, o fato do gerador de energia ser instalado na capela remete a uma simbologia de prática e de continuidade da tradição do catolicismo, fator concebido como convergente das relações comunitárias.

Outro aspecto a destacar é que os instrumentos para a manufaturamento dos produtos agrícolas foram utilizados em caráter de coletividade, junto ao centro comunitário, aspecto muito relevante para as intencionalidades da Igreja de então, que remetem à solidariedade e ao trabalho cooperativo das comunidades agrícolas. Frei Bunn finaliza dizendo “aceite pois, agradecimento de toda a comunidade e espero poder realizar outras promoções destas com a ajuda do abençoado movimento do Misereor.”²⁹⁸

²⁹⁸ Projeto 233-017/064. Carta do Frei Bunn à Misereor, datada de 17 de Janeiro de 1974. Arquivo da Misereor, acesso em 8 de Janeiro de 2016.

O projeto de *Loeffelscheidt* se insere na preocupação do catolicismo em fomentar o desenvolvimento econômico através da estrutura das relações produtivas baseadas no conceito de comunidade. Esse contexto vem ao encontro do princípio de subsidiariedade, ou seja, de oportunizar que as pessoas através de seu próprio trabalho e de sua força coletiva se estruturam e desenvolvam práticas socioeconômicas visando um aperfeiçoamento de suas condições de vida.

Essas manifestações de grupos sociais de pequeno porte, comumente conhecidos como comunidades, o que em si é um termo ambíguo, dando a noção de elementos sociais que convergem em objetivos comuns, sejam sociais, econômicos ou políticos. É um erro ver essas pequenas comunidades como elementos totalmente homogêneos e convergentes. Mas é importante compreender a perspectiva de comunidade sob a ótica do catolicismo, elemento muito valorizado nos projetos de cooperação da Misereor. Nesses núcleos rurais havia um potencial de convergência social que deveria ser estimulada visando combater a desintegração de elementos de solidariedade e de coletividade. Nesse sentido, o projeto de um moinho comunitário agregava uma série de elementos que vinham ao encontro do ideal de desenvolvimento da Misereor, ou seja, de um elemento catalizador das relações comunitárias que perpassavam pela questão da economia local e das relações sociais do grupo.

5.3 Ajuda para uma aldeia indígena de Guarapuava/PR

No ano de 1975, as religiosas da congregação Missionárias Servas do Espírito Santo encaminharam projeto de ajuda junto à Misereor para auxiliar no trabalho missionário na aldeia indígena Faxinal, no município de Cândido Abreu/PR, na Diocese de Guarapuava. O objetivo era fomentar o plantio de arroz na aldeia através da aquisição de sementes e equipamentos. O projeto veio em decorrência de dois projetos anteriores já desenvolvidos junto à Misereor nos anos de 1973 e 1974 através do trabalho da mesma congregação religiosa na reserva.

Mapa 04: Estado do Paraná com destaque para o município de Cândido Abreu.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O projeto pretendia dar conta de uma demanda na aldeia que era a questão da alimentação e isso fica claro quando da intenção de inserir técnicas de agricultura junto aos indígenas ainda mais através da produção de arroz, que não é necessariamente uma cultura típica indígena. No ofício de solicitação enviado à Misereor, a coordenação do projeto informa que diante dos bons resultados obtidos nos projetos anteriores era necessário dar continuidade ao trabalho, no sentido de “melhorar” as condições de vida dos indígenas “e nós queremos através de nossa amizade com este povo poder auxiliá-los com questões de religião, moral, educação, higiene, vida comunitária, trabalho, agricultura”.²⁹⁹

A coordenação do projeto deixou claro que era intenção dos próprios indígenas melhorar as suas condições de vida e de alimentação, exaltando o trabalho comunitário, aspecto que vem ao encontro das intenções da Misereor de promover projetos de forma subsidiária e baseado no trabalho comunitário e solidário, o qual está envolto numa concepção cristã de comunidade. Outro aspecto abordado é que a agricultura na aldeia estava se ampliando, ou seja, sendo extensiva e avançando territorialmente, o que demonstra uma mudança nos padrões produtivos, ou seja, de uma prática silvícola típica indígena a um conceito de agricultura propriamente dito.

Junto ao projeto foi anexado documento da autoridade regional da Funai, órgão oficialmente responsável pela aldeia, visando dar um caráter de legitimidade ao trabalho das Irmãs Missionárias. No ofício, o representante da Funai da Delegacia Regional de

²⁹⁹ Projeto 233-152/36B. Carta da Irmã Almerita Poggel à Misereor, datada de 7 de Julho de 1975. Arquivo da Misereor, acesso em 10 de Janeiro de 2016.

Faxinal dos Guedes, entende que justificam-se as pretensões do projeto pela carência existente na alimentação básica da comunidade, não dispondo de meios para desenvolver sua agricultura baseada na subsistência, sendo a ideia da implantação de um projeto agrícola comunitário baseado no conceito de solidariedade dos índios. Isso facilitaria, na concepção da Funai, “a implantação de novas culturas nos anos subsequentes, cujos resultados permitiriam melhorar as condições de habitação, alimentação, saúde e vestuário da população.”³⁰⁰

É preciso estar atento à problemática da causa indígena no cenário brasileiro de então. A postura do Estado diante desses povos foi complexa e divergente, visto que, de um lado, precisava tutelar essas populações e dar amparo legal às suas terras, e de outro havia uma preocupação em inserir esses povos diante de suas exuberantes terras no cenário produtivo da agricultura. Ensinar o índio a plantar soja, trigo, milho, numa visão sintética, poderia representar uma preocupação do Estado para com a alimentação, mas numa leitura mais abrangente, pode-se concluir que havia uma intencionalidade em inserir a agricultura moderna nas terras indígenas. Essa política indigenista foi problemática e complexa, gerando inclusive muitas discórdias entre próprios membros da Igreja.

O recurso aprovado pela Misereor para o projeto foi no valor de 3.000 marcos. Na prestação de contas do referido projeto é esclarecido que o investimento resultou numa colheita satisfatória de arroz e de feijão, que seria a base da alimentação das famílias. Busca-se enfatizar dois pontos relevantes para a Misereor: o trabalho em forma de mutirão e a divisão dos alimentos entre as famílias, o que enaltece o conceito de comunidade, coletividade e solidariedade. “Uma parte da colheita é dividida entre os índios em produtos, uma parte em dinheiro, e uma parte é guardada para sementes e uma quantia é coletada para iniciar uma criação de suínos. Para isso já foi preparado e cercado um terreno.”³⁰¹ Não há no projeto indícios de quais elementos definiam essa proporcionalidade na divisão dos resultados obtidos, mas há uma clara referência à ideia de que era necessário promover a ideia do equilíbrio, da coletividade e da dignidade diante dos resultados do trabalho, elementos de forte referência cristã.

Aspecto que é perceptível nos três projetos financiados pela Misereor na aldeia indígena entre os anos de 1973 e 1977 é o fato de que houve uma intencionalidade em

³⁰⁰ Projeto 233-152/36B. Ofício da 4ª Delegacia da Funai de Faxinal dos Guedes, datada de 26 de Fevereiro de 1975. Arquivo da Misereor, acesso em 10 de Janeiro de 2016.

³⁰¹ Projeto 233-152/36B. Ofício de prestação de contas à Misereor. Datado de 01 de Outubro de 1977. Arquivo da Misereor, acesso em 10 de Janeiro de 2016.

promover os princípios do cristianismo entre as famílias, seja pelo trabalho de catequese, ou pelo fomento a valores cristãos de comunidade, solidariedade e coletividade. Não que esses princípios não sejam de tradição da cultura indígena, mas percebe-se a intencionalidade em fortalecer esses vínculos através de padrões externos, como os próprios ofícios da coordenação das Irmãs retratavam, com padrões dos “civilizados”, no que tange a valores morais, religiosos, vida comunitária, conceitos de trabalho e agricultura.

Esse elemento é muito importante para compreender o projeto modernizador estimulado pela Igreja. Ou seja, era necessário fomentar práticas modernas consideradas mais racionais e produtivas no sentido de mudar uma realidade detectada. Mas essa mudança não poderia fugir ao que se entendia como valores necessários diante de um mundo instável e problemático, evitando que se dispersassem as iniciativas locais para extremos tão amplamente condenados pela Igreja. A modernidade representou um projeto ambicioso de mudança social, de ressignificação de padrões, mas sempre com o olhar vigilante e tutelador, sem deixar as rédeas dessas iniciativas se dispersarem em falsas promessas de progresso.

Na década de 1970, a questão indígena estava bastante em voga no cenário brasileiro, principalmente pela promulgação do Estatuto do Índio em 1973 e pela demarcação de reservas indígenas, elemento problemático da conjuntura territorial. A Igreja se aproximou desses contextos travando embates com a postura do Estado e até mesmo apresentando divergências internas acerca de como lidar com a causa indígena. Como trabalhar a questão da produção agrícola em comunidades que historicamente viviam da silvicultura, da caça e da pesca? Além disso, como lidar com a dinâmica da modernização da agricultura nesses espaços? Diante da pressão do mercado agrícola pelas terras indígenas, era urgente demonstrar que esses espaços não eram devolutos e improdutivos, ou seja, cumpriam com uma função social de produção. Talvez a inserção de técnicas agrícolas modernas nesses espaços possa ter se relacionado a esse fato, além da questão da produção de alimentos obviamente. Nesse sentido, analisamos outro projeto da Misereor desenvolvido nessa perspectiva.

5.4 Produção de alimentos na reserva Votouro (RS)

A questão das terras indígenas, como vimos, se constituiu uma política complexa no Brasil. Esse contexto não foi diferente no Rio Grande do Sul, mais especificamente

na segunda metade do século XX, onde as políticas desenvolvimentistas foram arrojando e delimitando as terras indígenas em prol da expansão da agricultura moderna. Esse contexto é compreendido por Kujawa³⁰² como uma política historicamente positivista por parte do Estado, que via a questão indígena como uma preocupação fraternalista, protetiva e tuteladora, mas que ansiava expandir as áreas agricultáveis através de projetos de colonização.

Nesse sentido, temos a reserva Votouro, de cultura Kaingang, localizada nos municípios de Faxinalzinho e Benjamin Constant. Ela teve sua demarcação oficializada no ano de 1918 originalmente com 3.100 hectares; mas, através de políticas de reforma agrária e de reserva florestal do governo do Estado, teve seu território reduzido para 1.660 hectares.

Mapa 05: Rio Grande do Sul com destaque para a região de Benjamin Constant.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No ano de 1974, foi encaminhado junto à Misereor uma solicitação de um projeto de apoio financeiro para a compra de bois para 16 famílias residentes na reserva. A iniciativa surgiu devido a um projeto anterior, aplicado na Reserva Indígena Doble, através de recurso financeiro da entidade alemã Deutsche Katholischer Misionsrat³⁰³, onde também foram adquiridos bois para o trabalho agrícola na aldeia. O projeto em Votouro foi coordenado pela Operação Anchieta, entidade fundada em 1969 por leigos vinculados aos projetos sociais da Igreja Católica. A OPAN surgiu visando engajar

³⁰² KUJAWA, Henrique. A política territorial indígena no Rio Grande do Sul durante o século XX. In: TEDESCO, João Carlos. *Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores*. Porto Alegre: Letra&Vida; Passo Fundo: IMED, 2014, p. 17-37.

³⁰³ A Deutsche Katholischer Misionsrat era um fundo mantido pelos católicos alemães destinado a apoiar iniciativas de missionários católicos em regiões de carência.

voluntários, principalmente jovens leigos e religiosos, na causa indígena diante das condições de terra, de vida e de trabalho desses povos. As lideranças vinculadas à OPAN, que inicialmente teve sua ação na Região Sul, mas a partir da década de 1970 atuou na Região Centro-Oeste e Norte do Brasil, estavam vinculadas ao engajamento social do catolicismo com a causa indígena. A OPAN se destacou na formação de leigos e religiosos com a causa indígena, vinculada principalmente à congregação dos Jesuítas.

A OPAN pode ser considerada o embrião do que mais tarde se tornaria o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, entidade vinculada à CNBB que tratava da relação entre a Igreja Católica e a causa indígena. O contexto dos anos 1960 e 1970 é bastante complexo na causa indígena, principalmente pela atuação do CIMI e sua relação não tão amistosa com a FUNAI a partir da promulgação do Estatuto do Índio em 1973.³⁰⁴

O projeto foi encaminhado em Maio de 1974 junto à Misereor pela Coordenação da OPAN, através do seu coordenador Antônio Brand. No ofício de solicitação pode-se ter uma compreensão dos objetivos da OPAN que se resumiam em reunir pessoas dispostas a se engajar na promoção humana, colaborar com órgãos oficiais e particulares que visam a promoção humana, particularmente a do Índio e selecionar, treinar e enviar voluntários a populações marginalizadas, especialmente a indígena.³⁰⁵

No mesmo ofício, a coordenação faz um relatório da situação da Reserva Votouro, que contemplava 1.585 hectares de terra, em torno de 65 famílias descrevendo os índios Kaingang originalmente caçadores e coletores, tornando-se sedentários quando residentes na reserva. Segundo a OPAN, essas famílias adquiriam os meios de subsistência através da confecção e venda do artesanato (cestas, arcos, flechas, chapéus, balaios) por uma agricultura de coivara rudimentar e por trabalho periódico ou esporádico nas fazendinhas (terras de colonos regionais) que ficavam próximas do Posto da Funai.

Segundo a OPAN, a agricultura extensiva e a cidade se aproximavam cada vez mais dos índios, restringindo o espaço em que os mesmos viviam. A OPAN entendia que havia a necessidade de integrar os índios na sociedade nacional, e para isso seria necessário colaborar para que abandonassem a agricultura esporádica para um sistema mais racionalizado “de forma que tenham a sua subsistência por força de sua própria

³⁰⁴ BRIGHENTI, Clóvis Antônio. *O movimento indígena no Oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. 613 p. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFSC. Florianópolis, 2012.

³⁰⁵ PROJETO 233-32/131. Ofício da Coordenação da OPAN à Misereor. 10 de Maio de 1974. Arquivo da Misereor, acessado em 15 de Janeiro de 2016.

produção. Isso eles só conseguirão se colaborarmos suficientemente com eles, proporcionando-lhes condições técnicas para o cultivo do solo.”³⁰⁶

O sentimento de que a agricultura moderna poderia melhorar as condições de vida e de trabalho era muito perceptível. Percebe-se uma intencionalidade de integração dos povos indígenas com a sociedade brasileira, isso reflete uma das várias compreensões sobre a causa indígena e sobre a sua inserção e integração como elemento nacional. Com o objetivo de inserir na reserva de Votouro meios modernos e racionais de cultivo, pode-se concluir que a compreensão das lideranças da OPAN era de que era necessário ressignificar conceitos de trabalho e de produção diante da condição de vulnerabilidade constatada.

O projeto seria executado em parceria com a FUNAI que seria responsável por construir residências e a infraestrutura necessária na reserva. O objetivo do projeto se resumia a proporcionar aos índios condições de viverem por força da produção própria; de colocar os índios na situação de resolverem eles mesmos os seus problemas visto que os animais seriam adquiridos e distribuídos através da decisão da chefia indígena; de oferecer aos índios a possibilidade – através do reembolso do valor dos animais para uma caixa sob a disposição da mencionada chefia indígena – da criação de um fundo reversivo, destinado à aquisição de meios de produção.³⁰⁷

Em ofício de Setembro de 1974, a Misereor retorna à direção da OPAN solicitando maiores informações sobre o plano de trabalho do projeto e questionando a coordenação sobre a legitimidade da aquisição de bois para os indígenas se na Amazônia a FUNAI detinha 10.000 cabeças de animais. Isso demonstra uma preocupação por parte da Misereor sobre a viabilidade do projeto e também demonstra um conhecimento sobre a realidade brasileira, mas obviamente, uma falta de compreensão da dimensão territorial do Brasil visto a distância entre o Amazonas e a Região Sul³⁰⁸.

Nesse sentido, a OPAN responde à Misereor informando que havia de fato um problema de relacionamento entre a OPAN e a FUNAI, o que demonstra que a causa indígena não era tão amistosa entre as lideranças religiosas e o governo brasileiro. No ofício a OPAN legitima a ação do governo como ente responsável primeiro pelo

³⁰⁶ PROJETO 233-032/131. Ofício da Coordenação da OPAN à Misereor. 10 de Maio de 1974. Arquivo da Misereor, acessado em 15 de Janeiro de 2016.

³⁰⁷ Idem

³⁰⁸ PROJETO 233-032/131. Ofício da Misereor à Coordenação da OPAN. 10 de Setembro de 1974. Arquivo da Misereor, acessado em 15 de Janeiro de 2016.

território brasileiro e pelo seu povo, mas aproveita para esclarecer a compreensão acerca da ação da FUNAI:

A FUNAI é um órgão sujeito e condicionado pelo ministério do interior, responsável pela política de ocupação do território brasileiro, pelas grandes fazendas latifundiárias. Para a FUNAI o índio não pode atrapalhar o progresso do país, mas deve ser também fator de produção. Com este princípio a FUNAI realmente se tornou uma empresa onde o índio é mão de obra assalariada (irregular, sem contrato) e não interessa o seu desenvolvimento autônomo. Por isso não nos surpreendemos muito com a informação de que a FUNAI era possuidora de 10.000 bois, criados nas próprias reservas indígenas, fato este desconhecido para nós e para os próprios chefes do posto. Como também não devemos estranhar se algum dia forem informados de que nos postos do Sul se produzem cada ano milhares de sacas de soja e trigo e ao mesmo tempo faltam alimentos aos próprios índios. Em todos os casos os índios são apenas mão de obra barata e a renda vai para a FUNAI. Segundo a legislação vigente 45% da renda deveria retornar para o desenvolvimento comunitário dos índios, o que não ocorre.³⁰⁹

Finalizando o ofício, esclarece-se que o maior problema dos índios no Brasil era a questão de suas terras, das quais eram constantemente explorados e espoliados através do desleixo da FUNAI e do governo. Nesse sentido, reforça-se um posicionamento de que a causa indígena da OPAN e do CIMI divergia da proposta oficial do estado. Enquanto a FUNAI visaria tornar o índio uma mão de obra sempre mais produtiva, mas dependente, a OPAN e o CIMI visavam a autopromoção do índio como “autônomo” e como povo. “Que ele seja dono dos seus bens e da sua produção. Razão porque insistimos tanto que os índios sejam donos dos bois e a FUNAI fique fora dessa transação comercial, embora não a façamos sem autorização dela. Mas isto não é fácil.”³¹⁰

Essa postura reflete as ideias norteadoras da causa indígena na compreensão dos movimentos sociais e das lideranças religiosas católicas. Indo ao encontro de documentos norteadores do catolicismo das décadas de 1960 e 1970, a preocupação com a condição de vida e a dignidade humana foi um propulsor para a causa social do catolicismo brasileiro. Essa perspectiva é importante de ser compreendida, ou seja, de que a autonomia individual, a compreensão do que seria a libertação e a exploração da

³⁰⁹ PROJETO 233-032/131. Ofício da Coordenação da OPAN à Misereor. 22 de Novembro de 1974. Arquivo da Misereor, acessado em 15 de Janeiro de 2016.

³¹⁰ Idem.

pessoa humana eram temas recorrentes no catolicismo e que marcou a geração daquele período. Esse movimento surge das bases dos católicos de tendência social e de ideologia de esquerda, contexto que nem sempre vinha ao encontro das aspirações da hierarquia Católica. A Misereor apoiava esses projetos porque estavam em consonância às suas aspirações originárias, ou seja, da condição humana, além do que, a causa indígena era tema recorrente da tutela do catolicismo.

O projeto foi financiado pela Misereor no valor de 10.200 marcos, recurso utilizado para adquirir 32 bois. Na prestação de contas, a coordenação da OPAN e do CIMI esclarecem que houve um acompanhamento das ações desenvolvidas, principalmente no que tange a superação da condição de dependência dos indígenas, sua situação de exploração e miséria, inclusive em relação ao órgão oficial do governo. São exaltadas as questões do espírito de coletividade e de comunidade e a concepção de uma educação “conscientizadora”. “Uma coisa para nós ficou clara: a superação da exploração e dependência só será conseguida pelo próprio índio, na medida em que eles mesmo assumirem esse trabalho.”³¹¹

5.5 Projeto de colonização para camponeses Sem Terra em Apucarana/PR

A questão de terras no Paraná se assemelha à realidade da Região Sul no que concerne à formação de grupos sociais destituídos da posse de uma propriedade para a prática da agricultura. Mais especificamente na região Norte do Estado, o modelo colonizador adotado até a década de 1960 esteve alicerçado na formação de pequenas e médias propriedades e os latifúndios estavam destinados à cafeicultura, atividade que até então empregava uma grande quantidade de trabalhadores. Mais intensamente a partir da década de 1970, a modernização da agricultura promoveu uma considerável expulsão do campo de famílias de agricultores que não se alinharam ao modelo ou que não estavam capitalizadas o suficiente para investir na propriedade para se adequar aos novos padrões produtivos do campo. Outro fator que agravou a condição dos trabalhadores rurais no Norte do Paraná foi a crise da cafeicultura que causou alto índice de desempregados no campo. Dessa forma, segundo Serra, pequenos proprietários que perderam suas terras e desempregados rurais se “juntam” aos excluídos do acesso a terra na fase da ocupação pioneira, formando uma massa humana que, a partir dos anos 1980,

³¹¹ PROJETO 233-032/131. Relatório de prestação de contas da OPAN e do CIMI. 12 de Outubro de 1978. Arquivo da Misereor, acessado em 15 de Janeiro de 2016.

vai engrossar os movimentos sociais na luta pela Reforma Agrária. “O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra consegue aglutinar as forças dispersas desses trabalhadores excluídos e unificar a luta camponesa em prol de conquistas em termos de uma reforma agrária ampla, geral e irrestrita.”³¹²

Mapa 06: Mapa do Paraná com destaque para o município de Apucarana



Fonte: Elaborado pelo autor

Essa realidade faz surgir no município de Apucarana um grupo de famílias de agricultores sem a posse da terra, que se convencionou denominar de sem-terra, mas que no projeto são denominados de boias-frias. Nesse sentido, foi proposto em 1979 junto à Misereor um projeto para a estruturação de um assentamento para famílias sem-terra no município. O proponente do projeto foi o Padre Valter Pegorer, através do Centro de Promoção Humana São Benedito, prevendo o pagamento de um coordenador para atender e acompanhar as famílias, a aquisição de um veículo, implementos de tração animal e moto-bombas para irrigação. O público alvo do projeto eram 30 famílias que seriam alojadas numa área de 18 hectares. No projeto consta um ofício do Prefeito Municipal de Apucarana e também do Presidente da Companhia Paranaense de Habitação firmando o compromisso com a aquisição da terra para a concretização do assentamento e a construção de unidades residenciais para as 30 famílias.

Em ofício de apoio ao projeto, o Bispo de Apucarana, Dom Romeu Alberti, esclarece que a intenção do projeto era a promoção humana das famílias carentes que moravam na periferia da cidade, alertando para o fato de que o problema dos boias-frias

³¹² SERRA, Elpidio. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou? In: *Revista Boletim de Geografia*, Maringá, v. 28, n° 1, p.57-89, 2010, p. 76.

tem sido um problema que se agravava na região e era visto com preocupação pelas autoridades religiosas locais, sendo inclusive motivo de constantes reuniões entre o clero e presidentes de Sindicatos Rurais, sob coordenação do Serviço de Ação Sindical. Isso demonstra uma postura progressista de Dom Alberti, reiterando que “assim, estamos de pleno acordo com a implantação do referido projeto, que reputamos de vital importância no processo de libertação dessa classe marginalizada.”³¹³

A apresentação da situação e da condição das famílias sem terra na região remete a uma compreensão da amplitude de vulnerabilidade que se pretendeu demonstrar à Misereor. Esse discurso obviamente está atrelado a uma realidade, mas é preciso ter presente que ele buscava sensibilizar a instituição quanto à urgência do projeto. No documento de justificativa, estimou-se que somente na Diocese de Apucarana havia cerca 5.500 famílias nessa condição. Nesse sentido, diante dos poucos recursos disponíveis, a Igreja sentia-se de mãos amarradas para “libertar essa população”. Sendo assim, o objetivo do projeto era de capacitar essas famílias para o trabalho agrícola numa perspectiva de dignidade humana.

A fixação do homem no campo e a exploração intensiva e coletiva da terra realizada por boias-frias será a principal característica do projeto de colonização na tentativa de auferir alimentos e melhores condições de vida aos grupos de colonos comunitários e conseguir formas de organização tão necessárias à classe marginalizada que migra totalmente desnordeada, carregando consigo a miséria. Tentaremos criar condições e preparar o terreno para semear a semente da libertação angustiadamente esperada pelas camadas marginalizadas.³¹⁴

Percebemos que o projeto proposto para Apucarana teve efetiva participação de representantes da Igreja Católica. O discurso caracteriza uma postura social do catolicismo do final da década de 1970, quando temas como libertação e marginalização eram temas recorrentes dos movimentos sociais que já eram consistentes no período e tinham atingido uma dinâmica política e de organização considerável em meio à repressão da ditadura militar. Em 1978 a Teologia da Libertação já estava bastante amadurecida no Brasil e isso se reflete nessa postura em Apucarana.

³¹³ PROJETO 233-192/024. Ofício de Dom Romeu Alberti a Misereor. Datado de 24 de Outubro de 1978. Arquivo da Misereor, acessado em 18 de Janeiro de 2016.

³¹⁴ PROJETO 233-192/024. Ofício de Apresentação da Proposta de Cooperação (sem autoria). Datado de 02 de Dezembro de 1978. Arquivo da Misereor, acessado em 18 de Janeiro de 2016.

Mas é importante relacionar esses conceitos de marginalização e libertação a partir da Teoria da Marginalidade de Vekemans. Nesse sentido, marginalidade caracteriza uma condição de deslocamento, desagregação diante de um sistema de desenvolvimento diante do padrão ocidental. A perspectiva da liberdade, como discutimos, é um conceito muito amplo e caracteriza um princípio de condição humana valorizado pela Igreja como princípio necessário para a dignidade e fundamento da sociedade moderna.

Com o recurso aprovado pela Misereor em 1979 foi solicitado também um recurso junto à entidade *Broederlijk Delen* da Bélgica, entidade parceira da Misereor em projetos de cooperação, visando dar assistência à saúde das famílias do assentamento.

No Relatório de atividades desenvolvidas, a coordenação do projeto informa que as casas foram construídas em forma de mutirão pelas famílias e também foram promovidas formações para plantio de hortifrutigranjeiros em parceria com o Senai e o Senar. No relatório, é exaltado o fato de que a construção das residências e a posse da terra refletia a realização de um sonho para as 30 famílias, aproximadamente 200 pessoas. Enaltece-se o fato de que o projeto desenvolvido em Apucarana era uma reforma agrária em pequenas proporções. “Com a posse da casa e da terra, as famílias se colocaram de mangas arregaçadas na tarefa de produzir para garantir um futuro certo e promissor aos filhos, pois com o auxílio da Misereor existem todas as condições técnicas para tal.”³¹⁵

No assentamento foi criada uma cooperativa de produção, a Cootrapa – Cooperativa de Trabalho de Apucarana - e também a Colônia de Novos Produtores Comunitários, entidade responsável pelas discussões e decisões coletivas do assentamento. Nesse sistema, relata a coordenação do projeto, as famílias se reuniam para discutir “questões de classe”, o que reflete a maturidade do movimento sem terra na final da década de 1970, “bem como para conversar e refletir sobre a vida, a educação dos filhos e a melhor maneira de viver cristãmente.” Esse contexto demonstra que os princípios cristãos são fortalecidos através de uma concepção de uma comunidade e das discussões coletivas das famílias, refletindo também, a intencionalidade do catolicismo local em promover os princípios cristãos junto às famílias sem-terra. Nesse sentido, o princípio de “libertação” que se exaltava junto à

³¹⁵ PROJETO 233-192/024. Ofício da Coordenação do projeto à Misereor. Datado de 10 de Outubro de 1979. Arquivo da Misereor, acessado em 18 de Janeiro de 2016.

Misereor referia-se a sua condição socioeconômica, mas continuava tutelada pela condição religiosa.³¹⁶

Outro aspecto relatado pela coordenação do projeto eram atividades culturais e recreativas promovidas na comunidade, “o que permite um conagraçamento maior e o crescimento da amizade entre todos, além de levar os participantes do programa àquilo que chamamos de higiene mental.”³¹⁷ Percebe-se que há ainda nesse período uma preocupação da Igreja com hábitos considerados saudáveis, aspecto que vem de longa data como vimos em Souza³¹⁸, através de uma saúde mental, um equilíbrio social e o que a própria coordenação denominou de “higiene mental”, ou seja, valores de solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade cristã.

5.6 O texto no contexto

Na década de 1960, a produção de alimentos era tema recorrente dos debates acerca do desenvolvimento dos povos e do fornecimento de bens de consumo, principalmente no cenário de urbanização acelerada que se formatava em muitos países. Nesse sentido, a Misereor concebia a produção de alimentos e a geração de renda no campo como um desafio para a formatação dos seus ideais de sociedade em consonância com a postura do catolicismo pós Concílio Vaticano II. As necessidades básicas eram concebidas como urgentes na política de cooperação internacional.

Diante desse contexto, a Região Sul do Brasil se vinculou a essa pretensão diante do seu potencial agrícola e principalmente, pela grande quantidade de pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade no campo, sejam índios, sem-terras, pequenos e médios agricultores. Diante de um cenário de modernização da agricultura, que se acelerou nas décadas de 1960 e 1970, era necessário encontrar alternativas. Uma delas foi a promoção de projetos em parceria com a Misereor tendo como uma de suas manifestações o fomento a projetos direcionados à produção de alimentos e à geração de renda no campo. Para tanto, houve uma intencionalidade em ressignificar práticas, formas de produção e de manejo com a terra e com os animais, culturas e aperfeiçoamentos genéticos, obedecendo a forte tendência modernizante sentida na agricultura de então.

³¹⁶ PROJETO 233-192/024.

³¹⁷ PROJETO 233-192/024.

³¹⁸ SOUZA, 2015, op. cit.

A partir do próximo Capítulo, contextualiza-se outra face dessa realidade, ou seja, a necessidade de promover políticas de formação para o homem do campo seja através de escolas ou centros de instrução e também de tutelar os movimentos sociais que se fortaleceram nesse período. Para tanto, o foco de muitos projetos da Misereor foram sindicatos, escolas, instituições de classe e cooperativas. Ou seja, as manifestações com potencial de coletividade caracterizando um espaço político que se tornou evidente e consistente no período.

Na compreensão da Misereor era necessário estimular diversas perspectivas no campo rural. Dessa forma, era necessário, além de investir em projetos na perspectiva da produção, das técnicas de trabalho e do cultivo mais racional, também investir em formação e instrução para o homem do campo conforme os ideais imaginados pela Igreja Católica.

6.0 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO

*“A educação e a formação do homem do campo procurará atingir a todas as faces que dizem respeito à sua **personalidade moral, religiosa e social** e principalmente quando relacionada com as atividades profissionais propriamente ditas, grupos sociais nos quais deve estar integrado, bem estar seu e de toda a sua família, mormente os relativos à saúde, habitação, higiene, deveres para com a pátria e a comunidade em que vive”.*
Direção da Assesoar ao propor projeto de cooperação à Misereor³¹⁹

Uma das frentes de ação da Misereor esteve atrelada à formação de líderes locais, ou seja, personalidades com potencial de referência e mobilização nas vilas, comunidades, agrupamentos sociais, aspecto considerado relevante pela instituição, pois descentralizava o potencial de engajamento das pessoas em causas sociais de vulnerabilidade, dando suporte ao princípio de subsidiariedade do catolicismo. Essa frente, segundo Kiefer e Risse³²⁰, pretendia melhorar as condições de vida locais na agricultura e no trabalho, serviços de saúde, na indústria e na técnica, visando estruturar condições sociais saudáveis e um quadro de desenvolvimento global equilibrado através do desenvolvimento das comunidades, cooperativas e o que denominaram de acesso à informação.

Esse aspecto é bastante complexo no contexto das décadas de 1960 e 1970 na Região Sul do Brasil, caracterizando-se como um momento ímpar de formação de cooperativas, sindicatos, associações e escolas de formação agrícola. Essa era uma das pretensões do catolicismo refletindo uma preocupação em inserir-se e marcar território nos aspectos políticos locais, elemento catalizador de um potencial de mobilização coletiva. A Igreja Católica entendia que era necessário arraigar-se nesse movimento, reforçando aspectos de coletividade e comunidade, bem como, vinculando-se à formação do homem do campo diante do cenário socioeconômico e político da época. Essa pretensão não era nenhuma postura inovadora do catolicismo de então, pois a questão social era elemento determinante nas pretensões da Igreja em se inserir na formação da sociedade e na sua capacidade de mobilização coletiva. No entanto, o contexto das décadas de 1960 e 1970 foi ímpar nesse sentido, pois ocorre um aumento substancial dessas iniciativas.

³¹⁹ Projeto 233-055/029. Ofício da direção da Assesoar direcionado à Misereor. Datado de 15 de Maio de 1979. Arquivo da Misereor, acesso em 22 de Janeiro de 2016 (grifo nosso)

³²⁰ KIEFER; RISSE, op. cit. 1962.

O Capítulo pretende vir ao encontro desse contexto rural, a fim de compreender em que elementos e com quais perspectivas simbólicas a ajuda da Misereor foi determinante na formatação desses aspectos na Região Sul. É importante vislumbrar e reafirmar que a cooperação das entidades de base locais com a instituição alemã aconteceu de forma conjunta, ou seja, as intencionalidades advinham de dois extremos, mesmo que essa postura possa remeter a variadas compreensões do que se concebia como um sindicato, uma cooperativa ou uma escola de formação agrícola. O objetivo é compreender sob quais circunstâncias se cristalizaram os discursos e as intencionalidades, que nem sempre foram amistosas ou pacíficas entre a Misereor e a realidade local, mas que se vincularam à formação do contexto rural de então. A ideia da comunidade cristã foi um aspecto importante na formação do homem do campo, assumindo muitas vezes um papel político e simbólico que se refletiu nas relações sociais, nas formas de conceber a produção e o domínio da técnica produtiva num cenário de modernização da agricultura e do acirramento das causas políticas e ideológicas do período.

Dessa forma, foram selecionados para a análise alguns projetos consolidados com apoio da Misereor na Região Sul, como a estruturação de um centro comunitário para a comunidade de Anitápolis/SC; a implantação de uma escola de formação agrícola em Itapiranga/SC³²¹; a fundação de uma escola de formação agrícola em Braço do Norte/SC; aquisição de mobiliário para uma escola de formação agrícola em Frederico Westphalen/RS; e aquisição de equipamentos para um centro de formação agrícola em Bom Princípio/RS.

Da mesma forma que o Capítulo 5, a seleção dessa amostragem deve-se pela disposição dos projetos no arquivo da Misereor. Diante do universo de projetos, a seleção desses respeitou o critério da disponibilidade, integridade e amplitude de materiais constantes no arquivo. Analisar todos os projetos tornaria a leitura repetitiva e exaustiva visto que há vários elementos que se repetem. Alguns projetos possuem maior número de documentos e manifestações locais, sendo esses os analisados nesse momento.

³²¹ A análise mais extensa dos projetos de cooperação em Itapiranga/SC nos Capítulos 5 e 6 deve-se a tentativa de contextualizar a sucessão de iniciativas da Misereor e da comunidade local em projetos que se complementaram nas décadas de 60 e 70, além das fontes dispostas no arquivo serem bastante extensas favorecendo uma análise mais ampla dos projetos de cooperação da Misereor.

6.1 Sede para uma cooperativa de agricultores de Anitápolis(SC)

Uma das propostas de cooperação da Misereor englobava o apoio à estruturação de cooperativas para agricultores, concebidas pela lógica da coletividade e da união de forças diante de um cenário de desestruturação das relações produtivas detectadas no campo no período. No mais, as cooperativas eram concebidas como centros convergentes de estruturas produtivas, além de representarem uma possibilidade da união comunitária, no sentido de tomadas de decisões coletivas, aspecto muito valorizado pela Misereor e pela própria Igreja.

Nesse sentido, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a comunidade religiosa católica, representada pelo Padre Pedro Bermes, propuseram um projeto junto à Misereor para a estruturação de um centro de formação e assistência à saúde para os trabalhadores rurais de Anitápolis. A parceria entre sindicalismo e Igreja remete a uma compreensão de que dois segmentos representativos uniram forças visando fazer frente a uma situação socioeconômica de vulnerabilidade no contexto da região. Isso demonstra que segmentos da Igreja estavam inseridos em movimentos representativos da sociedade. Os sindicatos, no início dos anos 1970, ainda estavam atrelados ao projeto de tutelamento do catolicismo junto com os movimentos representativos do campo. Se em Santa Catarina esse processo não esteve tão sistematizado e perceptível, como fora no Rio Grande do Sul e no Paraná através do movimento da Frente Agrária, respeitou ao menos em tese, segundo Picolotto³²², o desejo do catolicismo em colaborar no assistencialismo agrícola bem como inserir os agricultores no processo de modernização das relações produtivas.

A região de Anitápolis fora colonizada no século XIX por imigrantes açorianos e portugueses e no início do século XX recebeu levas de imigrantes alemães e italianos. Sua estrutura agrária alicerçou-se na formação de propriedades de pequeno e médio porte, formando uma economia baseada na agricultura de caráter familiar.

³²² PICOLOTTO, Éverton Lazzaretti. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, Nº 35, p. 204-236, jan/abr 2014.

Mapa 07: Mapa de Santa Catarina com destaque para a região de Anitápolis.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O projeto de auxílio financeiro foi enviado à Misereor no ano de 1974, mesmo ano de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anitápolis, o que revela que segmentos da Igreja estiveram desde o início engajados no projeto de sindicalização dos agricultores. A proposta englobava a construção de um centro de formação e de assistência à saúde para as famílias sindicalizadas.

Na carta de solicitação do recurso, redigida pelo Padre Bermes, ele relata que o município de Anitápolis era formado por colonizadores alemães e italianos, que se juntaram a brasileiros nativos para formar a população da região. Relata que a Igreja foi responsável pela construção da escola do município e que em parceria com entidades governamentais, através do sistema Mobral, auxiliava na alfabetização da população. Destaca também que ao longo dos últimos anos a assistência social da Igreja tem colaborado na união dos agricultores na formação de um sindicato e de uma cooperativa, num projeto de “estruturar” a agricultura, visando “melhorar” a situação econômica, a formação profissional e as condições de higiene das famílias. “Para tanto, foram realizados cursos técnicos e de saúde pessoal, de condições de saúde dos animais, fertilizantes, sementes e pesticidas. Por enquanto os cursos ainda são realizados na paróquia, mas esse espaço já não comporta mais a demanda.”³²³

Em 18 de Julho de 1974, o Departamento para a América Latina da Misereor responde o pedido de Anitápolis, solicitando maiores informações sobre o projeto, como detalhes da estrutura do edifício a ser construído, bem como, uma recomendação de uma autoridade religiosa da diocese.

³²³ Projeto 233-033/006. Carta do Padre Bermes solicitando apoio financeiro da Misereor. Datada de 6 de Junho de 1974. Arquivo da Misereor, acesso em 11 de Janeiro de 2016.

Em resposta, Padre Bermes responde em ofício assinado também pelo presidente e pelo secretário do Sindicato de Agricultores de Anitápolis, onde constam maiores detalhes do projeto, orçamentos e planta do edifício. Isso demonstra uma sintonia entre lideranças religiosas e sindicais, o que fortalece a tese da inserção do catolicismo junto aos movimentos representativos do setor agrícola em Santa Catarina.

Neste ofício, consta que os agricultores de Anitápolis estariam “estacionados” há muito tempo na cultura agrícola e que havia um interesse em aprender as técnicas “modernas” de produção. Destacam que os agricultores se “sustentam” e que o desenvolvimento da indústria ainda estaria limitado. “A instalação do centro de formação deve auxiliar a melhorar as más condições de vida e trabalho daqui”. O projeto solicitava melhores condições de gestão, cursos para agricultores, assistência odontológica e melhores condições de saúde aos agricultores, bem como, compra e venda de insumos, sementes, fertilizantes e insumos. “O projeto prevê assim melhores condições de produção e melhorias da saúde dos agricultores.”³²⁴

Essa perspectiva de que havia o interesse dos agricultores em aprender técnicas modernas de agricultura é bastante problemática e controversa. Primeiro porque se entende que havia conhecimento por parte dos agricultores de que o contexto agrícola estava atravessando um processo modernizador na década de 1970, essa compreensão parecia estar disseminada no meio rural através dos meios de comunicação como o rádio, o jornal, os informativos agrícolas e a ascendente televisão. Nesse sentido, os discursos de modernização eram consideravelmente presentes no cenário catarinense e o agricultor encontrava-se numa encruzilhada, ou seja, ou embarcava no projeto modernizador ou ficaria à mercê do processo. Essa era uma lógica bastante controversa que gerou efeitos incalculáveis na subjetividade do produtor rural e no conflito de gerações no meio rural.

A análise dos discursos nas justificativas visando a aprovação de um projeto de cooperação junto à Misereor demonstra uma preocupação quanto às condições de vida e de trabalho dos agricultores. Aspectos básicos, como higiene e estrutura das residências era motivo de preocupação das lideranças locais, remetendo à ideia de que a população encontrava-se em “más condições de vida e de trabalho”, o que simbolicamente cristaliza o que era visto como uma concepção de um atraso e de uma precária formação educacional e profissional dos agricultores. Esse discurso é produzido visando a

³²⁴ Projeto 233-033/006. Ofício do Padre Bermes e das lideranças sindicais. Datado de 03 de Agosto de 1974. Arquivo da Misereor, acesso em 11 de Janeiro de 2016.

formação de um agricultor mais racional e moderno, aspecto caracterizante do cenário agrícola de Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970 diante do contexto da modernização da agricultura.

É preciso considerar esse elemento como um contexto em que se disseminou a concepção de o ambiente agrícola estaria numa condição de atraso sendo necessária sua integração ao padrão social e produtivo moderno. Para tanto, eram necessárias mudanças em formas de comportamento, em padrões de higiene, valores morais, sociais e culturais, acesso à informação, implantação de técnicas agrícolas modernas, sistemas de ensino que levassem outras perspectivas ao produtor rural. Em síntese fomentou-se um projeto de integração do produtor rural ao ambiente moderno, aspecto que não era nenhuma novidade, visto que essas iniciativas já se manifestavam sob diversas formas em períodos anteriores.

A Misereor estimulou essas iniciativas não porque era a única instituição de cooperação comprometida com esses elementos, mas sim, porque representou um padrão de várias outras instituições internacionais que se aliaram ao Estado brasileiro e a segmentos políticos e sociais para promover esses padrões no meio rural de forma mais intensa no pós Segunda Guerra. A título de exemplo, podemos citar os projetos de cooperação promovidos pela *American International Association for Economic and Social Development*, ou abreviadamente AIA, instituição filantrópica norte americana vinculada a Nelson Rockefeller, que fomentou projetos de modernização agrícola e educação rural em diversos países da América Latina, aspecto estudado na tese de Silva.³²⁵ Isso reforça nossa compreensão de que a Misereor se inseriu num movimento mais amplo de cooperação e desenvolvimento, numa proposta do bloco ocidental capitalista, mesmo que ela tenha oferecido uma proposta singular vinculada à concepção da Igreja Católica e da política externa alemã.

Esses discursos sensibilizavam a Misereor e vinham de encontro às suas políticas de ação junto ao setor agrícola, as quais eram de inserção e formação técnica dos agricultores diante de um cenário agrícola modernizante. As condições de vida de comunidades agrícolas, englobando aspectos de condições básicas como saúde e higiene familiar, vão ao encontro da proposta da entidade de levar ao campo políticas de fomento à melhoria da qualidade de vida, aspectos que se relacionam diretamente à

³²⁵ SILVA, Claiton Márcio. *Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização do Brasil (1946-1961)*. 225 f. Tese Doutorado em História das Ciências da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

geração de renda e à produção de gêneros alimentícios, e influenciavam diretamente, como era de consenso da Misereor, em questões pontuais como o êxodo rural, por exemplo.

A proposta do projeto foi aprovada em 1974, no valor de 27.000 marcos. No entanto, a Misereor ainda solicitava uma carta de recomendação do bispo da Arquidiocese de Florianópolis. Nesse sentido, Dom Afonso Nieheus enviou ofício à Misereor em Novembro de 1974, onde contempla que conhecia perfeitamente a “precária” situação de Anitápolis, “cidadezinha no meio das montanhas”, vislumbrando o “extraordinário zelo” do Padre Bermes seja no campo pastoral, seja no campo da promoção humana. “O projeto que ele está apresentando às benévolas atenções da Misereor merece todo o apoio. Com isso recomendo-o vivamente e dou a certeza de que será de real utilidade para a população local.”³²⁶

Há um cenário bastante complexo a ser considerado nesse processo de educação rural em Santa Catarina na década de 1970. Várias iniciativas, tanto governamentais como não governamentais, buscavam dar conta da questão rural nesse cenário de ressignificação das relações produtivas modernizantes. Um dos exemplos foram os Clubes 4-S, modelo copiado dos Estados Unidos e amplamente difundido em Santa Catarina através da extensão rural da Acaresc³²⁷. É nesse complexo contexto que as iniciativas de educação rural da Igreja Católica se engendram, ora em consonância com o Estado, ora apresentando propostas diferentes. Entretanto é preciso destacar que essas iniciativas de educação rural possuíam, em sua maioria, elementos que convergiam no sentido de educação para as práticas modernas de produção, questões de saúde, higiene, valores morais, educação financeira, enfim, vários elementos que compunham a compreensão do que seria um produtor rural moderno diante dos padrões ideais.

6.2 Escola de formação agrícola em Itapiranga/SC

Esse projeto se insere na iniciativa de desenvolvimento de Itapiranga contextualizado já no Capítulo 5, sendo a escola de formação agrícola uma das alternativas de desenvolvimento elencadas no Relatório de Desenvolvimento

³²⁶ Projeto 233-033/006. Ofício de Dom Afonso Nieheus à Misereor. Datado de 10 de Novembro de 1974. Arquivo da Misereor, acesso em 11 de Janeiro de 2016.

³²⁷ Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – Acaresc, fundada na década de 1950, que em 1991 foi denominada de Epagri.

Econômico de 1962. O projeto foi liderado pelos padres jesuítas que historicamente estavam à frente da colonização Porto Novo, que se refere ao município de Itapiranga.

No ano de 1948, o hospital que pertencia a uma sociedade composta por moradores da comunidade de Sede Capela, interior do município de Itapiranga, foi adquirido pela Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, de São Leopoldo, no intuito de que ali fosse instalado um centro de formação que pudesse receber alunos do interior da colônia que pretendessem seguir a vocação religiosa. Em outras palavras, os Padres Jesuítas desejavam transformar aquele centro educacional num seminário de formação religiosa.

No ano de 1949, iniciaram as atividades do novo centro de formação de Sede Capela, denominado, a partir daquele momento, de Instituto de Assistência São Pedro Canísio (Iaesc), que representava uma espécie de pré-seminário, onde os adolescentes frequentavam a escola até o 5º ano primário e em sequência passavam a estudar no seminário de Salvador do Sul/RS – o *Kappesberg*. No ano de 1949, 37 alunos estudavam no pré-seminário de Sede Capela, número que foi aumentando gradativamente a cada ano.

No ano de 1967, o tempo de permanência dos seminaristas foi ampliado, possibilitando que também cursassem a 1ª e a 2ª séries do ciclo ginásial e a partir daquele momento, o seminário passou a denominar-se Ginásio Três Mártires. No ano de 1976, o educandário passou a fazer parte da Rede Estadual de Ensino, funcionando no mesmo prédio da escola agrícola.

Como vimos no Capítulo 5, o Relatório de Desenvolvimento Econômico previu a necessidade da criação de uma escola de formação técnica num cenário de modernização da agricultura. Havia uma compreensão de que era necessário estimular a modernização da agricultura local e promover a capacitação dos agricultores, principalmente de seus filhos, para que eles pudessem trabalhar nesse processo de modernização da agricultura. Assim nasceu a ideia de implantar uma escola de instrução agrícola, aproveitando a estrutura existente no pré-seminário da comunidade de Sede Capela.

No ano de 1962, Pe Oscar Puhl S.J. coordenou a elaboração do projeto de instalação de um colégio agrícola em Sede Capela. Nesse projeto estava clara a preocupação com o estudo e o trabalho do jovem agricultor e sua inserção no mundo do trabalho. Conforme o próprio Padre denominou de *Landwirtschaftschule*, a escola se

destinaria à formação geral de jovens com aulas práticas de serviços agrícolas e também de vocação religiosa.³²⁸

Os projetos de cooperação junto à Misereor, destinados ao centro de formação agrícola de Itapiranga, consistiram num esforço da comunidade regional em colocar em prática um anseio das lideranças jesuítas locais, principalmente do Padre Oscar Puhl, S.J. Isso demonstra que havia a preocupação em fomentar a colonização no intuito de evitar que os considerados métodos “atrasados” levassem à ruína o projeto de colonização.

Após conclusão do Relatório de Desenvolvimento Econômico, houve a necessidade de escolher um local onde pudesse ser instalada uma escola de formação para os agricultores. Como no município já funcionava o pré-seminário jesuíta, que detinha uma extensa faixa de terras, ideal para a prática de diversas atividades agrícolas, e como ali estudavam adolescentes provindos de diversas comunidades do interior, ficou acordado que esse seria um espaço propício para tal. O projeto para buscar recursos financeiros ficou a encargo do Padre Oscar Puhl, S.J. e do membro da Comude, Heinrich Lenz. Apesar das tratativas iniciarem já em 1964, somente em 1968 se concretizou o auxílio financeiro para a estruturação da escola.

O dossiê do acordo de cooperação 233-058/022, disponível no arquivo da Misereor, inicia com uma carta de recomendação do governador da Diocese de Chapecó, Padre Antônio Massolini, recomendando e justificando a iniciativa da comunidade de Itapiranga. O projeto em si que consta no arquivo, assinado por Heinrich Lenz e datado de 25 de setembro de 1964, justifica que a ideia de um espaço de formação agrícola é decorrente das conclusões presentes no Relatório de Desenvolvimento Econômico, fazendo referência a um processo de continuidade e processualidade na cooperação da Misereor.

O projeto inicia com uma consideração importante sobre o que se imaginava ser uma das causas da condição da população: o fato de que o “isolamento” estaria firmado no princípio da fé e da nacionalidade. O isolamento referia-se, como pode-se concluir no projeto, ao sentimento da não miscigenação da população local, um dos princípios da colonização de Porto Novo. Sendo assim, as forças produtivas e as manifestações culturais endógenas seriam a causa da falta de informação e preparo da população do campo para ressignificar as práticas agrícolas num cenário conjectural de modernização

³²⁸ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Escola Agrícola Profissional Itapiranga. 15 de Julho de 1962, n° 73, p. 7.

da agricultura, por isso, tornava-se necessário um esforço visando “compensar” algumas desvantagens dessa condição através de uma maior “racionalidade”, concluindo que,

A população é muito ligada à tradição; esta restrição deve ser superada nos métodos econômicos; o conhecimento moderno que falta passa por uma escola, principalmente para os jovens, isto é uma condição para o desenvolvimento da região [...] O plano da escola crescerá juntamente com a prática. O pequeno Pré-Seminário buscará os jovens inteligentes; a questão é de que os padres também coordenem o processo de preparação profissional destes jovens.³²⁹

A formação escolar nas primeiras décadas de colonização esteve atrelada às congregações católicas religiosas atuantes na colonização. Esse processo é bastante significativo, pois quando o próprio ambiente escolar condiciona um padrão educativo, conforme o estudo de Eidt, supõe-se que a formação das gerações futuras seja baseada na tradição local.³³⁰ Com o projeto de instalação de uma escola de formação agrícola junto ao pré-seminário, onde os jovens recebiam concomitantemente a educação religiosa e profissional, os jesuítas pretendiam assumir uma postura de formação obviamente direcionada para determinados padrões sociais e culturais. Pode-se afirmar, com base na história da comunidade local, que os jesuítas pretendiam retomar um modelo que sofrera um revés com a Lei da Nacionalização de 1938 e que esses padrões estavam alicerçados no catolicismo e no germanismo, agora aliados a uma formação para o trabalho agrícola.

Uma vez encaminhado o projeto de cooperação junto à Misereor, a aprovação do apoio financeiro por parte da instituição constitui-se num processo longo e relutante. De início, a Misereor responde a comunidade local através de ofício datado de novembro de 1964, solicitando mais informações sobre a proposta de construção de uma escola, como dados estruturais do edifício. Também questiona o fato da real utilidade de uma escola de formação agrícola para adolescentes de 12 anos, idade em que se encontravam grande parte dos alunos do pré-seminário. O que deixa transparecer no ofício é de que a Misereor questionava o nível de maturidade para crianças com essa idade receberem instruções agrícolas. Talvez não estivesse claro que, com 12 anos, muitos já auxiliavam

³²⁹ Projeto 233-058/022, projeto de instalação de centro de formação rural, arquivo da Misereor, acesso em 6 de Janeiro de 2016

³³⁰ EIDT, Paulino. *Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

em tarefas diárias na atividade agrícola das propriedades, o que era bastante comum na época.

Mas o projeto de construção da escola iniciou pela comunidade regional antes mesmo do apoio da Misereor. Para a construção foram mobilizadas as mais variadas frentes sociais locais, tanto políticas como comunitárias. Padre Oscar Puhl S.J., coordenador do trabalho de construção, conseguiu engajar a comunidade de tal maneira que grande parte das famílias colaborou com recursos financeiros ou até mesmo com dias de trabalho na obra. O projeto estrutural era bastante grande e isso demandou muita mão de obra e material para a construção.

Diante das dificuldades financeiras para a construção da escola, Padre Puhl S.J. e lideranças políticas locais encaminharam o projeto ao Governo do Estado de Santa Catarina para que fosse firmado um acordo de cooperação com o Governo da Alemanha Ocidental³³¹, através da Embaixada do Rio de Janeiro. Esse processo também consta do dossiê presente no arquivo da Misereor:

após a primeira fase da colonização de Itapiranga e a construção das comunidades houve um certo grau de autossuficiência, mas após anos de colonização veio a estagnação econômica. Os dados estatísticos demonstram a vitalidade e a dinâmica do colono, e a sua notável capacidade de projetar planos ainda mais amplos e colocá-los em realidade. Para tanto, em parceria com a Misereor foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Econômico, e nele ficou claro o quanto é importante uma escola de formação agrícola para Itapiranga.³³²

Apesar da mobilização de diversas frentes, visando a construção da escola com recursos da cooperação alemã, a Misereor, num primeiro momento, negou o auxílio, alegando escassez de recursos. Padre Oscar Puhl S.J., obviamente empolgado pelo fato da construção já estar em andamento, recorreu a outras instituições visando apoio para o projeto. Uma dessas instituições foi a *Deutsche Jesuitemission Japan*, entidade assistencial mantida por religiosos alemães com sede na cidade de Köln. Essa entidade enviou ofício à Misereor reforçando a necessidade do apoio ao projeto da escola de

³³¹ O Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil – República Federal da Alemanha foi assinado no dia 30 de Novembro de 1963 e entrou em vigor pelo Decreto Legislativo nº 6 de 1964. O artigo 3º do Acordo prevê no Brasil, a criação e o aparelhamento de instalação, de demonstração e experimentação e de centros de formação profissional. Maiores informações: <http://www.brasil.diplo.de/contentblob/2701058/Daten/780376/1963_Basisabkommen_TZZusammenarbeit_pt.pdf>.

³³² Projeto 233-058/022, projeto de cooperação Governo do Estado de Santa Catarina e Governo Federal da Alemanha Ocidental, arquivo da Misereor, acesso em 7 de Janeiro de 2016.

Itapiranga. Em resposta, em ofício datado de 20 de maio de 1965, a Misereor responde a *Deutsche Jesuitenmission Japan* de que não é possível auxiliar no referido projeto, pois “a situação é tal que no momento solicitações elegíveis não serão consideradas, porque os recursos em relação aos pedidos são demasiado baixos. Esta situação tende a ficar ainda mais problemática”.³³³

No dossiê constam vários ofícios enviados pela comunidade local ressaltando a importância do projeto para o município de Itapiranga e região. A tática adotada para conseguir o apoio da Misereor parece ter sido a insistência. Em um dos ofícios, datado de 13 de fevereiro de 1966, Padre Puhl S.J. informa que já iniciaram as obras com o esforço da comunidade local, inclusive, enviou fotos da construção do edifício. A tática que fica clara era seguir a construção e solicitar ajuda por pavimento.

Em uma das fases do processo, consta um ofício assinado por Manoel Pio Correa, então atuante no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, endereçado ao Ministério da Cooperação Econômica da Alemanha Ocidental, com sede em Bonn:

O estudo das condições socioeconômicas demonstra que apenas 1,7% da população têm formação profissional. A falta de conhecimento e de métodos de trabalho na agricultura são uma **preocupação das autoridades**. O treinamento agrícola e profissional no mencionado município, vai portanto, tratar-se de extrema importância e vai abrir novas possibilidades para toda a área. Esta escola irá formar novos trabalhadores especialistas na área, visando atender as **necessidades do Brasil** em trabalhadores qualificados.

A escola não vai beneficiar somente o município de Itapiranga, mas também todo o Oeste do Estado o que comporta em torno de 130.000 moradores, dos quais 75% trabalham na agricultura, e para melhorar a cultura e o nível profissional dos agricultores, para que com isso a questão social brasileira se desenvolva.

Quero agradecer-lhe se esse pedido for atendido, e reiterar o interesse do governo brasileiro nesse projeto, em consonância com o Acordo Bilateral de Cooperação Técnica entre Brasil e Alemanha de 1963.[grifo nosso]³³⁴

³³³ Projeto 233-058/022, ofício da Misereor a Deutsche Jesuitenmission Japan de 20/05/1965, arquivo da Misereor, acesso em 7 de Janeiro de 2016.

³³⁴ Projeto 233-058/022. Ofício do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, datado de 20/04/1966. Arquivo da Misereor, acesso 7 de Janeiro de 2016.

Percebe-se a mobilização de diversas frentes para conseguir recursos financeiros para a construção da escola. Estavam ou foram envolvidas lideranças locais e agentes políticos das mais variadas esferas. Certamente, a participação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como, do Ministério da Cooperação Econômica da Alemanha Ocidental, dava ao projeto da escola agrícola de Itapiranga considerável relevância. Ao longo dos anos de 1966 e 1967, são remetidos à Misereor diversos pedidos de informação acerca do andamento do projeto de cooperação para a construção da escola, o que parece ter sido uma tática das lideranças locais visando criar um clima de unidade em prol do projeto, bem como formar uma atmosfera de pressão em torno da aprovação do recurso.

Heinrich Lenz conclama à Misereor sobre a urgência da aprovação do projeto de cooperação, parecendo fazer um apelo ao teor de necessidade da escola para a comunidade regional: “o que deve acontecer agora? O conjunto do projeto também é de minha iniciativa. Reconheço a necessidade urgente. Devo deixar a comunidade local perder a oportunidade de ter uma escola de formação agrícola?”, ressaltou Lenz.³³⁵

O então Bispo da Diocese de Chapecó, Dom Wilson Laus Schmidt, também enviou à Misereor declaração de consentimento em relação ao projeto da construção da escola:

Declaro que em Sede Capela, município de Itapiranga, pertencente a Diocese de Chapecó, está realmente construído digo sendo construído o conjunto vocacional, denominado “Escola Agrícola e Profissional”, sendo responsável pela construção o Revmo Pe Oscar Puhl, S.J. Não há dúvidas de que esta escola beneficiará os 180 a 200 mil agricultores do extremo oeste de nossa Diocese.³³⁶

Nessa fase do processo, parece haver uma mudança no discurso sobre os objetivos a que se propunha a construção da escola. Além de beneficiar a comunidade local, o discurso de mobilização agora se concentrou numa perspectiva de abrangência da escola, ou seja, de que no educandário não estudariam somente jovens de Itapiranga, mas de diversas cidades do extremo oeste catarinense e noroeste do Rio Grande do Sul. Mas o posicionamento contrário da Misereor ao apoio, obviamente em primeiro lugar pelas limitações de recursos, também se centra na construção de uma escola de nível médio, pois entendia que essa devia ser uma obrigação do estado catarinense.

³³⁵ Projeto 233-058/022. Ofício de Heinrich Lenz, datado de 26/07/1967. Arquivo da Misereor, acesso 7 de Janeiro de 2016.

³³⁶ Projeto 233-058/022. Ofício de Dom Wilson Laus Schmidt, datado de 17/08/1967. Arquivo da Misereor, acesso 7 de Janeiro de 2016.

Diante do impasse criado, a Misereor solicitou que uma comissão de avaliação do Ceris³³⁷ fosse a Itapiranga, a fim de ver as condições do município e entender melhor a proposta de construção da escola. Da visita da comissão, que ocorreu em Setembro de 1967, resultou um relatório das condições socioeconômicas do município, bem como da viabilidade do projeto. Esse relatório está anexado ao dossiê junto ao arquivo da Misereor, enumerado pela identificação JGS 23/1967. Ele inicia retratando as difíceis condições de chegar a Itapiranga e que a infraestrutura da região era precária. O relatório faz questão de informar que a língua preponderantemente falada pela população é o alemão, e contempla:

Sobre os métodos de trabalho: São rudimentares: os implementos agrícolas ainda são tracionados por juntas de bois, aliás a região é montanhosa em sua maioria e o trabalho agrícola com tratores embora possível, não é aplicável na totalidade da área. Falta, porém, o ensino de novas técnicas de trabalho e a experimentação para testar novas atividades agrícolas.³³⁸

O relatório do Ceris contempla o esforço da comunidade local para a efetivação do projeto e que a solução encontrada para suprir a demanda regional por formação técnica foi uma educação concomitante ao pré-seminário, pois muitos dos alunos abandonavam a escola antes de concluir seus estudos religiosos, obviamente por falta de vocação religiosa. Assim, ao frequentar o pré-seminário, os alunos já possuíam uma formação para o trabalho e para as técnicas agrícolas. O relatório do Ceris contempla que certamente a construção da escola iria “concorrer” para o desenvolvimento regional e, caso a Misereor venha a aprovar o pedido de ajuda, deva estabelecer algumas regras para a direção da escola, visando melhor aproveitamento na formação dos alunos, principalmente no que tange ao número mínimo de matrículas e também a possibilidade de frequentar a escola, independente de cor, raça e religião.

No entanto, apesar de todos os esforços e das personalidades envolvidas, a Misereor informa em ofício datado de 2 de maio de 1968, que o projeto do Instituto de Assistência e Educação São Canísio não seria contemplado com apoio financeiro da instituição. Essa notícia afetou as lideranças locais, visto que a construção da escola que

³³⁷ O CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais foi fundado na década de 1960 e era encarregado de fazer análises estatísticas e sociais relacionadas à Igreja Católica no Brasil. Era um órgão vinculado à CNBB. Atuava em parceria com a Misereor, visando o acompanhamento dos projetos de cooperação desenvolvidos no Brasil.

³³⁸ Projeto 233-058/022. Relatório JGFS 23/67, enviado pelo Ceris a Misereor. Datado de 4 de Setembro de 1967. Arquivo da Misereor, acessado em 7 de Janeiro de 2016.

estava em andamento já havia custado muito recursos financeiros e dias de trabalho à comunidade. Os problemas financeiros para a continuidade da obra ameaçavam a conclusão do edifício. Nesse sentido, em 1968, Padre Oscar Puhl S.J. viajou à Alemanha, em companhia de Heinrich Lenz, para pessoalmente tratar do assunto. Diante das conversas com diversos agentes e entidades, ficou acordado um plano de cooperação que teria a participação de diversas frentes.

Somente em maio de 1969 se consolidou esse projeto, quando ocorre, enfim, a aprovação do recurso por parte da Misereor. O montante relativo à primeira fase de construção da escola foi assim financiado: Ministério da Educação do Brasil: 88.500 DM; estado de Santa Catarina: 6.500 DM; Arquidiocese de Köln: 90.000 DM; contrapartida: 37.700 DM. O valor total do convênio mútuo foi de 222.700 DM. É importante destacar que, apesar da Misereor não participar diretamente com um recurso financeiro nesse primeiro momento, era ela quem gerenciava o projeto de cooperação em nome dos parceiros da entidade na Alemanha. Assim, é importante entender o que foi contextualizado no Capítulo 1, de que a Misereor assume na Alemanha Ocidental uma postura de protagonismo em muitos projetos de cooperação econômica do País.

A escola funcionava mesmo com o processo de construção do edifício que andava a passos lentos. Com a primeira ajuda recebida através do projeto de cooperação foi possível pagar dívidas em atraso e acelerar a obra. No entanto, como o projeto do edifício era de grandes dimensões, foi necessário buscar um novo recurso junto à Misereor, projeto elaborado e protocolado em 1970 com a identificação de 233-058/022A.

No projeto foi anexada a grade curricular da escola, na qual podemos perceber que além da formação geral e religiosa, há claramente uma proposta de formação voltada para o espaço rural, inclusive no próprio componente de formação geral, a destacar:

- Cooperativismo: elementos e aspectos sócio históricos; importância socioeconômica para o desenvolvimento integral e equilibrado dos países em desenvolvimento; vantagens e limitações dos sistemas cooperativistas; elementos jurídicos fundamentais para organizar uma cooperativa de produção; síntese do cooperativismo brasileiro; participação ativa na gerência do Centro Cooperativista de Treinamento.

- Sindicalismo: o sindicato como órgão de classe; sua importância no desenvolvimento rural; elementos básicos de legislação sindical rural brasileira; óbices e

esperanças do sindicalismo rural brasileiro; liderança sindical: como dirigir um sindicato rural.

- Associativismo juvenil: Clube dos 4S para os jovens, como meio de transmitir as modernas práticas agrícolas.

- Sistemas sociais atuais: aspectos fundamentais e sucintos sobre: o capitalismo, o neo-capitalismo, o marxismo, o solidarismo cristão.

- Reforma agrária: elementos básicos constitutivos de uma reforma agrária; estrutura agrária no Brasil, segundo suas regiões geofísicas; perspectivas de uma reforma agrária brasileira.

As disciplinas técnicas e específicas de formação rural englobavam manejo, tecnologias de produção e gestão da propriedade agrícola. Percebe-se na grade curricular que há uma proposta voltada para uma formação cristã e solidária, abordando temas recorrentes do espaço rural naquele momento, como sindicalismo e cooperativismo. Como eram os religiosos os dirigentes e responsáveis por ministrar as aulas na escola, pode-se concluir que o padrão de ensino esteve alicerçado nos princípios do catolicismo cristão.

Em 1970, a Misereor novamente solicitou que uma comissão de avaliação do Ceris se dirija a Itapiranga para avaliar o funcionamento da escola e analisar a viabilidade da construção de uma escola de formação agrícola na região. O parecer é enviado à Misereor pelo então presidente do Ceris, Padre Afonso Gregory S.J. O conteúdo presente no relatório reforça o discurso que se convencionou e se generalizou na época de que as áreas rurais estavam à mercê de precárias condições de existência:

A paisagem expressa, inclusive, uma característica de utilização da terra por métodos agrícolas precários, como o sistema de rotação de terras através do qual o agricultor vai sucessivamente alternando queimadas, plantio, até a queda da produção e formação de uma nova capoeira para posterior queimada. O sistema é um verdadeiro rodízio na propriedade na busca da área onde a vegetação garanta a produtividade do solo. Este sistema só é economicamente viável em grandes propriedades, leva à exaustão do solo quando se trata de pequenas propriedades. A região sendo de ocupação recente, entretanto, ainda não apresenta sintomas ameaçadores, mas já expressa a sua insuficiência e, em alguns locais, já demonstra estar no último estágio. Sendo uma área com elevações tende a se acelerar o processo com a ocorrência da erosão dos solos descobertos e sem proteção.³³⁹

³³⁹ Projeto 233-058/022A, Relatório do Ceris enviado a Misereor em 29/10/1970. Arquivo da Misereor, acesso em 7 de Janeiro de 2016.

O relatório destaca também a alta taxa de abandono da atividade agrícola por parte dos filhos dos agricultores, o que estaria gerando considerável êxodo rural. Alerta também que, pelo fato de Itapiranga estar localizada no extremo oeste catarinense, sua perspectiva de “desenvolvimento” seria bastante reduzida se comparada a outras regiões. O relatório encerra afirmando que o investimento para a construção da escola é muito alto em relação aos benefícios que ela pode gerar para a população e o desenvolvimento econômico. Esse posicionamento da Ceris demonstra a mentalidade muito presente no Brasil de então, acerca da ineficiência do setor agrícola nas regiões interioranas do País. A noção de desenvolvimento estava atrelada ao pensamento de produtividade e de progresso econômico.

Diante do posicionamento negativo do Ceris, a comunidade local se mobilizou para não deixar que esse fator impedisse a concessão do recurso. Sabia-se que a Misereor tinha como política justamente colaborar com comunidades interioranas consideradas vulneráveis e que estariam à margem de um projeto estatal de desenvolvimento. A Misereor visava preencher os espaços deixados em aberto por políticas públicas e disso as lideranças locais tinham consciência. Se Itapiranga poderia ser considerada uma comunidade com problemas de desenvolvimento e baixos índices socioeconômicos é uma questão complementar, mas os envolvidos sabiam que era preciso demonstrar à entidade alemã o quanto esse projeto colaboraria para o desenvolvimento local.

Constam no dossiê ofícios de diversas autoridades locais, como presidentes de sindicatos e cooperativas e do comércio, representantes do poder público e de classe, além de representantes do Governo do Estado de Santa Catarina. O presidente da Cooperativa de Produção de Itapiranga, Bertolino Heerdt, conclama:

É urgente Itapiranga integrar-se na explosão desenvolvimentista do Brasil após revolução. No entanto, se não oferecermos ao povo, principalmente à juventude o Brasil de Amanhã, as armas da técnica para o desenvolvimento, através de escolas profissionais, não poderemos deixar de pensar no empobrecimento cada vez mais acentuado de toda a região, constituindo-se em mera consumidora, em vez de produtora das riquezas do país.³⁴⁰

O presidente do Frigorífico Safrita de Itapiranga enalteceu a necessidade de matéria-prima de boa qualidade: “Para a boa comercialização e industrialização,

³⁴⁰ Projeto 233-058/022A. Ofício do presidente da Cooperativa de Produção de Itapiranga, datado de 04/01/1971. Arquivo da Misereor, acesso em 7 de Janeiro de 2016.

necessário se torna o fornecimento de matéria-prima boa, que de momento, deixa muito a desejar devido à falta de conhecimento, por vezes. os mais rudimentares”.³⁴¹ Outro ofício, assinado pelo presidente da Associação Comercial de Chapecó, salienta a necessidade de mão de obra especializada na região: “Não há eletricitistas, não há torneiros, não há marceneiros, não há mecânicos – eis que urge no horizonte a tão almejada solução.”

Da mesma forma é anexada declaração de consentimento do então bispo da Diocese de Chapecó, Dom José Gomes:

Quanto à Escola Agrícola acho que é uma boa oportunidade para a Igreja dar algo de concreto para os nossos bons agricultores, que até hoje deram tudo para a construção de escolas, igrejas, hospitais. Mas que hoje não tem condições para ajudar o término da obra tão oportunamente iniciada pelos Padres Jesuítas. Diante de situação lamentável, o surgimento de uma escola agrícola merece todo o nosso apoio possível. O nosso atual agricultor não possui conhecimentos e nem capacidade intelectual para acompanhar as técnicas modernas de controle de doenças animais e vegetais, melhoria da raça de animais e sementes, correção do solo e adubação. A região da Diocese é a maior fornecedora de carne suína e em breve o será também de frangos e perus. Isto, apesar do atraso técnico e científico e da relativa pobreza de nossos agricultores.³⁴²

O discurso de Dom José Gomes, apesar de ser comum na época, é muito intrigante, pois ao afirmar que a escola é uma oportunidade da igreja dar algo de concreto para a comunidade, demonstra que a Misereor é vista como uma entidade de caráter católico e cristão responsável por oferecer ajuda às populações que necessitavam. Sobre a percepção do bispo sobre a condição do agricultor, demonstra que a visão sobre o meio rural era pessimista diante da falta de informação e preparo para os manejos inerentes à atividade. O próprio discurso se contradiz ao afirmar que a região, apesar de possuir pouco conhecimento técnico, consegue ser uma grande produtora de derivados agrícolas, que, em sua maioria, eram provindos justamente de propriedades de pequeno e médio porte. Então, fica o questionamento: qual era o modelo idealizado de agricultura e de agricultor que se pretendia construir? Uma agricultura ainda mais integrada ao padrão moderno de produção? Uma profissionalização da atividade de agricultor? Sabe-se que o discurso da modernização estava imbuído de uma intencionalidade, uma produção de uma perspectiva que visou

³⁴¹ Projeto 233-058/022A. Ofício do presidente do Frigorífico Safrita de Itapiranga, datado de 18/12/1970. Arquivo da Misereor, acesso em 7 de Janeiro de 2016.

³⁴² Projeto 233-058/022A. Ofício de Dom José Gomes, bispo da Diocese de Chapecó, datado de 16/12/1970. Arquivo da Misereor, acesso em 7 de Janeiro de 2016.

transformar uma condição produtiva. A ideia de um atraso esteve atrelada a uma compreensão da realidade.

Apesar de toda mobilização, a Misereor negou o pedido de ajuda ao projeto de Itapiranga em novembro de 1971, o que parece ser justificado pela falta de recursos diante da demanda de projetos a serem contemplados. Isso, se analisado na perspectiva de disponibilidade de recursos se torna compreensível, visto que Itapiranga já fora contemplada com outros projetos e até mesmo a própria escola já tenha sido auxiliada através de um projeto de cooperação. A nova ajuda da Misereor ao projeto, no valor de 40.000 DM, somente se concretizou em setembro de 1973.

Em 1979, a direção da escola, agora sob responsabilidade do padre Bernardo Lenz S.J., encaminhou outro projeto de auxílio junto à Misereor para a construção de um estábulo para as vacas leiteiras utilizadas para as aulas práticas da escola agrícola e para a produção de leite, visando a arrecadação de recursos para a manutenção da instituição. O projeto protocolado junto à Misereor com a identificação 233-058/022B, conta com carta de recomendação assinada pelos prefeitos da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense. O objetivo do projeto era construir um “moderno” estábulo que pudesse servir de ambiente de aprendizagem para os alunos, visando demonstrar as potencialidades e as características de uma produção “intensiva”. “Especialmente pela estrutura de trabalho familiar com mão de obra excessiva onde o modo de produção ainda é extensivo, visando neutralizar o êxodo dos jovens para as grandes cidades estando expostos ao empobrecimento.”³⁴³

O projeto, aprovado pela Misereor em novembro de 1980, fecha um ciclo de auxílios decorrentes do Relatório de Desenvolvimento Econômico, desenvolvido em 1962. Percebe-se, no discurso do último projeto, que passados 20 anos da realização do estudo, algumas questões ainda permaneciam não resolvidas na região, como era o caso do êxodo rural dos jovens. A iniciativa de construção de uma escola agrícola, de proporções estruturais amplas em relação à população local, representou uma

³⁴³ Projeto 233-058/022B. Ofício dos prefeitos da Ameosc, datado de 10 de outubro de 1980. Arquivo da Misereor, acesso em 7 de Janeiro de 2016.

oportunidade de formação para centenas de jovens de diversas cidades que ali se formaram.³⁴⁴

Esse é um aspecto que precisa ser destacado. Apesar de todo conceito produzido em torno da modernização e de um “atraso” da agricultura regional, o que em si é um discurso, os projetos de cooperação postos em prática em Itapiranga em parceria com a Misereor foram determinantes para a reestruturação das formas de produzir e conseqüentemente da economia local. Todo rol de conseqüências que esse processo de modernização da agricultura gerou nas comunidades agrícolas do oeste catarinense é discutido na vasta literatura que abrange o tema. Isso reforça a tese do papel político e da intencionalidade em mudar as realidades locais. A transnacionalização das intencionalidades e dos propósitos da cooperação transcorrem e se cristalizam em práticas que constituíram as realidades socioeconômicas das décadas de 1960 e 1970.

Há diversas possibilidades de compreender um projeto de cooperação numa escola de formação agrícola sob a liderança de católicos. A primeira reside numa questão da formação de sacerdotes advindos do meio rural, ou seja, potenciais religiosos que tivessem uma consciência da questão rural e também uma preocupação em fomentar elementos de ruralidades na sociedade, como elementos convergentes de princípios humanos, de dignidade, de produção de alimentos, de vínculos familiares e comunitários típicos do ambiente rural. Isso é uma hipótese a considerar diante do intenso processo de urbanização que transcorria no Brasil e parece que fica clara essa leitura da escola agrícola aliada a um espaço de formação sacerdotal em Itapiranga.

A segunda pode ser vislumbrada na perspectiva de investimentos internacionais em espaços que até então estavam um tanto distantes de incentivos macroestruturais. O que explica uma escola agrícola numa região como Itapiranga sendo financiada com recursos alemães? Essa lógica demonstra que o processo modernizador pretendeu se diluir nas mais variadas esferas sociais e territoriais, em micro-espços, constituindo uma teia de elementos que convergissem numa integração das cadeias produtivas.

³⁴⁴ No ano de 1980, ocorreu a implantação oficial do colégio agrícola como modalidade de ensino em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina com o ensino profissionalizante. No mesmo prédio funcionava a escola estadual com ensino até a 8ª Série e o ensino profissionalizante com Segundo Grau, CASJ – Colégio Agrícola São José. Os jesuítas continuavam na administração da escola. Em 2014 a escola profissionalizante foi oficialmente encerrada. Atualmente funcionam no prédio as escolas de educação básicas das redes estadual de Santa Catarina e municipal de Itapiranga. O prédio e a área são de propriedade da Congregação dos Jesuítas.

6.3 Formação agrícola na Assesoar de Francisco Beltrão (PR)

A região Sudoeste do Paraná, onde se localiza Francisco Beltrão, historicamente foi palco de conflitos agrários e instabilidades sociais decorrentes da luta pela posse da terra e também pelo êxodo rural em detrimento de condições de vulnerabilidade no campo. Duas fases podem ser consideradas no processo de ocupação do território: a primeira, pela presença de posseiros e arrendatários que praticavam o cultivo da erva mate, a exploração da madeira e a criação de suínos; e a segunda a partir da década de 1950, com a chegada de migrantes de origem ítalo-germânica provindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Um dos exemplos de conflitos agrários na região pode ser vislumbrado através do Levante dos Posseiros de 1957, incidente transcorrido no Sudoeste do Paraná em meio à discussão sobre terras devolutas, posse da terra e medidas governamentais de colonização.

O campo das lutas simbólicas pela posse da terra, a desestruturação das relações produtivas através do processo de modernização da agricultura, e o contexto político conturbado das décadas de 1960 e 1970 caracterizaram um processo de fragilidade e vulnerabilidade no campo na região. Essa realidade se manifestou através de diversas formas e com variadas manifestações, mas se caracterizou como um elemento de tensão no espaço rural local. Esse contexto fez surgir na região diversas iniciativas da Igreja e de representantes da sociedade civil visando prestar assistência tanto aos agricultores diante do cenário complexo da modernização da agricultura, bem como, aos trabalhadores rurais livres sem a posse da terra diante da necessidade de geração de renda e manutenção de um padrão de dignidade humana.

Mapa 08: Mapa do Paraná com destaque para o município de Francisco Beltrão.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante desse cenário do espaço rural na região Sudoeste do Paraná, a Assesoar propôs em parceria um projeto para a estruturação de um centro de formação agrícola em Francisco Beltrão. A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural foi criada em 1966 sob liderança de religiosos missionários belgas da Congregação Sagrado Coração de Jesus, que trabalhavam em projetos sociais na região, juntamente com líderes e trabalhadores rurais vinculados a Juventude Agrária Católica (JAC). Logo, pelo seu engajamento na causa social e popular, a Assesoar passou a ser motivo de investigação e vigilância do regime militar, inclusive da força policial do DOPS³⁴⁵.

O projeto foi encaminhado para a Misereor no ano de 1979 e pretendia ter a duração de três anos e orçado em 100.000 marcos, tendo como objetivo a ampliação e estruturação das atividades de formação junto aos agricultores locais. No projeto encaminhado junto à Misereor constam os objetivos e finalidades da Assesoar registradas em estatuto próprio, tendo como base “promover melhores condições de vida aos trabalhadores na lavoura e na pecuária e um maior desenvolvimento rural de acordo com a doutrina social cristã.”³⁴⁶

Percebe-se que a Assesoar esteve fundamentada nos princípios da doutrina social cristã e isso é referendado para a Misereor. A entidade tinha como finalidade auxiliar os agricultores seja no que concerne às questões de trabalho no campo, seja na organização coletiva das aspirações dos agricultores, entendendo que,

A educação e a formação do homem do campo procurará atingir a todas as faces que dizem respeito à sua personalidade moral, religiosa e social e principalmente quando relacionada com as atividades profissionais propriamente ditas, grupos sociais nos quais devem estar integrado, bem estar seu e de toda a sua família, mormente os relativos à saúde, habitação, higiene, deveres para com a pátria e a comunidade em que vive.³⁴⁷

No encaminhamento do projeto à Misereor, percebe-se de uma maneira geral a preocupação em demonstrar a abrangência e a amplitude que a proposta de ação iria ter, para tanto, são encaminhados diversos ofícios de apoio e contrapartida, bem como

³⁴⁵ ABATTI, Alexandre. A farda no Sudoeste do Paraná: a Assesoar é investigada pelo DOPS (1964-1985). In: *Anais do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo, 2015.

³⁴⁶ Projeto 233-055/029. Ofício da direção da Assesoar direcionado à Misereor. Datado de 15 de Maio de 1979. Arquivo da Misereor, acesso em 22 de Janeiro de 2016.

³⁴⁷ Projeto 233-055/029. Ofício da direção da Assesoar direcionado à Misereor. Datado de 15 de Maio de 1979. Arquivo da Misereor, acesso em 22 de Janeiro de 2016.

elencadas entidades com as quais o projeto se relacionava. No caso da Assesoar não foi diferente, pois acompanha a proposta ofício do presidente da Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste-LTDA, cooperativa de produção vinculada aos pequenos e médios produtores rurais fundada em 1969 por migrantes provindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Outras entidades também são citadas como apoiadoras da Assesoar no Paraná, como o Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná; Cooperativas Agrícolas e Sindicatos Rurais do Sudoeste do Paraná; Instituto Cristão, com sede em Castro-PR; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, com sede no RJ; Centro de Estudos Religiosos e Investigação Social – CERIS, com sede no RJ; Comissão Pastoral da Terra, com sede em Goiânia; CNBB, Regional Sul II; *Maisons Familiales Internationales*, entidade com sede em Paris que objetivava promover práticas educativas com filhos de agricultores.

A Misereor entendia que era necessária a aprovação da autoridade católica local, para tanto o projeto da Assesoar vem acompanhado de uma carta de recomendação de Dom Pedro Fedalto, Bispo de Curitiba. Nela Dom Fedalto parabeniza o trabalho da Misereor em prol dos povos do Terceiro Mundo e elogia a ação da Assesoar no Sudoeste do Paraná, que, segundo ele, busca valorizar a tradição, os conhecimentos e os valores antropológicos que os pequenos agricultores em região de minifúndio possuem, além de proporcionar um conhecimento da agricultura bio-dinâmica, evitando assim a concorrência do mercado de produtos químicos. Além disso, a Assesoar proporciona uma “educação integral, fazendo uma ligação entre os conhecimentos técnicos e a vida de fé, a fim de que o homem do campo descubra a alegria de ser agricultor e passe a se fixar na terra, em vez de emigrar para a cidade.”³⁴⁸

Dois elementos importantes podem ser considerados na carta de recomendação de Dom Fedalto. O primeiro é o aspecto da produção de alimentos do que chamou de “bio-dinâmica” visando evitar a concorrência de produtos químicos, o que demonstra já em 1979 a preocupação com a produção de alimentos teoricamente mais saudáveis e orgânicos, isso é um elemento importante a considerar diante da modernização da agricultura. Outro elemento é a ligação do conhecimento técnico com a vida e a fé com estímulo a um sentimento de alegria de ser agricultor evitando assim o êxodo rural, o que demonstra uma preocupação do catolicismo com a migração para a cidade, contexto considerado ameaçador e subversivo pela Igreja.

³⁴⁸ Projeto 233-055/029. Ofício de Dom Pedro Fedalto destinado à Misereor, datado de 5 de Junho de 1979. Arquivo da Misereor, acesso em 22 de Janeiro de 2016.

O projeto a ser desenvolvido em três anos propunha dar estímulos à atividade agrícola visando manter o trabalhador no campo diante da modernização da agricultura que tinha no binômio trigo-soja sua cadeia produtiva. Diante de um desgaste natural do solo, a produção para o mercado agrícola moderno estava deficitário para os colonos, principalmente os pequenos produtores, da região Sudoeste do Paraná. Nesse sentido, o projeto destaca que o trabalho da Assesoar vem no sentido de oferecer oportunidades a esses pequenos produtores rurais estimulando uma utilização racional da propriedade, com a prática de culturas diversificadas, mediante técnicas baseadas na biodinâmica.

O projeto estabelecia como metas o estímulo à adubação orgânica (fertilização e conservação do solo, controle de pragas, produção de produtos agrícolas sadios através da biodinâmica); formação de monitores agrícolas através da capacitação para aproveitamento dos recursos disponíveis; estruturação de um laboratório de análise do solo; de ampliação da equipe base com o departamento sociocultural e um departamento técnico; através de engenheiro agrônomo, monitor agrícola e assistente social; aquisição de um automóvel; ampliação da biblioteca; compra de móveis para o centro de formação.

O projeto da Assesoar foi recebido pela Misereor e diante da amplitude e do custo orçado, foi encaminhada solicitação de apoio a *Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe*, órgão central dos católicos alemães para projetos de cooperação. O projeto foi encaminhado para análise do Departamento Alemão para Cooperação Econômica e Desenvolvimento do governo alemão, que aprovou recurso financeiro no valor de 240 mil marcos. A Misereor colaborou com a soma de 60.000 marcos e caberia à Assesoar entrar com contrapartida de 20 mil marcos. A confirmação do recurso por parte da Misereor ocorreu em Janeiro de 1980.

Como o período de execução era de três anos, o acompanhamento do projeto se tornou bastante conturbado, visto que a direção e a contabilidade da Assesoar foi trocada algumas vezes nesse período. Na prestação de contas, ficam claras as instabilidades com as quais a Assesoar atravessava no período visto que muitas lideranças da entidade enfrentaram problemas com o regime militar de então.

No final dos três anos, a prestação de contas apresentou as atividades desenvolvidas que englobaram encontros de formação com monitores agrícolas realizados nas cidades de Francisco Beltrão, Santa Izabel do Oeste, Nova Prata, Planalto, Verê, Pérola do Oeste, Salto do Lontra, Ampére, Pranchita e Marmeleiro. Esses monitores eram responsáveis por realizar encontros de formação junto aos

agricultores, sendo temas abordados nessas formações: agricultura biodinâmica, planejamento da propriedade, contabilidade agrícola, crédito agrícola, cooperativismo, comercialização, política agrícola, reforma agrária, culturas regionais, agrotóxicos, fertilidade do solo, adubação verde, doenças de animais, formação bíblico-teológica, apicultura, silvicultura. Da mesma forma também foram realizados encontros com monitoras domésticas, aspecto muito valorizado pela Misereor, englobando temas como corte e costura, produção agrícola, higiene, alimentação, plantas medicinais, psicologia, enfermagem, organização comunitária, fé, política, dinâmica de grupos, horticultura, formação bíblica.³⁴⁹

Como atividades desenvolvidas na questão da agricultura em termos de práticas e manejo são destacadas no relatório de prestação de contas as medidas desenvolvidas em diversas frentes.

Na avicultura buscou-se conscientizar os agricultores sobre a exploração que representam os sistemas integrados de produção, o que demonstra uma preocupação da Assesoar com a dependência do agricultor em relação ao sistema de integração. Procurou-se no departamento técnico do projeto desenvolver trabalhos que façam da produção de aves uma atividade independente.

A apicultura era vista como uma área em desenvolvimento na região, sendo o incentivo dado através de cursos e palestras no sentido de diversificar a produção e “impedir uma visão de enriquecimento fácil através de um novo ciclo produtivo”³⁵⁰. Essa postura revela a intencionalidade de conscientizar o agricultor das limitações que novas atividades podem estar sujeitas no contexto rural, principalmente pelas condições de mercado.

No quesito conservação do solo, a maioria dos monitores estaria adotando práticas conservacionistas, o que demonstrava o nível de consciência que os mesmos teriam na área. É assinalado que faltaria a muitos agricultores oportunidades e recursos para aplicarem os seus conhecimentos, sendo incentivado o preparo mínimo do solo sem a utilização de herbicida. Esse elemento é interessante de ser assinalado e demonstra, no início da década de 1980, uma tendência em estimular a agricultura orgânica, em detrimento dos meios modernos e químicos tão estimulados desde a Revolução Verde da década de 1950.

³⁴⁹ Projeto 233-055/029. Prestação de contas do projeto. Arquivo da Misereor, acesso em 22 de Janeiro de 2016.

³⁵⁰ Projeto 233-055/029. Prestação de contas do projeto. Arquivo da Misereor, acesso em 22 de Janeiro de 2016.

Na produção de sementes, ocorreram formações para cultivo e intercâmbios com a finalidade de promover o desenvolvimento de novas espécies e variedades, apoiando o agricultor para que ele cultivasse a sua própria semente. Essa perspectiva demonstra que o estímulo ao agricultor para que detivesse os meios de produção também era uma preocupação das iniciativas locais. Ou seja, demonstra uma preocupação singular do engajamento católico no campo rural dia do processo de modernização, estimulando iniciativas de certa independência do agricultor diante de uma modernização conservadora que transcorria no Brasil.

No campo da suinocultura, o projeto promoveu campanha de conscientização sobre a importância de criar raças melhores adaptadas aos trópicos e aos recursos da propriedade, procurando-se evitar que o agricultor caísse no que foi denominado de “jogo do ciclo econômico, mostrando em encontros e palestras alternativas de métodos de produção que permitem um aumento estável e seguro da produtividade, evitando assim a decadência do pequeno agricultor.”³⁵¹

6.4 Institutos de Educação Rural no Rio Grande do Sul

A realidade do campo e da agricultura apresentava diversas realidades no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX. Subsistiam latifúndios monocultores, bem como propriedades de pequeno e médio porte principalmente em regiões coloniais. Somado a isso, cristalizavam-se situações de instabilidades agravadas pela luta pela posse da terra e também desestruturação produtiva decorrente pela onda de modernização das décadas de 1960 e 1970.

Conforme dados de Bassani³⁵², em 1960 83,2% das propriedades eram minifúndios e ocupavam apenas 24,8% da área. Em contrapartida, apenas 16,3% das propriedades eram latifúndios e ocupavam 67% da área. Ou seja, havia uma realidade de concentração fundiária considerável. No entanto, registra-se no período de 1940 a 1970 um fracionamento das propriedades de até 50 hectares. O número de propriedades com as dimensões citadas, que em 1940 era 177.911, passou para 448.142 em 1970. Houve, portanto, um aumento de 270.231 estabelecimentos agrícolas com até 50 hectares. Porém, a área ocupada por esses estabelecimentos agrícolas que perfazia, em

³⁵¹ Projeto 233-055/029. Prestação de contas do projeto. Arquivo da Misereor, acesso em 22 de Janeiro de 2016.

³⁵² BASSANI, 2009, op. cit.

1940, uma soma de 3.552.614 hectares, representando 17,4% da área total, passa a ser de 6.503.575 hectares, 26,3% do total ocupado.

Essa dinâmica do campo, principalmente a realidade das propriedades de pequeno e médio porte onde se formatavam relações de trabalho essencialmente de caráter familiar, passaram a ser motivo de preocupação mais recorrente do catolicismo. Até então, os movimentos sociais católicos estavam direcionados quase que exclusivamente para os trabalhadores urbanos, mas a partir da década de 1960 essa realidade se reconfigura. No período, o espaço agrícola se torna tema de preocupação diante de um cenário político que se configura no Brasil e também no Rio Grande do Sul. A tutela do catolicismo no espaço rural não era nenhuma novidade, e já ocorria desde o século XIX, principalmente em áreas de colonização ítalo-germânica. No entanto, a partir da década de 1960, esse tutelamento se reconfigura, principalmente diante da ampliação da influência de movimentos sociais de tendência mais radical no campo.

Nesse contexto, uma das ferramentas instituídas pela Igreja Católica no Rio Grande do Sul foi a fundação, na década de 1960, da Frente Agrária Gaúcha (FAG), visando instaurar um mecanismo de inserção do catolicismo nas comunidades rurais, diante de um tutelamento das causas sociais e políticas e também a instauração de mecanismos de educação e formação rural diante do cenário de modernização da agricultura. Conforme Bassani, “isso porque era exatamente nas camadas camponesas que a Igreja se encontrava mais enraizada e era nesse mesmo meio camponês que ela buscava a maioria de seus seguidores leigos e fiéis.”³⁵³

A Frente Agrária Gaúcha atuou em diversas frentes, desde a criação de sindicatos, entidades de base, associações, mas é na criação dos Institutos de Educação Rural, fundados em diversas regiões do estado entre os anos de 1968 e 1976, que a presente análise se vincula. Conforme Bassani, organizado pelas lideranças católicas envolvidas com a FAG, o Projeto de Educação Rural procurou reforçar o conteúdo doutrinário do catolicismo na busca da consolidação de uma estratégia política de mobilização e organização do trabalhador rural sob sua orientação. “A importância da Educação Rural, no ponto de vista da FAG, residia na capacidade de fornecer uma formação adequada ao trabalhador rural, no sentido de conscientizá-lo e habilitá-lo a atuar concretamente na transformação de suas condições sociais.”³⁵⁴ Bassani destaca

³⁵³ BASSANI, 2009. op. cit., p. 92.

³⁵⁴ Idem, p. 95.

também que através desses centros de formação a FAG reforça elementos conservadores da ordem, elaborados a partir de sua concepção de mundo, combate o conteúdo classista do campesinato e despolitiza a classe e a problemática agrária.

Na Revista *Unitas*, publicada pela Arquidiocese de Porto Alegre desde 1913 e instrumento de divulgação da postura do alto clero riograndense, podem ser encontradas fontes que elucidam os objetivos da FAG. No fascículo 1 do ano de 1962³⁵⁵, é apresentada ampla reportagem sobre os objetivos da entidade vinculando sua gênese como uma iniciativa do catolicismo gaúcho. É perceptível a ideia de que a FAG pretende arregimentar os agricultores sem uma propaganda ruidosa e sem agitações estéreis, fazendo clara referência aos movimentos sociais de esquerda que fervilhavam no campo. O objetivo da FAG era de “organizar” o homem do campo e instrumentalizar medidas de auxílio à promoção de sua família, demonstrando uma opção pelo pequeno e médio produtor rural considerado esquecido pelas políticas públicas brasileiras.

Nas suas atividades e reivindicações seguirá a FAG as diretrizes da doutrina social cristã. Não é uma organização confessional ou religiosa, mas procura organizar agricultores sem distinção de cor, raça e religião [...] Exigimos que os membros da Frente aceitem o programa baseado nos eternos preceitos da justiça social e da liberdade cristã para a elevação do homem rural. [...] Nosso programa cuida do homem integral, na plenitude das suas exigências materiais e espirituais.³⁵⁶

A FAG pretende assim inserir-se no contexto do homem do campo, adentrando nas mais variadas temáticas relativas à sua condição, desde instrumentais e de trabalho, de família, de sindicalismo e associativismo. A postura em assumir a doutrina social cristã evidencia um ideal de sujeito, baseado num conceito de liberdade cristã, postura decorrente do Concílio Vaticano II, onde a liberdade religiosa se tornou uma das bases do catolicismo. Esse conceito de liberdade religiosa é relativo, visto que, ao finalizar o informativo, o texto faz referência ao momento em que a FAG se tornaria vitoriosa no campo, tornando-se uma “força invencível e avassaladora”, pondo-se ao serviço de um aproveitamento racional e eficiente do solo e na promoção do bem estar da família, “em ambiente propício às superiores aspirações e impulsos de sua alma temente a DEUS.”³⁵⁷

³⁵⁵ OBJETIVOS DA FAG. Revista *Unitas*, Porto Alegre, ano LI, fascículo 1, 1962.

³⁵⁶ OBJETIVOS DA FAG. Revista *Unitas*, Porto Alegre, ano LI, fascículo 1, 1962. P. 69.

³⁵⁷ *Idem*, p. 69

No documento conciliar *Dignitatis Humanae*³⁵⁸ de 1965, que trata sobre a liberdade religiosa, a Igreja assume a postura oficial de que a liberdade religiosa é um princípio da condição humana e que devendo ser referência para a situação civil e jurídica dos sujeitos, refletindo, no entanto, uma obrigação moral do ser humano com a “verdadeira” religião de Cristo, sendo que todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; tanto que em matéria religiosa, ninguém seria forçado a agir contra a própria consciência. O limite da liberdade religiosa estaria condicionado à responsabilidade pessoal e social.

Essa postura fortalece a tese de Souza³⁵⁹ de um ideal de bem estar social em consonância com uma ética do capitalismo como uma postura adotada pela Igreja ao longo do século XX. No entanto, essa postura esteve atrelada a uma compreensão de mundo, uma opção reforçada pelos princípios cristãos de dignidade humana, de solidariedade e uma ideia de integridade de sua condição, condenando situações subversivas decorrentes de um liberalismo econômico, de governos autoritários e de regimes políticos ameaçadores, como o comunismo por exemplo.

Uma dessas iniciativas se consolidou no município de Frederico Westphalen, com a criação no ano de 1974 do Instituto de Educação Rural Alto Uruguai, sediado junto ao Colégio Vocacional e Seminário católico daquela cidade. Com o objetivo de estruturar o centro de formação e de dar suporte para o início das atividades, foi encaminhado junto à Misereor um projeto de apoio financeiro visando a aquisição de um veículo, implementos agrícolas, animais como vacas leiteiras, touro reprodutor holandês, porcas criadeiras e livros para biblioteca.

³⁵⁸ DECLARAÇÃO DIGNITATIS HUMANAЕ SOBRE A LIBERDADE RELIGIOSA. Vaticano, 1965. Retirado do Site: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html>. Acesso em 21/12/2016.

³⁵⁹ SOUZA, op. cit. 2015.

Mapa 09: Rio Grande do Sul com destaque para a região de Frederico Westphalen



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Instituto de Educação Rural Alto Uruguai foi fundado sob coordenação das lideranças religiosas locais em parceria com a FAG, visando oferecer formação à juventude rural da região. No projeto encaminhado à Misereor consta carta de recomendação do bispo local, Dom Bruno Maldaner, onde se pode constatar que o principal objetivo do Instituto é de formar lideranças locais e animadores comunitários sob os princípios cristãos de elevação e humanização do homem do campo. Segundo Dom Bruno Maldaner, o Instituto foi fundado principalmente diante das condições de vida e de trabalho de grande parte dos pequenos produtores rurais da região, principalmente no que concerne,

à situação de abandono e inferioridade em que se encontravam o trabalhador rural no desempenho das suas funções profissionais; a carência, no meio rural de centros de capacitação do próprio agricultor para a solução técnica dos problemas afetos à agricultura; a falta de lideranças “autênticas” e suficientemente preparadas para assumirem corajosamente a solução dos problemas classistas que afligem, oprimem e paralisam as melhores iniciativas de suas associações sindicais e cooperativistas; Os grandes benefícios que poderão advir para os jovens agricultores, da existência, nesta região, de um Centro de formação de líderes e animadores das comunidades rurais.³⁶⁰

No ofício de Dom Bruno Maldaner também consta os desafios e as aparentes conquistas dos primeiros meses de funcionamento do Instituto, pois teria acendido novas esperanças no coração dos jovens agricultores, novas possibilidades e novas

³⁶⁰ PROJETO 233-144/044. Ofício de Dom Bruno Maldaner à Misereor. Datado de 15 de Maio de 1974. Arquivo da Misereor, acesso em 11 de Janeiro de 2016.

perspectivas, através da aprendizagem de modernas técnicas agrícolas e a aquisição de conhecimento teórico e prático. Além disso, o Instituto provocaria uma compreensão “sempre maior e mais profunda do cultivo da terra e na implantação, nesta região, de uma agricultura mais eficiente e mais racional.”³⁶¹

É possível perceber que a intencionalidade do projeto de educação rural da FAG e da Igreja Católica visava dar conta de uma demanda existente no campo, que se tornava no período um espaço complexo de lutas simbólicas, políticas e ideológicas, principalmente diante da expansão dos movimentos sociais de esquerda sob influência comunista, aspecto considerado subversivo pela Igreja no Rio Grande do Sul. Além disso, havia a questão das condições de vida e de trabalho diante da fragmentação das relações produtivas no cenário de modernização. No entanto, o discurso adotado parece contraditório, ou seja, a própria Igreja fala em uma agricultura mais eficiente e racional, o que numa perspectiva genérica parece se alinhar ao discurso de modernização agrícola. Mas num olhar mais detalhado, pode-se perceber que a Igreja assume a postura de um protagonismo no meio rural, que buscou ressignificar práticas, obviamente que se alinhavam às necessidades produtivas temporais, mas que não perdessem a concepção de uma abertura a uma modernidade endógena. Mas qual modernidade a Igreja pregava? Entende-se que seja uma modernidade tutelada, cadenciada e vigiada, aspecto que confirma a tese do estudo.

No projeto de cooperação enviado à Misereor, foi anexado um documento norteador do Instituto de Educação Rural vinculado à FAG, apresentando como objetivo principal da entidade a formação de lideranças comunitárias e, para tal, a proposta de formação buscava contemplar aspectos para um bom exercício da atividade do agricultor – aqui o termo bom é relativo e sugere uma compreensão genuína desse conceito. Apresenta uma perspectiva de que essas lideranças possam influenciar famílias de sua comunidade o que contempla o aspecto da multiplicação de práticas, instrução sobre resolução de conflitos e problemas inerentes à vida no campo, uma formação visando uma atuação eficiente em associações de classe como sindicatos, cooperativas e associações recreativas. Esse é um elemento simbólico e político relevante entendendo que a FAG buscou inserir-se no contexto dos movimentos sindicais e coletivos, bem como buscando aliar-se à filosofia da causa social da Igreja.

³⁶¹ Idem, 1974.

Nessa perspectiva, percebe-se a disseminação dos princípios cristãos positivados pelo Concílio Vaticano II na perspectiva do que seria uma compreensão de uma dignidade humana alicerçada nos padrões de um solidarismo, de uma democracia de paz e cooperação. Comprova-se através do apoio financeiro da Misereor que a instituição alemã foi um instrumental relevante do catolicismo na formação de um ideal de sociedade almejado para o momento.

Consta no dossiê do projeto a grade curricular do curso de formação agrícola do Instituto, que contempla áreas de formação geral e técnicas, cooperativismo e sindicalismo, possui o componente “programa de formação humana e cristã, que tem como princípio norteador a condição Vida-Homem-Deus como ponto de partida para nossas atitudes e comprometermos com a história pessoal, humana e social a serviço do Reino.”³⁶²

Percebe-se que a proposta de formação do Instituto era baseada em conceitos cristãos de formação humana e os conceitos inerentes a essa perspectiva, tais como cooperativismo, sindicalismo e o mundo do trabalho vinculam-se a essa concepção de mundo da Igreja. Dessa forma, é possível concluir que o projeto da FAG com a instituição dos Institutos de Educação Rural buscava dar conta de uma demanda social e política que se constituía no meio rural da época, como um instrumento da Igreja de tutelamento da causa social.

O projeto aprovado pela Misereor em Dezembro de 1974 destinou a quantia de 40.000 marcos para a efetivação do plano de trabalho. No dossiê consultado no arquivo em Aachen encontram-se fotos e imagens das atividades realizadas junto aos jovens, mas não foi permitida a sua publicação. O Instituto de Educação Rural Alto Uruguai de Frederico Westphalen não está mais em funcionamento na atualidade.

Constata-se que outros Institutos de Educação Rural vinculados à Frente Agrária Gaúcha encaminharam projetos de cooperação junto à Misereor. A partir do momento que a instituição alemã passou a ser conhecida como uma alternativa de financiamento de projetos, diversas entidades buscaram apoio junto a ela. No arquivo da Misereor foram constatados mais dois projetos de apoio a Institutos de Educação Rural: a Fundação Alto-Taquari de Educação Rural e Cooperativismo e o Instituto de Educação Rural de Bom Princípio.

³⁶² PROJETO 233-144/044. Projeto da FAG – Instituto de Educação Rural Alto Uruguai. Arquivo da Misereor, acesso em 11 de Janeiro de 2016.

Pode-se concluir que uma personalidade que exerceu muita influência junto aos Institutos de Educação Rural foi o Arcebispo Dom Vicente Scherer, incentivador dessa política educacional por parte da Igreja Católica e uma personalidade de grande influência no catolicismo do período. No estudo de Kasper³⁶³, o posicionamento de Dom Vicente Scherer sobre a Doutrina Social da Igreja no campo da justiça social indica o conhecimento e o respeito que obriga os cidadãos a cumprir os próprios deveres e acatar os direitos alheios e para tanto deveria haver uma ordem social centrada em três elementos principais: a dignidade humana, a solidariedade e a subsidiariedade.

A Fundação Alto Taquari de Educação Rural e Cooperativismo era uma entidade destinada a promover projetos de cooperativismo e formação de agricultores residentes nos municípios de Anta Gorda, Arvorezinha, Ilópolis, Putinga, Nova Prescia, Muçum, Encantado, Roca Sales, Bom Retiro do Sul, Taquari, Cruzeiro do Sul, Lajeado, Barros Cassal, Fontoura Xavier, Soledade, Arroio do Meio, na região do Alto Vale do Taquari.

Mapa 10: Rio Grande do Sul com destaque para o município de Encantado



Fonte: Elaborado pelo autor.

No ano de 1975, a direção da entidade encaminhou projeto para a Misereor visando adquirir equipamentos para estruturar seu centro de formação com a aquisição de um veículo Kombi, equipamentos agrícolas e mobiliários. O projeto foi coordenado pelo Irmão Marista Antônio Parise, e estava orçado no valor de 25.000 marcos.³⁶⁴

³⁶³ KASPER, Rafael. *Movendo as peças do tabuleiro: a atuação de Dom Vicente Scherer à frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981)*. 117 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Unisinos. São Leopoldo, 2012.

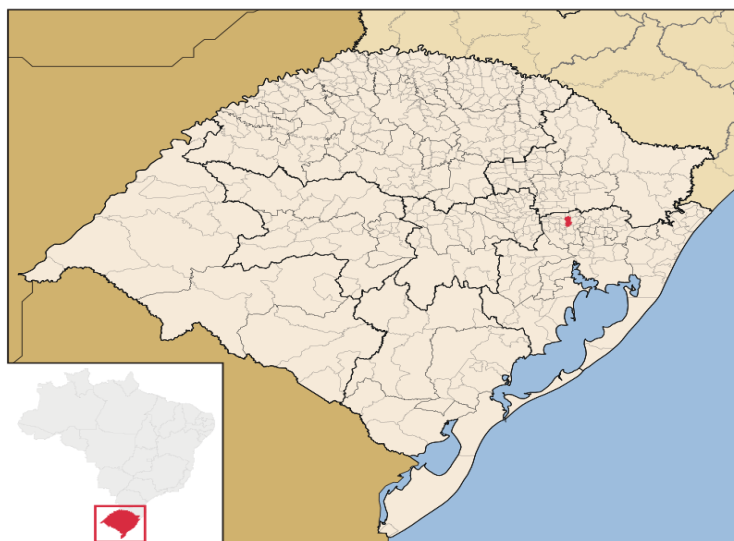
³⁶⁴ PROJETO 233-138/030. Projeto de Cooperação da Faterco. Datado de 25 de Junho de 1975. Arquivo da Misereor, acesso em 12 de Janeiro de 2016.

Junto ao dossiê estava anexado o estatuto onde estão estabelecidos os objetivos da entidade. Pode-se perceber que esse projeto alinhou-se ao projeto da Frente Agrária Gaúcha no sentido de estimular a “promoção” do sujeito rural, englobando aspectos como a formação integral do jovem agricultor, sob o ponto de vista moral, social, técnico profissional, associativo e cooperativista, sindical e comunitário; criação de escolas adaptadas ao próprio ambiente com as programações de desenvolvimento técnico-agrícola, associativista e de formação moral e cívica; desenvolvimento de cursos de formação feminina; colaboração com as entidades públicas e particulares para o desenvolvimento de programas promocionais no meio rural. Percebe-se que a proposta se aproxima das iniciativas do Estado em relação ao produtor rural.

No ano de 1975, estavam matriculados 175 alunos na escola, que era mantida com recursos da FAG, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e das Prefeituras dos municípios de abrangência. Na década de 1970, estavam em voga no meio rural discussões sobre questões de cooperativismo e associativismo, visando englobar os agricultores num modelo de desenvolvimento agrícola alinhado aos interesses do Estado e de instituições como a Igreja Católica. Aspectos como a formação integral, a concepção de coletividade através do cooperativismo, do associativismo e do sindicalismo formou um cenário de formatação de um modelo de homem do campo alinhado às tendências modernas de produção. Essa realidade se refletiu em diversas regiões do Brasil e teve mais influência em regiões de predominância da agricultura de pequeno e médio porte da Região Sul.

Outra iniciativa que recebeu apoio financeiro da Misereor foi o Instituto de Educação Rural de Bom Princípio, que abrangia alunos e famílias dos municípios de Tapera, Nova Prata e Encantado. O Instituto também era vinculado à FAG, e no projeto encaminhado junto à Misereor há uma sinalização de que muitos jovens abandonavam a atividade agrícola da família, e para tanto, o Instituto oferecia cursos de pedreiro, carpinteiro, encanador e eletricista. Da mesma forma, para as jovens era oferecido o curso de culinária, o que sinaliza ainda uma dinâmica de estrutura familiar conservadora onde aos homens são oferecidas variadas opções profissionais e às mulheres são oferecidos cursos destinados à atividade de cozinha.

Mapa 11: Rio Grande do Sul com destaque para o município de Bom Princípio



Fonte: Elaborado pelo autor.

O projeto foi encaminhado no ano de 1970 e tinha previsão de execução de 2 anos, orçado no valor de 23.500 marcos. O objetivo era adquirir máquinas de costura, forno de cozinha, máquina de carpintaria, ferramentas, vacas leiteiras, plantadeiras manuais visando oferecer uma estrutura de formação para jovens descendentes de agricultores. Acompanha o projeto de Bom Princípio ofício de Dom Vicente Scherer, o que demonstra seu apreço e sua influência sobre os Institutos de Educação Rural no Rio Grande do Sul. Dom Vicente esclarece que “o Instituto de Educação Rural desdobrou uma atividade extremamente valiosa no campo da perfeição do conhecimento e da prática da juventude rural em suas profissões e as tendências observadas na agricultura”³⁶⁵

A postura de Dom Vicente Scherer reflete a preocupação despendida para com o homem do campo e a necessidade de que as políticas de desenvolvimento do país contemplem sua condição. Em informativo da Revisa Unita, o Cardeal enfatiza que grande parte dos alimentos produzidos no Brasil advinha de agricultores familiares, afirmando haver um descompasso entre o desenvolvimento industrial e o agrícola, entre a população das zonas rurais e a dos centros urbanos. “Os agricultores sempre mais estão tomando consciência de sua situação de inferioridade relativamente às condições de vida nas cidades.”³⁶⁶

³⁶⁵ PROJETO 233-032/131. Ofício de Dom Vicente Scherer à Misereor. Datado de 22 de Março de 1970. Arquivo da Misereor, acesso em 12 de Janeiro de 2016.

³⁶⁶ SCHERER, Dom Vicente. A voz do pastor: desenvolvimento agrícola. *Revista Unitas*. Ano LIX, fascículo 9, Out. 1970, p. 407.

6.5 O texto no contexto

A questão da educação no campo era concebida pela Misereor como elemento convergente de uma intencionalidade consentida pela Misereor de forma mais incisiva a partir do Concílio Vaticano II. O processo de abertura à modernidade levou a Igreja Católica a voltar sua causa social com mais atenção para o meio rural, anteriormente mais direcionada aos habitantes das cidades. Essa lógica se concretizou diante da inserção das áreas agrícolas num projeto de econômico vinculado à modernização nas décadas de 1960 e 1970. Nesse sentido, o meio rural se tornou um cenário de intencionalidades de variadas facetas, desde o campo ideológico até a formação técnica para o trabalho.

Diante dessa realidade, o espaço rural da Região Sul foi motivo de preocupação de lideranças religiosas e leigas no sentido de oferecer uma estrutura de formação e instrução técnica em torno da dinâmica produtiva que se cristalizava na região. Nesse movimento o catolicismo pretendeu assumir a postura de vanguarda, vendo nas pequenas e médias propriedades rurais, essencialmente de caráter familiar, um campo profícuo para pôr em prática um plano de tutelamento formativo abarcando questões de produção e tecnologia agrícola até elementos de educação familiar. Essa postura se justifica, pois no período se tornaram mais presentes no espaço rural movimentos de luta simbólica, tanto ideológicas como morais, elementos que interessavam ao catolicismo. Assim, a Igreja se insere nessa dinâmica visando marcar território e conter elementos considerados subversivos.

Além dos projetos selecionados e analisados, diversas outras iniciativas foram apoiadas financeiramente pela Misereor entre 1959 e 1979. Entre as iniciativas estão a construção de uma escola para agricultores em Londrina/PR, fundação de uma escola de domésticas em Palhoça/SC, apoio financeiro e logístico para o projeto de extensão rural da Acaresc/SC, estruturação de uma escola rural em Sarandi/RS, instalação de uma escola agrícola em Prudentópolis/PR.

Esses projetos de educação rural financiados pela Misereor surgiram de iniciativas locais, tendo em sua maioria o engajamento de representantes do catolicismo. Na Região Sul esse projeto de formação e instrução para a modernidade que se cristalizava teve muitas manifestações, mas teve como elemento convergente o projeto de educação da Igreja Católica. Dessa forma, a Igreja colaborou de forma peculiar na

fundação de escolas, centros de formação, associações, sindicatos, ambos com um papel multiplicador de um ideal de sociedade que se buscou constituir.

CONCLUSÃO

Sobre a prática da escrita, Edson Passetti³⁶⁷ escreveu certa vez que ensaiar é uma possibilidade de frequentar espaços onde não há formalizações de itinerários, buscando cartografias de problematizações, intermináveis relações de poder, não se conformando com instantes redutores, pois se sabe que não há possibilidades de um absoluto. Essa possibilidade de ensaiar e trilhar percursos de ideias numa tese de doutoramento tem uma série de problemáticas e contextos que a historiografia debate amplamente. O que é lidar com uma perspectiva, uma compreensão de um processo, a relação de um acontecimento com uma processualidade histórica? Foucault dizia que fazer análises históricas não seria colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimento, mas considerar que existe todo um escalonamento de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos. O problema, na visão de Foucault, “é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros”.³⁶⁸

Nessa perspectiva, entendemos ser uma tarefa demasiado complexa compreender em qual contexto e sob que escala de acontecimentos surge e se desenvolve a política de cooperação da Misereor. Buscar compreender esse movimento no contexto pós Segunda Guerra Mundial e de realização do Concílio Vaticano II exige um esforço de abstração, síntese e contextualização, que deve levar em consideração uma série de elementos. Tem-se claro que é inerente à historiografia selecionar elementos, considerar e desconsiderar hipóteses e indícios. O papel do historiador é essencialmente uma tomada de posicionamento e de seleção de fontes. A partir dessa concepção, optou-se em analisar a cooperação da Misereor numa perspectiva de História Política, como um movimento que se insere numa lógica geopolítica singular do pós-guerra.

A tese ora concluída teve como objetivo relacionar a cooperação da Misereor com um projeto mais amplo de formatação de um padrão de mundo idealizado a partir dos princípios do Ocidente capitalista num cenário geopolítico problemático e ambíguo. Nesse sentido, defendeu-se a tese de que a Misereor serviu como um instrumental – assim como foram tantos outros – para colaborar na formação de um mundo alicerçado

³⁶⁷ PASSETI, Edson. Práticas de liberdade, percursos libertários. In: BERNARDO, Teresinha; TÓTORA, Sílvia (Org.) *Ciências Sociais na atualidade: percursos e desafios*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 173-189.

³⁶⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 5.

num ideal de desenvolvimento cooperativo, baseado em princípios de solidariedade, liberdade, subsidiariedade e democracia, movimento no qual a Igreja Católica se inseriu com uma proposta de protagonismo na constituição de um mundo mais pacífico e humanitário.

A questão central remete a uma política de inserção social do catolicismo, uma resposta da Igreja diante dos problemas do mundo no contexto de realização do Concílio Vaticano II. Defende-se que esse momento representou uma abertura à modernidade diante dos processos de secularização, um ajuste da Igreja aos desafios do seu tempo, que ocorreu de forma cadenciada, vigiada e tutelada. Representou uma ação de oferta de pão a comunidades com fome, uma ação conjunta do catolicismo visando sanar problemas básicos de vida e de trabalho das populações expostas às mais variadas moléstias socioeconômicas. Diante do cenário do Concílio Vaticano II, entendemos o processo não como um ponto de partida para uma nova compreensão da causa, mas uma readequação, uma releitura, uma nova formatação da Doutrina Social da Igreja, enfim, uma abertura lenta e cadenciada à modernidade.

Nesse sentido, o princípio de subsidiariedade presente nos embates intelectuais e nas encíclicas papais do catolicismo há bastante tempo é concebido como um diferencial do esforço cooperativo da Igreja e da Misereor. Uma simples análise das *Fastenaktion* como elementos sensibilizadores para angariar recursos financeiros junto aos alemães remete à ideia de colocar no centro da questão do desenvolvimento o indivíduo, a pessoa humana como detentora de direitos, de perspectivas de vida, vítima de realidades sociais e econômicas divergentes. A imagem simbólica das *Fastenaktion* esboça a compreensão da Misereor e da Igreja de que o desenvolvimento não iria ocorrer através de governos ou políticas macroestruturais, mas sim, através da integração da força produtiva e subjetiva das pessoas que se encontravam desintegradas do sistema econômico, político e cultural, do potencial humano da personalidade. A ideia de desenvolvimento parte do indivíduo como responsável pelo seu futuro e pelas relações do cotidiano em aldeias, em comunidades, em vilarejos numa perspectiva bem local, numa compreensão de ajuste das peças fundamentais que compõem a lógica global: o ser humano como ser individual, social e político, diante das perspectivas da liberdade, da solidariedade, da democracia e do bem comum. O princípio da Misereor de *Beihilfe, zum selbsthilfe* representa isso, ou seja, subsidiar para que as pessoas através de seu próprio esforço e de suas iniciativas locais pudessem se integrar ao

sistema econômico, político e cultural ocidental e, dessa forma, mudar realidades consideradas subversivas.

Num momento histórico em que o catolicismo buscou se firmar num protagonismo social, a instituição pretendeu ser atuante diante de um contexto social problemático. Diante de uma realidade em que a Igreja assumiu internacionalmente que o desenvolvimento dos povos era um dos baluartes da paz e que a cooperação, a solidariedade e o combate à miséria das comunidades carentes seriam a base para a construção de um mundo mais justo, baseado num ideal de democracia cristã e principalmente, de uma harmonia social e uma paz global tão almejada diante dos horrores do passado. Com base nisso, o olhar se volta para os povos do Hemisfério Sul, para os “subdesenvolvidos” e a Igreja fomenta a política de cooperação entre as nações e os povos visando construir pilares mais sólidos frente a um ideal de justiça social. A bandeira do catolicismo era de que o problema geopolítico não se tratava somente de uma bipolaridade entre Oeste e Leste, mas também, de uma disparidade entre o Norte e o Sul.

Esse olhar para os povos do Sul, para os pobres, esteve carregado de um discurso de caridade e de ajuda, mas que também manifestou o interesse em integrar essas populações ao padrão de desenvolvimento e do ideal de dignidade humana formatada nas bases filosóficas do mundo ocidental. Era preciso ajustar as peças que compunham o jogo geopolítico numa tática de integração e desenvolvimento cooperativo, num esforço desenvolvimentista como instrumental de influência e progresso.

Ajustar as peças do tabuleiro representou promover uma política de integração dos grupos marginalizados, inserindo-os nos modernos padrões de produção e de consumo, adequando a sua condição ao status quo que se apresentava na condição histórica. Nesse sentido, o ideal de liberdade intrínseco na política de cooperação do catolicismo remete a uma liberdade condicionada, ou seja, se vislumbrarmos o jogo de xadrez, há uma concepção de liberdade de movimentos no tabuleiro, mas essa liberdade está condicionada às regras do jogo e aos movimentos que são possíveis diante do que está convencionalizado. Na prática, podemos constatar que a ideia de democracia e de liberdade cristã da Misereor no fundo agudizou as diferenças, visto que há peças do jogo que têm mais privilégios e maior importância, enquanto que há outras que têm muitas limitações de movimento e são mais vulneráveis aos ataques do adversário, como os soldados, por exemplo. Isso pode ser verificado por duas perspectivas.

A primeira através da constatação de que as condições sociais e econômicas continuaram se manifestando pela desigualdade social e pela cristalização de uma realidade difícil para as populações mais pobres. Na perspectiva das realidades sociais, há a formação de um quadro grave de vulnerabilidades sociais que se agudizou de variadas formas. Outra perspectiva, mais vinculada a nossa perspectiva do rural, é a modernização das relações produtivas e o quadro de dependência que se formou nesse contexto, onde ocorreu a integração do trabalhador rural ao sistema produtivo, mas em contrapartida se formatou um cenário de dependência tecnológica e instabilidade financeira na agricultura, aspecto amplamente discutido pela historiografia.

No campo da causa social do catolicismo, formou-se na América Latina a Teologia da Libertação, movimento de forte tendência marxista e combatido pela ala conservadora e pelos adeptos da Teoria da Marginalidade e do funcionalismo de Veckemans. Isso demonstra que a cooperação promovida pela Misereor na América Latina no período que compreende esse estudo – mas não tão estanque e contingenciado já que os movimentos são processuais - pode ser sintetizada num alinhamento da cooperação ocidental para o desenvolvimento, que na prática não mudou substancialmente as realidades e as estruturas sociais, mas buscou integrar as massas marginalizadas ao sistema capitalista ocidental. Nessa perspectiva, vamos ao encontro do estudo de Michel Löwy³⁶⁹, no sentido de que a Teologia da Libertação nasceu como uma reação às causas sociais e políticas da América Latina, diante da ineficiência do catolicismo com sua proposta de ação social advinda do Concílio Vaticano II, num movimento que se desenvolveu a partir da periferia da Igreja para o centro, mudando o foco da concepção funcionalista de Vekemans e da Misereor, para uma perspectiva estrutural de vertente marxista.

É tarefa difícil relacionar o apoio da Misereor a essas iniciativas vinculadas à Teologia da Libertação e uma visão mais radical da causa social na América Latina. Nós preferimos vincular as intencionalidades da Misereor na perspectiva da Teoria da Marginalidade, mais funcionalista e que buscava integrar os grupos marginalizados ao padrão ocidental de desenvolvimento. Acreditamos que essa perspectiva foi a mais predominante entre o catolicismo diante da causa social na Região Sul do Brasil, mais de tendência conservadora e reacionária. Estudos futuros poderiam se desafiar a compreender melhor a postura da Misereor diante da Teologia da Libertação e o

³⁶⁹ LÖWY, 2000, op. cit.

fortalecimento da concepção de tendência socialista para o continente. Talvez essa aproximação dos alemães, que de fato apoiaram muitas iniciativas a partir do princípio de comunidades de base na concepção de Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff, seja pelo fato de que essa proposta se alinhava ao que se imaginava por dignidade humana, liberdade, subsidiariedade e por isso a Misereor incentivou essas iniciativas e isso foi muito forte no Brasil, no Chile e na Argentina. Na Colômbia, por exemplo, o catolicismo já era tendência mais reacionária. Além do mais, essa perspectiva foge um pouco da nossa temporalidade de abordagem adentrando mais na década de 1980, além de ser uma tarefa extremamente difícil estabelecer conexões e idiossincrasias entre os múltiplos movimentos do catolicismo acerca da causa social.

Além da perspectiva do catolicismo, é preciso vislumbrar a Misereor em consonância com um movimento mais amplo de cooperação e desenvolvimento, que envolveu várias iniciativas, de diversos países e em variadas frentes. Uma dessas manifestações foi Cidse - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade - entidade representativa que englobava todas as instituições de caridade e cooperação de cunho católico, além de outras instituições americanas, europeias e canadenses. Outra iniciativa esteve vinculada às Organizações das Nações Unidas, através de órgãos como a FAO, UNICEF, PNUD, instrumentos financiados pelos países membros para promover políticas de cooperação e de fomento aos Direitos Humanos. Obviamente que todas essas iniciativas estavam atreladas a seus princípios e a suas realidades nacionais, mas as concebemos como um esforço conjunto que teve como propósito final a constituição de um corpo cooperativo alicerçado nos ideais ocidentais e capitalistas de desenvolvimento.

Outro elemento a considerar é o interesse do governo da Alemanha Ocidental em promover uma política externa com o propósito de recuperar sua reputação a nível internacional. Com as restrições impostas a ela após a Segunda Guerra, principalmente na questão militar, e o fortalecimento de uma concepção genuína de cooperação baseada nos princípios de liberdade, democracia e subsidiariedade, a Alemanha constituiu uma proposta singular de cooperação e influência global, não mais baseada na intervenção militar ou de ocupação como fora no período colonial, mas de cooperação e acordos internacionais. Dessa forma, as instituições alemãs como a Misereor, a Pão para o Mundo, a Fundação Konrad Adenauer e outras inúmeras iniciativas nesse sentido investiam em projetos de desenvolvimento, fomentavam projetos educacionais e sociais, estimulavam a fundação de instituições culturais, concediam bolsas de estudo a

estudantes, com um propósito de fortalecer os princípios da democracia alemã, e obviamente, paralelamente, vincular os interesses comerciais e políticos.

A análise buscou vincular o projeto de cooperação da Misereor na perspectiva de integração das populações consideradas marginalizadas, iniciativa que teve variadas frentes e prioridades, tanto em áreas urbanas como rurais. Nossa análise buscou analisar projetos desenvolvidos em áreas rurais, mais precisamente na Região Sul do Brasil em duas perspectivas consideradas chave no processo de modernização da agricultura: a produção de alimentos e a geração de renda; e a constituição de sistemas educativos de capacitação e educação rural. Ou seja, não poderia haver uma integração e uma modernização do produtor sem que houvesse um processo amplo de mudança das perspectivas, desde questões de trabalho, de manejo, desde perspectivas de instrução e sindicalização e cooperativismo.

Diante do processo de modernização da agricultura e da integração desse setor produtivo à economia global, os projetos de cooperação da Misereor na questão da produção de alimentos e da geração de renda partiam do pressuposto de que era necessário estimular práticas produtivas mais modernas, racionalizar as formas de trabalho, agregar valor aos produtos agrícolas, fomentar a agroindustrialização, estimular sistemas cooperativos, no sentido de que a produção de alimentos fosse potencializada diante das preocupações alimentares que se formatavam no momento. Acabar com a fome no espaço rural e, acima de tudo, garantir alimento às populações urbanas e gerar produtos primários para o comércio global estavam em pauta nas discussões sobre o setor agrícola. A questão da geração da renda na agricultura era concebida como um dos elementos essenciais para manter o trabalhador no espaço rural, além de tornar o setor agrícola mais rentável. Essas eram manifestações da preocupação da Misereor diante da modernização da agricultura concebida como inevitável.

Da mesma forma, como era necessário produzir de forma racionalizada, esse processo não se daria de forma integral se não viesse acompanhado de um processo educativo e instrutivo. Ou seja, era preciso construir escolas, centros de instrução agrícola, acompanhar a formação de sindicatos, disseminar técnicas de cultivo mais racionais e adaptadas ao padrão moderno da agricultura. Nesse sentido, muitos projetos da Misereor na área da agricultura foram no sentido de promover a formação do homem do campo e a sua perspectiva de ação política num cenário bem complexo de sindicalização das décadas de 60 e 70. A Igreja Católica estava vigilante nesse sentido e as diversas iniciativas que analisamos demonstraram isso. No cenário da modernização,

havia os perigos de o processo desandar, ou seja, de que as consequências de toda essa abertura à modernidade poderiam desencadear um movimento distinto do que se imaginava. Por isso, a instrução ao produtor rural fomentada pela Igreja esteve fortemente imbuída de princípios de vida condizentes com o que se defendia, numa postura crítica, não contrária, à modernização conservadora que desencadeava no Brasil.

Estudos mais aprofundados poderiam vincular a cooperação da Misereor e a política externa alemã, principalmente no que tange a atuação das empresas mais interessadas no setor da agricultura. Percebemos que há relações que podem ser constituídas nesse sentido. Defende-se a tese de que a cooperação do catolicismo formatou um ideal de capitalismo de bem estar social, onde desenvolvimento representou um ajustamento dos setores marginalizados do Sul, o capital social, comercial e industrial foram financiadores desse movimento e isso se fazia com intencionalidades e pretensões. Não há como não pensar a cooperação da Misereor sem vinculá-la a um cenário de interesses geopolíticos, principalmente nas décadas de 1960 e 1970.

No campo político, é preciso considerar a democracia cristã como tendência que se fortalece na América Latina, inclusive chegando ao poder no Chile no governo de Frei Montalva em 1964 e se aliando a inúmeros outros partidos em outros países. Em que medida a cooperação das instituições alemãs como a Misereor e a Fundação Konrad Adenauer tem influência nesse processo?

Enfim, a cooperação da Misereor esteve atrelada a uma lógica complexa de abertura à modernidade por parte da Igreja, que se engajou no momento histórico em que se idealizava o desenvolvimento dos povos como uma possibilidade de constituir um mundo mais coeso, equilibrado e ajustado. Por isso, defendemos que o contexto do Concílio Vaticano II representou mais um momento de contingenciamento ou um represamento daquilo que historicamente já vinha se constituindo do que uma renovação. Nesse sentido, a Misereor surgiu na Alemanha e se aliou às pretensões do estado alemão e ao que se pensava em termos de ocidente acerca da cooperação para o desenvolvimento, dimensionando seu olhar para os povos subdesenvolvidos, como elementos desintegrados e marginalizados daquilo que se idealizou como um progresso ordenado e pacífico.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas

ABATTI, Alexandre. A farda no Sudoeste do Paraná: a Assesoar é investigada pelo

DOPS (1964-1985). In: *Anais do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo, 2015.

ALBERIGO, Giuseppe. *Breve história do Concílio Vaticano II (1959-1965)*. Tradução de Clóvis Bovo. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2006.

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição para a urbanização de 1950 a 2010. In: *Revista Política Agrícola*. Brasília, Ano XX, Nº 2, p. 80-88, 2011.

ASSUNÇÃO, Rudy Albino de. *O “espírito” da modernidade na visão de Joseph Ratzinger-Bento XVI*. 219 p. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da UFSC, 2016.

AZEVEDO, Dermi. Desafios estratégicos da Igreja Católica. In: *Revista Lua Nova*, nº 60, p. 57-59, 2003.

BASSANI, Paulo. *Frente agrária gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: Eduel, 2009.

BEIGEL, Fernanda. *Misión Santiago: el mundo académico jesuíta y los inicios de cooperación internacional católica*. Santiago: Lom Ediciones, 2011.

BEOZZO, Oscar José. *Padres Conciliares brasileiros no Concílio Vaticano II: participação e prosopografia 1959-1965*. 435 p., Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BERNAL, Sérgio. *CNBB: da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

BERNAL, Enrique Cantolla. *La cruz de nuestra modernidad*. Santiago: Emérida, 1993.
BESSEL, Richard. *Alemanha, 1945: da guerra à paz*. Tradução de Bertilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BEZERRA, Helga Maria Saboia. Subsidiariedade: da noção aristotélica ao princípio da União Europeia e seu reflexo na ordem econômica brasileira. In: *Revista Direitos Fundamentais e Justiça*. Ano 5, nº 17, p. 142-177, 2011.

BIAGI, Orivaldo Leme. O imaginário da Guerra Fria. In: *Revista de História Regional* 6(1): p. 61-111, Verão 2001.

BONATO, Massimo. *Igreja Católica e modernização social: a crise do catolicismo a partir da experiência missionária de um grupo de jovens italianos em Belo Horizonte nos anos 1960*. 346 p. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia da USP, 2014.

BORDIEU, Pierre. As condições sociais da circulação internacional de ideias. In: *Revista Enfoques*. Vol. 1, nº 1, p. 04-15, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRIGHENTI, Clóvis Antônio. *O movimento indígena no Oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. 613 p. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFSC. Florianópolis, 2012.

BRITO, Lucelmo Lacerda. Medelin e Puebla: epicentro dos confrontos entre progressistas e conservadores na América Latina. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 111, p. 81-89, 2010.

CABEZAS, Antonio. Die Bedeutung der Radioschulen für die ländliche Entwicklung. In: Bischöfliche Kommission für Misereor (Hg.). *Misereor - Zeichen der Hoffnung*. Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit. Kösel München, 1976, p. 348-357.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Reflexões acerca da continuidade e descontinuidade no Vaticano II: possibilidades de análise. *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, v. 3, p. 1-13, 2008

Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II. 335 p. Tese de doutoramento do Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009.

CEDIAL. *Cristianos latinoamericanos y socialismo*. Bogotá: Ediciones Paulinas, 1972.

CHAOUCH, Malik Tahar. La teología de la liberación en América Latina: una relectura sociológica. In: *Revista Mexicana de Sociología*, p. 427-456, nº 3, Julio-Septiembre, 2007.

COELHO, Sandro Anselmo. Democracia cristã e populismo: um marco histórico comparativo entre o Brasil e o Chile. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 15, p. 67-82, Nov. 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. Cadernos da CNBB, nº 1, 1963.

COSTA, Maria da Conceição. Cooperação internacional, desenvolvimento e ciência na periferia. In: *Revista Horizontes*, Bragança Paulista, v. 22, nº 2, p. 191-204, Jul-Dez 2004.

COSTA, Iraneidson. Amar e servir no Sul da América: origem e articulação dos centros sociais jesuítas. In: *Caderno CRH*, v. 29, nº 03, p 171-186, 2016.

DOUSTDAR, Neda Mohtadi. *O paranismo atualizado: a democracia cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga*. 330 p. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFPR, 2010.

EIDT, Paulino. *Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

ERB, Scott. *German foreign policy: navigating a new era*. Lynne Rienner: Boulder, 2003.

FRANZEN, Douglas Orestes. Modernizar é preciso: o discurso do atraso agrícola de Itapiranga (1960-1970). In: Franzen, Douglas Orestes; MAYER, Leandro. *Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas*. São Leopoldo: Oikos, 2016. P.184-210.

FRANZEN, Douglas Orestes. A colônia em crise: a questão do meio ambiente, da agricultura e da sucessão familiar em debate no município de Itapiranga (1926-1960). *Desenvolvimento Regional em debate*, v. 1, p. 63-83, 2014.

GAUTHIER, Paul. *O Concílio e a Igreja dos Pobres*. Tradução de Luiz Carlos Lima. Petrópolis: 1967.

GOULARTI FILHO, Alcides. *A formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GREGORY, Valdir. Colonização e modernização: representações camponesas no oeste do Paraná. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMAN, Rosane. (Orgs). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Vol III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013, p. 214-230.

GREGORY, Alfonso. Die Hilfe der Kirche und der Entwicklungsprozess. In: *Misereor Kolloquium: Kirliche entwicklungsarbeit – problem und perspektiven nach zehn Jahren Misereor*. Bernsberg, 1969, p. 43-47.

GUIMARÃES, Alexandre Queiróz. O capitalismo coordenado alemão: do boom do pós-guerra à agenda de 2010. In: *Revista Lua Nova*, nº 66, p. 23-56, 2006.

GUTSCHERA, Herbert; MAIER, Joachim; THIERFELDER, Jörg. *Geschichte der Kirchen: ein ökumenisches Sachbuch*. Freiburg: Herder, 2006.

HADDAD, Sérgio. Paulo Freire e o papel das agências de cooperação europeias no apoio à educação popular no Brasil. *Pro-Posições* [online]. Vol.25, n.3, p. 123-141, 2014.

HAHN, Mauro. *Capital Social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC)*. 121 p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Agrossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Dinâmica demográfica recente da Região Sul: anos 70 e 80*. Curitiba: Iparde, 1997.

KASPER, Rafael. *Movendo as peças do tabuleiro: a atuação de Dom Vicente Scherer a frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981)*. 116 p., Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Unisinos, 2012.

KIEFER, W.; RISSE, H.T. *Misereor: ein Abenteuer der christlichen Liebe*. Mainz, Deutschland : Mathias-Grünewald-Verlag, 1962.

KOCH, Ulrich. *Meine jahre bei Misereor: 1959-1995*. Edition Weltweite Solidarität. MG: Aachen, 2003.

KUJAWA, Henrique. A política territorial indígena no Rio Grande do Sul durante o século XX. In: TEDESCO, João Carlos. *Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores*. Porto Alegre: Letra&Vida; Passo Fundo: IMED, 2014, p. 17-37.

LEBRET, Louis Joseph. *O drama do século XX: miséria, subdesenvolvimento, inconsciência, esperança*. Tradução de Benvenuto de Santa Cruz e Fátima de Souza. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

_____ *Dynamique concrète du développement*. Ouvrières : Paris, 1960.

_____ *O drama do século XX: miséria, subdesenvolvimento, inconsciência, esperança*. Tradução de Benvenuto de Santa Cruz e Fátima de Souza. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jaques (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 77-102.

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: Igreja Católica Progressista Brasileira e o Fórum Social Mundial. In: *Revista Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, vol 29, nº 2, p. 177-197.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso: 1889-1989*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANZATTO, Antônio, Fundamentos teológicos da Gaudium et Spes. In: *Revista de Cultura Teológica*, v. 17, nº 68, Jul/Dez 2008, p. 75-92.

MARITAIN, Jaques. *Cristianismo e democracia*. Tradução de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

MARITAIN, Jacques. *Princípios de uma política humanística*. Tradução de Nelson de Melo Sousa. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Revista Lua Nova*, p. 7-36, nº 23, 1991.

MATTOS, Luiz Augusto de. *A Igreja Católica no Brasil e a sua opção pelos pobres: do Concílio Ecumênico II à Conferência de Puebla*. 262 p., Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Conceição, São Paulo, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, p. 73-98, 1996.

MEIER, Kurt. *Die geschichte des christentums: Erster und zweiter weltkrieg demokratien und totalitäre systeme (1914-1958)*. Freiburg: Herder, 1992.

MISEREOR ARBEITSHILFE. *Misereor jahresbericht 1978 und Rechenschaftsbericht 1959-1978*. Aachen: Publicação especial, 1979.

MISEREOR ARBEITSHILFE. *Misereor jahresbericht 1980*. Aachen: Publicação Especial, 1980.

NASCIMENTO, Harley Henriques do. *Relações internacionais e cooperação Norte-Sul: impacto das agências não-governamentais de cooperação internacional no sistema de gestão de organizações da sociedade civil na Bahia*. 200 p., Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, 2007.

ORTIZ, Enrique. Städteentwicklung und ihre soziale Voraussetzung in Lateinamerika. In: Bischöfliche Kommission für Misereor (Hg.). *Misereor - Zeichen der Hoffnung*. Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit. Kösel München, 1976, p. 358-375.

OSNER, Karl. Strategische Grundideen Misereor's: Versuch einer Standortbestimmung. In: Bischöfliche Kommission für Misereor (Hg.). *Misereor - Zeichen der Hoffnung*. Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit. Kösel München, 1976, p. 163-189.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Alemanha: a fênix da economia política internacional? In: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 5 Nº 8, p. 1-16, Jan-Jun 2010

PEASE, Henry. Die Kirchen und die Sozialen Reformen in Peru. In: Bischöfliche Kommission für Misereor (Hg.). *Misereor - Zeichen der Hoffnung*. Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit. Kösel München, 1976, p. 335-348.

PASSETI, Edson. Práticas de liberdade, percursos libertários. In: BERNARDO, Teresinha; TÓTORA, Sílvia (Org.) *Ciências Sociais na atualidade: percursos e desafios*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 173-189.

PHILIPP, Carolin. *Diskurse in der Entwicklungszusammenarbeit unter Berücksichtigung von Postkolonialer Theorie: Weißsein in den Grundlagendokumenten von Misereor und Brot für die Welt*. Schriftliche Arbeit zur Erlangung des akademischen Grades `Magistra Artium` an der Fakultät für Wirtschaftsund Sozialwissenschaften der Universität Potsdam, 2006.

PICOLOTTO, Éverton Lazzaretti. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, Nº 35, p. 204-236, jan/abr 2014.

PURCELL, Fernando. El cuerpo de Paz y el desafío del desarrollo en perspectiva transnacional: Chile y Colombia en la década de 1960. In: PURCEL, Fernando;

TRUJILLO, Ricardo. *Chile-Colombia: diálogos sobre sus trayectorias históricas*. Santiago: RIL, 2014, p. 227-248.

ROBALINO, Isabel. Aufbau und Beratung von Selbsthilfegruppen in Ekuador. In: Bischöfliche Kommission für Misereor (Hg.). *Misereor - Zeichen der Hoffnung*. Beiträge zur kirchlichen Entwicklungsarbeit. Kösel München, 1976, p. 323-334.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, vol 22, nº 44, p. 463-488, 2002.

_____. Campo X Cidade: o discurso católico frente a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre, nº 7, p. 148-176, 1997.

SCHMIEDL, Joachim. *Dieses ende ist eher ein ainfang: die Rezeption des Zweiten Vatikanischen Konzils durch dei deutschen Bischöfe (1959-1971)*. Paderbon: Ferdinand Schöningh, 2014.

SEHNEM, Dirce Terezinha Drebel. *Escola e ensino agrícola*. São Miguel do Oeste: Mclee, 2001.

SEIXAS, Lara; BRENNEISEN, Eliane. Memória dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu: um capítulo da colonização do oeste do Paraná sob a ótica dos “excluídos” da história. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMAN, Rosane. (Orgs). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Vol III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013, p. 231-252.

SENA, Edmar Avelar de. Modernidade e pluralismo: o processo de secularização da sociedade. In: *Revista Vox*, nº 1, v; 1, p. 15-34. Jan/Jul 2015.

SERRA, Elpidio. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou? In: *Revista Boletim de Geografia*, Maringá, v. 28, nº 1, p.57-89, 2010.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

S

SILVA, José Graziano da (Org.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Claiton Márcio. *Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização do Brasil (1946-1961)*. 225 f. Tese Doutorado em História das Ciências da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

SILVA, Wheriston; SEIDL, Ernesto. Uma Igreja distante de Roma: circulação internacional e gerações de missionários no Maranhão. In: *Estudos Históricos*, vol. 28, nº 55, p. 129-149, Jan-Jun 2015.

SOUZA, Rogério Luiz de. *A Reforma Social Católica e o Novo Limiar Capitalista (1945-1965)*. 257 p. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.

_____. A ética católica e o espírito do capitalismo no mundo rural (1945-1963). In:

SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarice (Orgs). *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008, p. 193-219.

_____. *A ética Católica e o capitalismo de bem estar social*. Lisboa, Portugal: Esfera do Caos, 2015.

SOUZA, Rogério Luiz; FABRÍCIO, Edison Lucas. Neotomismo e política: Leonel Franca e o debate sobre modernidade e totalitarismo. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano IX, nº 25, p. 39-61, 2016.

SPIELMANN, Chantal. *Misereor: sociographie d'une organisation catholique allemande d'aide au développement des Pays du Tiers Monde*. Dissertação apresentada a Ecole des Hautes Etudes en Science Sociales – Sorbonne. 176 pgs. Paris, 1975.

TEDESCO, João Carlos. Dimensões simbólicas nos conflitos pela terra entre índios, negros e agricultores no norte do RS: os usos da memória. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores*. Porto Alegre: Letra&Vida; Passo Fundo: IMED, 2014, p. 242-255

THESING, Josef. La fundación Konrad Adenauer en América Latina: historia de una larga cooperación. In: *Diálogo Político*, ano XXVIII, nº 1, 2011. p.173-203.

TINSMAN, Heidi. *La tierra para el que trabaja: género, sexualidad y movimientos campesinos en la Reforma Agraria chilena*. Santiago: LOM Ediciones, 2009.

TOSCER, Sylvie. *Les catholiques allemands à la conquête du développement*. Paris, França, L Harmattan, 1997.

TRIPPEN, Norbert. *Josef Kardinal Frings (1887-1978): Buch II – sein Weltkirche und seine letzten Bischofsjahre*. Ferdinand Schöningh: Paderbon, 2005.

VEKEMANS, Roger. *Algunos factores psico-sociales que condicionan el subdesarrollo latino-americano*. Cadernos da Desal: Santiago, 1967.

_____. *Quienes son los aliados para el progreso?* *Cadernos da Desal*: Santiago, 1966.

_____. *Hacia la superación de la marginalidad: algunas sugerencias*. Tomo III. *Cadernos da Desal*: Santiago, 1968.

_____. *Hacia la superación de la marginalidad: algunas sugerencias*. Tomo IV. Cadernos da Desal: Santiago, 1968.

_____. *La marginalidad en America Latina: un ensayo de conceptualización*. Cadernos da Desal: Santiago, 1969.

VEKEMANS, Roger; FUENZALIDA, Ismael Silva. *Integración latino-americana y solidaridad internacional*. Cadernos da DESAL, Santiago, 1968.

VOGES, Stefan. *Konzil, dialog und demokratie: der Weg zur Würzburger Synode 1965-1971*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2015.

ZANOTO, Gizele. *Tradição, Família e Propriedade (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995)*. 287 p., Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Tradução de Ricardo Anibal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.

WERLE, André Carlos. *A revista de tropas do exército católico alemão: Congresso Católicos na Alemanha e no Sul do Brasil*. 218 p., Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

WILDFEUER, Ursula Nothelle. Die sozialen prinzipien der Katholische soziallehre. In: Rauscher, Anton. (Org.) *Handbuch der Katholischen Soziallehre*. Berlim: Duncker & Humblot, 2008, pp. 143-163

WILTGEN, Ralph. *O Reno se lança no Tibre: o Concílio desconhecido*. Tradução de Jairo Britto de Souza. Niterói, RJ: Permanência, 2007.

Textos de Website

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E ESTATUTO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Retirado do Site: <http://nacoesunidas.org/carta/>, acesso em 02/04/2015.

CARTA ENCÍCLICA RERUM NOVARUM, do Papa Leão XIII, 1891. Retirada do Site do Vaticano. Disponível em http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html

CARTA ENCÍCLICA QUADRAGESIMO ANNO, Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social, do Papa Pio XI, Vaticano, 1931. Retirado do site: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html>. Acesso 12 de Novembro de 2016.

CARTA ENCÍCLICA MATER ET MAGISTRA, sobre a recente questão social à luz da doutrina cristã, do Papa João XXIII, 1961. Retirado do site http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html Acesso em 13/10/2016.

CARTA ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO. *Sobre o desenvolvimento dos povos*. Vaticano, 1967.

DECLARAÇÃO DIGNITATIS HUMANAЕ SOBRE A LIBERDADE RELIGIOSA. Vaticano, 1965. Retirado do Site: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html. Acesso em 21/12/2016.

DESJOYAUX. Laurence. Vaticano II, um concílio ecumênico. *Retirado do site Instituto Humanitas Unisinos*, do site <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506998-vaticano-ii-um-concilio-ecumenico>>, acesso em 11 de Novembro de 2014.

FRINGS, Josef. *Abenteuer im Heiligen Geist*. Fulda, August, 1958. Disponível no site <<http://www.misereor.de/ueber-uns/misereor-geschichte.html>, acesso em 10/10/2014>.

GAUDIUM ET SPES. Sobre a Igreja no Mundo atual. Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II, 1965. Retirado do site do Vaticano: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html, acesso em 29/10/2014.

MUELLER, Antony. O mito do Plano Marshall. Instituto Ordem Livre. Postado em 6 de Julho de 2012. Retirado do site: <http://ordemlivre.org/posts/o-mito-do-plano-marshall>, acesso em 09/09/2014.

Jornais e Semanários

Aachener Nachrichten. 54 Milhões de marcos para Misereor e Pão para o Mundo. Aachen, Deutschland, v9, 1967, p. 01.

CONSTRUINDO o frigorífico. *Jornal Itapiranga em Marcha*, Itapiranga, 31 de Agosto de 1962, nº 76, p. 1.

KEGLEWICH, Gabriel. Itapiranga vive uma encruzilhada histórica. *Jornal Itapiranga em Marcha*, Itapiranga, 30 de Novembro de 1962, nº 82, p. 01.

O Nacional. Pastoral dos Bispos Alemães: “Ajuda a América Latina”. O Nacional, Passo Fundo, 2 de Janeiro de 1962, nº 9.956, p. 01.

JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Escola Agrícola Profissional Itapiranga. 15 de Julho de 1962, nº 73, p. 7.

SCHERER, Dom Vicente. A voz do pastor: desenvolvimento agrícola. *Revista Unitas*. Ano LIX, fascículo 9, Out. 1970

Instituições de Memória, Arquivos e Bibliotecas

Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis.

Arquivo da Arquidiocese de Passo Fundo.

Biblioteca Central Irmão José Ontão, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre/RS. Acervo da Revista Unitas.

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Arquivo da Diocese de Chapecó.

Arquivo da Misereor, Aachen, Alemanha.

Biblioteca do Departamento de Teologia da RWTH Universität, Aachen, Alemanha.

Biblioteca de Humanidades e de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Chile

Biblioteca da Universidade Alberto Hurtado do Chile





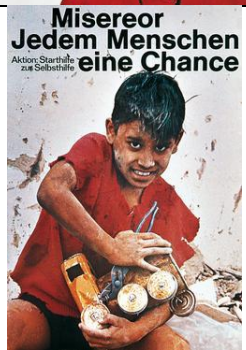
Biblioteca Nacional do Chile





ANEXOS

Quadro 06: *Fastenaktion* da Misereor com os temas de sensibilização para as campanhas de coleta e ajuda da Igreja. Fonte: Site da Misereor³⁷⁰

Ano	Folder	Enunciado	Tema/Foco/Região
1959		Dê a eles algo de comer. Ação contra a fome e doença no mundo.	-----
1960		Dê a eles algo de comer. Ação contra a fome e a doença no mundo.	-----
1961		Dê a eles algo de comer. Ação contra a fome e a doença no mundo.	-----
1962		Milhões passam fome, alimente um. Ação contra a fome e a doença no mundo.	-----

³⁷⁰ Os cartazes das *Fastenaktion* foram buscados do site oficial da Misereor: <<http://www.misereor.de>> Acesso em 16/06/2015.

1963		Milhões passam fome, alimente um. Ação contra a fome e a doença no mundo.	-----
1964		Dê a ele de comer. Ação contra a fome e a doença.	-----
1965		Dê a ele de comer	-----
1966, 1867, 1968.		Uma ajuda inicial para um mundo ideal.	-----
1969		A cada pessoa uma chance. Ação: Iniciativa de auxílio para a autoajuda	-----

1970		Encha as colheres vazias do mundo.	-----
1971		Esta criança espera pelo direito de viver.	-----
1972		Liberte as pessoas da cruz.	Índia/Taiwan
1973		Misereor – mais justiça no mundo.	Indonésia
1974		Misereor – mais justiça no mundo.	Zona do Sahel África

1975		Misereor... vá em direção ao seu irmão.	América Central Regiões Andinas
1976		Nossa renúncia – esperança para muitos.	Bangladesh/Índia
1977		Outra forma de vida – com isso outros sobrevivem	Rodésia/Zimbábue
1978		Dar uma resposta: outra forma de viver	Filipinas
1979		Outra forma de viver: aprender a compartilhar	Brasil

Quadro 06: Relação dos projetos apoiados no Sul do Brasil na área da agricultura (1959-1979).

	Identificação Arquivo Misereor	Título do projeto	Ano da solicitação/ pagamento	Soma em valores (DM)	Código de área – Misereor (DAC)
1	233-004-0047	Compra de um trator para agricultores de Rio Negro-PR	1968	122.000	322
2	233-005-002	Ajuda para construção de uma escola para jovens agricultores em Londrina-PR	1963	153.000	011
3	233-017-008	Ajuda para fundação de cooperativa agrícola em Santo Amaro da Imperatriz-SC	1963	20.500	350
4	233-017-0014	Ajuda para fundação de escola de domésticas em Palhoça-SC	1964	76.692	500
5	233-017-0034	Apoio ao serviço de Extensão Rural de Florianópolis-SC	1967	204.500	331
6	233-017-0064	Moinho e gerador de energia na comunidade de Loeffelscheidt, Florianópolis-SC	1973	5.000	340
7	233-017-068	Construção de um centro para uma cooperativa de agricultores de Anitápolis-SC	1974	27.000	350

8	233-032-0008	Financiamento de equipamentos agrícolas para uma escola agrícola de Farroupilha-RS	1963	26.000	322
9	233-032-131	Estruturação de escola de formação de jovens agricultores (Instituto de Educação Rural) Bom Princípio-RS	1970	23.500	330
10	233-032-0178	Melhoramento do gado leiteiro em Viamão-RS	1974	55.200	324
11	233-032-0194	Apoio para compra de bois para terra indígena de Votouro-RS	1974	10.200	340
12	233-033-0006	Organização de uma escola agrícola em Braço do Norte-SC	1964	94.000	330
13	233-033-0024	Ajuda para o desenvolvimento de educação agrícola em Santa Catarina	1968	10.100	331
14	233-033-0044A	Aquisição de materiais diversos para alagados em Forquilha-SC	1974	61.300	322
15	233-037-067	Conceder aos trabalhadores um apoio para o desenvolvimento rural em Pelotas-RS	1978	40.500	331
16	233-041-0021	Apoio para compra de sementes, gado para escola de formação agrícola de Santa Maria-RS	1967	26.400,00	340

17	233-041-0064	Compra de medicamentos para um hospital na zona rural de Espumoso-RS	1972	131.800	111
18	233-041-0098	Ajuda para finalizar construção de hospital em zona rural de Pinhal Grande, Júlio de Castilhos-RS	1976	25.000	111
19	233-082/080	Máquina agrícola e construção de aviário para um centro de formação profissional em Passo Fundo-RS	1979	20.000	322
20	233-114/044	Compra de mobiliário doméstico para um centro de formação agrícola em Frederico Westphalen-RS	1974	40.000	330
21	233-146/032	Contratação de um instrutor agrícola em Jacarezinho por 2 anos, Jacarezinho-PR	1979	15.000	331
22	233-055/022	Doação para compra de um trator e utensílios agrícolas para uma escola de Francisco Beltrão-PR.	1976	24.000	322
23	233-055/029	Apoio e financiamento à agricultura de Francisco Beltrão-PR	1979	100.000	
24	233-058/002	Financiamento para Cooperativa de Crédito	1962	89.000	350

		de Itapiranga-SC			
25	233-058/002A	Ajuda para a Cooperativa de Leite de São João-SC	1971	60.000	350
26	233-058/022	Doação para construção de escola profissionalizante agrícola em Sede Capela, Itapiranga-SC	1968	41.000	330
27	233-58/022	Doação para construção de escola profissionalizante agrícola em Sede Capela, Itapiranga-SC	1973	216.000	330
28	233-058/003	Pesquisa acerca das potencialidades agrícolas da Colônia Porto Novo-SC	1962	25.000	
29	233-058/022B	Construção de um estábulo na Escola Agrícola de Itapiranga-SC	1979	24.000	330
30	233-058/001	Apoio para manter veterinário por 1 ano em Itapiranga-SC	1966	3.500	331
31	233-059/026	Construção de um estábulo em Joinville-SC	1970	5.000	340
32	233-059/027	Instalação de energia para escola agrícola em Joinville-SC	1970	5.000	211
33	233-041-098A	Ampliação de hospital em zona rural, Pinhal	1979	25.000	111

		Grande, Júlio de Castilhos-RS			
34	233-058/035	Ajuda para aquisição de veículo para campanhas de conscientização entre pequenos agricultores de Coronel Freitas-SC	1971	5.000	203
35	233-072/035	Estruturação de um laboratório para um sindicato agrícola de Mandaguaçu-PR	1979	24.000	111
36	233-073-001	Ajuda para construção de escola agrícola em Cianorte-PR	1962	102.000	021
37	233-082-020	Financiamento de vacas leiteiras para uma cooperativa de produção de leite de Três Arroios, Erechim-RS	1966	24.000	324
38	233-082-012	Ampliação da estrutura da Escola Normal Rural Santa Gema Galgani de Sarandi-RS	1967	90.000	003
39	233-114/026	Compra de colheitadeira em Braga-RS	1971	24.000	322
40	233-129/029	Compra de equipamentos de cozinha para um hospital rural em Três de Maio-RS	1977	15.000	111
41	233-129/36	Doação para construção de hospital em zona rural de Alecrim-RS	1972	20.000	111

42	233-129/64	Organização de um hospital rural em Caibaté-RS	1979	30.000	111
43	233-129/937	Doação para construção de uma cooperativa para pequenos produtores de Santo Ângelo-RS	1973	10.000	350
44	233-138/030	Aquisição de veículo, equipamentos agrícolas e materiais diversos para escola de formação agrícola, Encantado-RS	1975	20.000	203
45	233-152/006	Apoio a 150 famílias coreanas e 80 crianças órfãs em Ponta Grossa-PR	1967	40.000	320
46	233-152/036B	Ajuda para uma plantação de arroz em uma reserva indígena de Ponta Grossa-PR	1975	3.000	322
47	233-192/024	Implantação de um projeto de colonização para 30 famílias de camponeses sem terra em Apucarana-PR	1979	100.000	320
48	233-196/019	Instalação de um curso agrícola para uma escola em Prudentópolis-PR	1977	24.000	330
49	233-199/008	Doação para construção de dois silos para escola agrícola de Salete-SC	1972	5.000	340
50	233-199/001	Instalação de um curso de capacitação para	1971	50.000	330

		mecânicos na Escola Salesiana em Rio do Sul-SC			
51	233-225/002	Estruturação de um laboratório para ambulatório de sindicato agrícola de Tamboara-PR	1980	20.000	111

Fonte: Arquivo da Misereor, Aachen. Elaborado pelo autor.